



MINUTA DE
EDITAL DE SELEÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA
Nº 001/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:989/2025

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL QUE POSSUA INTERESSES RECÍPROCOS AOS INTERESSES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA REALIZAR ATIVIDADES NO ÂMBITO DO COMPLEXO HOSPITALAR PRONTO SOCORRO CENTRAL DR. ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO E HOSPITAL INFANTIL DARCY SOUZA VARGAS, NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NECESSÁRIAS AO GERENCIAMENTO, À OPERACIONALIZAÇÃO E À EXECUÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE POR MEIO DE PARCERIA FIRMADA ATRAVÉS DE TERMO DE COLABORAÇÃO, DE FORMA A ASSEGURAR O ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA ATENÇÃO HOSPITALAR E DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E A ASSISTÊNCIA UNIVERSAL E GRATUITA À POPULAÇÃO, UNICAMENTE PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS.

Publicação do Chamamento Público: nº 001/2025
Prazos para recebimento de impugnações: até 3 (três) dias antes da data marcada para a abertura da sessão pública.
Prazo para resposta das impugnações: até 3 (três) dias úteis após o recebimento das impugnações.
Prazo para pedido de esclarecimento: até 3 (três) dias antes da data marcada para a abertura da sessão pública.
Entrega de Envelopes: 09/07/2025
Sessão de Abertura: 09/07/2025



1. INTRODUÇÃO

1.1. O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 28.636.579/0001-00, por intermédio da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 39.260.120/0001-63, representada pelo Presidente da Fundação Municipal de Saúde, torna público que fará realizar CHAMAMENTO PÚBLICO para seleção de Organização da Sociedade Civil, no intuito de celebrar um Termo de Colaboração nas condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas neste Edital e no respectivo Plano de Trabalho - constante no Anexo I ao presente Edital, de forma a atender a seu objeto, tendo como fundamento:

I. A Constituição Federal de 1988;

II. A Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015);

III. O Decreto Municipal nº 166, de 06 de agosto de 2019, que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13.019/2014, no âmbito do município de São Gonçalo - RJ;

IV. A Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e demais legislações vigentes aplicáveis

1.2. Eventuais possíveis retificações do Edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, serão acatadas por todas as Organizações da Sociedade Civil participantes e serão divulgadas pela mesma forma que se deu publicidade ao presente Edital, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.3. O Chamamento Público a que se refere este Edital poderá ser adiado, revogado por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, sem que caiba às Organizações da Sociedade Civil participantes qualquer direito à reclamação ou indenização por estes motivos.

1.4. Os interessados poderão solicitar, por escrito, esclarecimentos acerca do objeto deste Edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, bem como apresentar impugnações, em até 15 (quinze) dias antes da data marcada para a abertura da sessão pública. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser encaminhados aos cuidados da Comissão de Elaboração de Edital e Anexos do Chamamento Público nº: 001/2025 e protocolados no endereço da Fundação Municipal de Saúde, situada na Avenida São Gonçalo, nº100, G2, Boa Vista, São Gonçalo-RJ, das 9 às 17 horas.

1.5. Decairá do direito de pedir esclarecimento e/ou de impugnar o Edital perante a Administração o interessado que não o fizer tempestivamente.

1.5.1. Não serão aceitos pedidos de esclarecimentos e impugnações ao Edital encaminhadas por serviço postal, e-mail ou fax- símile.

1.5.2. Os pedidos de esclarecimentos devem ser respondidos e as impugnações devem ser decididas pela Comissão de Elaboração de Edital e Anexos em até 3 (três) dias úteis após o recebimento, com a



divulgação da manifestação pela mesma forma que a Administração deu publicidade ao presente Edital.

1.6. Este Edital e seus Anexos serão disponibilizados no sítio <https://www.pmsg.rj.gov.br/>, bem como na sede da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil ("SEMSADC"), no endereço descrito no subitem 1.4, podendo os interessados comparecer munidos de *pen drive* para a gravação dos arquivos.

2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

2.1. A autorização do Senhor Secretário de Saúde e Defesa Civil de São Gonçalo, consta nos autos do Processo Administrativo nº: 989/2025.

3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DE ENTREGA DE ENVELOPES

3.1. o dia 09 de Julho de 2025, às 10 (dez) horas), a Comissão de Seleção estará reunida na sede da Fundação Municipal de Saúde, situada na Avenida São Gonçalo, nº100, Boa Vista, São Gonçalo-RJ, para receber os envelopes referentes ao presente Chamamento Público.

3.2. No caso do presente Chamamento Público não poder ser realizado na data estabelecida, será o mesmo transferido para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pela Fundação Municipal de Saúde, situação na qual se dará divulgação pelas mesmas formas que se deu publicidade ao presente Edital.

4. OBJETO

4.1. O objeto do presente Edital é a seleção de Organização da Sociedade Civil que possua interesses recíprocos aos interesses da Administração Pública para a realização de atividades no âmbito do Complexo Hospitalar Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto e Hospital Infantil Darcy Souza Vargas, no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, necessárias ao gerenciamento, à operacionalização e à execução de ações e serviços de saúde, por meio de parceria firmada através de termo de colaboração, de forma a assegurar o atendimento das demandas da Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência, e a assistência universal e gratuita à população unicamente através do Sistema Único de Saúde – SUS, nas condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas neste Edital e no Plano de Trabalho constante no Anexo I, parte integrante do presente Edital.

4.2. A realização de atividades e gerenciamento das ações e serviços de saúde realizados no Complexo Hospitalar Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto e Hospital Infantil Darcy Souza Vargas, necessários para atingir as metas de qualidade e quantidade estipuladas para atendimento das demandas da Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência e, conseqüentemente, a realidade apresentada no Plano de Trabalho constante no Anexo I, incluirá ainda:

- a) A Prestação gratuita e universal dos serviços Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência previstos no Plano de Trabalho, assim como os demais serviços necessários a assistência aos usuários das especialidades oferecidas no âmbito do Complexo Hospitalar Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto e do Hospital Infantil Darcy Souza Vargas, através do Sistema Único de Saúde (SUS);
- b) A aquisição, gestão e logística de insumos específicos necessários à realização dos procedimentos, cirurgias e demais atividades e serviços necessários aos atendimentos acima mencionados, conforme Plano de Trabalho;



- c) Realizar as atividades e prestar os serviços decorrentes do objeto deste Edital atendendo aos níveis de produção e qualidade definidos no Plano de Trabalho apresentado pela entidade parceira selecionada, cujo teor deverá estar perfeitamente adequado ao Plano de Trabalho e seus anexos, constantes no Anexo I ao presente instrumento;
- d) A contratação e a gestão de recursos humanos - profissionais de todas as áreas concernentes à realização das atividades previstas para a operação do sobredito Complexo Hospitalar, vislumbrando a realização de todas as atividades e serviços necessários; o aluguel de material permanente, aquisição dos insumos e medicamentos; a programação visual das unidades, ou seja, todos os recursos necessários para assegurar a assistência aos pacientes - exclusivamente usuários do SUS - que serão acolhidos e assistidos em suas diversas demandas de saúde no Complexo Hospitalar Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto e Hospital Infantil Darcy Souza Vargas, tudo conforme Plano de Trabalho apresentado pela entidade parceira selecionada, cujo teor deverá estar perfeitamente adequado ao Plano de Trabalho constante no Anexo I ao presente instrumento;
- e) Execução das atividades assistenciais do Complexo Hospitalar 24 (vinte e quatro) horas por dia, em todos os dias da semana - inclusive sábados, domingos e feriados, mediante quadro de profissionais de saúde e de apoio capaz de manter e contemplar durante todo o período de funcionamento do Complexo toda a demanda assistencial e administrativa, de acordo com a especificidade assistencial de suporte condizente com a sua complexidade;
- f) Organizar as ações de trabalho garantindo a atuação de equipes multiprofissionais não só de forma horizontal, como também em plantão, utilizando-se prontuário único compartilhado por toda a equipe.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DO VALOR

5.1. Os recursos necessários à realização do objeto ora selecionado correrão à conta de seguinte dotação orçamentária:

PROGRAMA DE TRABALHO: 23.051.10.302.2045.2124

CÓDIGO DE DESPESA: 33.90.39.00

FONTE DE RECURSO: 1.500.1002.0000, 1.500.1002.0046, 1.600.0000.0035, 2.600.0000.0035, 1.621.0000.0040 e 2.621.0000.0040.

5.2. O valor previsto para a realização do objeto do presente certame, com base nas previsões do Plano de Trabalho em anexo, corresponde à importância mensal estimada de R\$ 9.702.124,12 (nove milhões, setecentos e dois mil, cento e vinte e quatro reais e doze centavos), o qual resulta no valor global estimado de R\$ 116.425.489,44 (cento e dezesseis milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos).

6. PRAZOS

6.1. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no órgão ou entidade.

6.2. O prazo da execução do objeto ora selecionado é de 01 (um) ano, tendo início a partir do primeiro dia útil após a publicação do extrato do Termo de Colaboração no Diário Oficial do Município de São Gonçalo.



6.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado através de termo aditivo, limitado à vigência máxima decenal, desde que seja atestado pela autoridade competente que as condições e preços permanecem vantajosos para a Administração Pública (na forma do Decreto 166/2019) e cumpridas as metas e indicadores estabelecidos.

6.4. Quando a prorrogação for solicitada pela Organização da Sociedade Civil deverá ser devidamente formalizada e justificada em, no mínimo, 90 (noventa) dias antes do termo inicialmente previsto da parceria.

6.5. Por ocasião da prorrogação da vigência da parceria, os repasses financeiros para consecução dos seus objetos poderão ser reajustados para o novo período da parceria, desde que mantida a vantajosidade para a Administração e observados os seguintes fatores:

a) No caso das despesas e custos atrelados à mão de obra principal utilizada no objeto da parceria, deverá ser demonstrada de forma analítica a variação dos custos conforme acordo ou convenção coletiva de regência da categoria.

b) Em relação aos demais custos e despesas previstos no Termo de Colaboração, será observado o reajuste medido pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - Especial (IPCA-E) do IBGE, a cada período de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato do referido.

c) Fica vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial da parceria, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva, ou, por ocorrência de evento superveniente de cunho extraordinário que afete a manutenção da execução do objeto da parceria, mediante justificativa da Administração Municipal.

d) Em qualquer hipótese de reajuste previsto neste item, o pleito deverá ser apresentado através de planilha analítica, sendo submetida à análise da Secretaria Municipal de Saúde e/ou Fundação Municipal de Saúde.

e) Os eventuais reajustes serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação da Parceria ou com o seu encerramento.

6.6. Os prazos relativos aos recursos administrativos são disciplinados em seção própria deste Edital.

7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar do presente Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil que atenderem às exigências constantes deste Edital, que funcionem sem realizar subdelegação para execução de quaisquer de suas atividades-fim e possuam normas de organização interna que prevejam, expressamente:

7.1.1. Objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

7.1.2. Que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019/2014, e do Decreto Municipal nº 166/2019, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da Organização extinta;

7.1.3. Escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;



7.1.4. Que possuam existência legal, no mínimo, de 12 (doze) meses, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

7.1.5. Que possuam experiência prévia mínima de 12 (doze) meses na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante; e instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;

7.2. As organizações religiosas e as sociedades cooperativas são dispensadas da comprovação dos subitens 7.1.2 e 7.1.3;

7.3. Estão impedidas de participar deste Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil que:

7.3.1. Não estejam regularmente constituídas ou, se estrangeiras, não estejam autorizadas a funcionar no território nacional;

7.3.2. Estejam omissas no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

7.3.3. Tenham como dirigente membro de Poder Público ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o Termo de Colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

7.3.4. Tenham tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se:

7.3.4.1. For sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

7.3.4.2. For reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

7.3.4.3. A apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

7.3.5. Tenham sido punidas com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

7.3.5.1. Suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

7.3.5.2. Declarações de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

7.3.5.3. Suspensões temporárias da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou Termo de Colaboração com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

7.3.5.4. Declarações de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar parceria ou Termo de Colaboração com órgãos e entidades de todas as esferas de governo.

7.3.6. Tenham tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;



7.3.7. Tenham entre seus dirigentes pessoa:

7.3.7.1. Cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

7.3.7.2. Julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

7.3.7.2. Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

7.4. Não será permitida a participação de Organização da Sociedade Civil (OSC) que possua em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que figure em Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com o Município de São Gonçalo.

7.5 Não será permitida a participação de mais de uma Organização da Sociedade Civil sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas.

8. REPRESENTAÇÃO NO PROCESSO

8.1. As Organizações da Sociedade Civil participantes poderão ser representadas em todas as etapas deste Chamamento Público por seu representante legal ou por agente credenciado regularmente constituído.

8.2. Por credencial entende-se:

8.2.1. Procuração passada por instrumento público ou particular, que contenha no mínimo poderes “ad negocia” para manifestar a intenção de recorrer e de desistir dos recursos, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da Organização da Sociedade Civil;

8.2.2. Carta de credenciamento devidamente preenchida conforme Anexo II deste Edital;

8.2.3. Os interessados deverão entregar a Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação e Idoneidade, conforme Anexo III, sendo este documento obrigatório.

8.3. O representante legal deverá apresentar documento comprobatório de legitimidade para representar a Organização da Sociedade Civil, via de regra, o ato constitutivo da Organização da Sociedade Civil e a ata de eleição da diretoria vigente, nos quais estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações. O agente credenciado deverá apresentar procuração ou carta de credenciamento acompanhada de documento comprobatório de que o mandante ou de que o signatário da carta possui poderes para tanto.

8.4. O representante legal ou o agente credenciado, antes da entrega dos envelopes e da credencial, deverá identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

8.5. A carta de credenciamento, a procuração – se for o caso, o ato constitutivo da Organização da Sociedade Civil e a ata de eleição da diretoria vigente, para fins de credenciamento, deverão ser entregues separadamente dos envelopes “A” e “B”, referidos no item 9.1 deste Edital, sem prejuízo da regra descrita no subitem 12.1.



8.6. Encerrada a fase descrita nos subitens 8.1, 8.2, 8.3 e 8.4, iniciada a seção no horário previsto no subitem 3.1, não mais serão admitidos novos proponentes, devendo a Comissão de Seleção lavrar na ata atos realizados, bem como o recebimento dos envelopes de proposta e documentação de habilitação.

9. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS

9.1. No local, data e hora estabelecidos no subitem 3.1, as Organizações da Sociedade Civil interessadas neste Chamamento Público apresentarão os documentos e as propostas exigidos no presente Edital em 02 (dois) envelopes opacos, indevassáveis e lacrados, constando obrigatoriamente da parte externa de cada um as seguintes indicações:

ENVELOPE “A” - PROPOSTA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO - RJ

CHAMAMENTO PÚBLICO - FMS Nº 001/2025

[NOME COMPLETO E ENDEREÇO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL]

ENVELOPE “B” - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO - RJ

CHAMAMENTO PÚBLICO - FMS Nº 001/2025

[NOME COMPLETO E ENDEREÇO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL]

9.2. É esperado que todos os participantes tenham a postura adequada junto aos componentes da Comissão de Seleção e demais participantes do certame durante todos os procedimentos que serão realizados. Por lei é CRIME desacatar funcionário público no exercício da sua função, conforme dispõe o artigo 331 do Código Penal¹.

10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS

10.1. **HABILITAÇÃO** – os documentos de habilitação serão apresentados na forma estabelecida nos itens a seguir.

10.1.1. A proposta constante do “**ENVELOPE A - PROPOSTA**” será apresentada de acordo com o roteiro estipulado na Cláusula 12 deste Edital, sendo de exclusiva responsabilidade da organização da sociedade civil proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração após sua entrega à Comissão de Seleção, na forma do item “9.” deste Edital, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.1.2. Não assistirá à proponente qualquer direito autoral sobre a proposta apresentada, podendo o Município de São Gonçalo utilizá-la para atingir os objetivos previstos no Termo de Colaboração objeto deste certame ou de outros que venha a realizar.

10.2. Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, modificações ou substituições da proposta ou de quaisquer documentos, uma vez entregues os envelopes na forma do subitem 9.1.

10.3. As Organizações da Sociedade Civil participantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. O Município de São Gonçalo, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos realizados no Chamamento Público ou os

¹ “Art. 331. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.”



resultados dele decorrentes.

10.4. A Comissão de Seleção poderá requisitar, a qualquer tempo, a via original dos documentos exigidos neste Edital.

10.5. É facultada à Comissão de Seleção, em qualquer fase do Chamamento Público, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior do documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta.

10.6. Os documentos exigidos no **“ENVELOPE B - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”** poderão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial, e rubricados pelo representante legal da Organização da Sociedade Civil, ou seu agente credenciado, e acompanhados das respectivas certidões de publicação no órgão da imprensa oficial, quando for o caso.

10.6.1. As folhas da documentação serão numeradas em ordem crescente e não poderão conter rasuras ou entrelinhas. Na hipótese de falta de numeração, numeração equivocada ou ainda inexistência de rubrica do representante legal ou agente credenciado nas folhas de documentação, poderá a Comissão de Seleção solicitar a quem tenha poderes para tanto que sane a incorreção. Em caso de descumprimento das formalidades acima por falta de representante legal ou agente credenciado, bem como sua recusa em atender ao solicitado, a Organização da Sociedade Civil será inabilitada.

10.7. Somente será avaliada a documentação de habilitação da Organização da Sociedade Civil que apresentar a melhor proposta. O **“ENVELOPE B – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”** das demais Organizações da Sociedade Civil ficará em poder da Comissão de Seleção até a assinatura do Termo de Colaboração pela Organização da Sociedade Civil vencedora do certame, momento em que sua retirada pelos representantes será permitida. Caso tais documentos não sejam retirados até 5 (cinco) dias úteis após a publicação do extrato do Termo de Colaboração, no Diário Oficial do Município de São Gonçalo, estes poderão ser destruídos.

11. DA VISITA TÉCNICA

11.1. É facultado às Organizações da Sociedade Civil interessadas em participar do Processo de Chamamento Público nº: 001/2025, realizar visitas técnicas, o que será feito mediante prévio agendamento realizado, de forma presencial, no setor de protocolo da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, junto ao qual deverá ser apresentada a devida solicitação por escrito. A visita técnica será conduzida por servidor designado pelo Presidente da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo.

11.2. As visitas técnicas poderão ser realizadas de segunda a sexta-feira, nos horários compreendidos entre 10h00minh à 12h00minh e 13h30minh À 16h00minh, em até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data da sessão pública.

11.3. Na ocasião da visita, o representante da Organização da Sociedade Civil interessada deverá estar munido de Procuração, cópia do documento pessoal de identificação devidamente autenticada em serviço notarial, ou apresentando o documento pessoal de identificação original para autenticação por funcionário público, bem como o comprovante de marcação de visita técnica.

11.4. A visita técnica não é obrigatória, mas tem a finalidade de garantir o pleno conhecimento dos locais onde as atividades serão realizadas, a fim de conferir tanto as condições gerais dos imóveis, quanto dos



materiais, móveis e demais equipamentos que integrarão a parceria no Complexo Hospitalar, além dos demais detalhes pertinentes.

11.5. A comprovação da visita técnica será feita através de Declaração de Visita Técnica, emitida pela Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, conforme disposto no Anexo IV (MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA) ao presente Edital.

11.6. A(s) participante(s) que não realizar(em) visita técnica deverá(ão) apresentar declaração assinada por seu(s) representante(s) legal(is) renunciando ao direito das visitas técnicas, juntamente com declaração de que conhece(m) as condições locais das unidades de saúde que compõem o Complexo Hospitalar, esta última conforme modelo disposto no Anexo V (MODELO DE DECLARAÇÃO DE “NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA”) ao presente Edital.

12. DA PROPOSTA

12.1. A Proposta deverá ser apresentada em texto digitado, em papel formato A4, e deverá ser elaborada de acordo com o roteiro a seguir, observadas ainda as condições estabelecidas no Plano de Trabalho (Anexo I).

12.2. Constituem os tópicos essenciais da Proposta:

12.2.1. **ÍNDICE:** Deverá conter a paginação correta e todos os tópicos da Proposta.

12.2.2. **APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:** Deverá conter um breve histórico/currículo da organização da sociedade civil com o relato de sua experiência na área de interesse do objeto do edital, destacando se já trabalhou com a modalidade de atividade e o público alvo específico do presente edital. Neste item a organização da sociedade civil deverá relatar se já ganhou algum prêmio ou concurso de projetos, bem como se participa de algum Fórum, Rede ou Associação que discuta a temática em questão neste edital, especificando qual a modalidade de participação (direção, coordenação, membro de grupo de trabalho ou comissão, etc.).

12.2.3. **CONHECIMENTO DO PROBLEMA:** Consistirá em uma dissertação própria da organização da sociedade civil a ser desenvolvida com base na sua experiência anterior sobre as atividades constantes no objeto do termo de colaboração que se pretende celebrar a partir do presente Edital (serão desclassificadas as propostas que simplesmente copiarem os dados do Plano de Trabalho). Deverá ser demonstrado:

- a) Conhecimento sobre as políticas setoriais constantes do Plano de Trabalho (apresentação de conhecimento sobre a legislação, políticas e programas nacionais e municipais);
- b) Apresentação de discussão técnica sobre as modalidades de atendimento dos programas previstos no Plano de Trabalho;
- c) Informações e dados sobre os trabalhos similares já realizados pela organização da sociedade civil;
- d) Dificuldades e desafios encontrados para sua realização;
- e) Soluções propostas para superá-los.



12.2.4. **DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES:** Apresentação dissertativa discriminando as atividades a serem desenvolvidas, os prazos, os produtos ou serviços, e a metodologia empregada, conforme descrito no Plano de Trabalho (Apêndice I do Anexo I- Plano de Trabalho). As propostas que meramente repetirem o conteúdo do Plano de Trabalho serão desclassificadas.

12.2.5. **PLANILHA DE CUSTOS ESTIMADA DE DESEMBOLSO:** Apresentação de valor da oferta pela Organização da Sociedade Civil para a realização das despesas decorrentes das atividades que serão executadas para atendimento do objeto do presente Edital, descrevendo seu plano de aplicação de recursos mediante a apresentação de um “Cronograma de Desembolso” de acordo com o modelo apresentado no “Apêndice II do Anexo I -Plano de Trabalho”, em anexo ao presente Edital.

12.3. As propostas serão julgadas de acordo com:

- (i) o grau de adequação aos objetivos específicos do programa ou ação em que se insere o objeto da parceria;
- (ii) a experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;
- (iii) a capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas;
- (iv) o preço/valor de referência.

12.3.1. A proposta será julgada por meio de pontuação, considerando-se os parâmetros estabelecidos abaixo:

Critérios	Item	Descrição	Pontuação Máxima (item)	Pontuação Máxima (critério)
1 - Experiência	1	Experiência mínima de 03 (três) anos da organização da sociedade civil na realização de atividades voltadas ao gerenciamento, à operacionalização e à execução de ações e serviços de saúde em Unidades públicas ou privadas, aplicadas ao atendimento de demandas Hospitalares e de Urgência e Emergência, inclusive através de gestão.	10	30
	2	Avaliação do currículo do Médico Responsável Técnico.	5	
	3	Avaliação do currículo do Responsável Administrativo/ Financeiro.	5	
	4	Experiência Profissiona da Equipe Técnica em que exerce(m) ou exerceu(ram) atribuições em desenvolvimento de atividade em Unidades Hospitalares e de Urgência e Emergência pelo prazo mínimo de 24 meses completos.	5	
	5	Experiência Profissiona da Equipe Técnica em que exerce(m) ou exerceu(ram) atribuições em desenvolvimento de atividade em Unidades Hospitalares e de Urgência e Emergência pelo prazo mínimo de 48 meses completos.	5	
2 - Formação	6	Formação Acadêmica da Equipe Técnica: graduação em área(s) afim(ns).	2	10
	7	Formação Acadêmica da Equipe Técnica: Especialização/ MBA em área(s) afim(ns).	4	
	8	Formação Acadêmica da Equipe Técnica: Mestrado ou Doutorado em área(s) afim(ns).	4	
3 - Grau de adequação da	9	Apresentação de cópia do manual de compras e contratações.	5	20



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

proposta da parceria	10	Políticas de Recursos Humanos aplicados aos profissionais, saúde do trabalhador.	2,5	
	11	Apresentação do documento que descreva os princípios éticos e comportamentais que norteiam o relacionamento e a conduta institucional de funcionários e Diretoria com seus pares, subordinados e parceiros de negócios, visando manter uma postura de transparência e ética nas relações pessoais e comerciais da Entidade.	2,5	
	12	Análise da adequação da proposta ao Plano de Trabalho	5	
	13	Apresentação de documentos que comprovem a aplicação e efetividade da Política de Compliance e Integridade da OSC.	5	
4 - Capacidade Operacional	14	Comprovação de no mínimo de 12 meses de tempo de uso do sistema de prontuários eletrônicos em unidades hospitalares (TABELA TEMPO X NÚMERO DE UNIDADES).	2,5	20
	15	Dimensionamento Gerencial e da Equipe Assistencial - demonstrando distintamente quantos profissionais serão alocados em cada área de atuação do complexo hospitalar.	2,5	
	16	Organograma da equipe a ser alocada aos serviços com a descrição da qualificação do pessoal necessário, as atribuições e as responsabilidades das diversas áreas, bem como a lotação de cada uma dessas áreas.	2,5	
	17	Organização proposta para as diferentes atividades assistenciais, apresentando quantidade e qualidade das atividades propostas, com explícita correlação com a capacidade instalada.	2,5	
	18	Instrumentos de Pesquisa e Organização do Serviço de Satisfação dos Usuários.	2,5	
	19	Ações voltadas à qualidade, através de Comissões, Serviços, Protocolos Clínicos e outros.	2,5	
	20	Plano de ação para monitoramento de Indicadores de Desempenho de Qualidade e de Produtividade.	2,5	
5 - Economicidade	21	Apresentação do cronograma de implantação das diferentes atividades assistenciais (tarefa, data de início, data de término e área responsável).	2,5	20
	22	Apresentação da proposta mais vantajosa economicamente	20	
	23	Apresentação da 2ª proposta mais vantajosa economicamente	15	
	24	Apresentação da 3ª proposta mais vantajosa economicamente	10	
	25	Demais propostas apresentadas	5	
TOTAL				100

12.3.2. Será considerada a proposta mais vantajosa aquela que somar o maior número de pontos segundo a escala prevista e houver apresentado cronograma de desembolso com valores mais adequados ao Plano de Trabalho e menor preço.

12.3.3. Em caso de empate, será considerada a melhor proposta aquela que houver alcançado maior pontuação no fator capacidade operacional; persistindo o fato, será considerada a melhor proposta aquela que houver alcançado maior pontuação no fator experiência; persistindo, ainda, será considerada a melhor proposta aquela que houver feito a maior pontuação no fator economicidade; caso permaneça o empate, será considerada a melhor proposta aquela que tiver alcançado maior pontuação no fator grau de



adequação. Permanecendo o empate, será realizado sorteio.

12.3.4. A organização da sociedade civil que obtiver nota abaixo de 50 (cinquenta) pontos ou que obtiver pontuação zero em qualquer um dos fatores terá sua proposta desclassificada.

12.3.5. Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público.

12.4. DO PRETENSO CENÁRIO NO COMPLEXO HOSPITALAR PRONTO SOCORRO CENTRAL DR. ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO E HOSPITAL INFANTIL DARCY SOUZA VARGAS

12.4.1. DAS ATIVIDADES

12.4.1.1. Como previsto no Plano de Trabalho (Anexo I), as atividades assistenciais do Complexo Hospitalar Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto e Hospital Infantil Darcy Souza Vargas, serão executadas nas 24 (vinte e quatro) horas do dia, todos os dias da semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados, com quadro de profissionais de saúde e de apoio capaz de manter e contemplar durante todo o período de funcionamento toda a demanda assistencial e administrativa da unidade, de acordo com a especificidade assistencial de suporte condizente com a sua complexidade.

12.4.1.2. Para tanto a organização das ações de trabalho deverá se contemplar a atuação de equipes multiprofissionais, não só de forma horizontal, como também em plantão, utilizando-se prontuário único, compartilhado por toda a equipe.

12.4.2. QUALIDADE NA REALIZAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

12.4.2.1. A OSC que realizará a parceria deverá implantar um plano de qualidade dos serviços prestados e para tanto deverá:

- a) Implantar mecanismo de assistência clínica visando à qualificação do cuidado, a eficiência dos leitos, a reorganização dos fluxos e dos processos de trabalho;
- b) Implantar Comissão de Prontuários;
- c) Implantar Comissão de Óbito;
- d) Realização de auditoria interna quanto ao uso e qualidade dos registros no prontuário clínico eletrônico, a partir de conteúdos e metodologia comum para o Município de São Gonçalo junto com a Secretaria Municipal da Saúde e Defesa Civil;
- e) Desenvolver atividades de educação permanente e continuada para as equipes, mantendo cronograma específico detalhado e organizado;
- f) Implantar Serviços de Atendimento/Apoio ao Usuário;
- g) Apresentar relatório das providências tomadas a partir das reclamações/sugestões dos usuários;
- h) Promover permanente articulação entre as demais unidades de saúde do Município;
- i) Monitorar o tempo de espera para atendimento nas Unidades do Complexo Hospitalar e para procedimentos e internações;
- j) Adotar os Protocolos clínicos da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil - SEMSADC;
- k) Garantir uso racional, universal e equitativo dos recursos institucionais, por meio do controle sobre os processos de trabalho;
- l) Atuar junto às equipes na responsabilização pela continuidade do cuidado, por meio da articulação e encaminhamento aos demais serviços da rede;
- m) Observar os indicadores e metas da SEMSADC, bem como providenciar os relatórios e todas as



informações assistenciais em meio físico ou eletrônico solicitados pela SEMSADC.

12.4.2.2. A Organização da Sociedade Civil deverá prever todas as necessidades de contratação que garantam a assistência prevista neste Edital e no Plano de Trabalho (Anexo I), no que tange as ações assistenciais, com a garantia de que a estrutura disponibilizada atenda às necessidades dos usuários do Sistema Único de Saúde.

12.4.2.3. A formatação do serviço deverá prover os recursos humanos para garantir a demanda estimada dos serviços de acolhimento, consultas/atendimentos e procedimentos médicos e de enfermagem para atender as demandas hospitalares e de urgência e emergência, além da operacionalização assistencial, considerando as metas físicas definidas no Plano de Trabalho.

12.4.2.4. O desenho operacional assistencial deverá se fundamentar nas referências que apoiam as boas práticas clínicas, sociedades científicas e conselhos de classe; processos de trabalho consensuados pelos profissionais que pertencem aos serviços de saúde contratados ou a outros serviços no âmbito territorial e os protocolos e linhas de cuidados estabelecidos pela SEMSADC.

12.4.2.5. As referências de boas práticas citadas acima não são excludentes, e sim complementares e sua operacionalidade dependerá do que a defina em cada caso.

12.4.3. SERVIÇOS COMPLEMENTARES A SEREM CONTRATADOS PELA OSC

12.4.3.1. Contratação de Recursos Humanos administrativos e assistenciais (profissionais de saúde e de apoio as atividades assistenciais);

12.4.3.2. Aluguel de material permanente ou móvel, tudo que for necessário para as atividades contratadas (mobiliário médico hospitalar, material médico cirúrgico, equipamentos para cirurgias, CME e etc.);

12.4.3.3. Manutenção do material permanente já existente (mobiliário e equipamento);

12.4.3.4. Serviços de apoio a diagnose e terapêutica;

12.4.3.5. Contratação de serviços de apoio (vigilância, alimentação, limpeza, lavanderia e etc.);

12.4.3.6. Contratação de Serviços de uma Agência Transfusional.

12.4.4. DO CONTROLE E ARQUIVO DE DOCUMENTOS MÉDICOS

12.4.4.1. A OSC deverá apresentar em seu Plano de Trabalho a previsão de realização de serviços de controle de documentação médica e arquivo médico das atividades que realizar nas Unidades do Complexo Hospitalar Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto e Hospital Infantil Darcy Souza Vargas, onde deverá manter os prontuários, boletins de atendimento e outros documentos sob sua guarda, disponibilizando-os para consulta por parte dos pacientes e fornecendo certidões e afins dentro do que preceitua a legislação vigente.

12.4.5. DOS MÉTODOS DIAGNÓSTICOS

12.4.5.1. Os exames previstos na tabela SUS deverão ser disponibilizados pelo referido Complexo Hospitalar. O serviço auxiliar de diagnóstico e terapia / SADT previsto deve atender às necessidades do Complexo Hospitalar.



12.4.5.2. As demandas de apoio diagnóstico deverão ser ofertadas integralmente, 24 horas por dia, a fim de garantir a otimização dos diagnósticos e tratamentos em estadias hospitalares.

12.4.6. DO PROCESSO DE ACOLHIMENTO

12.4.6.1. O Acolhimento ocorre em todos os locais e momentos do serviço de saúde, com capacitação e envolvimento de todos os profissionais das Unidades, gerando um atendimento resolutivo e humanizado àqueles em situações de sofrimento agudo ou crônico agudizado de qualquer natureza.

12.4.6.2. A prática do Acolhimento representa uma diretriz relevante do Ministério da Saúde. Para as equipes de saúde constitui uma tecnologia fundamental na reorganização do processo de trabalho, pois possibilita a promoção de um serviço efetivo, além de viabilizar a resolutividade das ações desenvolvidas, ao passo que proporciona aos usuários uma resposta imediata à sua demanda no momento em que procuram o serviço de saúde.

12.4.7. DA ASSISTÊNCIA CLÍNICA

12.4.7.1. São objetivos a serem atingidos mediante assistência clínica a ser realizada:

- Padronização dos processos assistenciais e operacionais;
- Implantação e treinamento dos protocolos assistenciais;
- Aplicação do prontuário eletrônico visando a segurança do paciente;
- Envolvimento dos profissionais na melhoria da qualidade assistencial;

12.4.8. DA AUDITORIA CLÍNICA

12.4.8.1. A Auditoria clínica será baseada, principalmente, na atuação das Comissões:

- Comissão de Análise de Prontuário;
- Comissão de Análise de Óbitos;
- Comissão de Controle de Infecção Hospitalar;
- Comissão de Ética Médica;
- Núcleo Interno de Segurança;

12.4.8.2. As Comissões se reunirão ordinariamente, a cada 30 dias, para avaliação e emissão de relatório e, extraordinariamente, para intervir em demanda inerente às atividades da Comissão. As reuniões da Comissão serão registradas em Ata contendo data e hora, nome e assinatura dos membros presentes, pauta e avaliações/decisões tomadas.

12.4.8.3. A auditoria clínica será baseada nas comissões citadas anteriormente, mas ressaltamos a atuação das Comissões de Óbitos e de Revisão de Prontuários.

12.4.9. COMISSÃO DE ÓBITOS

12.4.9.1. As Coordenações Médicas das unidades constituirão formalmente as Comissões de Óbitos, proporcionando toda a infraestrutura necessária à sua operacionalização. A Comissão, composta por profissionais da área de saúde de nível superior, é um órgão de assessoria da Coordenação da unidade, sendo responsável pela avaliação da assistência prestada aos cidadãos, a detecção da ocorrência de



eventos que indiquem necessidade de revisão do processo assistencial.

12.4.9.2. Para a coleta de dados será utilizado instrumento específico, tendo como fontes de informação, o prontuário médico, o sumário de alta, a declaração de óbito e as anotações médicas e de enfermagem. Caberá a Comissão, a avaliação de todos os óbitos ocorridos nas unidades.

12.4.9.3. A Comissão se reunirá ordinariamente, a cada 30 dias, para avaliação e emissão de relatório e, extraordinariamente, para intervir em demanda inerente às suas atividades. As reuniões da Comissão serão registradas em Ata contendo data e hora, nome e assinatura dos membros presentes, pauta e avaliações/decisões tomadas.

12.4.10. COMISSÃO DE REVISÃO DE PRONTUÁRIOS

12.4.10.1. As Coordenações Médicas das unidades constituirão formalmente a Comissão de Revisão de Prontuário, proporcionando toda a infraestrutura necessária à sua operacionalização.

12.4.10.2. A Comissão, órgão de assessoria da Coordenação das unidades, é a responsável pela análise dos itens que deverão constar obrigatoriamente no registro do atendimento e acompanhamento: dados de identificação do paciente, anamnese, exame físico, exames complementares e seus respectivos resultados, hipóteses diagnósticas, diagnóstico definitivo e tratamento efetuado e outros documentos pertinentes ao atendimento.

12.5. QUADRO TÉCNICO MÍNIMO QUE A OSC DEVERÁ UTILIZAR NA REALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE SEU PLANO DE TRABALHO

12.5.1. Para a aplicação das atividades no âmbito do Complexo Hospitalar Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto e Hospital Infantil Darcy Souza Vargas a OSC deverá contar, obrigatoriamente, com os profissionais elencados nas relações apresentadas no escopo do Plano de Trabalho constante no Anexo I do presente edital, as quais especificam os cargos e o quantitativo das equipes técnicas e médicas que atuarão no Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto e no Hospital Infantil Darcy Souza Vargas, assim como os setores do complexo hospitalar nos quais atuarão, a carga horária semanal e os horários de plantão em todo o complexo.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. **O ENVELOPE “B” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** – deverá conter todos os documentos especificados, a seguir:

13.1.1. Certidão de existência jurídica expedida pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou cópia autenticada do Estatuto da Organização da Sociedade Civil, registrado e com eventuais alterações. Em se tratando de Universidade deverá constar também declaração emitida pelo respectivo Conselho Universitário ou Conselho Superior de Ensino e Pesquisa aprovando a execução do objeto do presente Chamamento Público.

13.1.2. Cópia da Ata de Eleição da Diretoria com mandato vigente, registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

13.1.3. Certidão de Regular Funcionamento das Fundações, expedida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, se a Organização da Sociedade Civil participante for uma Fundação.



13.1.4. Prova de inscrição ativa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

13.1.5. Comprovação de que possui no mínimo 12 (doze) meses de existência, através de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

13.1.6. Relação nominal atualizada dos dirigentes da Organização da Sociedade Civil, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, de cada um deles, juntamente com as cópias dos respectivos documentos de identidade e CPF.

13.1.7. Cópia de documento que comprove que a Organização da Sociedade Civil funciona no endereço por ela declarado.

13.1.8. Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

13.1.9. A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais e da Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e/ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional –PGFN;

13.1.10. A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da Organização da Sociedade Civil será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo da Dívida Ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a Organização da Sociedade Civil, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

13.1.11. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da Organização da Sociedade Civil será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo da Dívida Ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a organização da sociedade civil, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

13.1.12. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF-FGTS;

13.1.13. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

13.1.14. Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) ativo em nome do proponente.

13.1.15. Atestado (s) de Capacidade Técnica ou qualquer outro documento hábil, emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a interessada tenha prestado serviços análogos ou compatíveis ao objeto pretendido para rede pública de saúde, experiência mínima de 12 (doze) meses e os demais documentos que fazem parte da qualificação técnica da Organização da Sociedade Civil, descritos abaixo:

a) O(s) atestado(s) deve(m) conter elementos suficientes para a comprovação da prestação dos serviços semelhantes pela proponente, bem como conter o nome (razão social), CNPJ e endereço do emissor e da OSC, caracterização do fornecimento dos itens, local do fornecimento, nome e cargo do responsável pela



emissão do atestado e dados de contato através do qual o Município possa manter contato com os declarantes para fins de comprovação da sua legitimidade e eventual realização de diligência;

- b) Registro da empresa licitante no Conselho Regional de Medicina – CRM;
- c) Registro do responsável técnico da empresa no Conselho Regional de Medicina – CRM, juntamente com a respectiva Certidão de Anotação de Responsabilidade Técnica;
- d) Registro do responsável técnico da empresa no Conselho Regional de Enfermagem – COREM, juntamente com a respectiva Certidão de Anotação de Responsabilidade Técnica;
- e) Registro do responsável técnico da empresa no Conselho Regional de Farmácia – CRF, juntamente com a respectiva Certidão de Anotação de Responsabilidade Técnica; e
- f) Currículo do(s) colaborador(es) da empresa, comprovando a especialização na área de gestão hospitalar ou similar.

13.1.16. Possuir estrutura técnica, adequada, legalmente constituída e integrada por equipe mínima, com profissionais habilitados, com registro em órgão de classe para desempenhar as atividades pertinentes ao objeto;

13.1.17. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos últimos (2) dois exercícios financeiros comprovando a boa situação financeira;

13.1.18. Possuir em vigor 1 ou mais contratos que comprovem a execução de atividades compatíveis com o objeto do presente edital em unidades municipais de municípios de qualquer Estado do Território Nacional, e/ou em unidades do Estado do Rio de Janeiro ou de outro Estado localizado no Território Nacional;

13.1.19. Declaração de que a Organização da Sociedade Civil não possui em seu quadro nenhum funcionário que ocupe ou tenha ocupado cargo integrante do 1º ou 2º escalão da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, (Anexo VI).

13.1.20. Declaração do representante legal de que a Organização da Sociedade Civil não incide em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no item 7.3 do presente Edital (Anexo VII).

13.1.21. Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, em obediência à Lei Federal nº 9.854/99, que deverá ser emitida junto à Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro ou Declaração firmada pelo representante legal da Organização da Sociedade Civil (Anexo VIII) de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. Para as organizações da sociedade civil sediadas fora do Estado do Rio de Janeiro, a certidão deverá ser emitida pelo órgão competente no Estado onde a mesma tem sua sede.

13.1.22. Certidões negativas de falência ou insolvência civil, expedidas pelo Distribuidor da sede da Organização da Sociedade Civil. Para as entidades sediadas no Município do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios de Registro de Distribuição e pelos 1º e 2º Ofícios de Interdições e Tutelas. As entidades sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas,



declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências. Não serão aceitas certidões com validade expirada ou passadas com mais de 90 (noventa) dias contados da efetiva pesquisa do Cartório em relação à data da realização do Chamamento Público.

13.1.23. Atestado de Visita comprovando que a Organização da Sociedade Civil tomou conhecimento mediante inspeção e coleta de informações de todos os dados e elementos que possam vir a ter influência no valor de sua proposta:

a) A visita técnica será facultada, sendo obrigatória ao participante que optar por não realizar a visita técnica apresentar declaração, em papel timbrado da empresa, que é de total responsabilidade da OSC a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua opção por não realizar a vistoria, não cabendo a alegação de desconhecimento de qualquer fato que poderia ser verificado mediante a realização de visita técnica como motivo para qualquer reivindicação que não esteja prevista no edital e no respectivo Termo de Colaboração assinado entre as partes, devendo cumprir fielmente todas as determinações firmadas por força do presente certame.

b) A comprovação da visita técnica será feita através de Declaração de Visita Técnica, emitido pela Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, conforme disposto no Anexo IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA.

c) Caso a participante não realize visita técnica, seu representante legal deverá assinar declaração renunciando ao direito às visitas técnicas, e emitir DECLARAÇÃO QUE CONHECEU AS CONDIÇÕES LOCAIS DO OBJETO, conforme disposto no Anexo V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE “NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA”.

13.2. Os documentos necessários à habilitação da Organização da Sociedade Civil farão parte integrante do processo administrativo e poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório competente, ou ainda em cópias acompanhadas dos respectivos originais, de modo a permitir a autenticação, por servidor municipal lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil, no momento da sessão pública.

13.3. Nos casos em que Certificados, Declarações, Registros e Certidões exigidos neste Edital não tiverem seu prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, será considerado que os referidos documentos deverão ter sido emitidos há no máximo 90 (noventa) dias contados até a data da apresentação dos Envelopes “A” e “B”.

14. ETAPAS DO CHAMAMENTO PÚBLICO

14.1. No dia e hora definidos da Cláusula 3 acima, reunida a Comissão de Seleção, será realizada a fase de representação no processo (item 8 do presente Edital). Após fase de credenciamento dos representantes das Organizações da Sociedade Civil presentes, será realizada a etapa de recebimento dos Envelopes “A” e “B” apresentados pelas mesmas, nos termos da cláusula 9 do Edital.

14.2. Superadas as fases acima, na presença dos representantes das Organização da Sociedade Civil e dos demais interessados presentes ao ato público, a Comissão de Seleção dará início à abertura dos envelopes “A — PROPOSTA” e “B — DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”, momento em que não mais serão aceitas quaisquer documentações ou propostas de outras Organizações da Sociedade Civil.



14.3. Os envelopes serão abertos e as páginas de ambos serão rubricadas por todos os representantes presentes na sessão e por representante da Comissão de Seleção, ou, caso haja concordância de todos os representantes presentes, as propostas serão, minimamente, rubricadas por 2 (dois) representantes credenciados, eleitos entre todos os credenciados das Organizações da Sociedade Civil presentes na sessão e por 1 (um) membro da Comissão de Seleção, sendo consignado em ata.

14.4. A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento não inabilitará a Organização da Sociedade Civil participante, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela Organização da Sociedade Civil nas sessões públicas relacionadas ao presente Chamamento.

14.5. Após a entrega dos envelopes “A” e “B” não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Seleção.

14.6. Concomitante aos atos do item 14.3 acima, será feita a numeração das páginas dos envelopes “A” e “B”. Após tais atos será determinado pela Comissão de Seleção o prazo limite para a divulgação do resultado da análise da documentação e seleção, e encerrada a sessão, com a lavratura da respectiva ata contendo os dados e informações pertinentes.

14.7. A análise dos documentos constantes nos envelopes “A” e “B” será feita pela Comissão de Seleção em reunião reservada, podendo a Comissão recorrer a assessoramento técnico, jurídico e econômico, quando achar necessário.

14.8. A Comissão de Seleção primeiro irá realizar a classificação das propostas dos envelopes “A - PROPOSTA”. Seguindo a ordem de tal classificação é que será analisado o envelope “B” — DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” da Organização da Sociedade Civil cuja proposta foi classificada em primeiro lugar. Se esta for considerada habilitada será declarada vencedora do certame.

14.9. Se a Organização da Sociedade Civil melhor classificada for inabilitada, serão analisados os documentos do envelope “B” — DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” da Organização de Sociedade Civil subsequente, na ordem de classificação, até que alguma OSC seja declarada habilitada e, por consequência, vencedora do certame.

14.10. Dentro do prazo previsto conforme cláusula 14.6 acima, o Presidente da Comissão de Seleção divulgará o resultado dos trabalhos da Comissão, com a classificação das propostas apresentadas através dos envelopes “A” e a habilitação e declaração da Organização de Sociedade Civil vencedora do certame, através de publicação no Diário Oficial do Município de São Gonçalo.

14.11. A desconformidade aos padrões e documentações exigidas por este Edital incorrerá na desclassificação do Plano de Trabalho apresentado. É imprescindível apresentação de todos os itens previstos, na sequência estabelecida e com a devida identificação.

15. VALIDADE DO PLANO DE TRABALHO PROPOSTO PARA A PARCERIA

15.1. Fica estabelecida a validade mínima do Plano de Trabalho proposto por 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do seu recebimento pela Comissão de Seleção;

15.2. É obrigatório por parte da Comissão de Seleção, a verificação de autenticidade dos documentos apresentados, sendo facultado a realização de diligência e/ou quaisquer meios disponíveis.



16. RECURSO

16.1. Ao ser declarada a vencedora do certame pela Comissão de Seleção, mediante extrato da decisão publicada no Diário Oficial do Município de São Gonçalo, qualquer participante poderá interpor recurso dentro do prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da publicação do citado extrato da decisão, devendo apresentar por escrito suas razões recursais, ficando as demais participantes, desde logo, intimadas para, se desejarem, apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo para recurso, sendo assegurada a vista imediata dos autos da Chamada Pública aos interessados;

a) Não serão aceitas razões recursais escritas encaminhadas por serviço postal, correio eletrônico ou fax, sendo para todos os fins consideradas como não apresentadas;

b) As razões recursais escritas deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão de Seleção e entregues no setor de protocolo da Fundação Municipal de Saúde, localizado na Avenida São Gonçalo, nº100, Boa Vista, São Gonçalo-RJ, das 9 às 17 horas (horário de Brasília).

16.2. Não serão apreciados os recursos protocolizados fora do prazo acima previsto, pois, por se tratar de manifestação inquestionavelmente intempestiva, acarretará na prescrição do direito de recorrer.

16.3. Recebido o recurso, o Presidente da Comissão de Seleção poderá reconsiderar seu ato, no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão.

16.4. O provimento do recurso importará apenas a invalidação dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

16.5. É facultada à Comissão ou ao Presidente da Fundação Municipal de Saúde, em qualquer fase do processo de seleção, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originariamente da proposta.

16.6. Caso todos os Planos de Trabalho propostos sejam desclassificados, a Comissão de Seleção poderá fixar às Organizações da Sociedade Civil participantes o prazo de 08 (oito) dias para a apresentação de novos Planos de Trabalho.

17. HOMOLOGAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

17.1. Uma vez homologado o resultado do Chamamento Público pelo Presidente da Fundação Municipal de Saúde, a Organização da Sociedade Civil será convocada para, no prazo de 2 (dois) dias, assinar o Termo de Colaboração.

17.2. Deixando a Organização da Sociedade Civil de assinar o Termo de Colaboração no prazo de 2 (dois) dias, poderá a Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas à faltosa, convocar as Organizações da Sociedade Civil participantes remanescentes, por ordem de classificação, na forma do item 14.8. acima.

17.3. A Organização da Sociedade Civil será responsável, na forma do Termo de Colaboração, pelos atos



de seus empregados.

17.4. A Organização da Sociedade Civil será responsável, na forma do Termo de Colaboração, pela qualidade das atividades executadas e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Plano de Trabalho e demais normas técnicas pertinentes, sendo certo que a ocorrência de desconformidade implicará a reexecução da atividade e a substituição dos materiais recusados, sem que isso acarrete qualquer ônus tanto para a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil quanto para a Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

17.5. A Organização da Sociedade Civil será também responsável, na forma do Termo de Colaboração, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução das atividades a seu encargo, respondendo por si e por seus sucessores.

17.6. A fiscalização da parceria caberá à Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil e à Fundação Municipal de Saúde, por meio do gestor ou comissão gestora da parceria, e ainda, por uma Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA, instituída por portaria, devendo a Organização da Sociedade Civil se submeter a todas as medidas, processos e procedimentos inerentes à atuação tanto da Secretaria quanto da Fundação, que não eximem aquela de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, das especificações, nem de quaisquer de suas responsabilidades legais previstas ou não no referido Termo.

18. DAS METAS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS DE ATIVIDADES E PROCEDIMENTOS

18.1. As metas qualitativas e quantitativas das atividades deverão ser executadas, conforme previsto no Plano de Trabalho (Anexo I).

19. DA FORMA DE PAGAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

19.1. A transferência mensal de recursos será liberada em estrita conformidade com as previsões do Termo de Colaboração e o cálculo do valor a ser transferido equivalerá a 1/12 (um doze avos) do valor global do Termo de Colaboração, conforme previsto no Plano de Trabalho (Anexo I).

19.1.1. O valor a que se refere o subitem acima está vinculado ao atingimento das metas quantitativas e qualitativas previstas no Plano de Trabalho (Anexo I).

19.1.2. A comprovação da utilização dos recursos transferidos deverá ser apresentada mensalmente até o 10º (décimo) dia do mês subsequente. Trimestralmente, a OSC deverá apresentar, até o dia 20 do mês subsequente ao trimestre, um Relatório de Prestação de Contas Trimestral.

19.1.3. O primeiro mês de parceria será destinado à fase de implantação, cabendo à OSC elaborar planilha que contemple as despesas correspondentes.

19.1.4. As parcelas dos recursos serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, nos termos da Minuta do Termo de Colaboração, mediante transferência eletrônica, por meio de crédito em conta bancária no Banco a ser indicado pela FMS, de titularidade da OSC, sendo que a primeira parcela será repassada no primeiro dia útil após a publicação do respectivo extrato do Termo de Colaboração no Diário Oficial do Município de São Gonçalo.



19.1.5. Todas as despesas realizadas no primeiro mês de parceria (implantação) deverão ser comprovadas no relatório de Prestação de Contas mensal. Em função da não cobrança de metas Quantitativas e Qualitativas neste período, os valores não utilizados OU as despesas que não forem devidamente comprovadas serão glosadas na Prestação de contas TRIMESTRAL e descontados no mês subsequente.

19.1.6. As despesas previstas e não realizadas no mês de referência deverão ser objeto de ajustes nos demonstrativos do mês subsequente. Todas as despesas que forem eventualmente glosadas serão descontadas no repasse subsequente.

19.1.7. A avaliação dos Indicadores Quantitativos e Qualitativos será realizada trimestralmente na forma acumulada no plano, pela média aritmética (**MA**) dos percentuais alcançados no período de três meses (**meses A, B e C**), seguindo a seguinte metodologia:

$$MA = (\% \text{ mês A} + \% \text{ mês B} + \% \text{ mês C}) / 3$$

19.1.8. Ao final de cada trimestre serão analisados os indicadores apontados nos relatórios da Comissão de Avaliação e Monitoramento, a fim de verificar eventual necessidade de ajustes financeiros decorrentes de possíveis desvios a menor. A constatação de redução significativa no quantitativo de procedimentos realizados, considerando as previsões do Termo de Colaboração, ensejará a análise de possível alteração do referido Termo, mediante aditivo, para readequar as previsões de quantitativos e, conseqüentemente, valores previstos.

19.1.9. Juntamente com a entrega dos Relatórios de Prestação de contas MENSAL deverão ser entregues as certidões negativas de INSS e FGTS dos funcionários contratados em regime CLT para execução do Plano de Trabalho que irá compor o Termo de Colaboração. A não entrega de qualquer documento inviabiliza o pagamento da parcela.

19.1.10. A Organização Social Civil deverá manter em perfeita ordem todos os documentos fiscais e contábeis, especialmente os respectivos livros e os comprovantes de todas as despesas contraídas, devendo apresentá-los sempre que requerido pelos órgãos fiscalizadores competentes. As informações fiscais e contábeis deverão ser encaminhadas através do Relatório de Prestação de Contas assinado pelo responsável da OSC e também por via magnética. Todos os comprovantes fiscais deverão ser emitidos em nome da OSC e seus originais ficarão sob sua guarda e à disposição dos órgãos fiscalizadores. As notas fiscais devem estar devidamente quitadas, contendo a posição de carimbo identificador da OSC, bem como a data e a assinatura de seu preposto.

19.1.11. A 1ª parcela dos recursos financeiros deverá ser repassada no primeiro dia útil após a publicação do extrato do Termo de Colaboração no Diário Oficial do Município de São Gonçalo. As demais serão realizadas no mesmo dia do mês subsequente ao pagamento anterior, mediante a apresentação do Relatório de Prestação de Contas Mensal.

19.2. A transferência mensal de recursos será realizada mediante transferência eletrônica, através de crédito em conta bancária exclusiva, no Banco a ser indicado pela Administração Municipal, de titularidade da Organização da Sociedade Civil.

19.2.1. Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, o Termo de Colaboração poderá admitir a realização de pagamentos em espécie, após saque à conta bancária



específica da parceria, na hipótese de impossibilidade de pagamento mediante transferência eletrônica, devidamente justificada pela Organização da Sociedade Civil no Plano de Trabalho, que poderá estar relacionada, dentre outros motivos, com:

- a) O objeto da parceria;
- b) A região onde se desenvolverão as ações da parceria; ou
- c) A natureza dos serviços a serem prestados na execução da parceria.

19.2.1.1. Ato do Secretário Municipal ou do dirigente máximo da entidade da Administração Pública Municipal disporá sobre os critérios e limites para a autorização do pagamento em espécie.

19.3. Os pagamentos realizados na forma do item anterior não dispensam o registro do beneficiário final da despesa por ocasião da prestação de contas.

19.4. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

19.5. A prestação de contas deverá ser acompanhada dos seguintes relatórios:

19.5.1. Relatório de Execução do Objeto, que conterá:

- a) A demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
- b) A descrição das atividades e ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- c) Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como lista de presença, fotos, vídeos, entre outros; e
- d) Os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver.

19.5.1.1. O relatório de que trata o subitem anterior deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:

- (i) dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- (ii) do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e
- (iii) da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

19.5.1.2. As informações de que trata o subitem 19.5.1.1. serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no Plano de Trabalho.

19.5.1.3. O órgão ou a entidade da Administração Pública poderá dispensar a observância do subitem 19.5.1.1. quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, mediante justificativa prévia.

19.5.1.4. A Organização da Sociedade Civil deverá apresentar justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas.



19.5.2. Relatório de Execução Financeira, que contemplará:

(i) o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho; e

(ii) a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

19.6. A prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias a partir do término da vigência da parceria, inclusive com a comprovação de recolhimento ao Tesouro Municipal de eventuais saldos financeiros.

19.7. Junto à prestação de contas trimestral deverá ser entregue pela OSC parceira a memória de cálculo da provisão para o pagamento de encargos trabalhistas, que deverá incluir valores necessários para a cobertura de férias, décimo-terceiro, encargos trabalhistas diversos, bem como as verbas rescisórias e o aviso prévio-indenizado a serem pagos ao final da parceria:

19.7.1. A memória de cálculo do provisionamento de pessoal deverá ser assinada por contador responsável e por dirigente da entidade parceira.

19.8. A proposta financeira apresentada deverá contemplar o valor suficiente para a execução do objeto da parceria, conforme Plano de Aplicação de Recursos apresentado pela entidade parceira. Qualquer excedente financeiro necessário para a execução da operação e cumprimento do objeto da parceria em tela deverá ser assumido exclusivamente pela OSC, na forma de contrapartida financeira.

20. DO PRAZO, FORMAS DE EXECUÇÃO E DAS RESPONSABILIDADES

20.1. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no órgão ou entidade.

20.2. O prazo da execução do objeto ora selecionado é de 01 (um) ano, tendo início a partir do primeiro dia útil após a publicação do extrato do Termo de Colaboração no Diário Oficial do Município de São Gonçalo.

20.3. O prazo acima poderá ser prorrogado, limitado à vigência máxima decenal, desde que seja atestado pela autoridade competente que as condições e preços permanecem vantajosos para a Administração Pública (na forma do Decreto 166/2019) e cumpridas as metas e indicadores estabelecidos no Termo de Colaboração e seus anexos.

21. DO CANCELAMENTO DO TERMO

21.1. O Termo de Colaboração assinado com a Organização da Sociedade Civil poderá ser cancelado por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

21.2. O cancelamento do respectivo Termo de Colaboração poderá ser:

21.2.1. A pedido da Organização da Sociedade Civil, quando esta comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências do Termo pela ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita



execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado;

21.2.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, que poderá ser através da Fundação Municipal de Saúde.

21.3. Quando a Organização da Sociedade Civil:

- a) perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- b) descumprir as obrigações decorrentes do Termo de Colaboração;
- c) por razões de interesse públicos, devidamente motivados e justificados.

22. DA REVOGAÇÃO DO TERMO

22.1. No caso de detecção de quaisquer irregularidades cometidas pela Organização da Sociedade Civil, a Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo notificará a OSC para que esclareça os fatos de forma a possibilitar-lhe o exercício de defesa e apresentação de contraditório, facultando o saneamento das irregularidades no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão do Termo de Colaboração sem a necessidade de antecedência de comunicação.

22.2. Na ocorrência de rescisão, a Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo suspenderá imediatamente todo e qualquer pagamento a ser realizado à Organização da Sociedade Civil, ficando esta obrigada a prestar contas das importâncias recebidas e a devolver os saldos financeiros remanescentes, se for o caso, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. A Administração Municipal poderá impor à Organização da Sociedade Civil, em decorrência de eventual execução da parceria em desacordo total ou parcial com o Plano de Trabalho, com o respectivo Termo de Colaboração e com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 166/2019, as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

- I. Advertência;
- II. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, por prazo não superior a dois anos;
- III. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II acima.

24. DO TERMO DE COLABORAÇÃO

24.1. As obrigações decorrentes deste Edital, consubstanciar-se-ão na formalização do Termo de Colaboração cuja minuta consta no Anexo X ao presente edital.



24.2. A participação neste processo de seleção implica na sua aceitação integral e irretratável dos termos, cláusulas, condições e anexos do Edital, que passarão a integrar o Termo de Colaboração como se transcrito, com lastro na legislação referida no preâmbulo do Edital, bem como na observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceitas, sob quaisquer hipóteses, alegações de seu desconhecimento em qualquer fase do processo de Seleção e execução do Termo de Colaboração;

24.3. O participante selecionado que deixar de comparecer para assinatura do Termo de Colaboração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos a contar de sua convocação, perderá o direito à realização da parceria objeto do presente edital, desde que observado o contraditório e a ampla defesa. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo;

24.4. Na ocorrência do estabelecido na sobredita cláusula, poderá a Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo convocar os participantes remanescentes do processo de seleção, na ordem de classificação.

24.5. Integram o presente Edital, como se nele estivessem transcritos, os Anexos supracitados.

24.5.1. A execução do Termo de Colaboração deverá ser iniciada a partir do primeiro dia útil após a publicação do extrato do Termo de Colaboração no Diário Oficial do Município de São Gonçalo.

24.5. As responsabilidades da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo estão descritas no Plano de Trabalho apresentado pela entidade parceira selecionada, cujo teor deverá estar perfeitamente adequado ao Plano de Trabalho e seus anexos, constantes no Anexo I deste edital.

24.6. As responsabilidades da Organização da Sociedade Civil parceira selecionada deverão estar descritas no Plano de Trabalho apresentado pela mesma, sendo obrigatório que teor refleta perfeitamente as determinações de responsabilidades apresentadas no Plano de Trabalho e seus anexos, constante no Anexo I deste edital.

24.7. Havendo questionamento quanto aos serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil que impeça o aceite da finalização dos serviços, a Organização da Sociedade Civil deverá providenciar medidas saneadoras, para o definitivo aceite.

24.8. A Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo reserva-se ao direito de não emitir o Termo de Aceite dos serviços, se estes estiverem sido executados em desacordo com as especificações constantes deste Edital e de seus Anexos, e de aplicar as sanções cabíveis por descumprimento contratual.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. A homologação do resultado do presente Chamamento Público não ocasionará direito à celebração de Termo de Colaboração.

25.2. A Organização da Sociedade Civil deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Chamamento Público quando da assinatura do Termo de Colaboração e durante toda a vigência da parceria.



25.3. Para o deslinde das questões porventura ocorridas no Chamamento Público, a Comissão de Seleção observará as regras do presente Edital, a Lei Federal nº 13.019/2014, o Decreto Municipal nº 166/2019, e as normas que informam a atuação da Administração Pública, principalmente os Princípios de Direito Público.

25.4. Ficam as Organizações da Sociedade Civil participantes deste Chamamento Público e seus representantes legais ou agentes credenciados sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis quando praticarem irregularidades que venham ferir as normas deste Edital e aos Princípios de Direito Público.

25.5. A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração do Termo de Colaboração ou do Plano de Trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da Organização da Sociedade Civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

(i) Por termo aditivo à parceria, para:

- (a) Ampliação do valor global, no limite máximo de até 25% (vinte e cinco por cento);
- (b) Redução do valor global, sem limitação de montante;
- (c) Prorrogação da vigência, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses; ou
- (d) Alteração da destinação dos bens remanescentes.

(ii) Por termo de apostilamento à parceria, para:

- (a) A utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução da parceria;
- (b) Remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

25.6. A Administração Pública Municipal poderá autorizar, após solicitação fundamentada da Organização da Sociedade Civil, por meio de deliberação do Gestor ou de uma Comissão Gestora da parceria e ratificação da Comissão de Monitoramento e Avaliação, desde que não haja alteração do objeto e acréscimo do valor global da parceria:

- (a) A utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução da parceria.

25.7. Sem prejuízo das alterações previstas no item anterior, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para:

(i) Prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da Administração Pública Municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado; e

(ii) Indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

25.8 O Edital estará disponível no site do município: <https://www.pmsg.rj.gov.br>.

25.9. Fica eleito o Foro da Comarca de São Gonçalo - RJ, para dirimir possíveis litígios decorrentes deste procedimento licitatório.

25.10. Para aquisição de bens e serviços a SOC parceira deverá realizar, no mínimo, 03 cotações prévias com base nos preços praticados pelo mercado, conforme Nota Técnica 39 nº 01/2018 -



MPE/MPC/MPT/MPF.

25.11. Integram o presente Edital todas as instruções, observações e restrições contidas nos seus anexos:

Anexo I- Plano de Trabalho

- Apêndice I do Anexo I do Plano de Trabalho – Plano de Ações e Atividades;
- Apêndice II do Anexo I do Plano de Trabalho – Planilha de Custos Estimada de Desembolso;
- Apêndice III do Anexo I do Plano de Trabalho – Inventário de bens móveis;

Anexo II - Modelo de credenciamento/procuração;

Anexo III - Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e idoneidade;

Anexo IV - Declaração de Visita Técnica;

Anexo V - Declaração de Não Realização de Visita Técnica;

Anexo VI - Modelo de declaração relativa à contratação de servidores públicos;

Anexo VII - Modelo de declaração que não incide em nenhuma das hipóteses de impedimento;

Anexo VIII - Declaração de cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art.7º da CF de 1988;

Anexo IX- Cronograma de Desembolso;

Anexo X - Minuta de Termo de Colaboração;

Anexo XI- Termo de Permissão de Uso.



ANEXO I

PLANO DE TRABALHO:

**Complexo Hospitalar Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto
("PSC") e Hospital Infantil Darcy Souza Vargas ("PSI")**

Março/2025



1. OBJETO

1.1. O objeto do presente Plano de Trabalho é a apresentação técnica para a possível realização de chamada pública para a seleção de Organização da Sociedade Civil que possua interesses recíprocos aos interesses da Administração Pública para a realização de atividades no âmbito do Complexo Hospitalar Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto e Hospital Infantil Darcy Souza Vargas, no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, necessárias ao gerenciamento, à operacionalização e à execução de ações e serviços de saúde, por meio de parceria firmada através de termo de colaboração, de forma a assegurar o atendimento das demandas da Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência, e a assistência universal e gratuita à população unicamente através do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme especificações dispostas neste Plano de Trabalho.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O município de São Gonçalo, localizado no estado do Rio de Janeiro, integrante da região Sudeste do País, encontra-se no Leste Fluminense, mais especificamente na Região Metropolitana II do Estado, integrando essa região com mais 6 (seis) municípios, sendo eles: Itaboraí, Maricá, Niterói, Rio Bonito, Silva Jardim e Tanguá. O município está localizado na região hidrográfica da Baía de Guanabara, e seus limites são os municípios de Niterói, ao norte, de Itaboraí, ao leste, e o de Maricá, ao oeste.

Mapa do Município de São Gonçalo com seus limites e Distritos Sanitários, RJ.*



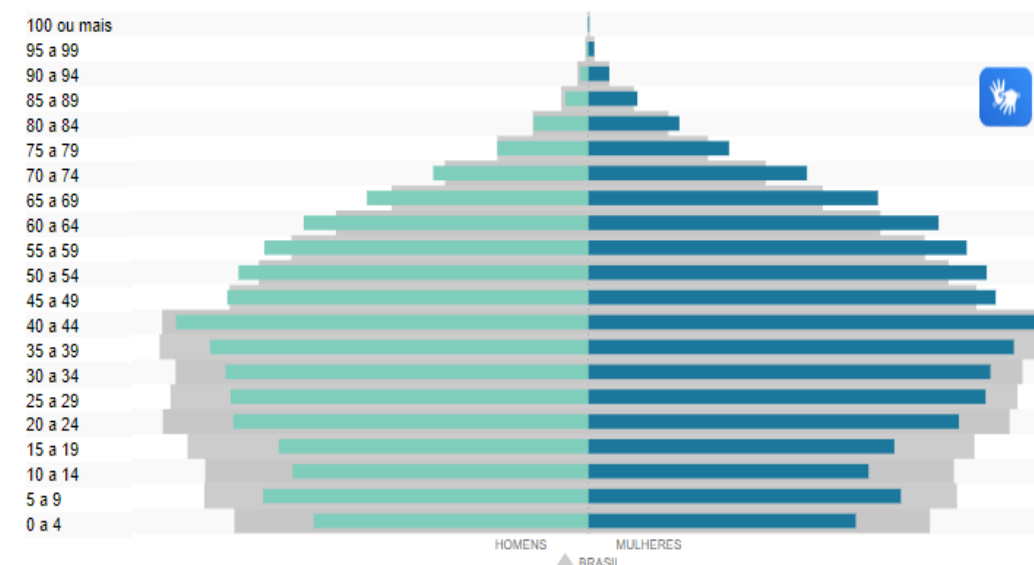
*Fonte: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/sao-goncalo/mapas-e-bairros/>

2.2. O município é o segundo mais populoso do Estado do Rio de Janeiro, depois da capital, apresentando uma população, no ano de 2022, de 896.744 (oitocentos e noventa e seis mil, setecentos e quarenta e quatro) habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo o mais populoso do Leste Fluminense, e o 18º mais populoso do País. Uma população predominantemente jovem, com 58% na faixa etária de 20 a 59 anos, porém com uma população de idosos em crescimento (19%), conforme apresentado na pirâmide etária a seguir. Em relação ao sexo, 53% da população gonçalense é do sexo feminino e 47% do sexo masculino. Em relação aos dados de raça/cor, 63% são de pessoas pretas e pardas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Pirâmide Etária da população residente no município de São Gonçalo em 2022, Segundo o IBGE.**



**Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/panorama->

2.3. A cidade possui uma área territorial de 248.160 km², o que lhe caracteriza como sendo o 12º município em extensão territorial dentre todos os demais da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e o 6º em densidade demográfica com 3.613,57 hab/km² (IBGE, 2022). Com uma extensa malha rodoviária, é cortada por três importantes rodovias, sendo uma federal, BR 101, duas estaduais, a RJ 104 e a RJ 106. Possui 92 (noventa e dois) bairros oficiais, de acordo com a lei municipal nº 582 de 12/08/2014, divididos administrativamente em cinco distritos: São Gonçalo, Neves, Sete Pontes, Monjolos e Ipiíba.

Características gerais dos Distritos Sanitários de São Gonçalo, RJ.

Distrito	Nome	Característica	Total de Bairros
1º Distrito	São Gonçalo (sede)	É o distrito sede e deu origem a dois outros a partir de seu desmembramento (Neves e Monjolos). Foi denominado como “Vila” durante muitos anos, passando a 1º Distrito com o Decreto-Lei Estadual 1.063 de janeiro de 1944.	30 bairros
2º Distrito	Ipiíba	Em tupi, significa “planta de aipim”. É um distrito marcado pela atividade agrícola tradicional. Era chamado de Cordeiros em alusão à freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Cordeiro.	20 bairros
3º Distrito	Monjolos	Faz referência à árvore presente no local. O bairro Jardim Catarina, atualmente o maior loteamento da América Latina, faz parte deste distrito.	17 bairros
4º Distrito	Neves	É um importante distrito que forma o corredor viário de ligação dos acessos às cidades de Niterói e Rio de Janeiro. Foi centro comercial de São Gonçalo, marcado pela movimentação econômica. Havia um porto que recebia a produção agrícola do município, a ser transportada para o Rio de Janeiro.	13 bairros
5º Distrito	Sete Pontes	Durante a Guerra Brasil-Paraguai, um engenheiro francês ficou responsável por construir no local uma ponte. Ao falar dela usava o termo francês “cette pont”, que significa “esta ponte”. Porém a população incorporou a forma como o termo era entendido, passando assim a denominar o distrito de “Sete Pontes”. Também faz parte do corredor viário que liga o município ao Rio de Janeiro e à Niterói.	10 bairros

Fonte: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/sao-goncalo/mapas-e-bairros/>

2.4. Nos últimos anos apurou-se um expressivo aumento do número de usuários do SUS, tornando-se necessária a ampliação e qualificação da assistência de saúde, tendo em vista que a demanda do



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

município é superior à sua capacidade instalada. Além disso, face o cenário atual, que demonstra 6,9 (seis vírgula nove) internações por cada 100.000 (cem mil) habitantes, evidencia-se a necessidade de atendimento dos pacientes adultos e pediátricos assistidos pelo SUS acolhendo-os em unidade municipal que priorize um atendimento humanizado e qualificado, garantido, concomitante à adoção de políticas sociais e econômicas que objetivam a redução do risco de doenças e de outros agravos, o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção da saúde, sua proteção e recuperação.

2.5. Com base na relevância dos equipamentos hospitalares para o município de São Gonçalo, foi realizada a análise das hospitalizações no ano de 2023 da qual se destacou o fato de que o Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto atende aproximadamente 221.885 (duzentos e vinte e um mil e oitocentos e oitenta e cinco) pacientes por ano. Destacou-se, também, que o Hospital Infantil Darcy Souza Vargas atende aproximadamente 74.282 (setenta e quatro mil duzentos e oitenta e dois) pacientes por ano.

2.6. Da análise do quadro geral do número de internações hospitalares aprovadas de estabelecimento de saúde no Estado do Rio de Janeiro, verifica-se um crescimento no número de internações em ambos os sobreditos equipamentos hospitalares: no ano de 2022 foi registrado um quantitativo 2.593 (duas mil quinhentas e noventa e três) internações no Hospital Infantil Darcy Souza Vargas, e de 4.436 (quatro mil quatrocentas e trinta e seis) internações no Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto, acarretando em um quantitativo total de 7.029 (sete mil e vinte e nove) internações.

2.7. No ano seguinte, 2023, foram registradas 2.988 (duas mil novecentas e oitenta e oito) internações no Hospital Infantil Darcy Souza Vargas e 5.336 (cinco mil trezentas e trinta e seis) internações no Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto, que gera um quantitativo total de 8.324 (oito mil trezentas e vinte e quatro) internações, tudo com base nos dados obtidos através da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES RJ), obtidos no site: <https://www.saude.rj.gov.br/informacao-sus/dados-sus/2020/04/assistencia-hospitalar-sihsus>, conforme demonstra-se nos quadros abaixo:

Quantitativo de internações hospitalares aprovadas nos anos 2022 e 2023, no Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto:

Internações hospitalares aprovadas de estabelecimentos do estado do Rio de Janeiro		
Quantidade de internações por Ano de processamento segundo Diagn. principal - capítulo		
Ano/mês do processamento:2023; Estabelecimento:RJ, São Gonçalo - PRONTO SOCORRO CENTRAL DR ARMANDO GOMES DE SA COUTO - 2696746;		
Diagn. principal - capítulo	2022	2023
Total	4.436	5.336
Capítulo 1 - Algumas doenças infecciosas e parasitárias	241	326
Capítulo 2 - Neoplasias [tumores]	143	181
Capítulo 3 - Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	288	394
Capítulo 4 - Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	140	146
Capítulo 5 - Transtornos mentais e comportamentais	5	6
Capítulo 6 - Doenças do sistema nervoso	16	7
Capítulo 7 - Doenças do olho e anexos	0	1
Capítulo 9 - Doenças do aparelho circulatório	1.003	1.046
Capítulo 10 - Doenças do aparelho respiratório	485	491
Capítulo 11 - Doenças do aparelho digestivo	392	413
Capítulo 12 - Doenças da pele e do tecido subcutâneo	80	193
Capítulo 13 - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	12	54
Capítulo 14 - Doenças do aparelho geniturinário	434	504
Capítulo 15 - Gravidez, parto e puerpério	4	5
Capítulo 16 - Algumas afecções originadas no período perinatal	5	6
Capítulo 17 - Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	1	3
Capítulo 18 - Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	188	240
Capítulo 19 - Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	949	1.134
Capítulo 21 - Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	50	185
Capítulo 22 - Códigos para propósitos especiais	0	1



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Quantitativo de internações hospitalares aprovadas nos anos 2022 e 2023 no Hospital Infantil Darcy Sousa Vargas:

Internações hospitalares aprovadas de estabelecimentos do estado do Rio de Janeiro		
Quantidade de internações por Ano de processamento segundo Diagn. principal - capítulo		
Ano/mês do processamento:2022; Estabelecimento:RJ, São Gonçalo - HOSPITAL INFANTIL DARCY SOUZA VARGAS - 2704595;		
Diagn. principal - capítulo	2022	2023
Total	2.593	2.989
Capítulo 1 - Algumas doenças infecciosas e parasitárias	353	424
Capítulo 3 - Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	30	42
Capítulo 4 - Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	44	43
Capítulo 6 - Doenças do sistema nervoso	47	29
Capítulo 7 - Doenças do olho e anexos	0	7
Capítulo 8 - Doenças do ouvido e da apófise mastóide	35	47
Capítulo 9 - Doenças do aparelho circulatório	23	30
Capítulo 10 - Doenças do aparelho respiratório	1.472	1.653
Capítulo 11 - Doenças do aparelho digestivo	143	145
Capítulo 12 - Doenças da pele e do tecido subcutâneo	108	131
Capítulo 13 - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	20	36
Capítulo 14 - Doenças do aparelho geniturinário	220	284
Capítulo 16 - Algumas afecções originadas no período perinatal	13	16
Capítulo 17 - Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	9	25
Capítulo 18 - Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	9	9
Capítulo 19 - Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	60	63
Capítulo 21 - Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	7	5

2.8. Diante de tal cenário, há de se essaltar que a atenção à saúde deve centrar suas diretrizes na qualidade dos serviços prestados aos usuários, com atenção acolhedora, resolutiva e humanizada, oferecendo, segundo o grau de complexidade de assistência requerida e sua capacidade operacional, os serviços de saúde adequados.

2.9. É premente a necessidade de integração e interação dos serviços de saúde, em atendimento aos princípios preconizados na Lei Federal nº 8.080/90, dando suporte ao atendimento de pacientes com quadros clínicos agudos ou crônicos, de assistência e atenção à saúde e as urgências e emergências, dentro de um sistema hierarquizado e regulado, sendo capaz de garantir uma cadeia de reanimação e estabilização para os pacientes graves.

2.10. Na mesma linha, ressalta-se que a Unidade de Saúde tem por sua função disponibilizar os serviços assistenciais, centrados na qualidade do atendimento, buscando para isso um constante aprimoramento do padrão técnico funcional, devendo atender às normas preconizadas pelo Ministério da Saúde – MS, especialmente aos referentes ao atendimento humanizado e integral à saúde do usuário.

2.11. Quando se trata de urgência, o tempo de resposta é uma qualidade essencial, portanto, a gerência e operação de Unidades Hospitalares 24h, requer a sincronia e sinergia de fatores para o bom desempenho das equipes, inclusive levando-se em conta as situações de gravidade, que requerem um tempo de resposta exíguo.

2.12. Para o adequado funcionamento técnico e administrativo de uma unidade hospitalar é necessária a organização e a execução de ações de ordem logística (limpeza e conservação, manutenção predial, segurança, telefonia, rouparia, alimentação, descarte de resíduos, transportes e disponibilidade de insumos e medicamentos, entre outros), 24h (vinte e quatro horas) por dia, bem como o gerenciamento de equipes técnicas e administrativas, registro de trabalho das informações dos atendimentos e das informações sobre saúde concernentes ao atendimento do público em geral.



2.13. Neste ponto, salienta-se que as transformações nas organizações têm acompanhado as inovações tecnológicas, as quais têm desempenhado um papel extremamente importante no conjunto de modificações que revolucionaram o setor de operação na atualidade.

2.14. Tais inovações não se limitam às transformações nas máquinas e equipamentos de tecnologia, mas se traduzem, também, em novas tendências de organização dos processos e das relações de trabalho, nas modificações de mercado, nas intervenções e políticas econômicas aplicadas nas contratualizações.

2.15. Neste contexto, a Secretaria de Saúde e Defesa Civil do Município realizou um levantamento acerca da produção (atendimentos) das unidades nos anos de 2023 e 2024, mediante estudo realizado pelo grupo de trabalho criado através da Portaria nº 018/SEMSADC/2024, publicada no diário oficial do município no dia 15 de abril de 2024. O estudo teve por objetivo geral: (i) atualizar a programação de saúde do Município de São Gonçalo no âmbito da Rede Hospitalar e de Urgência e Emergência, quanto a necessidade de leitos hospitalares; (ii) diagnosticar os principais déficits/superávits assistenciais de saúde; (iii) propor os devidos ajustes da capacidade instalada; (iv) rever os mecanismos de contratualização para fins de gerenciamento e gestão ora existentes e (v) revisar o perfil das unidades e os fluxos e mecanismos de regulação.

2.16. Ato seguinte, a Secretaria de Saúde e Defesa Civil do Município apresentou um segundo Estudo Técnico, que revelou informações que possibilitaram a apuração de viabilidade, vantajosidade, eficiência e economicidade para Administração Pública em decorrência da criação de um Complexo Hospitalar reunindo o Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto ("PSC") e o Hospital Infantil Darcy Souza Vargas ("PSI"), juntamente com a realização de uma parceria com o terceiro setor, mais especificamente com uma Organização da Sociedade Civil, através da celebração de Termo de Colaboração, com base na Lei Federal nº 13.019/2014, para realização de atividades no âmbito do complexo.

2.17. Por meio do sobredito estudo - constante nos autos do Processo Administrativo nº: 989/2025, o Grupo Técnico providenciou uma análise pormenorizada de todo o contexto diretamente relacionado aos serviços e atendimentos realizados nos últimos anos no Município de São Gonçalo, tanto no Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto, quanto no Hospital Infantil Darcy Souza Vargas.

2.18. Tal estudo agregou informações suficientes à devida compreensão dos elementos que levaram à conclusão da proposta de realização de uma parceria com o terceiro setor como sendo a melhor estratégia, esclarecendo condições mínimas que devem constar descritas, caracterizadas e especificadas no respectivo Plano de Trabalho – o que deu origem ao presente instrumento, considerando a busca de que a instituição filantrópica parceira, em regime de mútua cooperação com a Administração Pública, realize atividades de saúde possíveis e necessárias em setores importantes do Complexo Hospitalar, assumindo responsabilidades, de forma a assegurar o atendimento das demandas da Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência, com a assistência universal e gratuita à população unicamente através do Sistema Único de Saúde ("SUS"), de forma a alcançar efetividade juntamente com a devida economicidade, tudo através do uso eficiente dos recursos públicos a serem adotados.

2.19. O Estudo frisou, também, que a Organização da Sociedade Civil parceira buscará tais objetivos ao mesmo tempo em que deverá atender às obrigações voltadas a obtenção de considerável aumento qualitativo e quantitativo nos atendimentos e serviços realizados nas unidades de saúde do complexo, baseando-se em metas pré-determinadas necessárias a atender a demanda apresentada atualmente pelos indicadores do SUS e demais dados apurados junto à rede de Saúde Pública.

2.20. No caso, resta evidenciado que o Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto e o Hospital Infantil Darcy Souza Vargas perfomam como as principais portas de entrada para o atendimento das urgências para a população gonçalense, considerando os números de internações realizadas nas referidas unidades nos últimos anos – em 2022 foram 7.029 (sete mil e vinte e nove) internações e em 2023 foram 8.324 (oito mil trezentas e vinte e quatro), no total.



2.21. Destacam-se entre suas potencialidades a facilidade do acesso devido sua localização central e a disponibilidade de serviços e especialidades que garantem o atendimento resolutivo e oportuno a população.

2.22. Foram frisados os desafios de ordem estrutural, financeira, de gestão e de recursos humanos verificados nos estudos. Dentre estes apurou-se que se sobrepõe a superlotação, pois os serviços frequentemente operam acima de sua capacidade, atendendo um número excessivo de pacientes, o que resulta em longas esperas e deterioração da qualidade do atendimento. Esse cenário demonstrou-se exacerbado pela insuficiência de leitos hospitalares e pela falta de uma rede de atenção primária eficiente - que pode resolver problemas de saúde menos graves antes que se tornassem emergências caso sejam melhor gerenciadas e aprimoradas.

2.23. Frisou-se, ainda, a questão estrutural, pois as duas unidades de saúde em questão operam em instalações antigas que, apesar de reformas recentes, ainda possuem necessidades de melhorias para melhor atendimento as demandas que lhes são encaminhadas e às normativas sanitárias vigentes.

2.24. Outro ponto de destaque foi a alta rotatividade dos profissionais de saúde verificada nas referidas unidades, principalmente de médicos, evidenciando-se uma certa dificuldade de retenção dos profissionais. O estudo alertou para uma possível sobrecarga de trabalho associada a salários baixos e condições de trabalho estressantes, fatos que contribuem para a alta rotatividade e para a falta de motivação entre os trabalhadores não só da equipe médica, mas entre os não médicos – fatores preocupantes que devem ser evitados, pois a garantia da continuidade e a segurança dos serviços prestados é fundamental em hospitais de urgência.

2.25. Há de se destacar outra importante contribuição do estudo que apontou a necessidade de presença de equipamento gerador de energia que atue em apoio às unidades, de forma a assegurar que equipamentos médicos vitais, como ventiladores, monitores de pacientes, máquinas de diálise e sistemas de iluminação, continuem operando sem interrupção.

2.26. Tal equipamento demonstra-se essencial não apenas para a manutenção de tratamentos em andamento, mas também para a realização de procedimentos de emergência, diagnósticos precisos e intervenções cirúrgicas. Além disso, a disponibilidade de um gerador visa a prevenção de possíveis falhas nos sistemas de TI e comunicação, que são fundamentais para a coordenação e a administração de unidades hospitalares.

2.27. Através da realização de um inventário abrangente de mobiliário e equipamentos de informática em ambas as unidades de saúde - componentes do futuro Complexo Hospitalar, que incluiu a catalogação de todos os itens essenciais, desde mesas e cadeiras até computadores, impressoras e outros dispositivos tecnológicos utilizados nas atividades diárias do PSC e PSI, foi possível identificar a necessidade de atualização, manutenção e substituição de equipamentos, assegurando que as unidades disponham de recursos adequados para oferecer um atendimento de qualidade. Além disso, o inventário permitiu otimizar a gestão dos ativos, garantindo a eficiência operacional e a continuidade dos serviços médicos e administrativos. A relação com o referidos itens consta no Anexos III do presente Plano de Trabalho.

2.28. Assim, a identificação de necessidades específicas como a adequação de geradores de energia, de estrutura física referente ao abrigo temporário de resíduos, a atualização de mobiliário e equipamentos de informática, a manutenção e melhoria dos serviços de apoio e especializados, dentre outros apresentados no estudo citado, foi fundamental para se concluir as medidas necessárias a assegurar a continuidade e a qualidade dos atendimentos, especialmente em situações de emergência.

2.29. Além disso, a avaliação do serviço de alimentação e a análise do quadro de recursos humanos destacaram a importância de uma gestão integrada e eficiente, que priorize a capacitação contínua dos profissionais e a manutenção de um ambiente de trabalho adequado. Este diagnóstico, obtido através do estudo técnico realizado, permitiu uma avaliação detalhada das condições físicas, tecnológicas e operacionais, identificando pontos fortes e áreas que necessitam de melhorias.



2.30. Apurou-se que com a realização de uma parceria com uma OSC e a consequente realização de atividades bem elaboradas e fiscalizadas o complexo hospitalar poderá não apenas otimizar seus serviços e infraestrutura, mas também fortalecer sua capacidade de resposta, assegurando um atendimento seguro e de alta qualidade para todos os pacientes, independentemente da faixa etária.

2.31. Acredita-se que mediante a implementação das medidas deste Plano de Trabalho o Complexo Hospitalar estará preparado para enfrentar os desafios diários e eventuais crises, garantindo um atendimento seguro, rápido e de alta qualidade para todos os pacientes, adultos e infantis, a melhora da eficiência operacional e o fortalecimento da capacidade de resposta das unidades do complexo, promovendo um sistema de saúde mais robusto para a população de São Gonçalo.

2.32. Acerca da comprovação de economicidade e da vantajosidade devida, destacam-se entre os elementos verificados no citado estudo técnico (i) a possibilidade de aquisição de insumos de melhor qualidade e com menor valor, (ii) a possibilidade de compartilhamento de insumos entre as unidades, fazendo um uso mais inteligente e aprimorado dos estoques, evitando perdas, (iii) a centralização da fiscalização das execuções de atividades e serviços em todo o Complexo Hospitalar e (iv) um melhor controle de qualidade de todas as atividades e serviços realizados através da parceria.

2.33. No caso, como fruto da utilização das estruturas no formato de um Complexo Hospitalar, utilizando e aprimorando as estruturas já existentes com as devidas melhorias e readequações físicas, será possível a realização de aquisição de insumos para a utilização em todo o Complexo Hospitalar através de compras conjuntas, o que possibilita a aquisição de maior quantidade de um produto em uma só compra e a possibilidade de se obter maior desconto, pagando-se menor valor, dada a quantidades, possibilitando uma expressiva economia aos cofres públicos, considerando os elevados números identificados no presente estudo.

2.34. Há ainda a possibilidade de aquisição de materiais de melhor qualidade com melhores preços, o que se converte em melhoria na qualidade dos atendimentos e tratamentos realizados que serão realizados no Complexo.

2.35. Outro ponto interessante é a possibilidade de uma forma inteligente de gestão dos insumos, viabilizando o compartilhamento destes entre as unidades, ocasionando uma significativa diminuição no risco de uma repentina falta de alguns insumos, o que representa elevado risco à saúde dos usuários atendidos nestas unidades. Tal medida resultará, também, no uso inteligente e aprimorado dos estoques, evitando perdas por diversos motivos, e em um armazenamento mais adequado otimizando a logística.

2.36. A economicidade é verificada, igualmente, por força da centralização da fiscalização das execuções de atividades e serviços que deverão ser realizados pela OSC parceira em todo o Complexo Hospitalar, especialmente considerando a forma como atualmente funcionam as unidades de saúde em questão.

2.37. Apesar de serem unidades vizinhas que realizam atendimento de pronto socorro, também conhecido como unidades “portas abertas”, verifica-se que o Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto encontra-se sob a gestão de uma Organização Social de Saúde sendo fiscalizado pela Comissão de Fiscalização de O.S. da Secretaria de Saúde e Defesa Civil, já o Hospital Infantil Darcy Souza Vargas é um unidade de saúde sob gestão unicamente da Secretaria de Saúde, sendo fiscalizado de forma diversa por outros servidores.

2.38. Com o advento do Complexo Hospitalar unindo em uma única parceria a realização de atividades e serviços de saúde no Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto e no Hospital Infantil Darcy Souza Vargas, a fiscalização de ambas unidades será realizada como se uma fossem, sendo que no formato de um complexo, possibilitando, dentre outros pontos, um maior controle e fiscalização de todos as áreas das unidades, desde a aquisição e gastos de insumos, aos horários de atendimentos, à qualidade de manutenção e limpeza dos equipamentos e unidades, especialmente com relação às metas de qualidade e quantidade que serão pré estabelecidas, fato que deverá se traduzir em eficiência e economia para o Município.



2.39. Destaca-se a importância da realização de uma pesquisa de preços nos moldes da legislação vigente, de forma a reforçar a comprovação da vantajosidade e da economicidade em decorrência de uma parceria no âmbito do Complexo Hospitalar em questão, já apuradas por força do estudo técnico realizado e apresentado nos autos do Processo Administrativo nº: 989/2025, o qual destaca a evidente eficiência na aplicação dos recursos públicos e consequente economia prevista por força da realização de atividades através de uma parceria com uma OSC, principalmente quando se comparam os valores gastos nos últimos anos pelo Município com a gestão das unidades de saúde que irão compor o complexo – o Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto e o Hospital Infantil Darcy Souza Vargas, conforme restará destacado, também, no presente Plano.

2.40. Outra importante comprovação da vantajosidade, de forma contábil, apresentada no sobredito estudo técnico, foi apurada mediante importante referência de valor extraída da comparação da contratualização realizada para a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde no Complexo Estadual de Saúde da Penha, que é formado pela Unidade de Pronto Atendimento da Penha (UPA 24h) e pelo Hospital Estadual Getúlio Vargas, com dados do Plano de Trabalho à época da contratualização realizada para a realização de atividades no HCCOR – Hospital do Cancer e do Coração de São Gonçalo – RJ, com uma Organização da Sociedade Civil.

2.41. No primeiro caso, realizado através do Edital de Seleção nº 02/2021 - Processo nº SEI-080001/003619/2021, da Secretaria de Estado de Saúde, verificou-se que, uma vez que o edital previu que 50% (cinquenta por cento) do valor previsto mensal, de R\$ 22.808.017,52, seria destinado para a realização de 510 (quinhentas e dez) cirurgias, ou seja, o valor total de R\$ 11.404.008,76 (onze milhões quatrocentos e quarenta mil e oito reais e setenta e seis centavos), pode-se apurar um valor médio, para cada cirurgia, de R\$ 22.360,80 (vinte e dois mil trezentos e sessenta reais e oitenta centavos).

2.42. No segundo caso, no Processo Administrativo FMS nº 1.352/2022 - Chamamento Público nº 005/2022, que deu origem ao Termo de Colaboração nº 002/2022 (vigente), verifica-se que o Plano de Trabalho para a realização de parceria no âmbito do HCCOR – Hospital do Cancer e do Coração de São Gonçalo – RJ (antigo Hospital Franciscano) apontou, após estudos orçamentários considerando os parâmetros de funcionamento de uma parceria com OSC – Organização da Sociedade Civil, a previsão do valor mensal de R\$ 4.731.700,24 (quatro milhões setecentos e trinta e um mil e setecentos reais e vinte e quatro centavos) para a realização de 396 (trezentas e noventa e seis) cirurgias, donde se apura um valor médio, para cada cirurgia, de R\$ 16.002,07 (dezesesseis mil e dois reais e sete centavos).

2.43. Para melhor ilustrar reproduzimos abaixo o quadro comparativo ilustrando os detalhes acima:

Comparativo Hosp. Est. Getúlio Vargas e Hospital Franciscano

Unidades de Saúde:	Hospital Estadual Getúlio Vargas	Hospital Franciscano
Quantidade de cirurgia:	510	396
Valor Total Previsto Mensal:	R\$ 22.808.017,52	R\$ 4.731.700,24
50% do valor do contrato:	R\$ 11.404.008,76	não se aplica
Valor Médio por cirurgia:	R\$ 22.360,80	R\$ 16.002,07

2.44. Dessa forma, pela simples comparação dos dados acima, foi observado uma provável economia de valor para os cofres públicos próxima de 28,5% (vinte e oito inteiros e cinquenta décimos por cento) no valor a ser pago por cada cirurgia, em decorrência da utilização de uma parceria com OSC para a realização de atividades naquela unidade, ao invés de gestão direta pela Administração Pública.

2.45. Outro ponto importante a se destacar está nos benefícios adicionais que acarretam em aumento de eficiência no funcionamento do serviço, fruto da ausência de interrupções motivadas por falta de manutenção dos equipamentos utilizados (no caso são diversos, de diferentes complexidades e alto valor), da falta de insumos, da reposição de peças e da ausência de pessoal médico e técnico especializado, considerando que a parceira ficará responsável pela locação de equipamentos necessários, pelas manutenções preventivas, pela reposição de peças e contratação de pessoal titulado e especializado, caso assim seja necessário, com uma agilidade compatível ao setor privado, valendo ressaltar, também, que estas ações resultarão em aumento da vida útil dos equipamentos.



2.46. Para melhor esclarecer transcreve-se abaixo importante quadro comparativo entre as ações decorrentes de serviços próprios pelo Município e de serviços contratados:

Comparativo "Serviço Próprio x Através de Parceria"

	SERVIÇO PRÓPRIO	ATRAVÉS DE PARCERIA
AQUISIÇÃO	Obedece aos ritos previstos na Lei nº 14.133/21, para licitação na compra de equipamentos e manutenção. Recurso financeiro deve estar previsto em dotação orçamentária. Quando se realiza a aquisição dos equipamentos este se torna obsoleto num curto espaço de tempo em relação as atualizações tecnológicas em saúde.	Disponibilidade de equipamentos sempre atualizados, conforme estabelecido em contrato. Substituição se dá a cada apresentação de inoperância do equipamento.
MANUTENÇÃO	Realização de contrato de manutenção, com aquisição de peças de reposição, obedecendo a Lei nº 14.133/21.	A contratação dispensa a necessidade de contrato de manutenções pela Contratante.
TEMPO DE SUSPENSÃO DO SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA	Não há substituição durante o tempo em que o equipamento estiver inoperante.	Maximização de tempo em que o equipamento permanece disponível para operação. Implantação de regras rígidas para substituição de peças ou equipamentos defeituosos.
CONTRATAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	Menor dinamismo do emprego público atribuído às dificuldades no cumprimento de algumas das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. Como se sabe, a política de contenção fiscal, da Lei de Responsabilidade Fiscal, estabeleceu limites para as despesas com pessoal para os poderes executivo, legislativo e judiciário das esferas administrativas da União. São limites máximos calculados como percentuais da Receita Corrente Líquida.	O custeio de despesas de recursos humanos passam a ser da Parceira.

2.47. Outro ponto de grande relevância e efeito direto na vantajosidade apura-se do fato que de, para a contratação de recursos humanos no setor público, os trabalhadores devem ser admitidos mediante a realização de concurso público com normas específicas, os quais acarretam gastos elevados para sua elaboração e consecução, bem como demandam considerável previsão orçamentária, o que diante do cenário atual torna a medida mais onerosa e menos eficaz do que a parceria proposta, sendo inviável à Administração Pública.

2.48. Desta feita, demonstra-se oportuno para a gestão municipal a realização de uma única parceria através de um Termo de Colaboração que abarque as unidades de saúde em um complexo hospitalar, visando a otimização dos custos operacionais e da logística de insumos, a economia na aquisição e utilização de materiais diversos necessários à operação, assim como na contratualização com terceiros, possibilitando a adoção de práticas gerenciais capazes de otimizar os recursos existentes frente a demanda assistencial, resultando, também, no acesso equânime e oportuno da população do município à assistência hospitalar de urgência e emergência de qualidade.

2.49. Salienta-se, ainda, que o modelo de parceria que se objetiva, já adotado pelo Município de São Gonçalo em outros equipamentos de saúde – como Hospital do Cancer e do Coração – HCCOR e no Centro de Imagem e Especialidades de São Gonçalo - CIESG, igualmente se apresenta como viável e vantajoso, pois prima pelos resultados com foco na melhoria na qualidade em todas as etapas das atividades de saúde, o que representará melhoria nos serviços disponibilizados para tratamento dos pacientes e consequente melhora na qualidade de vida destes. Destacando-se que no referido modelo o Município assume as funções de formulação de políticas, coordenação de sua execução, regulação das ações e fiscalização dos resultados.



2.50. Dessa forma, verifica-se ser plenamente justificável que a execução das atividades no âmbito dos serviços de saúde seja realizada por um ente público não Estatal, *in casu*, uma OSC - Organizações da Sociedade Civil que possua notório conhecimento e ferramentas administrativas que possibilitarão a melhoria na qualidade e aumento da oferta de atividades e serviços de saúde prestados pelo Município.

2.51. A medida que se busca apresenta-se como medida necessária e eficaz para a ampliação e adequação do atendimento na rede pública municipal de saúde, na busca de beneficiar toda a população com um melhor uso e funcionalidade das estruturas de saúde em questão – o Pronto Socorro Central e Hospital Infantil, na perspectiva de readequação das Unidades Hospitalares ao perfil de atendimento dos pacientes e linhas de cuidado e atenção dentro do que é permitido pelas leis e normas vigentes.

2.52. Considera-se, ainda, que com a realização de atividades e serviços de saúde através do competente Termo de Colaboração, o poder público poderá dispôr de melhor estrutura, pessoal e condições para prestar o primeiro atendimento aos casos de natureza clínica, cirúrgica ou de trauma, estabilizando os pacientes e realizando a investigação diagnóstica inicial – serviços de sua responsabilidade, podendo definir com maior precisão, em todos os casos, pela necessidade ou não de encaminhamento a serviços hospitalares de maior complexidade.

2.53. De maneira geral, a medida que se busca favorece a efetiva redução de formalidades burocráticas na execução de serviços e atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) ao implantar um modelo de parceria por resultados, baseado em indicadores de monitoramento e avaliação (metas) e melhorando o serviço ofertado com assistência humanizada, obedecendo aos princípios e diretrizes do SUS, e observando as políticas públicas voltadas para a área de saúde, tudo com a devida eficiência e vantajosidade econômica.

2.54. Assim, objetiva-se um modelo de parceria que vise à correção de irregularidades assistenciais, a implantação de modelo baseado no princípio da vantajosidade, visando o uso correto dos recursos públicos, a eficiência, a eficácia e a efetividade na contratualização e na realização de atividades de saúde, no que diz respeito ao Município, de forma responsável, em regime aplicável à entidade privada monitorada pela gestão pública por meio de Termo de Colaboração.

2.55. Destaca-se ainda neste modelo de parceria a integralidade do funcionamento, sem interrupções motivadas por falta de manutenção de equipamentos e ausência de pessoal médico e técnico especializado, pois a OSC parceira ficará integralmente responsável pelas manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos e pela contratação de pessoal titulado e especializado, cabendo frisar que o presente Plano de Trabalho compreende as diretrizes para o atendimento assistencial pleno ao paciente crítico, provimento do material, dos medicamentos, dos insumos e da manutenção de materiais e equipamentos permanentes, integrados à monitoração do processo de gestão da qualidade e segurança ao paciente, desde sua origem ao produto final.

2.56. Assim, considerando o teor do estudo realizado, apresentado nos autos do Processo Administrativo nº: 989/2025, e todo o conjunto de informações técnicas, análises e demais dados acima expostos, entende-se pela justificativa para que a Administração Pública realize um chamamento público para a seleção de entidade filantrópica do Terceiro Setor, para realização de parceria nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 166, de 05 de agosto de 2019, mediante Termo de Colaboração, para, em regime de mútua cooperação, realizar atividades no Complexo Hospitalar Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto e Hospital Infantil Darcy Souza Vargas, necessárias ao gerenciamento, à operacionalização e à execução de ações e serviços de saúde no âmbito das unidades que o compõem, de forma a assegurar o atendimento das demandas da Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência, através da assistência universal e gratuita à população unicamente através do Sistema Único de Saúde – SUS.

2.57. Dando seguimento ao presente Plano de Trabalho, apresentam-se abaixo as especificidades de dados e informações essenciais à devida análise e compreensão da situação, possibilitando a contextualização do atual cenário da Rede Municipal de Atenção à Saúde e da participação tanto do Hospital Infantil Darcy Souza Vargas e do Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto em



tal realidade, possibilitando o conhecimento pleno do que se propõe através da parceria que se busca realizar:

3. DA REDE MUNICIPAL DE ATENÇÃO À SAÚDE

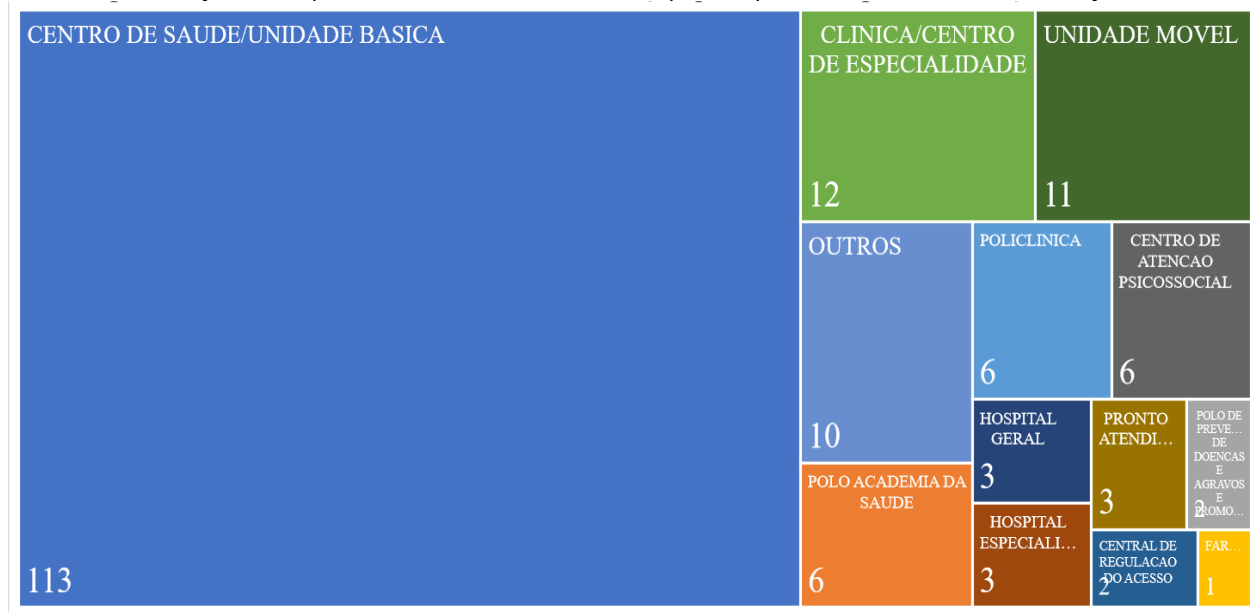
3.1. Em função de seu porte populacional e extensão territorial, a cobertura dos serviços públicos de saúde do Município de São Gonçalo é bastante ampla, possuindo uma Rede de Atenção à Saúde (RAS) com todos os seus componentes, considerando especialmente a Atenção Primária à Saúde (APS), a Atenção Especializada Secundária e Terciária, que engloba a atenção ambulatorial de especialidades, Atenção Hospitalar, a Urgência e Emergência, bem como a Regulação Municipal.

3.2. A Secretaria de Saúde do Município de São Gonçalo está organizada com os seguintes serviços e subsecretarias: Subsecretaria de Atenção Básica, Subsecretaria de Saúde Coletiva (SUSC) - que engloba toda a Vigilância em Saúde, a Divisão de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e o Departamento de Programas de Saúde (saúde do homem, saúde do idoso, saúde da mulher e da criança, saúde da população negra, saúde da população LGBTQIA+ entre outros), Subsecretaria de Atenção Especializada, Saúde Mental, Subsecretaria de Urgência e Emergência, Subsecretaria de Odontologia, Núcleo de Educação Permanente em Saúde (NEPS), Assistência Farmacêutica, Central de Regulação, Controle e Avaliação, dentre outros departamentos.

3.3. O município de São Gonçalo tem os serviços de saúde distribuídos por todo seu território, com maior concentração na região central da cidade, abarcando principalmente os distritos de São Gonçalo (1º distrito), Neves (4º distrito) e Sete Pontes (5º distrito). Essa organização dos serviços tem relação com o histórico de urbanização da cidade, que se deu, principalmente pelos distritos citados, sendo os distritos de Ipiiba (2º distrito) e Monjolos (3º distrito), de características mais rurais, com o menor número de unidades de saúde.

3.4. De acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), o município de São Gonçalo tem sob sua gestão da administração pública 178 (cento e setenta e oito) estabelecimentos para assistência à saúde em sua rede RAS, com maior concentração nos serviços da Atenção Primária, conforme apresenta-se no Gráfico 1, a seguir:

Gráfico: Distribuição dos tipos de estabelecimentos municipais disponíveis na RAS de São Gonçalo - RJ, 2024.



(Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES, 2024.)



4. DA ATENÇÃO TERCIÁRIA – ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

4.1. A Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência em São Gonçalo é composta por 15 (quinze) unidades de serviços de gestão do Município e 02 (duas) unidades de serviços cuja gestão compete à Secretaria Estadual de Saúde - SES.

4.2. Dentre as unidades de serviços, na esfera municipal estão:

- a) O serviço móvel de urgência (SAMU) com 02 (duas) unidades móveis avançadas e 08 (oito) básicas, com 01 (uma) central de regulação regional;
- b) 03 (três) unidades municipais de pronto atendimento (UMPA Pacheco, Nova Cidade e Santa Luzia);
- c) 02 (duas) unidades hospitalares com atendimento de emergência 24hs, sendo uma adulto e outra pediátrica (Pronto-Socorro Central Armando de Sá Couto e Hospital Infantil Darcy S. Vargas);
- d) 01 (uma) maternidade de baixo risco (Maternidade Municipal Mário Niajar);
- e) 02 (duas) unidades hospitalares de retaguarda clínica (Hospital de Retaguarda Gonçalense e Hospital Luiz Palmier);
- f) 01 (um) hospital especializado em oncologia e cardiologia (Hospital do Câncer e Coração); e
- g) 01 Hemonúcleo municipal.

4.3. Na esfera estadual estão:

- a) 01 Hospital Estadual Alberto Torres - HEAT (hospital geral referência em traumatologia e ambulatório); e
- b) 01 (uma) unidade de pronto atendimento (UPA Colubandê).

4.4. Apresenta-se no quadro abaixo uma representação com o total de Unidades da Atenção Hospitalar e da Urgência e Emergência, por tipo, no município de São Gonçalo:

Total de unidades da Atenção Hospitalar e da Urgência e Emergência, por tipo, São Gonçalo, 2024.

Tipo de Unidade	Quantidade	Distrito
Hospital Municipal Dr. Luiz Palmier (Hospital Geral Adulto - Emergência 24hs)	01	1º distrito (SG)
Hospital Infantil Darcy Souza Vargas (emergência 24h pediátrica)	01	1º distrito (SG)
Unidade Municipal de Pronto Atendimento (UMPAS Nova Cidade e UMPA Pacheco; Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes.	03	1º distrito (SG); 3º distrito (Monjolos); 1º distrito (SG)
Maternidade Municipal Dr. Mario Niajar - Maternidade de risco habitual.	01	1º distrito (SG)
Unidade Móvel de Urgência Avançadas (SAMU)	02	-
Unidade Móvel de Urgência Básicas (SAMU)	08	-
Hospital Psiquiátrico Casa de Saúde Nossa Senhora das Vitórias	01	1º distrito (SG)
Unidade Hospitalar de Retaguarda Clínica: Hospital de Retaguarda Gonçalense	01	1º distrito (SG)
Hospital do Câncer e do Coração (HCCOR) - Especializado em Oncologia e Cardiologia.	01	3º distrito (Monjolos)
Hemonúcleo	01	1º distrito (SG)
Total	15	

4.5. Atualmente a rede de urgência e emergência conta com uma oferta de 597 (quinhentos e noventa e sete) leitos de enfermaria e 118 (cento e dezoito) leitos complementares (terapia intensiva) distribuídos na rede hospitalar municipal e no Hospital Estadual Alberto Torres.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

4.6. Contudo, essa oferta não é suficiente para o atendimento da população, resultando em estrangulamento da oferta existente. Segundo recomendações da OMS e do Ministério da Saúde, a relação ideal de leitos de UTI é de 01 (um) a 03 (três) leitos para cada 10.000 (dez mil) habitantes e para leitos comuns e de 03 (três) a 05 (cinco) leitos para cada 1.000 (mil) habitantes.

4.7. Nesse contexto, importante destacar que a carência de leitos hospitalares impede que pacientes recebam atendimento adequado e tempestivo, agravando quadros clínicos que poderiam ser manejados de forma mais eficaz com intervenções precoces.

4.8. Esse déficit na cobertura de leitos somado à crescente demanda assistencial da população resultantes da maior incidência das doenças crônicas, da persistência das condições agudas e do aumento da incidência dos agravos violentos, principalmente os de trânsito, levam a uma pressão intensa sobre os recursos disponíveis impondo desafios significativos a gestão municipal para prestação de uma assistência hospitalar resolutiva e oportuna.

4.9. Neste cenário, torna-se ainda mais relevante a administração eficaz dos recursos existentes, principalmente aqueles vinculados a porta de entrada. Dentre as unidades sob gestão municipal destacam-se no atendimento às urgências o Pronto Socorro Central Armando de Sá Couto - como principal porta de entrada para o atendimento ao adulto, oriundos tanto da porta de entrada quanto referenciados pelas UMPAS - através da regulação municipal, e o Hospital Infantil Darcy S. Vargas para atendimento pediátrico.

4.10. Importante destacar, ainda, que segundo dados obtidos através do sistema de gestão municipal, entre as internações ocorridas no ano de 2023, foi observado que 2,2 % destas no Pronto Socorro Central Armando de Sá Couto foram de pacientes não munícipes. Já no Hospital Infantil Darcy S. Vargas (PSI) observou-se que 3,24% foram de não munícipes, como destacado nos quadros, abaixo:

Análise das entradas no PSC por município de residência (fonte: Sistema ESUS/BI)

Quantidade de entradas		
UNIDADE - P. SOCORRO CENTRAL DR. ARMANDO GOMES SA COUTO - 2696746	Ano de 2022	Ano de 2023
São Gonçalo	173075	207854
Tanguá	34	13
Itaboraí	1665	1853
Niterói	1952	2406
Marica	316	330
Rio Bonito	9	13
Silva Jardim	10	5

Análise das entradas no PSI por município de residência (fonte: Sistema ESUS/BI)

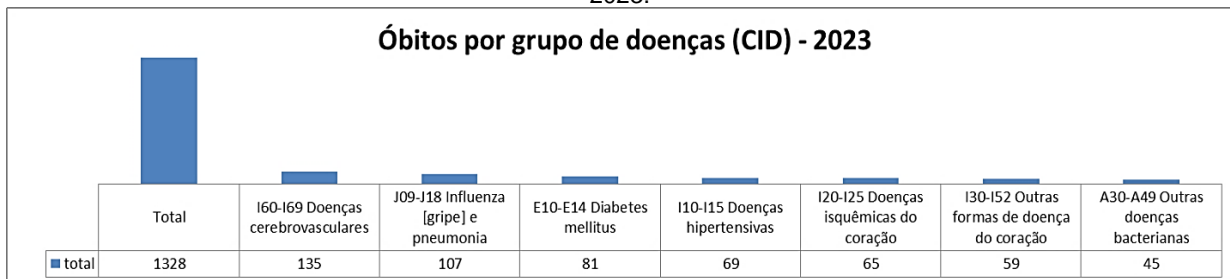
Quantidade de entradas		
UNIDADE - HOSPITAL INFANTIL DARCY S. VARGAS - 2704595	Ano de 2022	Ano de 2023
São Gonçalo	76649	70737
Tanguá	14	7
Itaboraí	1561	1198
Niterói	1042	991
Marica	174	100
Rio Bonito	5	0
Silva Jardim	6	1

4.11. Em 2023 podemos observar a diminuição no número total de óbitos comparado aos anos anteriores no Pronto Socorro Central Dr. Armando de Sá Couto, em relação a 2021, tivemos uma queda de 19%, em relação a 2022, foram 5%, mas ainda podemos perceber que a causa dos óbitos de maior relevância foram por doenças cerebrovasculares, representando 10% das causas em 2023, como ilustrado no Gráfico 2 e disposto no quadro, abaixo:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Número de óbitos, por grupo de doenças (CID10), ocorridos no Pronto Socorro Central Armando de Sá Couto, 2023.*



*Fonte: Dados analisados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/ Ministério da Saúde) em 18/04/2024, sujeitos a alterações.

Número de óbitos, por grupo de doenças (CID10), por mês, ocorridos no Pronto Socorro Central Dr. Armando de Sá Couto, 2023*

Causa básica - grupo	2023 /01	2023 /02	2023 /03	2023 /04	2023 /05	2023 /06	2023 /07	2023 /08	2023 /09	2023 /10	2023/ 11	2023 /12	total
Total	118	88	104	113	120	117	133	108	126	105	100	96	1.328
I60-I69 Doenças cerebrovasculares	11	9	8	17	17	14	11	7	13	8	6	14	135
J09-J18 Influenza [gripe] e pneumonia	11	5	9	6	12	6	12	14	13	5	7	7	107
E10-E14 Diabetes mellitus	9	4	4	4	6	3	12	5	10	11	7	6	81
I10-I15 Doenças hipertensivas	4	4	7	6	6	2	10	10	5	8	6	1	69
I20-I25 Doenças isquêmicas do coração	12	2	2	8	4	6	6	6	6	4	3	6	65
I30-I52 Outras formas de doença do coração	12	8	3	5	6	3	2	1	6	4	6	3	59
A30-A49 Outras doenças bacterianas	2	1	4	5	4	5	12	2	3	4	0	3	45

*Fonte: Dados analisados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/ Ministério da Saúde) em 18/04/2024, sujeitos a alterações.

5. DA ESTRUTURA E PERFIL DO PRONTO SOCORRO CENTRAL ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO (PSC)

5.1. O Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto (PSC) está diretamente subordinado a Subsecretaria de Urgência e Emergência, sob gestão da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil e da Fundação Municipal de Saúde (FMS) do Município de São Gonçalo.

5.2. O inventário com os bens móveis que guarnecem a referida unidade se encontra no **Apêndice III do Anexo I** do Plano de Trabalho.

5.3. ESTRUTURA FÍSICA E PERFIL ASSISTENCIAL:

5.3.1. O Pronto Socorro Central é classificado como “Hospital Geral” e tem como atividade principal o



atendimento a emergências, segundo o tipo de estabelecimento no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES.

5.3.2. A unidade é mantida pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil de São Gonçalo, inscrita no CNPJ 28.636.579/0021-46, natureza jurídica municipal. De acordo com o módulo básico do CNES, o Pronto Socorro Central executa as seguintes atividades:

Tipificação das atividades realizadas no Pronto Socorro Central		
PRONTO SOCORRO CENTRAL ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO		
Atividade:	Nível de Atenção:	Gestão:
AMBULATORIAL	ALTA COMPLEXIDADE	MUNICIPAL
HOSPITALAR	MÉDIA COMPLEXIDADE	MUNICIPAL
HOSPITALAR	ALTA COMPLEXIDADE	MUNICIPAL
AMBULATORIAL	MÉDIA COMPLEXIDADE	MUNICIPAL
AMBULATORIAL	ATENÇÃO BÁSICA	MUNICIPAL

5.3.3. Em relação ao tipo de atendimento prestado temos o seguinte:

Tipificação dos atendimentos realizadas no Pronto Socorro Central	
PRONTO SOCORRO CENTRAL ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO	
Tipo de Atendimento	Convênio
AMBULATORIAL	SUS
INTERNACAO	SUS
SADT	SUS
URGENCIA	SUS
Fluxo de Clientela:	
ATENDIMENTO DE DEMANDA ESPONTANEA	

5.3.4. Considerando seu perfil hospitalar, o Pronto Socorro Central atua em atendimento contínuo 24 horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados. O fluxo assistencial do equipamento obedece às etapas hora descritas:

a) Acolhimento: Ação assistencial e técnica feita pelo profissional de enfermagem que recebe o usuário desde sua chegada, ouvindo sua queixa, permitindo que ele expresse suas preocupações, angústias, e ao mesmo tempo, colocando os limites necessários, garantindo atenção resolutive. A partir do acolhimento, após registrar o nome do usuário no sistema informatizado, o usuário é encaminhado à área da recepção onde aguardará a chamada para finalizar o registro. Sendo capaz de reconhecer agravos da saúde que coloquem a vida do usuário em risco permitindo maior agilidade no atendimento médico.

b) Recepção: A partir do acolhimento, após registrar o nome do usuário no sistema informatizado, o usuário é encaminhado à área da recepção onde guardará a chamada para finalizar o registro.

c) Classificação de Risco: Alteração na lógica do atendimento, permitindo que o critério de priorização da atenção ao usuário seja o agravo à saúde e/ou grau de sofrimento e não mais a ordem de chegada. Realizado por enfermeiro que utiliza os protocolos técnicos indicados pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) e pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), com base nas diretrizes do Ministério da Saúde, e identifica os usuários que necessitam de tratamento imediato, considerando o potencial de risco, agravo à saúde ou grau de sofrimento e providência de forma ágil o atendimento adequado para cada caso.

d) Atendimento Médico: Oferecido para adultos e para crianças, disponível 24h por dia em todos os dias do ano de acordo com a classificação de risco. Poderão estar compreendidos no atendimento médico qualquer outro exame complementar, procedimento ou observação clínica.

e) Atuação do Serviço Social: Serviço prestado aos usuários da Unidade Municipal Pronto Socorro Central por intermédio de profissional capacitado, devendo também participar ativamente nos fluxos e



processos de regulação de pacientes.

f) Procedimentos: Realizados após atendimento médico, tais como administração de medicamentos, nebulização, oxigenioterapia por cateter nasal, máscara e aparelhos de fluxos, aspiração das vias aéreas superiores, lavagem gástrica, sutura simples, inserção de sondas e tubos, curativos, punções venosas, drenagens etc., realizados em usuários atendidos no Pronto Socorro Central.

g) Exames: São realizados no Pronto Socorro Central, exames radiológicos de tomografia, Raio X, exames laboratoriais e eletrocardiogramas. Os exames são solicitados aos usuários, pelos médicos.

h) Cuidado Multiprofissional: Para todo e qualquer usuário do Pronto Socorro Central.

i) Medicação: Para os usuários que se encontram em observação nas salas amarela e vermelha, enfermarias, CTI, centro cirúrgico e para os que aguardam transferência e demais locais das unidades de saúde de referência desse projeto, prescritos pelo médico da unidade. Também para os usuários em repouso, classificados como risco verde/azul, que necessitem de medicação durante o pronto atendimento.

5.4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E CAPACIDADE INSTALADA DO PRONTO SOCORRO CENTRAL:

5.4.1. **Instalações do Pronto Socorro Central:** O Hospital é referência para o atendimento de urgências e emergências com indicação cirúrgica de média e alta complexidade. Quanto ao módulo hospitalar, o equipamento dispõe de 97 leitos (95 leitos regulares e 02 leitos de isolamento), conforme classificação descrita no quadro 6. (fonte: CNES).

5.4.2. Caso haja necessidade de regulação de leitos será necessário acionar a Subsecretaria de Regulação Controle, Avaliação e Auditoria.

Distribuição de leitos do Pronto Socorro Central:

PSC		
Descrição	Leitos Existentes	Leitos SUS
ESPECIALIZADO - CLÍNICO		
33 - CLÍNICA GERAL	58	58
ESPECIALIZADO - CIRÚRGICO		
03 - CIRURGIA GERAL	10	10
13 - ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA	12	12
COMPLEMENTAR		
66 - UNIDADES DE ISOLAMENTO I	02	02
74 - UTI ADULTO TIPO I	05	05
76 - UTI ADULTO TIPO II	10	05

5.4.3. No âmbito das ações assistenciais, deverão ser garantidas as seguintes atividades básicas:

- Acolhimento com classificação de risco na porta de entrada.
- Atendimento de emergência.
- Atendimento, acompanhamento e avaliação dos pacientes em observação nas salas amarelas e vermelha, tanto adulto quanto pediátrica.
- Solicitações de internação, transferência, exames e procedimentos de alta, média e baixa complexidade;
- Emissão de AIH;

5.4.4. O quadro abaixo descreve as instalações do PSC:

Caracterização das instalações do Pronto Socorro Central:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	LEITOS/EQUIPOS.
CENTRO CIRÚRGICO		
SALAS DE CIRURGIA	3	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

SALAS DE RPA	1	3
URGÊNCIA E EMERGÊNCIA		
CONSULTÓRIOS MÉDICOS	5	
ODONTOLOGIA	1	
SALA DE ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	1	14
SALA DE ATENDIMENTO FEMININO	1	
SALA DE ATENDIMENTO MASCULINO	1	
SALA DE REPOUSO/OBSERVAÇÃO FEMININO	1	10
SALA DE REPOUSO/OBSERVAÇÃO MASCULINO	1	10
SALA DE REPOUSO/OBSERVAÇÃO IDIFERENCIADO	1	5
SALA DE ATENDIMENTO A PACIENTE CRÍTICO/SALA DE ESTABILIZAÇÃO	1	
AMBULATÓRIO		
CONSULTÓRIO MÉDICO	10	
SALA DE CURATIVO	1	
SALA DE ENFERMAGEM E SERVIÇOS	1	
SALA DE GESSO	1	
SALA DE IMUNIZAÇÃO	1	
SALA DE NEBULIZAÇÃO	1	

5.4.5. As instalações estão divididas da seguinte forma:

1º andar (térreo):

- Área externa de convivência
- Recepção
- Classificação de risco com 04 postos de atendimento
- Setor de Adjunto
- Sala de espera para atendimento médico
- 4 Consultórios Clínica Médica
- 2 Consultórios de Ortopedia
- 2 Consultórios de Cirurgia Geral (Sala de sutura)
- 1 Sala de aparelho gessado
- 1 Sala de Estabilização
- 1 Sala de Eletrocardiograma
- 1 Sala de observação masculina
- 1 Sala de observação feminina
- 1 sala de isolamento respiratório
- 1 sala de serviço social
- 1 sala de guarda de macas
- Expurgo
- Setor de Radiologia
- Setor de Trauma
- Sala de Medicamentos
- Enfermaria de medicação
- Sala de Coleta
- 4 Banheiros
- Farmácia
- Sala da Odontologia hospitalar

2º andar:

- Almoxarifado
- 08 enfermarias
- 02 CTI



- 01 Isolamento CTI
- 01 Sala RPA
- 01 Centro cirúrgico com 03 salas
- Sala de Endoscopia e Colonoscopia
- Recepção da tomografia e marcação de consultas e exames
- Refeitório
- Sala administrativa da tomografia
- Sala de Tomografia
- Posto de Enfermagem
- Sala de Nutrição
- Expurgo
- Copa
- NIR – Núcleo Interno de Regulação
- 03 Banheiros
- Farmácia
- 2 salas de prescrição médica
- CME

3º andar:

- Estar Médico
- Estar da enfermagem
- Copa
- 02 banheiros
- Recursos Humanos
- Sala de Faturamento
- Sala de financeiro
- Sala de Supervisão de enfermagem
- Direção de Enfermagem
- Direção geral
- Laboratório
- NIR
- Segurança do trabalho
- Sala de guarda de enxoval
- Hotelaria
- TI
- NEP

5.5. SERVIÇOS DE APOIO:

5.5.1. O Pronto Socorro Central destina-se ao recebimento de usuários do Sistema único de Saúde, no perfil especificado pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC), oriundos tanto da porta de entrada (urgências emergências) quanto referenciados pela regulação municipal.

5.5.2. O equipamento deve prover serviços de apoio e procedimentos diagnósticos e/ou terapêuticos necessários para o apoio à atividade fim, bem como o fornecimento dos respectivos insumos – conforme levantamentos expressos nas relações e planilhas constantes no presente Plano, dentre os quais:

Caracterização dos Serviços de Apoio do Pronto Socorro Central:

SERVIÇOS DE APOIO
ALIMENTAÇÃO
ALMOXARIFADO
AMBULÂNCIA (01 AMBULÂNCIA AVANÇADA e 01 AMBULÂNCIA BÁSICA)
CENTRAL DE ESTERILIZAÇÃO DE MATERIAIS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

COLETA DE RESÍDUOS
ENGENHARIA CLÍNICA
FARMÁCIA
HOTELARIA
LAVANDERIA
NECROTÉRIO
NUTRIÇÃO E DIETÉTICA (NUTRIÇÃO ENTERAL E PARENTERAL)
OPME – ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS
SAME OU SPP (SERVIÇO DE PRONTUÁRIO DE PACIENTE)
SEGURANÇA PATRIMONIAL
SERVIÇO DE LIMPEZA E ZELADORIA
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL E CONFORTO AMBIENTAL
SERVIÇO SOCIAL (OUVIDORIA)

5.5.3. Deve ser garantido o transporte inter-hospitalar dos pacientes do Pronto-Socorro Central Dr.^o Armando Gomes de Sá Couto (PSC), que necessitem de continuidade dos cuidados de emergência ou que necessitem de transferência para outra unidade da Rede de Atenção às Urgências, sendo o transporte devidamente regulado.

5.6. SERVIÇOS ESPECIALIZADOS:

5.6.1. Os serviços especializados são essenciais para resolutividade assistencial da unidade hospitalar, pois garantem o Diagnóstico Rápido e Preciso, monitoramento do quadro clínico e o planejamento terapêutico oportuno para os pacientes. De acordo com os dados do CNES, segue a caracterização dos serviços especializados disponíveis no PSC.

Caracterização dos Serviços Especializados do Pronto Socorro Central:

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS
ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLOGIA
COMISSÕES E COMITÊS
DIAGNÓSTICO POR IMAGEM (TOMOGRAFIA, RAIOS X E ULTRASSONOGRAFIA)
DIAGNÓSTICO POR MÉTODOS GRÁFICOS DINÂMICOS (ELETROCARDIOGRAMA)
DÍALISE (HEMODIÁLISE)
ENDOSCOPIA
HEMOTERAPIA
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS
REABILITAÇÃO
SERVIÇO DE CIRURGIA BUCOMAXILOFACIAL
VIGILÂNCIA EM SAÚDE

5.7. CUSTO ANUAL ESTIMADO DO PRONTO SOCORRO CENTRAL ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO (PSC):

5.7.1. Com base nos dados constantes na Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil e da Fundação Municipal de Saúde do município, especialmente os obtidos junto à Comissão de Fiscalização de Organizações Sociais de Saúde, atualmente, os repasses para a gestão do Pronto Socorro Central Armando Gomes de Sá Couto (PSC) através do Contrato de Gestão FMS nº 002/2020, tratado entre o Município de São Gonçalo, através da Fundação Municipal de Saúde, e o Instituto Nacional de Pesquisa e Gestão em Saúde - INSAÚDE, do qual se pode apurar as atividades e serviços de saúde necessários, resultam em um gasto estimado **mensal de R\$ 5.497.656,60 (cinco milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos)**.

5.7.2. Do referido valor se pode estimar um gasto **anual de R\$ 65.971.879,20** (sessenta e cinco milhões, novecentos e setenta e um mil, oitocentos e setenta e nove reais e vinte centavos), tendo por base valores apresentados em prestação de contas do referido contrato no ano de 2024.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

5.7.3. Ressalte-se que no sobredito levantamento de custos foram considerados os gastos com folha de pessoal, materiais e medicamentos, áreas de apoio, gastos gerenciais e administrativos e itens de investimento, conforme detalhado no quadro abaixo:

Estimativa de Custos Totais – mensais e anuais - do Pronto Socorro Central Armando Gomes de Sá Couto (PSC) com base nos valores apresentados em prestação de contas do Contrato de Gestão FMS nº 002/2020, no ano de 2024.

Descrição do tipo de recurso	Valor Executado MENSAL	Valor Estimado ANUAL
A - Pessoal		
Salários	R\$ 1.066.537,94	R\$ 12.798.455,28
Outras Formas de Contratações	R\$ 1.561.005,12	R\$ 18.732.061,44
Encargos	R\$ 274.176,39	R\$ 3.290.116,68
Provisionamentos (13º Salário e Férias)	R\$ 190.401,51	R\$ 2.284.818,12
Provisionamentos (Rescisão)	R\$ 46.938,79	R\$ 563.265,48
Benefícios	R\$ 0	R\$ 0,00
Outros (vale transp. e adicionais: ex. Insalubridades etc.)	R\$ 48.436,36	R\$ 581.236,32
B - Materiais e Medicamentos Medicamentos		
Medicamentos	R\$ 315.977,73	R\$ 3.791.732,76
Materiais de Consumo	R\$ 476.090,51	R\$ 5.713.086,12
Materiais para Hemofusão	R\$ 99.875,58	R\$ 1.198.506,96
Dieta Interal e Parainteral	R\$ 9.633,10	R\$ 115.597,20
Outros	R\$ 0	R\$ 0,00
Materiais de Limpeza	R\$ 44.829,07	R\$ 537.948,84
Materiais de Manutenção	R\$ 37.341,51	R\$ 448.098,12
C – Áreas de Apoio		
Água e Esgoto	R\$ 0	R\$ 0,00
Alimentação	R\$ 219.930,30	R\$ 2.639.163,60
Coleta de Resíduos Hospitalares	R\$ 0	R\$ 0,00
Energia Elétrica	R\$ 47.346,27	R\$ 568.155,24
Exames Laboratoriais e de Imagem	R\$ 235.484,39	R\$ 2.825.812,68
Lavanderia	R\$ 36.002,15	R\$ 432.025,80
Limpeza	R\$ 0	R\$ 0,00
Seguro	R\$ 351,35	R\$ 4.216,20
Telefone e banda larga	R\$ 1.887,94	R\$ 22.655,28
Transporte avançado de ambulância	R\$ 41.128,29	R\$ 493.539,48
Uniformes	R\$ 1.048,80	R\$ 12.585,60
Transporte	R\$ 0	R\$ 0,00
Serviços de esterelização	R\$ 18.096,00	R\$ 217.152,00
Gases medicinais	R\$ 31.988,40	R\$ 383.860,80
Engenharia Clínica	R\$ 13.662,64	R\$ 163.951,68
Manutenção predial	R\$ 25.151,85	R\$ 301.822,20
Hemodiálise	R\$ 49.552,80	R\$ 594.633,60
Apoio Administrativo	R\$ 10.488,00	R\$ 125.856,00
Segurança Patrimonial e Vigilância	R\$ 44.911,97	R\$ 538.943,64
Manutenção de Equipamentos Hospitalares	R\$ 147.770,88	R\$ 1.773.250,56
D - Gerenciais e Administrativas		
Auditorias Contábil, Fiscal e Financeira	R\$ 0	R\$ 0,00
Contabilidade	R\$ 0	R\$ 0,00
Educação continuada	R\$ 1.048,80	R\$ 12.585,60
Material de escritório	R\$ 14.607,32	R\$ 175.287,84
Tecnologia da Informação	R\$ 30.912,31	R\$ 370.947,72
Aluguel	R\$ 9.397,10	R\$ 112.765,20
Jurídico	R\$ 0	R\$ 0,00
Medicina do Trabalho	R\$ 734,16	R\$ 8.809,92
Outros custos compartilhados	R\$ 187.291,51	R\$ 2.247.498,12



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Outras despesas (água, energia elétrica, combustível etc.)	R\$ 10.488,00	R\$ 125.856,00
Retenção de Impostos	R\$ 147.131,76	R\$ 1.765.581,12
CUSTO TOTAL ESTIMADO	R\$ 5.497.656,60	R\$ 65.971.879,20

6. ESTRUTURA E PERFIL DO HOSPITAL INFANTIL DARCY SOUZA VARGAS (PSI)

6.1. **ESTRUTURA FÍSICA E PERFIL ASSISTENCIAL:** O Hospital Infantil é classificado como “Hospital Especializado em Pediatria”, segundo o tipo de estabelecimento no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES.

6.1.2. O inventário com os bens móveis que guarnecem a referida unidade se encontra no Apêndice III do **Anexo I** do presente Plano de Trabalho.

6.1.3. A unidade é mantida pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil de São Gonçalo inscrita no CNPJ 28.636.579/0022-27, natureza jurídica municipal. De acordo com o módulo básico do CNES, o Hospital Infantil executa as seguintes atividades, todas sob a gestão municipal:

Tipificação das atividades realizadas no Hospital Infantil:

HOSPITAL INFANTIL DARCY SOUZA VARGAS		
Atividade:	Nível de Atenção:	Gestão:
HOSPITALAR	MÉDIA COMPLEXIDADE	MUNICIPAL
AMBULATORIAL	MÉDIA COMPLEXIDADE	MUNICIPAL
AMBULATORIAL	ATENÇÃO BÁSICA	MUNICIPAL

Em relação ao tipo de atendimento prestado, destacamos:

Tipificação dos atendimentos realizados no Hospital Infantil:

HOSPITAL INFANTIL DARCY SOUZA VARGAS	
Tipo de Atendimento:	Convênio
AMBULATORIAL	SUS
INTERNAÇÃO	SUS
SADT	SUS
URGÊNCIA	SUS
Fluxo de Clientela:	
ATENDIMENTO DE DEMANDA ESPONTANEA E REFERENCIADA	

6.1.4. Considerando seu perfil hospitalar, o equipamento atua em atendimento contínuo 24 horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados. O fluxo assistencial do equipamento obedece às etapas hora descritas:

- Sala vermelha: assistência a paciente graves e/ou instáveis, tempo máximo de permanência de 24h.
- Sala amarela: assistência a pacientes que necessitam de observação contínua, sem sinais e sintomas de maior gravidade, tempo de espera de 12h.
- Enfermaria: assistência a pacientes que necessitam de acompanhamento médico diário onde o tempo de permanência varia de 5 a 14 dias.
- CTI: assistência a pacientes graves indicados para internação em unidade de terapia intensiva, tempo médio de permanência 7 dias.
- Isolamento: assistência a pacientes que apresentam quadros infecto contagiosos. Tempo médio de permanência de 7 a 14 dias.
- Enfermaria cirúrgica: assistência a cirurgias eletivas pediátricas de baixa complexidade, que são previamente agendadas, tempo de permanência 12 horas.

6.2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E CAPACIDADE INSTALADA:



6.2.1 – INSTALAÇÕES:

6.2.1.1. O Hospital é referência para o atendimento demanda espontânea e referenciada para atendimento infantil. Quanto ao módulo hospitalar, o Hospital dispõe de 43 leitos (42 leitos regulares e 01 leito de isolamento), conforme classificação abaixo descrita. (fonte CNES).

Distribuição de leitos do Hospital Infantil:

LEITOS - HOSPITAL INFANTIL DARCY SOUZA VARGAS		
Descrição	Leitos Existentes	Leitos SUS
PEDIÁTRICO		
68 - PEDIATRIA CIRÚRGICA	6	6
45 - PEDIATRIA CLÍNICA	30	30
COMPLEMENTAR		
66 - UNIDADE DE ISOLAMENTO	01	01
78 - UTI PEDIÁTRICA TIPO II	06	0

Caracterização das instalações do Hospital Infantil:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	LEITOS/EQUIPTOS.
HOSPITALAR		
SALAS DE CIRURGIA	1	1
URGÊNCIA E EMERGÊNCIA		
CONSULTÓRIOS MÉDICOS	5	0
SALA DE ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	1	5
SALA DE ATENDIMENTO PEDIÁTRICO	2	
SALA DE CURATIVO	1	
SALA DE HIGIENIZAÇÃO	1	
SALA DE ATENDIMENTO A PACIENTE CRÍTICO/SALA DE ESTABILIZAÇÃO	1	2
AMBULATÓRIO		
SALA DE NEBULIZAÇÃO	1	

6.2.1.2. As instalações estão divididas da seguinte forma:

1º andar:

- 01 Recepção
- 01 Sala administrativa
- 02 salas de Classificação de risco
- 05 Consultórios médicos
- 01 Sala de medicação
- 01 Sala de coleta
- 01 Sala Amarela
- 01 Sala Vermelha
- 01 Sala multidisciplinar (Psicólogo, Fonoaudiólogo e Assistente social)
- Sala de Raio X
- Refeitório
- Farmácia

2º andar:

- 01 CTI pediátrico com 06 leitos e 01 isolamento
- 01 unidade de isolamento
- 01 unidade intermediária (UI)
- 04 Enfermarias pediátricas
- Sala da Nutrição
- Copa apoio
- NIR



- Sala Administrativa
- Sala da direção

6.3. SERVIÇOS DE APOIO:

6.3.1. O Hospital Infantil Darcy Souza Vargas (PSI) destina-se ao recebimento de usuários do Sistema único de Saúde, no perfil especificado pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSA/DC), oriundos tanto da porta de entrada (urgências emergências) quanto referenciados pela Regulação Municipal. O equipamento provê serviços de apoio e procedimentos diagnósticos e/ou terapêuticos necessários para o apoio à atividade fim, abaixo relacionados:

Caracterização dos Serviços de apoio do Hospital Infantil:

SERVIÇOS DE APOIO DO HOSPITAL INFANTIL DARCY SOUZA VARGAS
ALIMENTAÇÃO
ALMOXARIFADO
AMBULÂNCIA
CENTRAL DE ESTERILIZAÇÃO DE MATERIAIS
COLETA DE RESÍDUOS
ENGENHARIA CLÍNICA
FARMÁCIA
HOTELARIA
LAVANDERIA
NECROTÉRIO
NUTRIÇÃO E DIETÉTICA (NUTRIÇÃO ENTERAL E PARENTERAL)
SAME OU SPP (SERVIÇO DE PRONTUÁRIO DE PACIENTE)
SEGURANÇA PATRIMONIAL
SERVIÇO DE LIMPEZA E ZELADORIA
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL E CONFORTO AMBIENTAL
SERVIÇO SOCIAL (OUVIDORIA)

6.4. SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DO HOSPITAL INFANTIL (PSI):

6.4.1. O Hospital Infantil Darcy Souza Vargas (PSI) também provê os serviços especializados abaixo relacionados:

Caracterização dos Serviços Especializados do Hospital Infantil:

SERVIÇO ESPECIALIZADOS DO HOSPITAL INFANTIL DARCY SOUZA VARGAS
ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLOGIA
COMISSÕES E COMITÊS
DIAGNÓSTICO POR IMAGEM (TOMOGRAFIA, RAO X E ULTRASSONOGRAFIA)
DIAGNÓSTICO POR MÉTODOS GRÁFICOS DINÂMICOS (ELETROCARDIOGRAMA)
DIÁLISE (HEMODIÁLISE)
HEMOTERAPIA
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS
REABILITAÇÃO
VIGILÂNCIA EM SAÚDE

6.5. CUSTO ANUAL ESTIMADO DO HOSPITAL INFANTIL DARCY SOUZA VARGAS (PSI):

6.5.1. Segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil e da Fundação Municipal de Saúde do município, a realização das atividades e serviços de saúde no âmbito do Hospital Infantil Darcy Souza Vargas (PSI) acarretam um custo mensal com folha de pessoal estimado em R\$ 2.282.137,54 (dois milhões, duzentos e oitenta e dois mil, cento e trinta e sete reais e cinquenta e quatro centavos).

6.5.2. Do referido valor se pode estimar um gasto anual de R\$ 27.385.650,48 (vinte e sete milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta reais e quarenta e oito centavos), tendo por base



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

os valores gastos nos meses de janeiro a dezembro do ano de 2024, conforme detalhado no quadro abaixo:

Folha de Pessoal do Hospital Infantil Darcy Souza Vargas (PSI) - estimativa de custos com base nos valores gastos nos meses de janeiro a dezembro do ano de 2024.

Efetivos/Cargo	Custo Unitário	Quantidade Mensal	Custo Total MENSAL	Custo Total ANUAL
ASSIST. ADMINISTRATIVO	R\$ 5.811,24	2	R\$ 11.622,48	R\$ 139.469,76
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	R\$ 2.144,50	2	R\$ 4.289,00	R\$ 51.468,00
ASSISTENTE SOCIAL	R\$ 6.083,59	4	R\$ 24.334,36	R\$ 292.012,32
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	R\$ 4.173,99	24	R\$ 100.175,76	R\$ 1.202.109,12
AUX. SERVIÇOS GERAIS	R\$ 2.176,16	3	R\$ 6.528,48	R\$ 78.341,76
ENFERMEIRO	R\$ 8.017,02	5	R\$ 40.085,10	R\$ 481.021,20
FONOAUDIÓLOGO	R\$ 7.785,38	1	R\$ 7.785,38	R\$ 93.424,56
MÉDICO	R\$ 8.863,31	14	R\$ 124.086,34	R\$ 1.489.036,08
MOTORISTA	R\$ 3.313,40	1	R\$ 3.313,40	R\$ 39.760,80
NUTRICIONISTA	R\$ 7.702,56	3	R\$ 23.107,68	R\$ 277.292,16
PSICÓLOGO	R\$ 7.551,81	6	R\$ 45.310,86	R\$ 543.730,32
TÉCNICO DE RADIOLOGIA	R\$ 5.100,87	9	R\$ 45.907,83	R\$ 550.893,96
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R\$ 4.380,64	15	R\$ 65.709,60	R\$ 788.515,20
AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	R\$ 3.086,77	5	R\$ 15.433,85	R\$ 185.206,20
ODONTÓLOGO	R\$ 8.557,49	25	R\$ 213.937,25	R\$ 2.567.247,00
MÉDICOS DA FUNDAÇÃO	R\$ 7.687,78	12	R\$ 92.253,36	R\$ 1.107.040,32
COORDENADORES (DE TODOS OS SETORES)	R\$ 2.643,50	66	R\$ 174.471,00	R\$ 2.093.652,00
ASSISTENTE SOCIAL	R\$ 1.667,52	4	R\$ 6.670,08	R\$ 80.040,96
CONDUTOR DE FROTA	R\$ 6.449,40	1	R\$ 6.449,40	R\$ 77.392,80
ENFERMEIRO(A)	R\$ 1.628,77	38	R\$ 61.893,26	R\$ 742.719,12
FARMACEUTICO	R\$ 2.121,58	8	R\$ 16.972,64	R\$ 203.671,68
FISIOTERAPEUTA	R\$ 1.992,64	16	R\$ 31.882,24	R\$ 382.586,88
MÉDICO (A)	R\$ 8.980,30	117	R\$ 1.050.695,10	R\$ 12.608.341,20
NUTRICIONISTA	R\$ 1.806,27	6	R\$ 10.837,62	R\$ 130.051,44
PSICOLOGO	R\$ 1.667,52	1	R\$ 1.667,52	R\$ 20.010,24
TECNICO DE ENFERMAGEM	R\$ 1.511,22	64	R\$ 96.718,08	R\$ 1.160.616,96
Custo total com FOLHA DE PESSOAL no PSI em 2024			R\$ 2.282.137,67	R\$ 27.385.652,04

6.5.3. Foram analisados, também, dados referentes aos custos com os serviços realizados através de contratos com terceiros para a utilização de mão de obra específica nas áreas de supervisão, serviços gerais, recepcionistas, guardas e vigias, atuantes em todos os períodos de funcionamento do Hospital Infantil Darcy Souza Vargas (PSI), sendo apurado, om base base nos valores gastos nos meses de janeiro à dezembro do ano de 2024, um custo mensal estimado em R\$ 328.681,47 (trezentos e vinte e oito mil, seiscentos e oitenta e um reais e quarenta e sete centavos).

6.5.4. Do referido valor se pode estimar um gasto anual de R\$ 3.944.177,64 (três milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, cento e setenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), conforme detalhado no quadro abaixo:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Custos com mão de obra terceirizada, através de contratos, do Pronto Sorro Infantil: estimativa de custos com base nos valores gastos nos meses de janeiro a dezembro do ano de 2024

Serviços realizados por mão-de-obra terceirizada	Custo Unitário	Quantidade Mensal	Custo Total MENSAL	Custo Total ANUAL
MÃO DE OBRA SERVIÇOS GERAIS	R\$ 4.859,64	14	R\$ 68.034,96	R\$ 816.419,52
MÃO DE OBRA S.G NOTURNO	R\$ 6.020,58	8	R\$ 48.164,64	R\$ 577.975,68
MÃO DE OBRA RECEPCIONISTA	R\$ 5.057,03	4	R\$ 20.228,12	R\$ 242.737,44
MÃO DE OBRA RECEP. NOTURNO	R\$ 6.282,79	5	R\$ 31.413,95	R\$ 376.967,40
MÃO DE OBRA SUPERVISOR	R\$ 8.921,83	2	R\$ 17.843,66	R\$ 214.123,92
MÃO DE OBRA VIGIA DIURNO	R\$ 4.927,35	12	R\$ 59.128,20	R\$ 709.538,40
MÃO DE OBRA VIGIA NOTURNO	R\$ 6.451,38	13	R\$ 83.867,94	R\$ 1.006.415,28
Custo total com MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA no PSI em 2024			R\$ 328.681,47	R\$ 3.944.177,64

6.5.5. Por fim, foram analisados, ainda, dados para levantamento de custos com insumos, medicamentos, lavanderia, telefonia, gastos com impressora e papel, energia elétrica, ar-condicionado, geradores, leito de hemodiálise, hardware e software, materiais de laboratório, materiais de limpeza, locação de equipamentos diversos, locação de veículo de apoio (pick-up), alimentação de funcionários e pacientes (almoço e jantar), e valor do BDI, os quais, somados aos custos acima detalhados (folha de pessoal e mão de obra terceirizada), resultam no **custo mensal total estimado em R\$ 3.545.209,90** (três milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, duzentos e nove reais e noventa centavos), e, consequentemente, em um **custo total anual estimado em R\$ 42.542.518,80** (quarenta e dois milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, quinhentos e dezoito reais e oitenta centavos), tendo por base os valores gastos nos meses de janeiro à dezembro do ano de 2024, conforme detalhado no quadro abaixo:

Estimativa de Custos Totais – mensais e anuais - do Hospital Infantil Darcy Souza Vargas (PSI) com base nos valores gastos nos meses de janeiro a dezembro do ano de 2024

Categoria	Custo Total MENSAL	Custo Total ANUAL
FOLHA DE PESSOAL DO PSI (quadro 21)	R\$ 2.282.137,67	R\$ 27.385.652,04
MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA (quadro 22)	R\$ 328.681,47	R\$ 3.944.177,64
INSUMOS	R\$ 50.638,54	R\$ 607.662,48
MEDICAMENTOS (VALOR MÉDIO)	R\$ 196.636,08	R\$ 2.359.632,96
LAVANDERIA	R\$ 28.000,00	R\$ 336.000,00
TELEFONIA	R\$ 520,00	R\$ 6.240,00
IMPRESSORAS E PAPEL	R\$ 3.500,00	R\$ 42.000,00
ENERGIA ELÉTRICA	R\$ 41.000,00	R\$ 492.000,00
HEMODIÁLISE LEITO	R\$ 10.000,00	R\$ 120.000,00
AR-CONDICIONADO	R\$ 26.311,00	R\$ 315.732,00
GERADORES	R\$ 6.290,83	R\$ 75.489,96
HARDWARE	R\$ 9.622,52	R\$ 115.470,24
SOFTWARE	R\$ 20.300,00	R\$ 243.600,00
MATERIAL DE LABORATÓRIO	R\$ 28.751,00	R\$ 345.012,00
LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	R\$ 377.000,00	R\$ 4.524.000,00
MATERIAL DE LIMPEZA	R\$ 25.500,00	R\$ 306.000,00
LOCAÇÃO DE 01 VEÍCULO CAMINHONETE PICK UP	R\$ 3.179,66	R\$ 38.155,92
ALMOÇO FUNCIONÁRIOS	R\$ 2.423,00	R\$ 29.076,00
JANTAR FUNCIONÁRIOS	R\$ 1.380,00	R\$ 16.560,00
ALMOÇO PACIENTES	R\$ 1.031,00	R\$ 12.372,00
JANTAR PACIENTES	R\$ 1.031,00	R\$ 12.372,00
VALOR DO BDI DE 28,34%	R\$ 101.276,13	R\$ 1.215.313,56
CUSTO TOTAL ESTIMADO	R\$ 3.545.209,90	R\$ 42.542.518,80

6.6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA A PARCERIA NO COMPLEXO HOSPITALAR

6.6.1. Os recursos necessários à realização do objeto ora selecionado correrão à conta de seguinte



dotação orçamentária:

PROGRAMA DE TRABALHO: 23.051.10.302.2045.2124

CÓDIGO DE DESPESA: 33.90.39.00

FONTE DE RECURSO: 1.500.1002.0000, 1.500.1002.0046, 1.600.0000.0035, 2.600.000.0035, 1.621.0000.0040, 2.621.000040.

6.6.2. Há, ainda, a possibilidade de utilização de outros recursos supervenientes que sejam disponibilizados pelo Município, pelo Estado ou pela União, e possam ser aplicados pela Secretaria de Saúde e Defesa Civil e/ou pela Fundação Municipal de Saúde nas Unidades do Complexo Hospitalar para as diversas finalidades do mesmo, para sua modernização, ampliação de serviços e atualização de partes de sua estrutura necessárias a tanto, dentre outras razões justificáveis e legalmente possíveis, conforme a devida dotação orçamentária – o que deverá se objeto de apostilamento.

6.6.3. A Administração Pública, através da Secretaria de Saúde e Defesa Civil e da Fundação Municipal de Saúde, providenciará a realização de pesquisa de preços e levantamento de valores tomando por base todo o conjunto de informações compiladas, especialmente através do estudo técnico realizado e do presente Plano de Trabalho, para, com base nas previsões da Instrução Normativa Seges/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, e se utilizando da inteligência do Decreto Estadual nº 46.642/2019, apurar adequadamente o valor estimado do custo anual da realização das atividades e demais atos necessários à execução da parceria pretendida, conforme o objeto do presente Plano de Trabalho.

7. DO PRETENSO CENÁRIO DE SERVIÇOS DE APOIO E ESPECIALIZADOS PARA ATENDIMENTO DO COMPLEXO HOSPITALAR

7.1. Através da parceria realizada o Complexo Hospitalar deverá estar apto a prover serviços de apoio e procedimentos diagnósticos e/ou terapêuticos necessários para o atendimento de suas atividades fim, podendo terceirizar os serviços necessários, sempre no intuito de melhor atender ao fluxo de atividades na parceria realizada.

7.2. Após a devida análise dos últimos dois anos de funcionamento das unidades de saúde que compõem o complexo hospitalar, apurou-se dentre os serviços de apoio (alimentação, almoxarifado, ambulância, central de esterilização de materiais, coleta de resíduos, engenharia clínica, farmácia, hotelaria, lavanderia, necrotério, nutrição e dietética, same ou spp - serviço de pronto atendimento de paciente, segurança patrimonial, serviço de limpeza e zeladoria, serviço de manutenção de equipamentos, serviço de manutenção predial e conforto ambiental, serviço social - ouvidoria) as seguintes características, requisitos e quantitativos necessários para o bom funcionamento do complexo:

7.2.1. ALIMENTAÇÃO:

7.2.1.1. O serviço de alimentação deverá apoiar o trabalho da equipe de saúde, prevenir complicações nutricionais e melhorar a satisfação dos pacientes. A OSC parceira deverá considerar as despesas com serviços de terceiros para o fornecimento adequado da alimentação, de forma a atender à demanda exigida e às normas sanitárias para tanto. Os quadros abaixo descrevem o quantitativo estimado de consumo deste serviço no Pronto Socorro Central e no Hospital Infantil Darcy Vargas.

Quantitativo mensal estimado de refeições no Pronto Socorro Central

ESTIMATIVA DE REFEIÇÕES /MÊS					
PERFIL	DESJEJUM	ALMOÇO	LANCHE	JANTAR	CEIA
COLABORADORES	3000	2860	1980	180	0
PACIENTES	3000	3000	3000	3000	3000
ACOMPANHANTES	300	600	450	300	0
Total	6300	6460	5430	3480	3000

Quantitativo mensal estimado de refeições no Hospital Infantil Darcy Vargas

ESTIMATIVA DE REFEIÇÕES /MÊS					
PERFIL	DESJEJUM	ALMOÇO	LANCHE	JANTAR	CEIA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

COLABORADORES	1050	1980	1540	1050	1050
PACIENTES	900	900	900	900	900
ACOMPANHANTES	900	900	900	900	90
Total	2850	3780	3340	2850	2040

7.2.1.2. Foram considerados para o cálculo da estimativa a quantidade de 04 (quatro) refeições para colaboradores e acompanhantes (desjejum, almoço, lanche e jantar) e 05 (cinco) refeições (desjejum, almoço, lanche, jantar e ceia) para os pacientes, quando houver necessidade. Quando indicadas, deverão ser fornecidas nutrição enteral e parenteral.

7.2.2. ALMOXARIFADO:

7.2.2.1. O fornecimento de material médico-hospitalar deverá garantir a disponibilidade constante e imediata de suprimentos médicos essenciais, como medicamentos, instrumentos cirúrgicos, materiais de curativo e equipamentos de proteção individual. O quantitativo mensal dos insumos utilizados no Pronto Socorro Central (PSC) e no Hospital Infantil Darcy Vargas (PSI), encontra-se descrito no quadro abaixo:

Quantitativo mensal estimado de material médico hospitalar

Código	Produto	Unidade	PSC	PSI	Total
1	Abaixador de língua	Und	1000	2000	3000
2	Absorvente geriátrico higienico descartável	Und	12000	0	12000
3	Agua oxigenada - 100ml	Und	120	200	320
4	Agulha hipodermica esteril 13x0,45	Und	4000	1000	5000
5	Agulha hipodermica esteril 25x0,7	Und	10000	15000	25000
6	Agulha hipodermica esteril 30x0,8	Und	15000	20000	35000
7	Agulha hipodermica esteril 40x1,2	Und	40000	0	40000
8	Agulha de coleta multipla a vácuo 25x0,7	Und	1000	0	1000
9	Agulha de coleta multipla a vácuo 25x0,8	Und	1000	0	1000
10	Adaptador para agulha de coleta multipla a vacuo	Und	100	0	100
11	Agulha raqui espinhal nº 22gx3 1/2 -adulto	Und	50	20	70
12	Agulha raqui espinhal nº 25gx4 obeso	Und	25	0	25
13	Agulha raqui espinhal nº 25x3 1/2	Und	50	0	50
14	Agulha p raquianestesia n26	Und	25	0	25
15	Agulha p raquianestesia n27	Und	25	0	25
16	Alcool para assepsia etilico hidratado 70% -100ml	Und	576	1000	1576
17	Algodão hidrófilo 500g	Und	240	500	740
18	Algodão ortopédico 8cm x 1,00m	Und	960	100	1060
19	Algodão ortopédico 10cm x 1,00m	Und	960	100	1060
20	Algodão ortopédico 15cm x 1,00m	Und	1344	100	1444
21	Algodão ortopédico 20cm x 1,00m	Und	1344	100	1444
22	Aparelho de hgt on call	Und	10	10	20
23	Atadura de crepom neve 10cm x 1,80m	Und	8640	100	8740
24	Atadura de crepom neve 15cm x 1,80m	Und	5040	100	5140
25	Atadura de crepom neve 20cm x 1,80m	Und	720	100	820
26	Atadura gessada 08cm x 2m (c/20)	Und	660	0	660
27	Atadura gessada 10cm (c/20)	Und	780	0	780
28	Atadura gessada 15cm x 3m (c/20)	Und	800	0	800
29	Atadura gessada 20cm x 4m (c/20)	Und	720	0	720
30	Avental manga longa descartável gramatura 40 (c/ 10und)	Und	2000	2000	4000
31	Avental manga longa descartável impermeável para banho não esteril	Und	2000	2000	4000
32	Avental cirúrgico descartável estéril tam g - gramatura 40	Und	200	200	400
33	Barbeador	Und	100	10	110
34	Bolsa coletora de urina sistema fechado 2000ml - com filtro	Und	500	200	700
35	Bolsa de colostomia tipo karaya com clamp	Und	120	0	120
36	Campo operatorio descartável 45x50 não esteril com fio radiopaco	Und	9300	1000	10300



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

37	Bolsa pressórica pressurizada 500ml- pam	Und	20	0	20
38	Campo cirúrgico estéril em não tecido -fenestrado 40cmx40cm	Und	200	500	700
39	Canula de traqueostomia 7,0	Und	10	0	10
40	Canula de traqueostomia 7,5	Und	10	0	10
41	Canula de traqueostomia 8,0	Und	10	0	10
42	Canula de traqueostomia 8,5	Und	10	0	10
43	Canula de traqueostomia 9,0	Und		0	0
44	Canula de traqueostomia metálica nº 4	Und		0	0
45	Canula de traqueostomia metálica nº 5	Und		0	0
46	Canula de traqueostomia metálica nº 6	Und		0	0
47	Cateter duplo lumen 7frx20cm (c/10)	Und	100	0	100
48	Cateter triplo lumen 7frx20cm (c/10)	Und	50	0	50
49	Cateter para infusão intravenosa - jelco nº 14 -c/100	Und	400	10	410
50	Cateter para infusão intravenosa - jelco nº 16 -c/100	Und	400	10	410
51	Cateter para infusão intravenosa - jelco nº 18 -c/100	Und	3000	20	3020
52	Cateter para infusão intravenosa - jelco nº 20 -c/100	Und	4500	100	4600
53	Cateter para infusão intravenosa - jelco nº 22 -c/100	Und	4000	600	4600
54	Cateter para infusão intravenosa - jelco nº 24 -c/100	Und	400	4000	4400
55	Cateter nasal tipo óculos p/ oxigênio com extensão 2m	Und	400	0	400
56	Clorexidina 0,5% alcoólica 100ml -almotolia	Und	240	100	340
57	Clorexidina 2% degermante 100ml - almotolia	Und	240	100	340
58	Clorexidina 0,12% periódefense solução bucal 350ml	Und	30	20	50
59	Cobre corpo - adulto tamanho xg	Und	100	0	100
60	Colar cervical g	Und	30	1	31
61	Colar cervical m	Und	30	5	35
62	Colar cervical p	Und	30	5	35
63	Coletor de drenagem torax 1000ml	Und	20	20	40
64	Coletor de drenagem torax 2000ml	Und	20	10	30
65	Coletor de secreções 500ml filtro esteril	Und	75	50	125
66	Coletor de secreções vias aéreas- bronquinho 40ml	Und	30	0	30
67	Coletor de urina sistema aberto 1200ml	Und	75	50	125
68	Coletor material perfurante cortante 13l	Und	220	100	320
69	Coletor material perfurante cortante 20l	Und	200	100	300
70	Coletor material perfurante cortante 7l	Und	40	100	140
71	Compressa gaze 13 fios esteril pacote com 10 - caixa 840	Pct	25,200	10000	10025
72	Compressa de gaze tipo queijo	Und	50	0	50
73	Curativo pós coleta transparente rolo 25mm	Und	3000	2000	5000
74	Detergente enzimático - 1l	Und	10	1	11
75	Dreno de kher 14	Und	10	0	10
76	Dreno de kher 16	Und	10	0	10
77	Dreno de penrose n1	Und	10	10	20
78	Dreno de pen rose n2	Und	10	10	20
79	Dreno de pen rose n3	Und	10	0	10
80	Dreno de pen rose n4	Und	10	0	10
81	Dreno de sucção 3.2	Und	5	0	5
82	Dreno de sucção 6.4	Und	5	0	5
83	Dreno de torax nº 20	Und	10	20	30
84	Dreno de torax nº 22	Und	10	20	30
85	Dreno de torax nº 24	Und	10	20	30
86	Dreno de torax nº 26	Und	10	20	30
87	Dreno de torax nº 28	Und	10	0	10
88	Dreno de torax nº 30	Und	10	0	10
89	Dreno de torax nº 32	Und	10	0	10
90	Dreno de torax nº 34	Und	10	0	10
91	Dreno de torax nº 36	Und	10	0	10
92	Dreno de torax nº 38	Und	10	0	10
93	Eletrodo p/ monitorização cardíaca descartável - adulto	Und	5000	5000	10000
94	Equipo macrogotas c/ injetor lateral	Und	15000	5000	20000



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

95	Escova degermante com clorexidine	Und	720	1000	1720
96	Esparadrapo 100mmx4,5m	Und	720	300	1020
97	Faixa de smarch 10	Und	10	0	10
98	Faixa de smarch 15	Und	10	0	10
99	Faixa de smarch 20	Und	10	0	10
100	Filtro hepa	Und	10	0	10
101	Filtro bacteriano hmf adulto	Und	400	0	400
102	Fita adesiva crepada 19mmx50mt	Und	100	100	200
103	Fita para hgt - on call plus	Und	18000	2000	20000
104	Fita adesiva microporosa 50mmx10mt	Und	624	250	874
105	Fita p/autoclave 19mmx30m branca	Und	100	0	100
106	Fixador para canula traqueostomia adulto	Und	60	0	60
107	Fixador de tubo orotraqueal adulto fix tot f (sistema de adesivo - marca murenas	Und	200	0	200
108	Curativo naso-fix fixação de sondas e cateteres nasais	Und	500	100	600
109	Formol 10% - 1 litro	Und	20	3	23
110	Fralda geriátrica tam eg desc - mais conforto premium	Und	25,200	150	175
111	Fralda geriátrica tam g desc - mais conforto premium	Und	25,200	250	275
112	Garra fixador de transutor de pressão pam	Und	10	5	15
113	Gel para ecg e ultrassonografia -100g almotolia	Und	100	0	100
114	Glutamax 2% - desinfetante de alto nível 5l	Und	2	0	2
115	Kit pam radial 3fx8cm	Und	30	0	30
116	Kit pam femural 4fx11cm	Und	30	0	30
117	Kit transdutor de pressão monitor dixtal dx2023	Und	60	0	60
118	Filme transparente adesivo para punção 10x12	Und	2000	500	2500
119	Filme transparente adesivo para punção 6x7	Und	2000	1500	3500
120	Kit cirurgico universal estéril descartavel g -cod 488265	Und	40	10	50
121	Lamina p/bisturi n15 (c/100)	Und	500	300	800
122	Lamina p/bisturi n24 (c/100)	Und	600	300	900
123	Lanceta de segurança 26g -c/ 100und	Und	18000	100	18100
124	Latex 200 c/15m	Pct		0	0
125	Latex 204 c/15m	Und	50	0	50
126	Lençol descartavel com elastico 2,00mx90cm -gr 30	Und	1000	2000	3000
127	Lençol papel rolo descartável 70x50	Und	60	70	130
128	Luva cirurgica desc estéril 6,5	Und	400	200	600
129	Luva cirurgica desc est 7,0	Und	1000	1500	2500
130	Luva cirurgica desc est 7,5	Und	1400	2000	3400
131	Luva cirurgica desc est 8,0	Und	1400	2000	3400
132	Luva cirurgica desc est 8,5	Und	400	100	500
133	Luva proced latex m (c/1000)	Cartucho	15000	10000	25000
134	Malha tubular 10cmx15mts	Und	60	30	90
135	Malha tubular 15cmx15mts	Und	60	30	90
136	Malha tubular 20cmx15mts	Und	60	0	60
137	Malha tubular 4cmx15mts	Und	60	0	60
138	Malha tubular 6cmx15mts	Und	60	0	60
139	Malha tubular 8cmx15mts	Und	60	0	60
140	Mascara descartavel com elástico	Und	15000	15000	30000
141	Mascara respiratória p/ tuberculose n95 pff2 s/ válvula	Und	1000	2000	3000
142	Helpfix fixador para cateter e sonda vesical	Und	500	100	600
143	Óculos de proteção	Und	50	20	70
144	Ocluser - protetor cone luer macho e fêmea	Und	15000	15000	30000
145	Papel grau cirurgico 10cmx100 mts	Rolo	10	0	10
146	Papel grau cirurgico 20cmx100mts	Rolo	10	0	10
147	Papel grau cirurgico 30cmx100mts	Rolo	10	0	10
148	Papel grau cirurgico 40cmx100mts	Rolo	10	0	10
149	Papel grau cirurgico 60x100mts	Rolo	5	0	5
150	Papel termosensível 216cmx30m	Rolo	100	0	100
151	Equipo infusão 2 vias com clamp tampas adicionais infusão medservis	Und	5000	1000	6000
152	Polifix 4 vias (c/100)	Und	500	0	500



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

153	Sapatilha propé desc 20gr c/ 100und	Und	1200	0	1200
154	Scalpe n19 (c/100) labor import	Und	1200	0	1200
155	Scalpe n21 (c/100) labor import	Und	6000	0	6000
156	Scalpe n23 (c/100) labor import	Und	5000	0	5000
157	Scalp de coleta de sangue a vácuo n21	Und	2000	0	2000
158	Scalp de coleta de sangue a vácuo n23	Und	2000	1000	3000
159	Seringa 01ml descartável s/ag p/ tuberculina luer slip	Und	6000	2000	8000
160	Seringa 10ml descartável s/ag luer slip estéril c/100un	Und	24000	25000	49000
161	Seringa 20ml descartável s/ag luer slip estéril c/50un	Und	10000	20000	30000
162	Seringa 3ml descartável s/ag luer slip estéril c/100un	Und	20000	30000	50000
163	Seringa 5ml descartável s/ag luer slip estéril c/100un	Und	20000	20000	40000
164	Seringa 60ml descartável s/ag luer slip estéril c/25un - bico longo	Und	400	500	900
165	Swab de rastreio (cotonete) - com meio de trasporte	Und	300	0	300
166	Sonda aspiração para tubo orotraqueal sistema fechado fr 14 x 60cm trachcare adulto	Und	100	0	100
167	Sonda aspiração traqueostomia sistema fechado fr 14 x 36cm trachcare adulto	Und	100	0	100
168	Sonda de aspiração traqueal nº 12	Und	500	0	500
169	Sonda de aspiração traqueal com válvula nº 12	Und	500	0	500
170	Sonda de aspiração nº 14	Und	500	0	500
171	Sonda de aspiração nº 16	Und	500	0	500
172	Sonda aspiração traqueal n18	Und	400	0	400
173	Sonda folley 2 vias n12 (c/10)	Und	50	2	52
174	Sonda folley 2 vias n14 (c/10)	Und	50	2	52
175	Sonda folley 2 vias n16 (c/10)	Und	60	2	62
176	Sonda folley 2 vias n18 (c/10)	Und	200	2	202
177	Sonda folley 2 vias n20 (c/10)	Und	80	2	82
178	Sonda folley 2 vias n 22 (c/10)	Und	80	2	82
179	Sonda folley 2 vias n 24 (c/10)	Und	80	2	82
180	Sonda folley 3 vias n18(c/10)	Und	40	0	40
181	Sonda folley 3 vias n20 (c/10)	Und	40	0	40
182	Sonda folley 3 vias n22 (c/10)	Und	30	0	30
183	Sonda folley 3 vias n24 (c/10)	Und	30	0	30
184	Sonda nasogastrica n12 longa	Und	100	10	110
185	Sonda nasogastrica n 14 longa	Und	100	10	110
186	Sonda nasogastrica n16 longa	Und	100	0	100
187	Sonda nasogastrica n18 longa	Und	100	0	100
188	Sonda nasogastrica n20 longa	Und	100	0	100
189	Sonda nasogastrica n22 longa	Und	100	0	100
190	Sonda nasogatraca n24 longa	Und	50	0	50
191	Sonda alimentação enteral nº12f - adulto	Und	150	2	152
192	Sonda uretral n10	Und	100	10	110
193	Sonda uretral n12	Und	100	10	110
194	Tala metálica para imobilização de dedo 19x180	Und	100	0	100
195	Tela de marlex 30,5x30,5	Und	100	0	100
196	Termometro digital	Und	50	30	80
197	Touca brnca 20g descartável sonfonada c/ elástico	Und	15000	10000	25000
198	Tubo endotraqueal c/balao 7,0	Und	40	0	40
199	Tubo endotraqueal c/balao 7,5	Und	100	0	100
200	Tubo endotraqueal c/balao 8,0	Und	100	0	100
201	Tubo endotraqueal c/balao 8,5	Und	40	0	40
202	Vaselina 1 lt	Und	10	0	10
203	Vaselina solida 70g	Und	40	0	40
204	Fio algodao s/ ag n0	Und	72	50	122
205	Fio algodao s/ ag n2.0	Und	72	20	92
206	Fio algodao s/ ag n3.0	Und	72	0	72
207	Fio algodão c/ agulha n0	Und	72	0	72
208	Fio algodão c/ agulha n2.0	Und	72	50	122
209	Fio algodão c/ agulha n3.0	Und	72	50	122



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

210	Fio catgut cromado 0	Und	72	0	72
211	Fio catgut cromado 1	Und	72	0	72
212	Fio catgut cromado 2	Und	72	100	172
213	Fio catgut cromado 3	Und	72	100	172
214	Fio catgut cromado 4	Und	72	100	172
215	Fio catgut simples 0,0	Und	72	0	72
216	Fio catgut simples 1,0	Und	72	0	72
217	Fio catgut simples 2,0	Und	72	50	122
218	Fio catgut simples 3,0	Und	72	0	72
219	Fio catgut simples 4,0	Und	72	0	72
220	Fio nylon 0	Und	72	100	172
221	Fio nylon 1	Und	72	0	72
222	Fio nylon 2-0 (c/ag 3,0)	Und	120	0	120
223	Fio nylon 3-0 (c/ag 2,5)	Und	360	0	360
224	Fio nylon 3-0 (c/ag 3,0)	Und	360	100	460
225	Fio nylon 4-0 (c/ag 3,0)	Und	120	100	220
226	Fio nylon 5-0 (c/ag 2,0)	Und	72	100	172
227	Fio nylon 6-0 (c/ag 2,0)	Und	72	100	172
228	Fio seda 0	Und	72	100	172
229	Fio seda 1-0	Und	72	0	72
230	Fio seda 2-0 3/8 - 3,0cm c/agulha	Und	72	0	72
231	Fio seda 3-0 - 1/2 - 2,0cm c/agulha	Und	72	0	72
232	Fio seda 4-0	Und	72	50	122
233	Fio poliester 5 cod:pev54mtc480 (c/ag4,8)	Und	12	0	12
234	Fio poliglactina (vicryl) 0 c/ag	Und	144	0	144
235	Fio poliglactina (vicryl) 1.0 c/ag	Und	144	0	144
236	Fio poliglactina (vicryl) 2.0 c/ag 3.0	Und	144	100	244
237	Fio poliglactina (vicryl) 3.0 c/ag 3.0	Und	144	100	244
238	Fio poliglactina (vicryl) 4.0 c/ag 3.0	Und	72	0	72
239	Fio polipropileno (prolene) 0	Und	72	0	72
240	Fio polipropileno (prolene) 1.0	Und	72	0	72
241	Fio polipropileno (prolene) 2.0	Und	72	0	72
242	Fio polipropileno (prolene) 3.0	Und	72	0	72
243	Fio polipropileno (prolene) 4.0	Und	72	0	72
244	Fio polipropileno (prolene) 5.0	Und	24	0	24
245	Frasco de hemocultura adulto bhi	Und	192	0	192
246	Tubo tampa roxa 4ml edta	Und	10.200	0	10200
247	Tubo tampa amarela 5ml com gel	Und	10.200	0	10200
248	Tubo de coleta de sangue a vácuo 3.2% citrato	Und	2000	0	2000
249	Coletor de urina comun nao esteril	Und	2500	0	2500
250	Coletor de urina comum esteril	Und	10000	500	10500
251	Pielsana gaze rayon 7,5x15cm	Und	192	30	222
252	Dermanon creme protetor barreir	Und	20	0	20
253	Pielsana a.g e gel 100g	Und	20	20	40
254	Pielsana sabonete antisseptico c/phmb 500ml	Und	20	20	40
255	Phmb gel 100g	Und	20	20	40
256	Pielsana oleo 200ml	Und	20	20	40
257	Phmb solução aquosa 350ml	Und	20	20	40

7.2.3. CENTRAL DE MATERIAL ESTERILIZADO – CME:

7.2.3.1. A esterilização terá como finalidade a disponibilização dos insumos esterilizados necessários à assistência. O recolhimento dos materiais e instrumentais que necessitem de esterilização deverá ocorrer diariamente na unidade.

7.2.3.2. A OSC parceira deverá considerar as despesas com serviços de terceiros para a CME, de forma a atender a demanda exigida ficando estabelecida a garantia de esterilização dos insumos pelo método adequado, utilizando indicadores de esterilização, assim como o fornecimento à unidade dos materiais e instrumentais esterilizados, embalados e armazenados da maneira correta e a disponibilização dos



relatórios demonstrativos de controle de qualidade e de rastreabilidade dos insumos processados.

7.2.4. FARMÁCIA:

7.2.4.1. A farmácia hospitalar desempenhará um papel central na gestão dos estoques de medicamentos, na preparação de doses precisas e na orientação sobre o uso adequado dos fármacos, o que é vital para a continuidade do cuidado e para a prevenção de erros medicamentosos.

7.2.4.2. Considerando que a integração do serviço de farmácia com as demais unidades do hospital facilita a rápida resposta às emergências e às necessidades dos pacientes críticos, deverá ser mantida a operacionalização eficiente do serviço e a disponibilização de um ou mais serviços satélites para o atendimento das demandas tendo em vista o dimensionamento físico das unidades, inclusive aplicando método de controle que possibilite o compartilhamento de medicamentos para evitar o risco de falta em algum setor ou unidade do Complexo Hospitalar.

7.2.4.3. Com base em dados da pasta responsável, apurou-se a previsão de quantitativo mensal dos insumos que poderão ser utilizados na unidade, conforme descrito no quadro abaixo:

Quantitativo mensal estimado de medicamentos

MEDICAMENTO	VIA	PSC	PSI	TOTAL
AAS 100mg	ORAL	1.500	40	1540
Ác. Tranex.250mg AMP	COMP	600		600
Acebrofilina 25mg/5ml - 100ml	ORAL			0
Acetato de Dezametasona1mg/g	TÓPICO			0
Acetilcisteína 200mg	ORAL		80	80
Acetilcisteína 20mg/ml - 100ml	ORAL			0
Acetilcisteína 600mg ENV	IV/ IM/SC	100		100
Aciclovir 200mg	ORAL		40	40
Aciclovir 250mg	IV		200	200
Aciclovir 50mg/g	TÓPICO		20	20
Ácido Fólico 5mg	ORAL	200	60	260
Ácido Trânxamico 50mg/ml - 5ml	IV		80	80
ÁCIDO VALPRÓICO 250 mg	ORAL		50	50
Adenosina 3mg/ml - 2ml	IV		20	20
Adrenalina 1mg/ml	IV		700	700
Aerolin Spray	ORAL		300	300
Água para Injetáveis - 10ml	****			0
Albendazol 40mg/ml - 10ml	ORAL		30	30
ALBUMINA HUMANA	IV		50	50
Alfentanila		25		25
Alopurinol 100mg COMP	COMP	300		300
Ambroxol 15mg/5ml - 100ml	ORAL		20	20
AMICACINA 250 mg/ml	IV e IM		50	50
Amicacina AMP	IV/ IM/SC	100		100
Aminofilina 24mg/ml	IV		30	30
Aminofilina AMP	IV/ IM/SC	100		100
Amiodar 100mg CP	COMP	500		500
Amiodar 50mg/5mL AMP	IV/ IM/SC	300		300
Amiodarona 50mg/ml - 3ml	IV		20	20
Amitriptilina 25mg CP	COMP	300		300
AMOX+CLAV 1000+200 mg (CLAVULIN 1 g)	IV		500	500
AMOX+CLAV 250+62,5 mg/5 ml	ORAL		80	80
Amox+Clavul COMP	COMP	300		300
Amoxicilina + Clav 1200mg	IV/ IM/SC	200		200
AMOXICILINA 250 mg/5 ml	ORAL		30	30
AMPICILINA 1g	IV e IM		250	250
Anlodipino 5mg	ORAL		30	30
Anlodipino 10mg COMP	COMP	200		200



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Anlodipino 5mg COMP	COMP	500		500
Atenolol 25mg COMP	COMP	1.000		1000
Atropina 0,25mg/ml	IV/ IM/SC		50	50
Azitromici 500mg COMP	COMP	300		300
AZITROMICINA 500 mg	IV		30	30
AZITROMICINA 500 mg	ORAL		80	80
AZITROMICINA 200 mg/ 5ml	ORAL		40	40
Beanoato de Benzila 250mg/ml - 60ml	TÓPICO		10	10
BENZETACIL 1.200.000	IM		800	800
Benzetacil 600.000	IM		700	700
BENZILPENICILINA POTÁSSICA 5.000.000	IV e IM		30	30
BENZOILMETRONIAZOL 40 mg/ml	ORAL			0
BENZOILMETRONIAZOL 40 mg/ml	ORAL		10	10
Bicarbo 8,4% 10mL AMP	IV/ IM/SC	200		200
Bicarbo 8,4% 250 MI FR	IV/ IM/SC	70		70
Biperideno 2mg COMP	COMP	100		100
Brometo de Ipratrópio 0,25mg/ml - 20ml	INALATÓRIO		25	25
Bromoprida 10mg COMP	COMP	200		200
Bromoprida 10mg/2ml	IV e IM	3.000	850	3850
Bromoprida 4mg/ml - 20ml	ORAL		50	50
Bupivacaína 5mg/ml - 20ml	****		20	20
Buscopam Composto - 20ml	ORAL		10	10
Buscopan 20mg/ml - 1ml	IV/ IM/SC			0
Buscopan Composto - 5ml	IV e IM		250	250
Buscopan Simples - 1ml	IV/ IM/SC		300	300
Captopril 25mg	ORAL	300	40	340
Captopril 50mg	ORAL	500	20	520
Carbamazep 200mg CP	COMP	200		200
CARBAMAZEPINA 20mg/ml	ORAL		30	30
Carvedilol 12,5mg COMP	COMP	300		300
Carvedilol 3,125mg COMP	COMP	500		500
CEFALEXINA 250 mg/ 5 ml	ORAL		40	40
CEFALOTINA 1 g	IV e IM		30	30
Cefalotina 1g FR	IV/ IM/SC	100		100
CEFAZOLINA 1g	IV e IM	400	40	440
CEFEPIMA 1g	IV e IM	100	400	500
CEFTRIAXONA 1 g	IV	2.500	500	3000
CEFUROXIMA 750 mg	IV e IM		350	350
CETAMINA 50 mg/ml	IV e IM		400	400
Cetoconazol 20mg/g	TÓPICO	20	20	40
Cetoprofeno 50mg/ml	IM		20	20
Cetoprofeno IM AMPOLA	IV/ IM/SC	3.500	300	3800
Cetoprofeno IV FRASCO	IV/ IM/SC	2.000		2000
Cilostazol 50mg COMP	COMP	500		500
Ciprofloxx 500mg CP	COMP	300	50	350
Ciprofloxacino 2mg/ml	IV/ IM/SC	200		200
Ciprofloxacino 500mg	ORAL		50	50
CIPROFLOXAXINO 2 mg/ml - 100ml	IV		30	30
CLARITROMICINA 500 mg	IV		50	50
Clavulin 400mg/ml	ORAL		70	70
Clindam 600mg AMP	IV/ IM/SC	1.300		1300
CLINDAMICINA 150 mg/ml - 4ml	IV e IM		100	100
CLINDAMICINA 300 mg	ORAL		40	40
Clister 12% FR	IV/ IM/SC	70		70
Clobazan 10mg	ORAL		30	30
Clonazepam 0,5mg CP	COMP	500		500
CLONAZEPAM 2,5 mg/ml - 20 ml	ORAL		20	20
Clonazepam 2mg COMP	COMP	500		500
Clonidina 0,1mg COMP	COMP	300		300



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Clopidogrel 75mg COMP	COMP	1.500		1500
Cloreto de Potássio 10% 10ml	IV			0
Cloreto de Potássio 60mg/ml - 150ml	ORAL		20	20
Cloreto de Sódio 0,9% - 10ml	IV			0
Cloreto de Sódio 20% - 10ml	IV			0
Cloridrato de Etilefrina 10mg/ml - 1ml	IV/ IM/SC		20	20
Clorpromazina 100mg	COMP	200		200
Clorpromazina 100mg	COMP	100		100
Clorpromazina 25mg	COMP	200		200
Clorpromazina IV	IV/ IM/SC	25		25
Colagenase + Cloranfenicol	TUBO	100	25	125
Colagenase 1,2U	TÓPICO		25	25
Complexo B - 2ml	IV e IM		70	70
Dersani	TÓPICO	200	35	235
Deslanosídeo 0,2mg/ml - 2ml	IV e IM	50	20	70
Dexametasona 2,5mL AMP	IV/ IM/SC	3.000		3000
Dexametasona 4mg/ml - 2,5ml	IV e IM		500	500
Dexametasona pomada	TÓPICO	20		20
Dexclorfenira 2mg COMP	COMP	200		200
Dexmedetomidina 100mcg/ml	IV/ IM/SC	100		100
DEXMEDETOMIDINA 100mcg/ml	IV		320	320
Dextrocetamina 50mg/ml	IV/ IM/SC	50		50
DIAZEPAM 10 mg/2ml	IV e IM	300	400	700
Diazepam 10mg COMP	COMP	300	60	360
Diazepam 5mg COMP	COMP	300		300
Diclofenaco 25mg/ML AMP	IV/ IM/SC	1.500		1500
Diclofenaco 50mg COMP	COMP	300		300
Digoxina 0,25mg COMP	COMP	300		300
Diltiazem 30mg COMP	COMP	300		300
Dipirona 1g AMP	IV/ IM/SC	10.000		10000
Dipirona 500mg COMP	COMP	1.500		1500
Dipirona 500mg/ml - 2ml	IV e IM		1650	1650
Dipirona Monodratada 500mg/ml - 20ml	ORAL		90	90
Dobutamina 12,5mg/ml - 20ml	IV		50	50
Domperidona 1mg/ml - 100ml	ORAL		25	25
Dopamina 5mg/ml - 10ml	IV		20	20
Enalapril 10mg COMP	COMP	300		300
Enalapril 20mg COMP	COMP	300		300
Enalapril 5mg COMP	COMP	100		100
Enoxaparina 20mg SER	IV/ IM/SC	200		200
Enoxaparina 20mg/0,2ml	IV		40	40
Enoxaparina 40mg SER	IV/ IM/SC	400	40	440
Enoxaparina 60mg SER	IV/ IM/SC	150		150
Escopolamina AMP	IV/ IM/SC	1.500		1500
Espironolact 25mg CP	COMP	300		300
Espironolactona 25mg	ORAL		80	80
ETOMIDATO 2 mg/ml - 10 ml	IV		20	20
Etomidato 2mg/ml	IV/ IM/SC	25		25
FENITOÍNA 100 mg	ORAL	300	40	340
FENITOÍNA 50 mg/ml	IV e IM	500	100	600
FENOBARBITAL 100 mg	ORAL	200	40	240
FENOBARBITAL 200 mg/2 ml	IV e IM	25	100	125
FENOBARBITAL 4% (40 mg/ml) - 20 ml	ORAL		30	30
Fentanil 10ml	IV/ IM/SC	2.000		2000
FENTANILA 0,05 mg/ml - 10 ml	IV /IM /EPI			0
FENTANILA 0,05 mg/ml - 10 ml	IV /IM /EPI		400	400
FENTANILA 0,05 mg/ml - 5 ml	IV /IM /EPI		200	200
Fitomenadiona 10mg/ml - 1ml	IM		50	50
Fluconazol 150mg CÁP	COMP	100		100



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Fluconazol 200mg bolsa	COMP	50		50
Fluconazol 2mg/ml - 100ml	IV		50	50
FLUMAZENIL 0,1 mg/ml 5 ml	IV		30	30
Fluoxetina 20mg CÁP	COMP	300		300
Furosemida 20mg/2ml	IV e IM		400	400
Furosemida 40mg	ORAL	300	40	340
Furosemida AMP	IV/ IM/SC	2.000		2000
GENTAMICINA 40 mg/ml (80 mg/2 ml)	IV e IM		100	100
Gentamicina AMP	IV/ IM/SC	100		100
Glibenclamida 5mg COMP	COMP	200		200
Glicazida 30mg COMP	COMP	200		200
Glicose 25% 10mL AMP	IV/ IM/SC	200		200
Glicose 50% - 10ml	IV	2.000		2000
Gluconato de Cálcio 10% - 10ml	IV			0
HALDOL 5 mg/ml - 1 ml	IM	100	30	130
Haloperidol 1mg COMP	COMP	0		0
Haloperidol 5mg COMP	COMP	300		300
HCTZ 25mg COMP	COMP	500		500
Heparina 5000UI AMP	COMP	1.500		1500
Heparina Sódica 5000 UI - 0,25ml	SC		30	30
Hidralazina 25mg	ORAL	300	30	330
Hidralazina 50mg COMP	COMP	500		500
Hidralazina20mg/ml - 1ml	IV e IM	100	30	130
Hidroclorotiazida 25mg	ORAL		80	80
Hidrocort 500mg IV FR	IV/ IM/SC	1.500		1500
Hidrocortisona 100mg	IV e IM	1.500	200	1700
Hidrocortisona 500mg	IV e IM		400	400
Ibuprofeno 20mg/ml - 100ml	ORAL		80	80
Isos dinitrato 5mg COMP	COMP	100		100
Isosso 20mg COMP	COMP	300		300
Ivermectina 6mg	ORAL		64	64
Ivermectina 6mg COMP	COMP	100		100
Lactulose		15		15
Lactulose 667ml/ml - 120ml	ORAL		25	25
Levotiroxina 25mcg COMP	COMP	200		200
Levotiroxina 50mcg COMP	COMP	200		200
Lidocaína 10% - 50ml	TÓPICO		2	2
Lidocaína 20mg/g	TÓPICO			0
Lidocaína 20mg/g	TÓPICO		50	50
Lidocaína 20mg/ml 2% sem vaso - 20ml	****		20	20
Lidocaína 20mg/ml 2% sem vaso - 5ml	****		500	500
LINEZOLIDA 2 mg/ml - 300ml	IV		40	40
Loratadinna 1mg/ml - 100ml	ORAL		60	60
Losartana 50mg COMP	COMP	2.500		2500
Maleato de Enalapril 10mg	ORAL		30	30
Mebendazol 100mg	ORAL		30	30
Meropenem 1g IV	IV/ IM/SC	300		300
MEROPENEM 500 mg	IV		400	400
Metadona 10mg	ORAL		40	40
Metformina 500mg COMP	COMP	500		500
Metformina 500mg XR CP	COMP	500		500
Metformina 850mg COMP	COMP	500		500
Metildopa 250mg COMP	COMP	300		300
Metilprednisolona 125mg	IV e IM		75	75
Metilprednisolona 500mg	IV e IM		150	150
Metoclopramida 10mg/2ml	IV e IM		20	20
Metoclopramida AMP	IV/ IM/SC	600		600
Metoprolol 1mg/ml - 5ml	IV		20	20
METRONIDAZOL 250 mg	ORAL		40	40



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

METRONIDAZOL 5 mg/ml - 100ml	IV		50	50
Metronidazol 500mg BLS	IV/ IM/SC	500		500
Midazolam 10ml	IV/ IM/SC	2.000		2000
MIDAZOLAM 5 mg/ml - 10 ml	IV/ IM/ RETAL		400	400
MIDAZOLAM 5 mg/ml - 3 ml	IV/ IM/ RETAL		200	200
Morfina 0,2mg	IV/ IM/SC	25		25
MORFINA 1,0 mg/ml - 2 ml	IV /IM /EPI		20	20
MORFINA 10 mg/ml - 1 ml	IV /IM /EPI		40	40
Morfina 10mg/ml AMP	IV/ IM/SC	300		300
MUPIROCINA 20MG/G - 15G	TÓPICO		25	25
NALOXONA 0,4 mg/ml - 1 ml	IV/ IM/SC		15	15
Naloxona 0,4mg/ml	IV/ IM/SC	50		50
Neomicina pomada	TÓPICO	20		20
Neomicina+Bacitracina	TÓPICO		55	55
Neostigmina 0,5mg/ml - 1ml	IV/ IM/SC		50	50
Nifedipino 10mg COMP	COMP	300		300
Nifedipino 20mg COMP	COMP	300		300
Nimodipino 30 mg COMP	COMP	0		0
Nistatina + ox zn pomada		60		60
Nistatina sol oral		10		10
Nistatina vag pomada		20		20
Nistatina+Ox.Zinco	TÓPICO		50	50
Nitatina 100.000UI/ml - 50ml	ORAL		35	35
Nitroglicerina 5mg/ml - 5ml	IV		20	20
Nitropusseto 25mg/ml - 2ml	IV		30	30
Noradrenalina 2mg/ml - 4ml	IV		150	150
Óleo Mineral	ORAL E TÓPICO		30	30
Omeprazol 20mg	ORAL		112	112
Omeprazol 20mg CÁP	COMP	500		500
Omeprazol 40mg	IV		120	120
Omeprazol 40mg CÁP	COMP	2.500		2500
Omeprazol 40mg F/A	COMP	600		600
Ondansetrona 2mg/ml	IV e IM		900	900
Ondansetrona AMP	IV/ IM/SC	300		300
OSELTAMIVIR 30 mg	ORAL		80	80
OSELTAMIVIR 45 mg	ORAL		40	40
OSELTAMIVIR 75 mg	ORAL		70	70
OXACILINA 500 mg	IV e IM		1.000	1000
Oxacilina 500mg F/A	IV/ IM/SC	400		400
Paracetamol 200mg/ml	ORAL		50	50
Paracetamol 500mg CP	COMP	500		500
Permetrina 1% - 60ml	TÓPICO		20	20
Permetrina 5% - 60ml	TÓPICO		25	25
Petidina 50mg/ml	IV/ IM/SC	50		50
Pipera+ Tazobac 4,5g FR	IV/ IM/SC	700		700
Polaramine 0,4mg/ml	ORAL		40	40
Polimixina B 500.000UI	IV/ IM/SC	50		50
POLIMIXINA B 500000 UI	IV e IM		30	30
Polivitamínico - 20ml	ORAL		10	10
Prednisolona 1mg/ml - 100ml	ORAL		30	30
Prednisolona 3mg/ml - 100ml	ORAL		60	60
Prednisona 20mg COMP	COMP	300		300
Prednisona 5mg COMP	COMP	100		100
Prometazina 25mg	ORAL		20	20
Prometazina 25mg CP	COMP	200		200
Prometazina 25mg/ml - 2ml	IM		300	300
Prometazina AMP	IV/ IM/SC	500		500
Propanolol 40mg	ORAL		20	20



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Propofol 1%	IV/ IM/SC	200	70	270
Propranolol 40mg COMP	COMP	200		200
Quetiapina 25mg CP	COMP	500		500
Reidratante Repositor Eletrolítico	ORAL		30	30
Repoflor	ORAL		60	60
RISPERIDONA 1 mg	ORAL		30	30
Risperidona 1mg CP	COMP	200		200
RISPERIDONA 2 mg	ORAL		30	30
Rivaroxabana 10mg COMP	COMP	200		200
Rivaroxabana 15mg COMP	COMP	200		200
Rivaroxabana 20mg COMP	COMP	200		200
Ropivacaína 10mg/ml - 20ml	****		30	30
Sacch boul 200mg CP.	COMP	100		100
Salbutamol 0,5mg/ml - 1ml	IV/ IM/SC		500	500
Salbutamol 1ml		200		200
SEVOFLURANO - 100 ml	INALATÓRIO		10	10
SEVOFLURANO - 250 ml	INALATÓRIO		12	12
Sevoflurano 250ml	IV/ IM/SC	7		7
Simeticona 40mg COMP	COMP	500		500
Simeticona 75mg/ml	ORAL		80	80
Sinvastatina 20mg CP	COMP	300		300
Sinvastatina 40mg CP	COMP	500		500
Sulfa+Tri 480mg COMP	COMP	300		300
SULFADIAZINA DE PRATA 1% (30 g E 50 g)	TÓPICO		100	100
SULFADIAZINA DE PRATA 1% 400 g	TÓPICO		20	20
SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPRIMA 200+40 mg/5ml	ORAL		20	20
SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPRIMA 400+80 mg	ORAL		20	20
Sulfato de Magnésio 10% - 10ml	****			0
Sulfato Ferroso 125mg/ml	ORAL		10	10
Sulfato ferroso 40mg CP	COMP	500		500
Suxametônio 100mg	IV e IM		10	10
TAZOCIN 4+0,5g (PIPERACILINA+TAZOBACTAM)	IV		20	20
TEICOPLANINA 400 mg	IV e IM		20	20
Tenoxicam 20mg FR	IV/ IM/SC	100		100
TRAMADOL 100 mg/ml - 2 ml	IV/ IM/SC	2.000	30	2030
TRAMADOL 50 mg/ml - 1 ml	IV/ IM/SC	2.000	40	2040
VALPROATO DE SÓDIO 250 mg/ml	ORAL		15	15
Valsartana 160mg COMP	COMP	200		200
VANCOMICINA 500 mg	IV	200	400	600
Varfarina 5mg COMP	COMP	200		200
Vasopressina 20 U/ml	IV/ IM/SC		10	10
Vit C 100mg/MI AMP	IV/ IM/SC	1.000		1000
Vit C 500mg COMP	COMP	100		100
Vit complexo B AMP	IV/ IM/SC	1.000		1000
Vit complexo B COMP	COMP	100		100
Vitamina C 100mg/ml - 5ml	IV		80	80
Vitamina C 200mg/ml	ORAL		10	10
Vitamina K AMP	IV/ IM/SC	200		200

7.2.5. MATERIAIS DE OPME (ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS)

7.2.5.1. Na parceria em questão a Organização da Sociedade Civil ficará responsável pela aquisição e gerenciamento dos insumos utilizados nos procedimentos médicos e de reabilitação denominados órteses, próteses e materiais especiais – OPME.

7.2.5.2. Com base nos dados de utilização de OPME nos procedimentos realizados no Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes De Sá Couto no ano de 2024, e considerando que somente naquela unidade



Quantitativo mensal estimado de OPME

MATERIAIS OPME	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24	Totais
ARRUELA			1					2		5	2	5	15
ARRUELA DE CANULADO 7,0												2	2
CIMENTO ORTOPEDICO	1	2	2	7	5	3	3	3	5	5	4	3	43
CONTRA PINO												1	1
DETTO DE TORNOZELO												1	1
FIO DE CERCLAGEM 1,0	1	1		2	1	1	1	3	2	3	1	2	18
FIO DE CERCLAGEM 1,2		1	2	1		1		3	2		2	1	13
FIO DE CERCLAGEM 1,5			3	1		1	1					1	7
FIO K 1,0	2	3	2	1	2	3	4	8	3	1			29
FIO K 1,2	2												2
FIO K 1,5	11	6	18	17	28	16	13	16	7	17	30	18	197
FIO K 2,0	20	29	22	49	19	15	28	42	37	22	36	32	351
FIO K 2,5			14	9	4	6	5	7	4	17	4	9	79
FIO K 3,0		1	4	2			2	3		2			14
FIO K 3,5							2						2
FIO K 4,0							2		1				3
FIO K 4,5	1		3	1		1	1						7
FIXADOR 150 MM					1								1
FIXADOR 300 MM					1								1
FIXADOR COLLES								1					1
FIXADOR EXTERNO 170				1									1
FIXADOR EXTERNO 300				1		1							2
FIXADOR EXTERNO 350				3			1						4
FIXADOR EXTERNO 400 MM						1		2			2		5
FIXADOR FÊMUR / TÍBIA 300 MM							1			1			2
FIXADOR FÊMUR / TÍBIA 350 MM			2		1			1	1			1	6
FIXADOR FÊMUR / TÍBIA 400 MM						1		1					2
FIXXADOR DE PUNHO 1,65 MM							1						1
FIXADOR RÁDIO / ULNA 165 MM										1			1
MALIOLAR 4,5 N° 30		1											1
PARAFUSO 1/3 DE 6 FUROS												1	1
PARAFUSO 1/3 TUBULAR 3,5 DE 5 FUROS			1										1
PARAFUSO 1/3 TUBULAR 3,5 DE 7 FUROS		1											1
PARAFUSO 1/3 TUBULAR 4,5 DE 5 FUROS			1										1
PARAFUSO CANULADO 3,5 N° 100								2					2
PARAFUSO CANULADO 3,5 N° 14												3	3
PARAFUSO CANULADO 3,5 N° 18												2	2
PARAFUSO CANULADO 3,5 N° 32									1				1
PARAFUSO CANULADO 3,5 N° 40		1		1	2	1			1			1	7
PARAFUSO CANULADO 3,5 N° 44		1		3		1			1		2		8
PARAFUSO CANULADO 3,5 N° 90								1					1
PARAFUSO CANULADO 4,0 N° 38												1	1
PARAFUSO CANULADO 4,5 N° 18								2					2
PARAFUSO CANULADO 4,5 N° 34						1				1	1		3
PARAFUSO CANULADO 4,5 N° 36						1							1
PARAFUSO CANULADO 4,5 N° 38						1				1	1		3
PARAFUSO CANULADO 4,5 N° 40							2					3	5
PARAFUSO CANULADO 4,5 N° 44			2		2	1	1						6
PARAFUSO CANULADO 4,5 N° 45												1	1
PARAFUSO CANULADO 4,5 N° 48	1		1	1	1								4
PARAFUSO CANULADO 4,5 N° 50	1											1	2
PARAFUSO CANULADO 4,5 N° 52	1												1



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

PARAFUSO CANULADO 4,5 N° 54	1												1
PARAFUSO CANULADO 7,0 N° 55		1										1	2
PARAFUSO CANULADO 7,0 N° 100			1	1				1	1				4
PARAFUSO CANULADO 7,0 N° 105							1	1					2
PARAFUSO CANULADO 7,0 N° 32										1			1
PARAFUSO CANULADO 7,0 N° 50							1			1			2
PARAFUSO CANULADO 7,0 N° 60		2										1	3
PARAFUSO CANULADO 7,0 N° 65							1	1					2
PARAFUSO CANULADO 7,0 N° 70		1								2		1	4
PARAFUSO CANULADO 7,0 N° 75			1									1	2
PARAFUSO CANULADO 7,0 N° 80		2						1		2	2	1	8
PARAFUSO CANULADO 7,0 N° 85			2							2	2		6
PARAFUSO CANULADO 7,0 N° 90		2		1			2	4		1	3	5	18
PARAFUSO CANULADO 7,0 N° 95			2						1	2		2	7
PARAFUSO CONTRA PINO		1						1	1	1	1		5
PARAFUSO CORTICAL 3,5 N° 12	1			2		4	1	1	4	4	4	7	28
PARAFUSO CORTICAL 3,5 N° 14	5	18	3	11	7	16	11	5	11	19	17	14	137
PARAFUSO CORTICAL 3,5 N° 16	15	16	17	23	21	21	26	20	16	12	28	17	232
PARAFUSO CORTICAL 3,5 N° 18	18	12	27	12	24	11	21	10	6	34	8	8	191
PARAFUSO CORTICAL 3,5 N° 20	10	6	8	14	14	2	3	7	14	22	10	5	115
PARAFUSO CORTICAL 3,5 N° 22	12	6	4	1	5	8	3	7	4	12	4	3	69
PARAFUSO CORTICAL 3,5 N° 24	4	1	3	2				2	2	8	1	6	29
PARAFUSO CORTICAL 3,5 N° 26	3	3	1	4	3	1				2	1	4	22
PARAFUSO CORTICAL 3,5 N° 28			1	1	2			2		1		4	11
PARAFUSO CORTICAL 3,5 N° 30	1	2	1	3								2	9
PARAFUSO CORTICAL 3,5 N° 32		3		1						1	1	2	8
PARAFUSO CORTICAL 3,5 N° 34			1	2			1	1	1			1	7
PARAFUSO CORTICAL 3,5 N° 36			1			1	1	2					5
PARAFUSO CORTICAL 3,5 N° 38			1		3				1				5
PARAFUSO CORTICAL 3,5 N° 40	1	1	1			3	1		1	1	1	1	11
PARAFUSO CORTICAL 3,5 N° 42		1	1			1			1				4
PARAFUSO CORTICAL 3,5 N° 44				1				1					2
PARAFUSO CORTICAL 3,5 N° 45		1		2				1					4
PARAFUSO CORTICAL 3,5 N° 46				4	1		1	2		1			9
PARAFUSO CORTICAL 3,5 N° 48					1								1
PARAFUSO CORTICAL 3,5 N° 50		1	1		2	1	1	2	1	2		1	12
PARAFUSO CORTICAL 4,0 N° 12												1	1
PARAFUSO CORTICAL 4,0 N° 14												1	1
PARAFUSO CORTICAL 4,0 N° 16							2						2
PARAFUSO CORTICAL 4,0 N° 18					1								1
PARAFUSO CORTICAL 4,0 N° 24												1	1
PARAFUSO CORTICAL 4,0 N° 40					1		1						2
PARAFUSO CORTICAL 4,0 N° 45					1		1						2
PARAFUSO CORTICAL 4,5 N° 12												5	5
PARAFUSO CORTICAL 4,5 N° 14							2					4	6
PARAFUSO CORTICAL 4,5 N° 16							10					4	14
PARAFUSO CORTICAL 4,5 N° 18						2							2
PARAFUSO CORTICAL 4,5 N° 20	1			1		2	3						7
PARAFUSO CORTICAL 4,5 N° 22	3				2	1	3					1	10
PARAFUSO CORTICAL 4,5 N° 24	1			2	2					1	3	1	10
PARAFUSO CORTICAL 4,5 N° 26	1	6	2	2	2	1		3		1	4	5	27
PARAFUSO CORTICAL 4,5 N° 28	2	5	6	2	4	2	6	1	2	3	3	3	39
PARAFUSO CORTICAL 4,5 N° 30	11	5	3	8	8	5	2	14	1	6	3	5	71
PARAFUSO CORTICAL 4,5 N° 32	12		3	4	6	1	2	2	7	6	4		47
PARAFUSO CORTICAL 4,5 N° 34	10	4	7	5	8	8	18	7	4	11	2	11	95
PARAFUSO CORTICAL 4,5 N° 36	8	5	3	2	18	10	7	10	5	8	7	5	88
PARAFUSO CORTICAL 4,5 N° 38	9	10	2	5	15	17	13	6	7	7	10	4	105
PARAFUSO CORTICAL 4,5 N° 40	6	4	1	8	15	8	12	14	4	17	5	8	102
PARAFUSO CORTICAL 4,5 N° 42	3	3	3	1	4	4	2	5	2	8	4	7	46



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

PARAFUSO CORTICAL 4,5 N° 44	2	2	1	2	5	2	3	3		3	3		26
PARAFUSO CORTICAL 4,5 N° 46	1		3		3	1	5		4		2		19
PARAFUSO CORTICAL 4,5 N° 48	4		1	3	2	2	2		1		1		16
PARAFUSO CORTICAL 4,5 N° 50			1		2	1	1	3			3		11
PARAFUSO CORTICAL 4,5 N° 52				1			1				1		3
PARAFUSO CORTICAL 4,5 N° 54			2	1		1	2				1	1	8
PARAFUSO CORTICAL 4,5 N° 60				2	3		1	1					7
PARAFUSO CORTICAL 4,5 N° 62							1						1
PARAFUSO CORTICAL 4,5 N° 64	1			1									2
PARAFUSO CORTICAL 4,5 N° 68										1			1
PARAFUSO CORTICAL 4,5 N° 70								1					1
PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 N° 12				1							1		2
PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 N° 14				1						1	2	2	6
PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 N° 16		3	4	2	1		1		4	4	3	3	25
PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 N° 18	1	1		1	1	4	2	4	3	3	3	1	24
PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 N° 20		1		3	2	1	2	3				1	13
PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 N° 22					1		1					1	3
PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 N° 30	1			1									2
PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 N° 35	1				2		1						4
PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 N° 40	2	3	1	2	2		8	4	1				23
PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 N° 45		1		3	2	2		2	6		2	2	20
PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 N° 50			3				1	1		1			6
PARAFUSO ESPONJOSO 6,5 N° 30								1					1
PARAFUSO ESPONJOSO 6,5 N° 35								2			1		3
PARAFUSO ESPONJOSO 6,5 N° 40		1				2					1		4
PARAFUSO ESPONJOSO 6,5 N° 45	1									1		1	3
PARAFUSO ESPONJOSO 6,5 N° 50		1			1					1			3
PARAFUSO ESPONJOSO 6,5 N° 55								2					2
PARAFUSO ESPONJOSO 6,5 N° 60	1	1			1	1	1	1		1	1	1	9
PARAFUSO ESPONJOSO 6,5 N° 65	1		2				2	1		1			7
PARAFUSO ESPONJOSO 6,5 N° 70	2			1	1	1	1	3				2	11
PARAFUSO ESPONJOSO 6,5 N° 75					3	3	1	2				2	11
PARAFUSO ESPONJOSO 6,5 N° 80			1	1			2	1		5			10
PARAFUSO ESPONJOSO 6,5 N° 85				1				1					2
PARAFUSO ESPONJOSO N° 55					1								1
PARAFUSO ESPONJOSO N° 60					1								1
PARAFUSO ESPONJOSO N° 65					1								1
PARAFUSO PINO DESLIZANTE N° 100	1							1	2	1		1	6
PARAFUSO PINO DESLIZANTE N° 105		2	1			1							4
PARAFUSO PINO DESLIZANTE N° 110										1			1



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

PARAFUSO PINO DESLIZANTE N° 60					1		1						2
PARAFUSO PINO DESLIZANTE N° 65			1									1	2
PARAFUSO PINO DESLIZANTE N° 70			1				1	1			1		4
PARAFUSO PINO DESLIZANTE N° 75	3				1			1		1	2	2	10
PARAFUSO PINO DESLIZANTE N° 80	4		1	3	4	2	3	3	1			2	23
PARAFUSO PINO DESLIZANTE N° 85	1	5	1	1	1	1		1	2	3		1	17
PARAFUSO PINO DESLIZANTE N° 90	2			2	3	2	4	2	1	4	3		23
PARAFUSO PINO DESLIZANTE N° 95	2	1	1		2	3	1		2	2		4	18
PARAFUSO RUELA							1						1
PARAFUSO TAMPÃO	10	5	2	3	8	4	3	4	1	8	3	7	58
PARAFUSO TAMPÃO CONTRA PINO			1				1						2
PINO DE SHANZ N° 200			1										1
PINO DE SHANZ N° 300			1		1		1						3
PINO DE SHANZ N° 350							1		2				3
PINO DE SHANZ N° 400			2										2
PINO DESLIZANTE 90											1		1
PINO DESLIZANTE N° 20											1		1
PLACA 1/2 CANO 4,5 DE 4 FUROS								1					1
PLACA 1/3 TUBULAR 3,5 DE 5 FUROS	3	1		2		3	2	2	1	3	1	1	19
PLACA 1/3 TUBULAR 3,5 DE 6 FUROS			1	1		2	3		1	2	1	4	15
PLACA 1/3 TUBULAR 3,5 DE 7 FUROS			1	2	1	2	4	2	3	2	1	2	20
PLACA 1/3 TUBULAR 3,5 DE 8 FUROS						4		1				2	7
PLACA 1/3 TUBULAR 3,5 DE 9 FUROS										1			1
PLACA 1/3 TUBULAR 3,5 DE 10 FUROS					1				1				2
PLACA 1/3 TUBULAR 3,5 DE 12 FUROS				1	1								2
PLACA 1/3 TUBULAR 5 FUROS		1						1					2
PLACA 1/3 TUBULAR 6 FUROS	1	2		2	2			1	1	2	1		12
PLACA 1/3 TUBULAR DE 7 FUROS	1	6						2					9
PLACA 1/3 TUBULAR DE 8 FUROS	1				1								2
PLACA 1/3 TUBULAR DE 10 FUROS											1		1
PLACA 1/3 TUBULAR PEQUENA DE 6 FUROS					1								1
PLACA 3,5 EM T 3X5			1				1						2
PLACA CABEÇA DE COBRA 4,5 DE 7 FUROS				1									1
PLACA CABEÇA DE COBRA 4,5 DE 8 FUROS							1						1
PLACA CABEÇA DE COBRA 4,5 DE 12 FUROS					1								1
PLACA CALCANEIO			1										1
PLACA DCP ESTREITA 3,5 DE 7 FUROS	1												1
PLACA DCP ESTREITA 4,5 DE 7 FUROS							1						1
PLACA DCP ESTREITA 4,5 DE 8 FUROS		2	1		2						1	2	8
PLACA DCP ESTREITA 4,5 DE 9 FUROS				1			1						2



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLACA DCP ESTREITA 4,5 DE 10 FUIROS				1				2			1	1	5
PLACA DCP ESTREITA DE 12 FUIROS	1	1							1			1	4
PLACA DCP ESTREITA DE 18 FUIROS					2								2
PLACA DCP ESTREITA DE 7 FUIROS	1												1
PLACA DCP ESTREITA DE 8 FUIROS	1												1
PLACA DCP LARGA 4,5 DE 12 FUIROS				1									1
PLACA DCP LARGA DE 8 FUIROS										1			1
PLACA DCP LARGA 14 FUIROS						1							1
PLACA DCP LARGA 16 FUIROS						1	1						2
PLACA DCP LARGA DE 18 FUIROS											1		1
PLACA DCP PEQUENA 10 FUIROS	2				1						1		4
PLACA DCP PEQUENA 14 FUIROS			1										1
PLACA DCP PEQUENA 6 FUIROS	1		1		1		1				2		6
PLACA DCP PEQUENA 7 FUIROS	1	1	2	4		2			1			1	12
PLACA DCP PEQUENA DE 8 FUIROS	1	1	1	1					1				5
PLACA DCP PEQUENA DE 9 FUIROS										1			1
PLACA DCP PEQUENA 3,5 DE 5 FUIROS							1						1
PLACA DCP PEQUENA 3,5 DE 6 FUIROS		1									2	1	4
PLACA DCP PEQUENA 3,5 DE 7 FUIROS			2		2		1			6	1		12
PLACA DCP PEQUENA 3,5 DE 9 FUIROS			1				1				1		3
PLACA DCP PEQUENA 3,5 DE 10 FUIROS							1			1			2
PLACA DCP PEQUENA 3,5 DE 12 FUIROS					1								1
PLACA DCP PEQUENA 3,5 DE 16 FUIROS							1						1
PLACA DCS 95° DE 14 FUIROS					1		2						3
PLACA DCS 95° DE 5 FUIROS											4		4
PLACA DCS 95° DE 6 FUIROS					1	1		1	1	2			6
PLACA DCS 95° DE 10 FUIROS			1	1	1	1		1					5
PLACA DCS 95° DE 12 FUIROS	1		1	1								2	5
PLACA DCS 95° DE 8 FUIROS	1			1	1		1	1	1				6
PLACA DE RECONSTRUÇÃO 3,5 DE 6 FUIROS										1			1
PLACA DE RECONSTRUÇÃO 3,5 DE 7 FUIROS					1						1	1	3
PLACA DE RECONSTRUÇÃO 3,5 DE 8 FUIROS										3			3
PLACA DE RECONSTRUÇÃO 3,5 DE 9 FUIROS			1										1
PLACA DE RECONSTRUÇÃO 3,5 DE 10 FUIROS										1			1
PLACA DE RECONSTRUÇÃO 3,5 DE 12 FUIROS						1				1			2
PLACA DE RECONSTRUÇÃO DE 8 FUIROS									1				1
PLACA DE RECONSTRUÇÃO DE 10 FUIROS	1							1					2
PLACA DHS 135° DE 10 FUIROS					1								1
PLACA DHS 135° DE 14 FUIROS									1				1
PLACA DHS 135° DE 3 FUIROS	10	7	3	3	7	4	8	9	5	14	5	10	85
PLACA DHS 135° DE 4 FUIROS	1	1	1		1	3						1	8
PLACA DHS 135° DE 6 FUIROS									1				1



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLACA DHS 135° N° 95						1							1
PLACA EM L ESQUERDA 4,5 DE 4 FUROS							1						1
PLACA EM L ESQ DE 6 FUROS 4,5			1										1
PLACA EM L E 2X8 FUROS	1												1
PLACA EM L DE 7 FUROS						1							1
PLACA EM L DIREITA 4,5 DE 4 FUROS								1					1
PLACA EM L DIREITA 2X4							1						1
PLACA EM L DIREITA 2X5						1							1
PLACA EM T 4 X 4					3								3
PLACA EM T 3,5 3X3						1			2			1	4
PLACA EM T 3,5 DE 3X4								2	1			1	4
PLACA EM T 3,5 - 4X6				1									1
PLACA EM T 4,5 DE 2X3							1						1
PLACA EM T 4,5 DE 2X6									1				1
PLACA EM T 4,5 DE 2X10										1			1
PLACA EM T 4,5 2X12 FUROS						1							1
PLACA EM T 4,5 DE 4 FUROS					2								2
PLACA EM T 4,5 DE 5 FUROS	1												1
PLACA EM T 4,5 DE 6 FUROS				1									1
PLACA EM T 4,5 DE 7 FUROS												1	1
PLACA EM T 4,5 DE 9 FUROS									1				1
PLACA EM T 4,5 DE 10 FUROS								2					2
PLACA EM T 4,5 DE 12 FUROS								1					1
PLACA EM T 4,5 DE 2/5 FUROS								1					1
PLACA TCP DE 7 FUROS											1		1
PROTESE DE THOMPSON N° 39		1	1	1	1						2		6
PRÓTESE DE THOMPSON N° 41				3	2	1	1	1	1			1	10
PRÓTESE DE THOMPSON N° 43				1			1		1	2			5
PRÓTESE DE THOMPSON N° 45	1		1		2	1		1	2		1	2	11
PROTESE DE THOMPSON N° 47				1		2	1			1	1		6
PROTESE DE THOMPSON N° 49		1						1	1	1			4
PRÓTESE DE THOMPSON N° 51										1			1
PROTESE DE THOMPSON N° 53				1									1
TOTAL GERAL	252	222	240	293	334	254	320	315	220	365	280	312	3407

7.2.6. GASES MEDICINAIS:

7.2.6.1. Na parceria a Organização da Sociedade Civil também ficará responsável pela aquisição e gerenciamento dos Gases Medicinais da Unidade, no entanto, caberá a contratada alinhar junto da SEMSA/DC o respectivo fluxo.

7.2.7. GERADORES:

7.2.7.1. Deverá ser realizada a locação de geradores, inclusive com combustível, para atender ao Complexo Hospitalar em casos de falta de energia, de forma a garantir que não haja interrupção nas atividades em hipótese alguma.

7.2.8. LAVANDERIA:

7.2.8.1. A lavanderia hospitalar é um dos serviços de apoio ao atendimento dos pacientes responsável pelo processamento da roupa e sua distribuição em perfeitas condições de higiene e conservação. O serviço deverá ser prestado em quantidade e especificidade adequada para atender as unidades do Complexo Hospitalar.

7.2.9. LIMPEZA E GESTÃO DE RESÍDUOS:

7.2.9.1. A OSC parceira deverá considerar as despesas com serviços de terceiros para limpeza e



higienização das unidades, bem como o custo com auxiliares de serviços gerais, encarregados e aquisição de materiais de limpeza e higiene.

7.2.9.2. Os serviços de higienização nas dependências das unidades de saúde deverão ser realizados com a utilização das melhores práticas, consagradas pela literatura de Controle de Infecção. Esse trabalho deverá ser desenvolvido por equipe atuante na respectiva unidade, dentro dos melhores padrões e técnicas, com detalhamento, clareza e objetividade, buscando-se:

- a) Garantir o conforto e bem-estar;
- b) Redução dos riscos de contaminação;
- c) Conservação de superfícies;
- d) Uso racional de materiais e produtos;
- e) Realização de limpeza concorrente com frequências específicas para áreas críticas, semicríticas e não-críticas;
- f) Limpeza terminal: mais completa, englobando todo o ambiente e todas as suas superfícies externas e internas.

7.2.9.3. Ao final dos trabalhos, espera-se que todos os ambientes do Complexo tenham a garantia de conforto e bem-estar, além da redução de riscos de contaminação.

7.2.9.4. Para tanto, deverão ser observadas como premissas básicas:

- a) Interação com o SCI - Serviço de Controle de Infecção;
- b) Análise e compreensão das normas que orientam as atividades no ambiente assistencial;
- c) Abordagem de sistema gerenciado à luz da Qualidade Total;

7.2.9.5. O gerenciamento dos resíduos sólidos de saúde, deve promover adequada segregação conforme a classificação dos mesmos em suas unidades geradoras e destinação final.

7.2.10. SEGURANÇA PATRIMONIAL:

7.2.10.1. Considerando as atividades previstas para o Complexo Hospitalar PSC e PSI, a garantia da segurança de seus usuários, dos membros das equipes atuantes, bem como a garantia da paz e da ordem, especialmente por se tratar da operação de unidades de porta aberta nas quais são realizados procedimentos de média e alta complexidades, bem como considerando o patrimônio constante nos âmbitos de todo o Complexo, a OSC parceira deverá contratar empresa especializada em segurança patrimonial de forma a garantir a segurança necessária para todo o Complexo Hospitalar.

7.2.11. MANUTENÇÃO PREDIAL:

7.2.11.1. A OSC parceira deverá considerar em seu Plano de Trabalho as despesas gerais com aquisição de materiais voltados à manutenção predial, inclusive mão-de-obra para serviços de bombeiro, eletricista e pedreiro para pequenas reformas, sempre que necessário.

7.2.11.2. O serviço de manutenção tem como finalidade implementar e manter um programa de gerenciamento, garantindo o uso seguro e eficaz dos equipamentos médicos, das instalações prediais e eletromecânicas, assegurando à população a qualidade nos serviços a serem prestados pelo estabelecimento assistencial de saúde. Adicionalmente, caberá ao serviço de manutenção estabelecer procedimentos preventivos e corretivos.

7.2.12. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS:

7.2.12.1. A manutenção preventiva e a calibração, bem como a manutenção corretiva dos equipamentos médico-hospitalares e radiológicos da unidade estarão sob a responsabilidade da Engenharia Clínica.

7.2.12.2. A estrutura operacional de Engenharia Clínica apoiar-se-á em resoluções e normas, tais como a



Resolução RDC nº 56 (06 de abril de 2001) e demais normas relacionadas à tecnovigilância, produto de saúde e serviço de saúde.

7.2.12.3. Serão atribuições e responsabilidades do serviço de engenharia clínica do complexo hospitalar:

- a) Atuar sobre todos os equipamentos médicos inoperantes, exceto os que detêm manutenção exclusiva por rede autorizada, de modo a resolver os problemas de baixa e média complexidade dentro do menor espaço de tempo.
- b) Coordenar as ações para solução dos problemas de maior complexidade, não possíveis de reparo pela OSC parceira, identificando caminhos para uma solução ágil e econômica.
- c) Atualizar periodicamente o cadastro de todos os equipamentos médicos disponíveis nas unidades, identificando em detalhes os dados do equipamento, sua localização física, estado operacional e seu histórico de aquisição. O cadastro dos referidos equipamentos deverá ser apresentado à diretoria da Unidade ou setor, por este designado, dentro de um prazo de 30 (trinta) dias corridos.
- d) Manter rotina que centralize as informações e os serviços, de forma a gerenciar e manter os equipamentos em perfeito estado.
- e) Reduzir o tempo de parada dos equipamentos realizando uma primeira intervenção em todos os chamados técnicos solicitados pelos setores.
- f) Avaliar a consistência técnica e os custos das propostas para reparo dos equipamentos, apresentando, pelo menos, dois orçamentos para avaliação também da direção da unidade.
- g) Implementar ações gerenciais baseadas em dados históricos, objetivando melhorias de qualidade e redução dos custos.
- h) Realizar treinamentos "*on the job*" dos usuários/operadores em relação aos procedimentos funcionais dos equipamentos, visando estabelecer rotinas para aumentar a vida útil dos mesmos.
- i) Acompanhar e avaliar itens como: custo, tempo de atendimento nas ordens de serviço e tempo de inatividade dos equipamentos submetidos a reparo.
- j) Promover melhoria e atualização tecnológica no sistema informatizado e no processo de gerenciamento de equipamentos e incorporação de tecnologias,
- k) Sempre que identificada à oportunidade, de prover melhores resultados pela gerência de Engenharia Clínica da unidade.
- l) Realizar montagem, desmontagem e instalação de equipamentos dentro da Unidade.

7.2.13. REFRIGERAÇÃO:

7.2.13.1. O Plano de Trabalho da OSC deverá prever a disponibilização de serviços de manutenção dos equipamentos de ar refrigerado para manter todos os ambientes em temperatura adequada, conforme normas e legislações pertinentes, bem como a aquisição ou locação de novos equipamentos em caso de necessidade, de forma a atender a demanda.

7.2.14. VEÍCULOS:

7.2.14.1. O serviço de transporte de pacientes para transferências inter-hospitalares é essencial para garantir que indivíduos necessitados de cuidados especializados ou recursos adicionais recebam o tratamento adequado.



7.2.14.2. O serviço não só deverá ser um facilitador, como deve garantir a continuidade e especialização do cuidado contribuindo para a gestão eficiente dos recursos hospitalares, melhorando a segurança e monitoramento dos pacientes durante o transporte, e garantindo acesso a uma abordagem multidisciplinar e de alta qualidade.

7.2.14.3. Este é um componente vital para a eficácia e eficiência do sistema de saúde. O quadro abaixo descreve o provável quantitativo mínimo de veículos que devem ser destinados a assistência e ao apoio administrativo do complexo hospitalar:

Quantitativo dos veículos para atendimento do Complexo Hospitalar

AMBULÂNCIAS	QUANTITATIVO
AMBULÂNCIA AVANÇADA	02
AMBULÂNCIA BÁSICA	02
VEÍCULOS	QUANTITATIVO
ADMINISTRATIVO	01

7.2.15. SERVIÇO DE APOIO DIAGNÓSTICO POR ANÁLISES CLÍNICAS E ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLOGIA:

7.2.15.1. Exames laboratoriais devem ser ofertados de acordo com as necessidades assistenciais e em tempo oportuno, sendo fundamentais para o funcionamento eficiente e seguro de um hospital geral, pois fornecem dados essenciais para o diagnóstico, monitoramento, planejamento de tratamentos e gestão de recursos, melhorando significativamente os cuidados ao paciente e os resultados clínicos.

7.2.15.2. O serviço de apoio diagnóstico por análises clínicas deverá ser ofertado 24 horas por dia, 7 dias por semana. Os exames previstos na tabela SUS devem ser ofertados conforme demanda do Complexo Hospitalar. Os quadros abaixo descrevem os procedimentos de análises clínicas realizados nos equipamentos hospitalares no ano de 2023, servindo de parâmetro para o cenário aguardado:

Quantitativo de exames laboratoriais realizados no Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto nos anos 2022-2023:

Procedimentos laboratoriais realizados	2023
0202010074 DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA CLASSICA (5 DOSAGENS)	1
0202010120 DOSAGEM DE ACIDO URICO	23
0202010180 DOSAGEM DE AMILASE	6987
0202010201 DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	9566
0202010210 DOSAGEM DE CALCIO	5
0202010228 DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL	
0202010260 DOSAGEM DE CLORETO	
0202010295 DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	42
0202010317 DOSAGEM DE CREATININA	39234
0202010325 DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	10161
0202010333 DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	10050
0202010368 DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	
0202010422 DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	9966
0202010465 DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	9949
0202010473 DOSAGEM DE GLICOSE	11400
0202010554 DOSAGEM DE LIPASE	6579
0202010562 DOSAGEM DE MAGNESIO	107
0202010600 DOSAGEM DE POTASSIO	64803
0202010619 DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	9
0202010627 DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	8
0202010635 DOSAGEM DE SODIO	33593
0202010643 DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	10850
0202010651 DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	10850



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

0202010678 DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	0
0202010694 DOSAGEM DE UREIA	36311
0202010732 GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCESSO OU DEFICIT BASE)	2920
0202020029 CONTAGEM DE PLAQUETAS	
0202020045 DETERMINAÇÃO DE CURVA DE RESISTÊNCIA GLOBULAR	1
0202020134 DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	8507
0202020142 DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	8546
0202020150 DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSSEDIMENTAÇÃO (VHS)	344
0202020304 DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	
0202020371 HEMATOCRITO	
0202020380 HEMOGRAMA COMPLETO	49187
0202020398 LEUCOGRAMA	
0202030121 DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	
0202030083 DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE PROTEÍNA C REATIVA	1106
0202030202 DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	8199
0202030300 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	698
0202030636 PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	24
0202030679 PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	717
0202030970 PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	1003
0202030989 PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	65
0202031110 TESTE NÃO TREPONEMICO P/ DETECÇÃO DE SIFILIS	673
0202031209 DOSAGEM DE TROPONINA	7337
0202050017 ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	19060
0202050114 DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	0
0202060217 DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	523
0202060250 DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	
0202080013 ANTIBIOGRAMA	
0202080048 BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOSE (DIAGNÓSTICA)	
0202080080 CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	1
0202080153 HEMOCULTURA	2
0202120023 DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	684
0202120082 PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	21
Total	380148

(Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS - SIA/SUS Produção ambulatorial efetuada no estado do Rio de Janeiro. Estabelecimento: RJ - São Gonçalo - PRONTO SOCORRO CENTRAL DR ARMANDO GOMES DE SA COUTO. Grupo de procedimentos: 02 Procedimentos com finalidade diagnóstica. Subgrupo de procedimentos: 0202 Diagnóstico em laboratório clínico. Situação da base nacional em 13/05/2024)

Procedimentos executadoos por laboratório clínico no Hospital Infantil Darcy S. Vargas

Código	Procedimentos	TOTAL
0202010120	Ácido Úrico	35
0202010163	AGP	0
0202010619	Albumina	619
0202010180	Amilase	496
0202080013	Antibiograma	0
0202030474	ASLO	0
0202010201	Bilirrubina Direta	1014
0202010201	Bilirrubina Total	1014
0202030121	C3	0
0202030130	C4	0
0202010210	Cálcio	733
0202010228	Cálcio Arzenaso	0
0202010023	Cap. Fix. Ferro	0
0202010325	CK	468
0202010333	CKMB	214
0202010260	Cloro	423



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

0202010295	Colesterol Total	72
0202010317	Creatinina	2216
0202030075	Fator Reumatoide	0
0202080080	Cultura de Bactérias	99
CBHPM	D-Dímero	6
0214010120	Dengue (TR)	0
0202050017	EAS	5858
0202120082	Fator RH	51
0202010384	Ferritina	0
0202010392	Ferro	10
0202010422	Fosfatase Alcalina	998
0202010414	Fosfatase Acida	0
0202010430	Fósforo	449
	Frutosamina	0
0202010465	Gama Gt	972
0202010732	Gasometria	947
0202010473	Glicose	1050
0202120023	Grupo Sanguíneo	52
0202010503	HBA1C	0
0214010104	HbsAg(TR)	101
0214010090	HCV(TR)	97
0202010279	HDL	51
0202020380	Hemograma C	10935
02014010058	HIV (TR)	105
0202030156	IGA	0
0202030172	IGG	0
0202030180	IGM	0
CBHPM 040304590	INR	488
0202010538	Lactato	796
0202010368	LDH	173
0202010287	LDL	2
0202010554	Lipase	280
0202010562	Magnésio	622
0202050092	Microalbuminúria	0
	Mioglobina	0
0202030202	PCR	7424
0202030202	PCR-US	507
0202010600	Potássio	2052
0202010619	Proteína Total	644
0202050114	PROTEINÚRIA	2
0202020142	PTT	536
2014010074	Sífilis(TR)	117
0202010635	Sódio	2094
0202020134	TAP	538
0202010643	TGO	1623
0202010651	TGP	1623
0202010660	TRANSFERRINA	0
202010678	Triglicerídeos	51
202040011	Troponina	100
202010694	Uréia	2218
202030110	VDRL	10
202020150	VHS	678
0202060217	BHCg	20
	SWAB REAL	1106
	SWAB NASAL	1119
0202080153	HEMOCULTURA	301
	TSA	4
	ZICA	0



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

CHIKUNGUNIA	0
TOTAL GERAL	54213

(Fonte: Sistema de Informação Laboratorial utilizado no Hospital Infantil.)

7.2.15.3. O serviço de anatomia patológica e citopatologia inclui o exame de tecidos removidos durante cirurgias ou biópsias e amostras celulares de diferentes partes do corpo. Considerando o perfil assistencial do Complexo Hospitalar e o seu papel no atendimento a urgência cirúrgica na rede municipal de saúde, a oferta desse serviço torna-se fundamental para resolutividade assistencial da unidade. O serviço deve ser ofertado 24 horas por dia, 7 dias por semana e os exames devem ser disponibilizados conforme previsto na tabela SUS.

7.2.16. SERVIÇO DE APOIO DIAGNOSTICO POR IMAGEM:

7.2.16.1. O serviço de apoio ao diagnóstico por imagem é componente essencial em uma unidade hospitalar com emergência 24 horas. Esse serviço oferece uma gama de exames que permitem uma avaliação rápida e precisa do estado de saúde dos pacientes, o que é crucial em emergências.

7.2.16.2. A rapidez e a precisão dos diagnósticos proporcionados por esses exames são fundamentais para a tomada de decisões médicas imediatas. Esse serviço não só melhora significativamente os desfechos clínicos dos pacientes, como também otimiza o fluxo de atendimento no hospital, reduzindo o tempo de internação e liberando recursos para outros pacientes em necessidade.

7.2.16.3. Segundo dados do Sistema de Informação Ambulatorial – SIA/SUS, do Ministério da Saúde, foram realizados 83.820 (oitenta e três mil e oitocentos e vinte) procedimentos no Pronto Socorro Cebtral no ano de 2023, e 25.218 (vinte e cinco mil duzentos e dezoito) procedimentos no Hospital Infantil, conforme disposto nos quadros abaixo:

Quantitativo de Procedimentos com Finalidade Diagnóstica /Diagnóstico por Radiologia.

Procedimentos realizados	2022	2023
0204010047 RADIOGRAFIA DE ARCADA ZIGOMATICO-MALAR (AP+ OBLIQUAS)	31	0
0204010055 RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TEMPORO-MANDIBULAR BILATERAL	30	32
0204010071 RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL + OBLÍQUA / BRETTON + HIRTZ)	168	246
0204010128 RADIOGRAFIA DE OSSOS DA FACE (MN + LATERAL + HIRTZ)	1591	2778
0204010144 RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE (FN + MN + LATERAL + HIRTZ)	664	649
0204020034 RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO + OBLIQUAS)	749	901
0204020069 RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA	310	384
0204020093 RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACICA (AP + LATERAL)	1522	2306
0204020123 RADIOGRAFIA DE REGIAO SACRO-COCCIGEA	151	62
0204030072 RADIOGRAFIA DE COSTELAS (POR HEMITORAX)	535	581
0204030153 RADIOGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL)	17376	25367
0204040019 RADIOGRAFIA DE ANTEBRACO	1362	1362
0204040035 RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ESCAPULO-UMERAL	6068	4322
0204040051 RADIOGRAFIA DE BRACO	910	988
0204040060 RADIOGRAFIA DE CLAVICULA	457	556
0204040078 RADIOGRAFIA DE COTOVELO	1908	2115
0204040086 RADIOGRAFIA DE DEDOS DA MAO	2621	887
0204040094 RADIOGRAFIA DE MAO	3589	5096
0204040124 RADIOGRAFIA DE PUNHO (AP + LATERAL + OBLIQUA)	3517	4616
0204050111 RADIOGRAFIA DE ABDOMEN (AP + LATERAL / LOCALIZADA)	540	602
0204050120 RADIOGRAFIA DE ABDOMEN AGUDO (MINIMO DE 3 INCIDENCIAS)	471	123
0204060060 RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO COXO-FEMORAL	653	699
0204060087 RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TIBIO-TARSICA	5223	7754



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

0204060095 RADIOGRAFIA DE BACIA	1873	2316
0204060109 RADIOGRAFIA DE CALCANEIO	402	436
0204060117 RADIOGRAFIA DE COXA	751	805
0204060125 RADIOGRAFIA DE JOELHO (AP + LATERAL)	5255	6659
0204060150 RADIOGRAFIA DE PE / DEDOS DO PE	7005	9599
0204060168 RADIOGRAFIA DE PERNA	1953	1579
Total	67685	83820

(Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS - SIA/SUS. Produção ambulatorial efetuada no estado do Rio de Janeiro - dados completos. Quantidade apresentada por Procedimento realizado e Ano do processamento. Estabelecimento: RJ - São Gonçalo - PRONTO SOCORRO CENTRAL DR ARMANDO GOMES DE SA COUTO – 2696746. Grupo de procedimentos: 02 Procedimentos com finalidade diagnóstica. Subgrupo de procedimentos: 0204 Diagnóstico por radiologia. situação da base nacional em 13/05/2024)

Procedimentos de Imagem Executados no Hospital Infantil

Procedimentos realizados	2023
0204010039 RADIOGRAFIA BILATERAL DE ORBITAS (PA + OBLIQUAS + HIRTZ)	1
0204010047 RADIOGRAFIA DE ARCADA ZIGOMATICO-MALAR (AP+ OBLIQUAS)	1
0204010063 RADIOGRAFIA DE CAVUM (LATERAL + HIRTZ)	60
0204010071 RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL + OBLÍQUA / BRETTON + HIRTZ)	996
0204010110 RADIOGRAFIA DE MAXILAR (PA + OBLIQUA)	1
0204010128 RADIOGRAFIA DE OSSOS DA FACE (MN + LATERAL + HIRTZ)	60
0204010144 RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE (FN + MN + LATERAL + HIRTZ)	2172
0204020034 RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO + OBLIQUAS)	19
0204020069 RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA	6
0204020093 RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACICA (AP + LATERAL)	1
0204020107 RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR	2
0204030072 RADIOGRAFIA DE COSTELAS (POR HEMITORAX)	7
0204030153 RADIOGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL)	19818
0204040019 RADIOGRAFIA DE ANTEBRACO	3
0204040043 RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ESTERNO-CLAVICULAR	16
0204040051 RADIOGRAFIA DE BRACO	13
0204040060 RADIOGRAFIA DE CLAVICULA	4
0204040078 RADIOGRAFIA DE COTOVELO	7
0204040086 RADIOGRAFIA DE DEDOS DA MAO	1
0204040094 RADIOGRAFIA DE MAO	27
0204040108 RADIOGRAFIA DE MAO E PUNHO (P/ DETERMINACAO DE IDADE OSSEA)	13
0204040124 RADIOGRAFIA DE PUNHO (AP + LATERAL + OBLIQUA)	11
0204050111 RADIOGRAFIA DE ABDOMEN (AP + LATERAL / LOCALIZADA)	1065
0204050120 RADIOGRAFIA DE ABDOMEN AGUDO (MINIMO DE 3 INCIDENCIAS)	433
0204060036 ESCANOMETRIA	1
0204060087 RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TIBIO-TARSICA	4
0204060095 RADIOGRAFIA DE BACIA	17
0204060109 RADIOGRAFIA DE CALCANEIO	4
0204060117 RADIOGRAFIA DE COXA	9
0204060125 RADIOGRAFIA DE JOELHO (AP + LATERAL)	37
0204060150 RADIOGRAFIA DE PE / DEDOS DO PE	41
0204060168 RADIOGRAFIA DE PERNA	11
0205010032 ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORACICA	357
Total	25218

(Fonte: Produção ambulatorial efetuada no estado do Rio de Janeiro - dados completos. Quantidade aprovada por Procedimento realizado e Ano do processamento. Estabelecimento: RJ - São Gonçalo - HOSPITAL INFANTIL DARCY SOUZA VARGAS – 2704595. Grupo de procedimentos: 02 Procedimentos com finalidade diagnóstica. Subgrupo de procedimentos: 0204 Diagnóstico por radiologia, 0205 Diagnóstico por ultrasonografia, 0206 Diagnóstico por tomografia. Período:2023. Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS - SIA/SUS)

7.2.16.4. Ainda de acordo com dados do Sistema de informação ambulatorial – SIA/SUS do Ministério da



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Saúde, sobre os procedimentos de tomografia realizados no PSC, foram realizados 11.839 (onze mil oitocentos e trinta e nove) exames de tomografia no ano de 2023, conforme ilustra o quadro abaixo:

Tomografias realizadas no Pronto Socorro Central 2023.

Procedimentos Realizados	2023
0206010010 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA CERVICAL C/ OU S/ CONTRASTE	179
0206010028 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA LOMBO-SACRA C/ OU S/ CONTRASTE	207
0206010036 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA TORACICA C/ OU S/ CONTRASTE	57
0206010044 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE FACE / SEIOS DA FACE / ARTICULACOES TEMPORO-MANDIBULARES	441
0206010052 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO PESCOCO	66
0206010060 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SELA TURCICA	0
0206010079 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRANIO	5034
0206020015 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULACOES DE MEMBRO SUPERIOR	12
0206020023 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SEGMENTOS APENDICULARES - (BRACO, ANTEBRAÇO, MÃO, COXA, PERNA, PÉ)	379
0206020031 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TORAX	1894
0206030010 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDOMEN SUPERIOR	1598
0206030029 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULACOES DE MEMBRO INFERIOR	11
0206030037 TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE PELVE / BACIA / ABDOMEN INFERIOR	1961
TOTAL	11839

(FONTE: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS - SIA/SUS. Produção ambulatorial efetuada no estado do Rio de Janeiro - dados completos. Quantidade apresentada por Procedimento realizado e Ano do processamento. Estabelecimento: RJ - São Gonçalo - PRONTO SOCORRO CENTRAL DR ARMANDO GOMES DE SA COUTO – 2696746. Grupo de procedimentos: 02 Procedimentos com finalidade diagnóstica. Subgrupo de procedimentos: 0206 Diagnóstico por tomografia. Período 2022 e 2023.)

7.2.16.5. O serviço de apoio diagnóstico por imagem do Complexo Hospitalar deverá contar com exames de tomografia computadorizada e radiografia em tempo integral tanto para o pronto atendimento como para o ambiente de internação e com ultrassonografia (inclusive ecocardiograma) disponíveis apenas para os pacientes internados.

7.2.16.6. As demandas dos pacientes internados para os exames de ressonância serão atendidas através da central de regulação municipal ou estadual para execução.

7.2.17. SERVIÇO DE ENDOSCOPIA:

7.2.17.1. O serviço de apoio diagnóstico por endoscopia é de vital importância para o funcionamento eficiente do Complexo Hospitalar. Este serviço permite a visualização direta do trato gastrointestinal, abrangendo o esôfago, estômago, duodeno, cólon e reto, essencial para a identificação precisa de condições como úlceras, gastrite, esofagite, pólipos e tumores.

7.2.17.2. Além disso, este serviço é crucial para intervenções terapêuticas, como a remoção de pólipos, dilatação de estenoses, controle de sangramentos e retirada de corpos estranhos. As demandas de apoio diagnóstico por endoscopia deverão ser ofertadas integralmente, 24 horas por dia, a fim de garantir a otimização dos diagnósticos e tratamentos resultando em estadias hospitalares mais curtas do paciente e uma melhor utilização dos recursos hospitalares.

7.2.18. SERVIÇO DE HEMODIÁLISE:

7.2.18.1. O complexo hospitalar realiza atualmente dois principais tipos de tratamento dialítico: a hemodiálise e a diálise peritoneal. Ambos os métodos são essenciais para pacientes com insuficiência renal crônica ou aguda, ajudando a prevenir complicações e a melhorar a qualidade de vida.

7.2.18.2. Segundo dados consolidados pelo sistema de gestão foram realizados no ano de 2023, 1.307 (mil trezentas e sete) sessões de hemodiálise no Pronto Socorro Central e 120 (cento e vinte) sessões de hemodiálise no Hospital Infantil. O serviço deverá ser ofertado ininterruptamente conforme demanda assistencial.



7.2.19. SERVIÇO DE HEMOTERAPIA:

7.2.19.1. A hemoterapia é de vital importância para a operação eficiente e segura dos hospitais, permitindo uma resposta adequada e eficaz às emergências e possibilitando a realização de procedimentos complexos, garantindo a segurança aos tratamentos de saúde mais complexos destinados aos pacientes e a prontidão operacional.

7.2.19.2. O serviço deverá ser ofertado 24 horas por dia, 7 dias por semana, através de agência transfusional, tendo em vista o atendimento das demandas oriundas dos pacientes assistidos no Complexo Hospitalar.

7.2.20. CIRURGIAS:

7.2.20.1. Deverão ser asseguradas no Complexo Hospitalar a realização de cirurgias de urgência e emergência de média e alta complexidade em retaguarda, ou seja, as urgências e emergências das especialidades de ortopedia, cirurgia geral, cirurgia pediátrica e cirurgia vascular.

7.2.20.2. De acordo com a análise dos dados do Sistema de Informação Hospitalar – SIA/SUS, do Ministério da Saúde, no ano de 2023 o Pronto Socorro Central realizou o total 1.300 (mil e trezentos) procedimentos cirúrgicos e o Hospital Infantil realizou um total de 419 (quatrocentos e dezenove) procedimentos cirúrgicos, ambos de diversas especialidades conforme explicitado nos quadros abaixo:

Procedimentos cirúrgicos realizados no PSC no ano de 2023.

Código e Procedimento	2023
0404010385 TRATAMENTO CIRURGICO DE ESTENOSE DO CONDUTO AUDITIVO	1
0404020607 REDUCAO DE FRATURA DA MANDIBULA SEM OSTEOSINTESE.	1
0406020540 TRATAMENTO CIRURGICO DE LESOES VASCULARES TRAUMATICAS DO ABDOMEN	18
0406020590 TROMBECTOMIA DO SISTEMA VENOSO	1
0407010149 GASTRECTOMIA TOTAL	1
0407010211 GASTROSTOMIA	2
0407020039 APENDICECTOMIA	52
0407020136 DRENAGEM DE ABSCESSO ANU-RETAL	3
0407020144 DRENAGEM DE ABSCESSO ISQUIORRETAL	1
0407020152 DRENAGEM DE HEMATOMA / ABSCESSO RETRO-RETAL	1
0407020225 EXCISAO DE LESAO / TUMOR ANU-RETAL	2
0407020292 HERNIORRAFIA COM RESSECCAO INTESTINAL (HERNIA ESTRANGULADA)	1
0407020403 RETOSSIGMOIDECTOMIA ABDOMINAL	2
0407020462 TRATAMENTO CIRURGICO DE MA ROTACAO INTESTINAL	2
0407030026 COLECISTECTOMIA	5
0407040013 DRENAGEM DE ABSCESSO PELVICO	5
0407040021 DRENAGEM DE ABSCESSO SUBFRENICO	2
0407040099 HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL)	1
0407040102 HERNIOPLASTIA INGUINAL / CRURAL (UNILATERAL)	1
0407040129 HERNIOPLASTIA UMBILICAL	3
0407040161 LAPAROTOMIA EXPLORADORA	99
0407040226 REPARACAO DE OUTRAS HERNIAS	87
0407040242 RESSUTURA DE PAREDE ABDOMINAL (POR DEISCENCIA TOTAL / EVISCERACAO)	2
0408010134 REDUCAO INCRUENTA DE LUXACAO OU FRATURA / LUXACAO ESCAPULO-UMERAL	3
0408010150 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA CLAVICULA	12
0408010169 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO COLO E CAVIDADE GLENOIDE DE ESCAPULA	1
0408010177 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO CORPO DE ESCAPULA	1
0408010185 TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO ACROMIO-CLAVICULAR	11
0408010193 TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO ESCAPULO-UMERAL AGUDA	1
0408020091 RESSECCAO DO OLECRANO E/OU CABECA DO RADIO	1



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

0408020121 REALINHAMENTO DE MECANISMO EXTENSOR DOS DEDOS DA MAO	1
0408020148 RECONSTRUCAO DE POLIA TENDINOSA DOS DEDOS DA MAO	1
0408020156 REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA / LESAO FISARIA DE COTOVELO	1
0408020164 REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA / LESAO FISARIA DO EXTREMO PROXIMAL DO UMERO	5
0408020172 REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA / LESAO FISARIA NO PUNHO	5
0408020180 REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA / LUXACAO DE MONTEGGIA OU DE GALEAZZI	4
0408020199 REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA DA DIAFISE DO UMERO	1
0408020202 REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA DIAFISARIA DOS OSSOS DO ANTEBRACO	2
0408020210 REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA DOS METACARPIANOS	8
0408020245 REDUCAO INCRUENTA DE LUXACAO OU FRATURA / LUXACAO NO PUNHO	4
0408020326 TRATAMENTO CIRURGICO DE DEDO EM GATILHO	1
0408020334 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DA EXTREMIDADE PROXIMAL DO UMERO	6
0408020342 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DAS FALANGES DA MAO (COM FIXACAO)	20
0408020350 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DE EPI-CONDILO / EPITROCLEA DO UMERO	1
0408020377 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DOS METACARPIANOS	5
0408020385 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA SUPRACONDILIANA DO UMERO	1
0408020393 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA DIAFISE DO UMERO	39
0408020407 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA EXTREMIDADE / METAFISE DISTAL DOS OSSOS DO ANTEBRACO	4
0408020415 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DE EXTREMIDADES / METAFISE PROXIMAL DOS OSSOS DO ANTEBRACO	2
0408020431 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DIAFISARIA UNICA DO RADIO / DA ULNA	116
0408020440 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA LESAO FISARIA DOS OSSOS DO ANTEBRACO	14
0408020482 TRATAMENTO CIRURGICO DE LESAO AGUDA CAPSULO-LIGAMENTAR DO MEMBRO SUPERIOR: COTOVELO / PUNHO	5
0408020539 TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO METACARPO-FALANGIANA	28
0408020547 TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO OU FRATURA-LUXACAO DO COTOVELO	10
0408020571 TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDACAO / PERDA OSSEA DO UMERO	1
0408020598 TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE NA REGIAO METAFISE-EPIFISARIA DISTAL DO RADIO E ULNA	4
0408020644 TRATAMENTO CIRURGICO P/ CENTRALIZACAO DO PUNHO	4
0408040050 ARTROPLASTIA PARCIAL DE QUADRIL	24
0408040122 EPIFISIODESE DO TROCANTER MAIOR DO FEMUR	2
0408040343 TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO ESPONTANEA / PROGRESSIVA / PARALITICA DO QUADRIL	3
0408050012 AMPUTACAO / DESARTICULACAO DE MEMBROS INFERIORES	2
0408050136 RECONSTRUCAODE TENDAO PATELAR / TENDAO QUADRICIPITAL	1
0408050195 REDUCAO INCRUENTA DA LUXACAO / FRATURA-LUXACAO METATARSO-FALANGIANA / INTERFALANGIANA DO PE	3
0408050217 REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA / LUXACAO / FRATURA-LUXACAO DO TORNOZELO	5
0408050225 REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA DIAFISARIA / LESAO FISARIA DISTAL DA TIBIA C/ OU S/ FRATURA DA FIBULA	4
0408050233 REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA DIAFISARIA / LESAO FISARIA PROXIMAL DO FEMUR	13
0408050268 REDUCAO INCRUENTA DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO DO JOELHO	1
0408050292 REDUCAO INCRUENTA DE LUXACAO OU FRATURA / LUXACAO TARSO-METATARSICA	2
0408050322 REPARO DE BAINHA TENDINOSA AO NIVEL DO TORNOZELO	1
0408050470 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DOS PODODACTILOS	3
0408050489 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA PROXIMAL (COLO) DO FEMUR (SINTESE)	30



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

0408050497 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA BIMALEOLAR / TRIMALEOLAR / DA FRATURA-LUXACAO DO TORNOZELO	9
0408050500 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA DIAFISE DA TIBIA	19
0408050519 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA DIAFISE DO FEMUR	96
0408050527 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA PATELA POR FIXACAO INTERNA	6
0408050535 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO CALCANEIO	7
0408050543 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO PILAO TIBIAL	4
0408050551 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO PLANALTO TIBIAL	6
0408050578 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO TORNOZELO UNIMALEOLAR	102
0408050586 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA INTERCONDILEANA / DOS CONDILOS DO FEMUR	1
0408050594 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA LESAO FISARIA AO NIVEL DO JOELHO	3
0408050608 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA LESAO FISARIA DISTAL DE TIBIA	13
0408050624 TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA SUPRACONDILEANA DO FEMUR (METAFISE DISTAL)	35
0408050667 TRATAMENTO CIRURGICO DE LESAO AGUDA CAPSULO-LIGAMENTAR MEMBRO INFERIOR (JOELHO / TORNOZELO)	2
0408050683 TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO AO NIVEL DO JOELHO	9
0408050691 TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO METATARSO-FALANGIANA / INTER-FALANGIANA	3
0408050900 TRATAMENTO CIRURGICO DO HALUX RIGIDUS	3
0408060042 AMPUTACAO / DESARTICULACAO DE DEDO	24
0408060050 ARTRODESE DE PEQUENAS ARTICULACOES	1
0408060328 RETIRADA DE CORPO ESTRANHO INTRA-ARTICULAR	2
0408060336 RETIRADA DE CORPO ESTRANHO INTRA-OSSEO	3
0408060344 RETIRADA DE ESPACADORES / OUTROS MATERIAIS	1
0408060352 RETIRADA DE FIO OU PINO INTRA-OSSEO	17
0408060360 RETIRADA DE FIXADOR EXTERNO	18
0408060379 RETIRADA DE PLACA E/OU PARAFUSOS	31
0408060425 REVISAO CIRURGICA DE COTO DE AMPUTACAO DOS DEDOS	2
0408060476 TENOPLASTIA OU ENXERTO DE TENDAO UNICO	3
0408060484 TENORRAFIA UNICA EM TUNEL OSTEO-FIBROSO	22
0408060557 TRATAMENTO CIRURGICO DE ARTRITE INFECCIOSA (GRANDES E MEDIAS ARTICULACOES)	9
0408060565 TRATAMENTO CIRURGICO DE ARTRITE INFECCIOSA DAS PEQUENAS ARTICULACOES	2
0408060573 TRATAMENTO CIRURGICO DE DEDO EM MARTELO / EM GARRA (MAO E PE)	13
0408060611 TRATAMENTO CIRURGICO DE INFECCAO EM ARTROPLASTIA DAS MEDIAS / PEQUENAS ARTICULACOES	1
0408060620 TRATAMENTO CIRURGICO DE INFECCAO POS-ARTROPLASTIA (GRANDES ARTICULACOES)	1
0408060638 TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO METATARSO INTER-FALANGEANA	72
0409010022 CISTECTOMIA PARCIAL	1
0409010030 CISTECTOMIA TOTAL	1
0409010065 CISTOLITOTOMIA E/OU RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA BEXIGA	1
0409010090 CISTOSTOMIA	3
0409010138 DRENAGEM DE ABSCESSO RENAL / PERI-RENAL	7
0409040010 DRENAGEM DE ABSCESSO DA BOLSA ESCROTAL	2
0409040096 EXPLORACAO CIRURGICA DA BOLSA ESCROTAL	1
0409040126 ORQUIDOPEXIA BILATERAL	1
0409040169 ORQUIECTOMIA UNILATERAL	3
0409040185 REPARACAO E OPERACAO PLASTICA DO TESTICULO	1
0409040223 TRATAMENTO CIRURGICO DE TORCAO DO TESTICULO DO CORDAO ESPERMATICO	4
0409060127 HISTERECTOMIA SUBTOTAL	1
0409060216 OOFORECTOMIA / OOFOROPLASTIA	1
0412030101 DRENAGEM TUBULAR PLEURAL ABERTA (PLEUOSTOMIA)	1
0412040115 RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA PAREDE TORACICA	1
0412040166 TORACOSTOMIA COM DRENAGEM PLEURAL FECHADA	6



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

0412050064 PNEUMOMECTOMIA	1
0412050161 PNEUMOTOMIA COM RESSECCAO COSTAL PARA DRENAGEM CAVITARIA/RETIRADA DE CORPO ESTRANHO	3
0415040027 DEBRIDAMENTO DE FASCEITE NECROTIZANTE	5
0415040035 DEBRIDAMENTO DE ULCERA / DE TECIDOS DESVITALIZADOS	6
Total	1300

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS - SIH/SUS Ministério da Saúde. Internações hospitalares apresentadas de estabelecimentos do estado do Rio de Janeiro. Quantidade de internações por Ano de processamento segundo Procedimento realizado. Ano/mês do processamento:2023; Estabelecimento:RJ, São Gonçalo - PRONTO SOCORRO CENTRAL DR ARMANDO GOMES DE SA COUTO - 2696746; Grupo procedimento realizado:04 Procedimentos cirúrgicos. Gerado em 13/06/2024

Procedimentos cirúrgicos realizados no Hospital Infantil no ano de 2023.

Código e Procedimento	2023
0401020053 EXCISAO E SUTURA DE LESAO NA PELE C/ PLASTICA EM Z OU ROTACAO DE RETALHO	2
0401020100 EXTIRPACAO E SUPRESSAO DE LESAO DE PELE E DE TECIDO CELULAR SUBCUTANEO	6
0404010024 AMIGDALECTOMIA	1
0404010032 AMIGDALECTOMIA COM ADENOIDECTOMIA	54
0404010377 TRAQUEOSTOMIA	1
0407010211 GASTROSTOMIA	1
0407020276 FISTULECTOMIA / FISTULOTOMIA ANAL	2
0407020322 PLASTICA ANAL EXTERNA / ESFINCTEROPLASTIA ANAL	1
0407040064 HERNIOPLASTIA EPIGASTRICA	6
0407040080 HERNIOPLASTIA INCISIONAL	1
0407040099 HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL)	7
0407040102 HERNIOPLASTIA INGUINAL / CRURAL (UNILATERAL)	28
0407040129 HERNIOPLASTIA UMBILICAL	49
0408060468 TENOMIOTOMIA / DESINSERCAO	2
0409040088 EXERESE DE LESAO DO CORDAO ESPERMATICO	1
0409040185 REPARACAO E OPERACAO PLASTICA DO TESTICULO	13
0409040215 TRATAMENTO CIRURGICO DE HIDROCELE	11
0409050032 CORRECAO DE HIPOSPADIA (1º TEMPO)	6
0409050083 POSTECTOMIA	138
0409070017 ALARGAMENTO DA ENTRADA VAGINAL	1
0412040166 TORACOSTOMIA COM DRENAGEM PLEURAL FECHADA	1
0413040178 TRATAMENTO CIRURGICO DE LESOES EXTENSAS C/ PERDA DE SUBSTANCIA CUTANEA	1
0415010012 TRATAMENTO C/ CIRURGIAS MULTIPLAS	86
Total	419

7.2.20.3. Considerando a capacidade instalada do Complexo Hospitalar, o quantitativo dos procedimentos cirúrgicos poderá ser revisado à maior, de acordo com as condições de ocupação dos leitos e demandas prioritárias.

7.2.20.4. Importante destacar que caberá a Organização de Sociedade Civil (OSC) parceira a disponibilização dos insumos e materiais necessários para as cirurgias, bem como a organização permanente do centro cirúrgico e leitos de suporte.

7.2.20.5. Deverão constar como critérios de execução para as cirurgias eletivas no âmbito municipal:

- Atender os pacientes com respeito e dignidade de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação dos serviços;
- Justificar ao paciente ou ao seu representante legal, por escrito, as razões técnicas alegadas da decisão de não realização ou realização de qualquer procedimento;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

7.2.20.6. A Organização de Sociedade Civil (OSC) parceira deverá apresentar relação dos profissionais que disponibilizará para execução dos serviços.

7.2.20.7. Deverão constar, ainda, que a execução dos procedimentos cirúrgicos eletivos não excluem a obrigação da parceira na execução do tratamento cirúrgico de urgência.

7.2.20.8. Nos casos de cirurgias que envolvam aquisições de alto custo, como órteses e próteses, ou ainda complexidade que altere a rotina hospitalar, as aquisições e custos envolvidos deverão ser previamente avaliados em conjunto com a Fundação Municipal de Saúde.

7.2.20.9. Considerando a Portaria MS/GM n.º 252, de 02 de fevereiro de 2006, que instituiu a Política Nacional de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos de Média Complexidade Ambulatorial, o quadro abaixo descreve os procedimentos cirúrgicos que deverão ser realizados no Complexo Hospitalar Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes De Sá Couto e Hospital Infantil Darcy Souza Vargas, de acordo com as especialidades disponíveis:

Procedimentos cirúrgicos de média complexidade.

PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS		
ITEM DA PORTARIA	CÓDIGO	PROCEDIMENTO
1	813201	ADENOIDECTOMIA
2	813202	AMIDALECTOMIA
3	813212	AMIDALECTOMIA COM ADENOIDECTOMIA
4	806501	ARTROSCOPIA
5	811602	POSTECTOMIA
PROCEDIMENTOS HOSPITALARES		
ITEM DA PORTARIA	CÓDIGO	PROCEDIMENTO
12	39003108	AMPUTAÇÃO DO DEDO (CADA)
13	39003124	ARTROPLASTIA PARCIAL DO QUADRIL
14	48020095	CIRURGIA DE VARIZES BILATERAL
15	48020087	CIRURGIA DE VARIZES UNILATERAL
16	33004080	COLECISTECTOMIA
17	33015082	COLECISTECTOMIA VIDEOLAPAROSCÓPICA
18	33007080	COLEDOCOSTOMIA COM OU SEM COLECISTECTOMIA
19	33006083	COLEDOCOTOMIA COM OU SEM COLECISTECTOMIA
20	34008020	COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR
21	34021027	COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR COM AMPUTAÇÃO DE COLO
22	42002079	EXTIRPAÇÃO DE TUMOR OU ADENOMA DA MAMA
23	33007071	FISTULECTOMIA OU FISTULOTOMIA ANAL
24	33030073	HEMORROIDECTOMIA
25	33006113	HERNIORRAFIA CRURAL (BILATERAL)
26	33005117	HERNIORRAFIA CRURAL (UNILATERAL)
27	33009112	HERNIORRAFIA EPIGÁSTRICA
28	33010110	HERNIORRAFIA INCISIONAL
29	33012113	HERNIORRAFIA INGUINAL (BILATERAL)
30	33011117	HERNIORRAFIA INGUINAL (UNILATERAL)
31	33014116	HERNIORRAFIA RECIDIVANTE
32	33015112	HERNIORRAFIA UMBILICAL
33	31005101	HIPOSPADIA (1 TEMPO)
34	34017038	HISTERECTOMIA COM ANEXECTOMIA UNI OU BILATERAL
36	34010033	HISTERECTOMIA TOTAL
38	33016119	LAPAROTOMIA EXPLORADORA
40	42004071	MASTECTOMIA SIMPLES
41	34012036	MIOMECTOMIA
42	34021035	MIOMECTOMIA VIDEOLAPAROSCÓPICA
43	34001050	OOFORECTOMIA UNI OU BILATERAL
44	31006078	ORQUIDOPEXIA UNILATERAL



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

45	31011071	ORQUIECTOMIA BILATERAL
46	31004075	ORQUIECTOMIA UNILATERAL
47	31004105	POSTECTOMIA
48	31005110	PROSTATECTOMIA SUPRAPÚBICA
49	39024083	REDUÇÃO INCRUENTA DA FRATURA DOS OSSOS DO ANTEBRACO
50	33023115	REPARAÇÃO OUTRAS HÉRNIAS (INCLUI HERNIORRAFIA MUSCULAR)
51	31005128	RESSECÇÃO ENDOSCÓPICA DE PRÓSTATA
52	39002217	RETIRADA DE FIO OU PINO TRANSÓSSEO
54	39012190	TENORRAFIA
55	34001034	TRAQUELECTOMIA (AMPUTAÇÃO CONIZAÇÃO)
56	39009130	TRATAMENTO CIRÚRGICO DA FRATURA DA DIÁFISE DO FEMUR
57	39013081	TRATAMENTO CIRÚRGICO DA FRATURA DIAFISÁRIA DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO
58	39011160	TRATAMENTO CIRÚRGICO DA FRATURA DO TORNOZELO UNIMALEOLAR
59	39015068	TRATAMENTO CIRÚRGICO DA FRATURA SUPRA-CONDILIANA DO UMERO
60	39013138	TRATAMENTO CIRÚRGICO DA FRATURA TRANSTROCANTERIANA
61	31002072	TRATAMENTO CIRÚRGICO DA HIDROCELE
62	34013024	TRATAMENTO CIRÚRGICO DA INCONTINÊNCIA URINÁRIA POR VIA VAGINAL
63	31003079	TRATAMENTO CIRÚRGICO DA VARICOCELE
64	39016080	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DIAFISÁRIA DO RÁDIO
65	39011151	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DA TÍBIA
66	39023176	TRATAMENTO CIRÚRGICO DO PÉ TORTO CONGÊNITO
67	31005098	VASECTOMIA PARCIAL OU COMPLETA

7.2.21. NÚCLEO INTERNO DE REGULAÇÃO - NIR

7.2.21.1. Para a regulação deverá ser utilizado o sistema informatizado que for disponibilizado pela Fundação Municipal de Saúde, e o Núcleo Interno de Regulação - NIR será responsável pela interlocução com o Complexo Regulador Municipal, cabendo a ele notificar a quantidade de leitos disponíveis na unidade para internação e exames.

7.2.21.2. O Serviço funcionará 24 horas por dia, 07 dias por semana, emitindo notificação de vagas em pelo menos 02 (dois) turnos diários, de acordo com as normas exaradas pela SEMSADC.

7.2.21.3. Terá como função, também, organizar o fluxo interno dos usuários referenciados pela SEMSADC, informando aos diferentes setores de destinação os dados necessários.

7.2.22. NÚCLEO DE VIGILÂNCIA HOSPITALAR - NVH

7.2.22.1. serviço do Núcleo de Vigilância Hospitalar - NVH é obrigatório, conforme Portaria MS nº 2.529 de 23 de novembro de 2004, que institui o Subsistema Nacional de Vigilância Epidemiológica em âmbito hospitalar.

7.2.22.2. O NVH deverá ser constituído pelas seguintes comissões: Comissão de Controle de Infecção Hospitalar; Comissão de Investigação de Óbitos; Comissão de Revisão de Prontuários e Comissão de Vigilância Epidemiológica.

7.2.22.3. Terá por objetivo detectar oportunamente doenças de notificação compulsória, agravos e eventos de importância municipal, estadual, nacional ou internacional, bem como alterações nos padrões epidemiológicos. Suas ações têm estreita articulação com a Vigilância em Saúde Municipal, Estadual e Federal.

7.2.22.4. O funcionamento do serviço deverá ocorrer de segunda a sexta-feira no horário comercial, sendo sábado e domingo de sobreaviso para realizar a comunicação ao CIEVS Estadual e Municipal das Doenças



de Notificação Compulsória imediatas de 24 horas.

7.2.23. ATIVIDADES DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

7.2.23.1. Para a organização das ações assistenciais do Complexo Hospitalar, foram definidas as seguintes estratégias e atividades básicas:

- I. A Organização de Sociedade Civil (OSC) parceira realizará atividades de forma a ofertar os serviços de saúde diversos do Complexo Hospitalar exclusivamente aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) utilizando seus recursos humanos e técnicos, oferecendo, segundo o grau de complexidade, sua assistência e sua capacidade operacional, a produção da quantidade mínima de procedimentos nos seus diversos serviços assistenciais, além de cumprir as metas estabelecidas no respectivo Plano de Trabalho;
 - 1.
- II. Os exames previstos na Tabela SUS, e necessários ao longo das internações deverão ser disponibilizados pela Unidade de Saúde. O Serviço Auxiliar de Diagnóstico e Terapia (SADT) previsto deve atender às necessidades do Complexo Hospitalar, incluindo o ambulatório para os exames de imagem;
- III. Dentro da transversalidade da assistência de urgência e emergência da rede, os exames componentes do Serviço Auxiliar de Diagnóstico e Terapia (SADT) que tenham portabilidade, como ecocardiografia, entre outros, poderão, a critério técnico da Subsecretaria de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência e da Subsecretaria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria, atender em outras Unidades da Rede;
- IV. A OSC parceira deverá atender a demanda referenciada pela PPI (Programação Pactuada Integrada) do Município durante 24 (vinte quatro horas) por dia, 7 (sete) dias por semana, referenciada para o Pronto Socorro Central nas especialidades das Clínicas Médica, Cirúrgica, Ortopédica, Terapia Intensiva, Anestesiologia, apresentando como perfil principal o atendimento de urgência e trauma, e para o Hospital infantil a demanda deverá ser atendida nas especialidades de pediatria e cirurgia pediátrica. Em ambas as unidades do Complexo Hospitalar, acrescido dos procedimentos de cirurgias eletivas, conforme estabelecido no respectivo Plano de Trabalho;
- V. A OSC parceira deverá prever todas as demais atividades e as necessidades de contratação e aquisição de serviços para prestação da assistência prevista, no que tange as ações assistenciais de urgência e emergência do Complexo Hospitalar Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes De Sá Couto e Hospital Infantil Darcy Souza Vargas, com a garantia de que a estrutura disponibilizada atenda às necessidades dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), objeto do Termo de parceria;
- VI. O desenho operacional assistencial deverá se fundamentar na Política de Atenção às Urgências, Portaria MS/GM n.º 2.048, de 05 de novembro de 2002, e Portaria MS/GM n.º 1.600, de 07 de julho de 2011, diretrizes para a formulação da assistência.

7.2.24. RECURSOS HUMANOS

7.2.24.1. Considerando a necessidade de atingir um padrão de excelência de cuidado e favorecer a segurança do paciente, do profissional e da instituição de saúde, a proposta de equipes assistencial e gerencial apresentada deverá garantir a execução das atividades, ações e serviços previstos no Plano de Trabalho, devendo estar em conformidade com as legislações vigentes do Ministério da Saúde e órgãos de classe que parametrizam o dimensionamento de profissionais por setor.

7.2.24.2. Para atender a conformidade legal citada acima, a quantidade de profissionais para composição das equipes de saúde deve respeitar o número mínimo para cada setor parametrizado. Para tanto, considerando o cenário proposto apresenta-se a seguir o quantitativo mínimo necessário apurado nos estudos realizados.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

7.2.24.3. Frisa-se que os setores parametrizados devem respeitar uma composição mínima que deverá ser proposta no Plano de Trabalho apresentado, não havendo restrição quanto ao aumento quantitativo de profissionais em nenhum setor ou serviço, desde que o aumento não acarrete oneração do valor previsto para a parceria, nem desrespeite leis, normas, convenções do trabalho e pactuações vigentes.

7.2.24.5. Ressalta-se que os quadros contendo o quantitativo da equipe mínima estarão passíveis de atualizações em decorrência de modificações do parâmetro por parte do Ministério da Saúde, da FMS, e demais entidades de classe.

7.2.24.6. Deverá ser garantido no Complexo Hospitalar um quadro de recursos humanos qualificado e compatível ao porte das unidades de saúde e aos serviços previstos, conforme estabelecido nas normas ministeriais atinentes, tendo também definida sua infraestrutura técnico-administrativa nas 24 (vinte e quatro) horas do dia para fazer frente às demandas assistenciais e operacionais do Complexo Hospitalar, respeitando seu perfil assistencial - tudo conforme descrito nos quadros a seguir:

Dimensionamento de equipe médica do Pronto Socorro Central

RELAÇÃO DE CARGOS E QUANTITATIVOS EQUIPE MÉDICA				
CARGO	SETOR	CH SEMANAL	HORÁRIO PLANTÃO	QUANTIDADE
Diretor Médico - RT	Assistencial	30h	diarista	1
Médico Coordenador - Cirurgia geral	Assistência	20h	diarista	1
Médico Coordenador - Ortopedia	Assistência	20h	diarista	1
Médico Coordenador - Emergência	Assistência	20h	diarista	1
Médico Coordenador - Clínica médica	Assistência	20h	diarista	1
Médico Coordenador - Anestesia	Assistência	20h	diarista	1
Médico Coordenador - Terapia intensiva	Assistência	20h	diarista	1
Médico da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar - CCIH	Assistência	20h	diarista	1
Médico Clínico Geral	Emergência	12h	plantonista	49
Médico Clínica Médica	Rotina	20h	diarista	20
Médico Cirurgião Geral	Emergência	12h	plantonista	35
Médico Cirurgião Geral	Rotina	20h	diarista	5
Médico Cirurgião Ortopedista	Emergência	12h	plantonista	28
Médico Ortopedista	Rotina	20h	diarista	5
Médico Ortopedista Pronto Urgência (P.U.)	Assistência	12h	plantonista	14
Médico Anestesista	Assistência	12h	plantonista	21
Médico intensivista	CTI	12h	plantonista	14
Médico intensivista	CTI/rotina	20h	diarista	5
Médico Clínica Médica Salas Amarela, Vermelha e trauma	Rotina	20h	diarista	5
Médico especialista parecerista	Assistência	8h	plantonista	8
TOTAL EQUIPE MÉDICA				217

Dimensionamento de equipe médica do Hospital Infantil

RELAÇÃO DE CARGOS E QUANTITATIVOS EQUIPE MÉDICA				
CARGO	SETOR	CH SEMANAL	HORÁRIO PLANTÃO	QUANTIDADE
Diretor Médico Pediatria - RT	Assistencial	30h	diarista	1
Médico Coordenador - Emergência	Assistência	20h	diarista	1
Médico Coordenador - Enfermaria	Assistência	20h	diarista	1
Médico Coordenador - CTI/UI	Assistência	20h	diarista	1
Médico Pediatra	Emergência	12h	plantonista	35
Médico Pediatra	UI	12h	plantonista	14
Médico Pediatra	CTI	12h	plantonista	14



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Médico Anestesiologista	Centro Cirúrgico	12h	plantonista	14
Médico cirurgia pediátrica	Assistência	12h	plantonista	14
Médico pediatra - rotina	Enfermaria	20h	diarista	5
Médico pediatra - rotina	CTI	20h	diarista	5
Médico pediatra - rotina	UI	20h	diarista	5
Médico especialista parecerista	Assistência	12h	diarista	6
TOTAL EQUIPE MÉDICA				116

Dimensionamento de equipe técnica do Complexo Hospitalar – PSC e PSI

RELAÇÃO DE CARGOS E QUANTITATIVOS EQUIPE TÉCNICA – PSC e PSI				
CARGO	SETOR	CH SEMANA L	HORÁRIO PLANTÃO	QUANTIDADE
Adjunto	Assistencial	40h	diarista	8
Apoio administrativo	Assistencial	40h	diarista	4
Assistente social	Assistencial	24h	plantonista	7
Auxiliar administrativo (faturamento, TI, RH)	Administrativo	40h	diarista	20
Auxiliar de farmácia	Assistencial	12 x 36h	plantonista	12
Auxiliar de rouparia	Assistencial	12 x 36h	plantonista	8
Auxiliar de almoxarifado	Assistencial	12 x 36h	plantonista	8
Auxiliar de almoxarifado	Assistencial	40h	diarista	1
Coordenador de almoxarifado	Assistencial	40h	diarista	1
Coordenador administrativo	Administrativo	40h	diarista	4
Coordenador de atendimento	Administrativo	40h	diarista	1
Coordenador de enfermagem	Assistencial	40h	diarista	7
Coordenador SADT	Administrativo	40h	diarista	1
Copeira	Assistencial	12x36h	plantonista	24
Dentista Cirurgião Bucomaxilofacial	Assistencial	24h	plantonista	7
Diretor geral	Administrativo	40h	diarista	2
Enfermeiro	Assistencial	12x36h	plantonista	72
Enfermeiro - NIR	Assistencial	12x36h	plantonista	4
Farmacêutico	Assistencial	12x36h	plantonista	4
Farmacêutico coordenador	Assistencial	40h	diarista	1
Faturista	Administrativo	40h	diarista	5
Faturista líder	Administrativo	40h	diarista	1
Fisioterapeuta (adulto)	Assistencial	30h	plantonista	10
Fisioterapeuta (infantil)	Assistencial	30h	plantonista	6
Fisioterapeuta coordenador	Assistencial	40h	diarista	1
Gerente administrativo	Administrativo	40h	diarista	2
Gerente de enfermagem – RT	Assistencial	40h	diarista	2
Líder de hotelaria	Administrativo	40h	diarista	2
Maqueiro	Assistencial	12x36h	plantonista	32
Maqueiro	Assistencial	40h	diarista	2
Motorista	Administrativo	40h	diarista	1
Motorista ambulância	Administrativo	12x36h	plantonista	16
Nutricionista	Assistencial	12x 36h	plantonista	8
Nutricionista coordenação	Assistencial	40h	diarista	1
Psicólogo	Assistencial	12x36h	plantonistas	4
Recepcionista	Assistencial	12x 36h	plantonista	20
Secretaria direção	Administrativo	40h	diarista	2
Supervisor administrativo	Administrativo	40h	diarista	1
Supervisor de enfermagem	Assistencial	30h	diarista	4
Técnico de enfermagem	Assistencial	12x 36h	plantonista	192
Técnico de enfermagem – instrumentação cirúrgica	Assistencial	24h	plantonista	7



Técnico de enfermagem (pediatria)	Assistencial	12x36h	plantonista	56
Técnico de imobilização	Assistencial	12hx36h	plantonista	8
TOTAL EQUIPE MULTI				579

7.2.25. OBRIGAÇÕES QUE A OSC PARCERIA ASSUMIRÁ:

7.2.25.1. A OSC parceira deverá manter e/ou implantar ações e atividades em consonância com a legislação vigente, as Políticas e Programas do Ministério da Saúde, da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro/RJ e da SEMSADC pertinentes ao perfil assistencial do complexo hospitalar com foco na qualidade, tais como:

- I. Realizar em conjunto com a SEMSADC atividades de Educação Permanente, objetivando a transformação e a qualificação da assistência;
- II. Avaliar o funcionamento e, se for o caso, reestruturar o Núcleo Interno de Regulação (NIR), sob coordenação técnica da SEMSADC;
- III. Manter as finanças do Hospital de acordo com o previsto no Programa de Trabalho sem colocar em risco a prestação de serviços de saúde;

7.2.25.2. A OSC parceira deverá contratar recursos humanos administrativos e assistenciais;

7.2.25.3. A OSC parceira deverá apresentar mensalmente à FMS a PLANILHA DE CUSTOS ESTIMADA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO, conforme modelo do Apêndice II do **Anexo I do Plano de Trabalho**, devidamente preenchida, para fins de avaliação do Termo de Colaboração e comparação do custo estimado x custo realizado;

7.2.25.4. Deverá, também, contratar e formatar os seguintes serviços, de forma a garantir as demandas do complexo hospitalar:

- a) Aquisição de material permanente (mobiliário hospitalar e equipamentos).
- b) Aquisição de insumos (material médico cirúrgico, roupa, outros).
- c) Aquisição de medicamentos e materiais de consumo.
- d) Serviços de apoio a diagnose e terapêutica.
- e) Contratação de serviços de apoio (vigilância, alimentação, limpeza, recolhimento de resíduos hospitalares, lavanderia, roupa).
- f) Contratação de serviço de transporte inter-hospitalar, ambulância tipo D, de acordo com o preconizado na Portaria MS/GM n.º 2.048, 05 de novembro de 2002 e com o dimensionamento apontado no respectivo Plano de Trabalho. O serviço de ambulância a ser contratado poderá ser somente ambulância tipo D com motorista e a tripulação da viatura pode ser feita pelos profissionais das Unidades.

7.2.26. CONSIDERANDO A ASSISTÊNCIA, a OSC parceira deverá ainda:

- a) Garantir que sejam adotadas as normas da Política Nacional de Humanização (PNH/2003) e orientações da SES/RJ, no que tange as diretrizes assistenciais na qualidade do atendimento prestado aos pacientes, voltadas para a atenção acolhedora, resolutiva e humana.
- b) Garantir a realização de atendimento multidisciplinar integral aos pacientes assistidos, com equipe multidisciplinar especializada, conforme estabelecida nas RDC, portarias e outras normas técnicas, de forma ininterrupta.
- c) Seguir as normas e procedimentos adequados para manutenção da qualificação da unidade hospitalares de acordo com a Portaria GM/ 2.395 de 11 de outubro de 2011, que organiza o componente hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do SUS, ou norma posterior que a venha substituir.
- d) Implementar, dentro dos limites físicos e operacionais da unidade, o dispositivo da visita ampliada e o direito ao acompanhante.
- e) Realizar tratamento de complicações e intercorrências que possam ocorrer ao longo do processo assistencial.



- f) Realizar tratamentos concomitantes diferentes daquele classificado como principal que motivou a internação hospitalar do usuário e que podem ser necessários devido às condições especiais do paciente, entre outras causas, dentro de seu perfil e capacidade operacional.
- g) Executar procedimentos cirúrgicos necessários ao adequado tratamento de pacientes de acordo com o perfil do complexo hospitalar.
- h) Executar procedimentos especiais de alto custo e alta complexidade que se fizerem necessários ao adequado atendimento e tratamento do paciente em assistência hospitalar, de acordo com a capacidade instalada.
- i) Realizar procedimentos especiais de fisioterapia, reabilitação, suporte psicológico, fonoaudiologia e outros que se fizerem necessários ao adequado atendimento e tratamento do paciente em assistência hospitalar, de acordo com a capacidade instalada, respeitando a complexidade da unidade;
- j) Fornecer:
 - 1) Atendimento Médico;
 - 2) Assistência de Enfermagem;
 - 3) Assistência fisioterápica e de reabilitação;
 - 4) Assistência psicológica ao usuário e, quando necessário, aos familiares;
 - 5) Assistência Social;
 - 6) Materiais médicos, insumos e instrumental adequado;
 - 7) Sangue e hemoderivados;
 - 8) Terapias renais substitutivas (hemodiálise e outras) para internados;
 - 9) Exames laboratoriais, anatomopatológicos;
 - 10) Exames de imagem;
 - 11) Broncoscopia para pacientes internados;
 - 12) Serviços de Esterilização dos Materiais Médicos, tanto de materiais termo resistentes quanto de materiais termos sensíveis;
 - 13) Engenharia Clínica, manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos disponibilizados para funcionamento do complexo hospitalar;
 - 14) Uniformes no padrão estabelecido pela SEMSA/DC;
 - 15) Nutrição dos usuários em observação e dos acompanhantes, quando aplicável, dentro de padrões adequados de qualidade, incluindo nutrição enteral e parenteral;
 - 16) Gases Medicinais;
 - 17) Controle de acesso;
 - 18) Lavanderia;
 - 19) Limpeza;
 - 20) Manutenção Predial e Conforto Ambiental;
 - 21) Coleta e armazenamento de resíduos;
 - 22) Transporte inter-hospitalar em caso de transferência ou exames em outras instituições de usuários críticos, semicríticos e estáveis em ambulância apropriada, devidamente tripulada, com programação visual padronizada pela SEMSA/DC e equipada conforme Portaria MS/GM 2.048, de 05 de novembro de 2002, sem prejuízo ao atendimento praticado no complexo hospitalar;
 - 23) Transferir para outras unidades de serviços especializados usuários com necessidade de tratamento fora do perfil desta unidade, com vaga assegurada pela SEMSA/DC ou outros mecanismos de regulação de usuários, fornecendo ambulância adequada ao perfil do usuário;
 - 24) Roupas hospitalares no padrão estabelecido pela SEMSA/DC;
 - 25) Realizar tratamento medicamentoso requerido durante o processo de internação. A dispensação de medicamentos deverá realizar-se através de dose individualizada por horário;
 - 26) Manter as comissões abaixo listadas conforme legislação e regulamentação vigentes, assim como quaisquer outras que venham a se tornar legalmente obrigatórias ou necessárias:
 - I. Comissão de Controle de Infecção hospitalar — CCIH;
 - II. Comissão de Ética Médica e de Enfermagem;
 - III. Comissão de Análise e Revisão de Prontuários Médicos;
 - IV. Comissão de Verificação de Óbitos;
 - V. Comissão de Gerenciamento de Resíduos dos Serviços de Saúde;



- VI. Comissão de Padronização de Materiais e Medicamentos;
- VII. Comissão de Gerenciamento de Riscos relacionados aos produtos para a Saúde, medicamentos, correlatos, saneantes, sangue, hemocomponentes e equipamentos;
- VIII. Comissão de segurança do Paciente; Programa Nacional de Segurança do Paciente (Portaria GM nº 529/2013/MS).

- k) A Comissão de Vigilância Epidemiológica deve elaborar, mensalmente, o perfil de morbidade e mortalidade hospitalar das Doenças de Notificação Compulsória, conforme a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos saúde pública (Portaria de Consolidação nº4/2017);
- l) Implantar Diretrizes Clínicas, Normas, Rotinas Básicas e Procedimentos, após o início das atividades;
- m) Centrar as diretrizes assistenciais na qualidade do atendimento prestado aos usuários, voltadas para a atenção acolhedora, resolutiva e humana;
- n) Implementar ações de cuidado à saúde, baseadas em evidências científicas e nas diretrizes de boas práticas de atenção, segundo os princípios sugeridos pelo CFM, Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde (OMS);
- o) As rotinas técnicas e assistenciais da unidade hospitalar deverão ter aprovação pela correspondente área técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil;
- p) Revisar e ajustar, após a implantação, as diretrizes clínicas, normas, rotinas básicas e procedimentos, sempre que houver alterações que envolvam novas tecnologias, incremento ou desativação de serviços ou alterações na estrutura organizacional;
- q) Formalizar quaisquer mudanças nos procedimentos e rotinas de funcionamento da unidade hospitalar em documento firmado por ambas as partes, do qual uma cópia deverá constar obrigatoriamente nos autos do processo administrativo de contratação;
- r) Comunicar ao órgão competente todos os casos de notificação compulsória que porventura sejam diagnosticados na unidade;
- s) Responsabilizar-se pela prestação de serviços de assistência em casos de calamidades, surtos, epidemias e catástrofes. Nestes casos, será possível a repactuação do Termo de Colaboração, visando o equilíbrio econômico-financeiro, se houver necessidade.

7.2.27. CONSIDERANDO O ASPECTO INSTITUCIONAL, a OSC parceira deverá ainda:

- a) Atender com seus recursos humanos e técnicos exclusivamente aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde - oferecendo, segundo o grau de complexidade de sua assistência e sua capacidade operacional, os serviços de saúde que se enquadrem nas modalidades descritas no respectivo Plano de trabalho;
- b) Empregar seus melhores recursos, tanto humanos quanto técnicos, na implantação dos serviços discriminados, devendo para tanto, cumprir as condições aqui estabelecidas;
- c) Utilizar a logomarca da Cidade de São Gonçalo/ Fundação Municipal de Saúde (FMS) e do SUS, em todos os documentos emitidos pelo Executor contratado.

7.2.28. CONSIDERANDO O ASPECTO OPERACIONAL, a OSC parceira deverá ainda:

- a) Garantir o funcionamento ininterrupto da unidade;
- b) Garantir que as unidades hospitalares do Complexo Hospitalar estejam devidamente cadastradas e atualizadas no banco de dados do SCNES, conforme legislação vigente e instituído pela Portaria MS/SAS nº 376, de 03 de outubro de 2000, publicada no Diário Oficial da União, em 04 de outubro de 2000;
- c) Fornecer:
 - 1) Materiais médicos, insumos e instrumental adequado;
 - 2) Serviços de Esterilização dos Materiais Médicos, tanto de materiais termo resistentes quanto de materiais termo sensíveis;
 - 3) Engenharia Clínica, manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos disponibilizados para funcionamento da unidade;
 - 4) Uniformes no padrão estabelecido pela SEMSADC;



- 5) Roupas hospitalares no padrão estabelecido pela SEMSADC;
 - 6) Nutrição dos usuários em observação e dos acompanhantes, quando aplicável, dentro de padrões adequados de qualidade. Para os pacientes internados incluem-se nutrição enteral e parenteral quando indicadas;
 - 7) Gases Medicinais;
 - 8) Controle de Acesso;
 - 9) Sistemas de câmeras de vigilância com gravação de vídeo;
 - 10) Lavanderia;
 - 11) Limpeza;
 - 12) Manutenção Predial e Conforto Ambiental;
 - 13) Coleta e armazenamento de resíduos.
-
- d) A unidade hospitalar deverá apresentar mensalmente informações sobre os indicadores pactuados dentro dos parâmetros determinados pela SEMSADC;
 - e) Solicitar aos usuários ou a seus representantes legais a documentação de identificação do usuário e, se for o caso, a documentação de encaminhamento especificada no fluxo estabelecido pela FMS;
 - f) Fornecer ao usuário o Sumário de Internação e Alta;
 - g) Manter a guarda da documentação médica do paciente, na forma de arquivo físico ou digital, bem como garantir o acesso da SEMSADC a qualquer tempo quando solicitado na forma dos dispositivos legais;
 - h) O Complexo Hospitalar deverá ter um serviço de documentação médica e arquivo médico onde, além dos prontuários, boletins de atendimento e outros documentos, deverá também receber todos os prontuários e documentos médicos assistenciais da antiga gestão, mantendo-os sob sua guarda, disponibilizando para consulta por parte dos pacientes e fornecendo certidões e afins dentro do que preceitua a legislação vigente;
 - i) Emitir o cartão do SUS;
 - j) Providenciar acomodações e alimentação para acompanhantes dos usuários, quando necessário, atendendo a legislação vigente;
 - k) Realizar o monitoramento permanente da prestação dos serviços, especialmente nos itens necessários à apuração do cumprimento de suas obrigações;
 - l) Garantir os itens condicionantes para o correto credenciamento e habilitação dos serviços e exames realizados junto ao SCNES, tais como: carga-horária, CBO, equipamentos e demais requisitos necessários;
 - m) Requerer autorização prévia à SEMSADC se a unidade hospitalar se dispuser a prestar serviço originalmente não previsto no Plano de trabalho e seus Anexos ou se desejar executar de modo distinto serviço já previsto, apresentando as razões do seu pleito, com demonstrações das vantagens e garantia do cumprimento do Termo de Colaboração. A alteração não poderá resultar em padrão inferior de desempenho e modificar substancialmente o objeto do Termo de Colaboração ou do Plano de Trabalho;
 - n) Dar conhecimento imediato à Fundação Municipal de Saúde de todo e qualquer fato que altere de modo relevante o normal desenvolvimento do Termo de Colaboração ou do Plano de Trabalho, ou que, de algum modo, interrompa a correta prestação do atendimento aos pacientes da unidade;
 - o) Acordar previamente com a SEMSADC qualquer proposta de alteração no quadro de direção geral e técnica da Unidade;
 - p) Realizar o monitoramento permanente da prestação dos serviços, especialmente nos itens necessários à apuração do cumprimento de suas obrigações;
 - q) Informar imediatamente a Assessoria de Comunicação e a Subsecretaria de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência sempre que houver atuação ou solicitação de qualquer natureza através de veículos da imprensa ou utilização de elementos de mídia social (fotografia, filmagem, áudio) nas unidades de saúde. Deverá ser vedada à OSC parceira a concessão ou realização de entrevistas, informes ou comunicados através de quaisquer meios de comunicação, exceto quando solicitados ou aprovados pela SEMSADC;
 - r) Elaborar mapas de produção e gráficos de interesse epidemiológico, conforme solicitação da Administração Pública, informando mensalmente os resultados alcançados;



- s) Garantir os itens condicionantes para o correto credenciamento e habilitação dos serviços e exames realizados junto ao SCNES, tais como: carga-horária, CBO, equipamentos e demais requisitos necessários;
- t) Arcar com despesas de Telefone (fixo e celulares institucionais) e Gás Natural, mantendo os pagamentos em dia;
- u) Dar conhecimento imediato à Fundação Municipal de Saúde de todo e qualquer fato que altere de modo relevante o normal desenvolvimento do Termo de Colaboração, ou que, de algum modo, interrompa a correta prestação do atendimento aos usuários da unidade.

7.2.29. CONSIDERANDO A GESTÃO DE PESSOAS, a OSC parceira deverá ainda:

- a) Garantir a contratação de profissionais qualificados para atendimento, de forma a oferecer aos usuários serviços assistenciais de excelência;
- b) Garantir que todos os profissionais que executam ações e/ou serviços de saúde por ela empregados e ativos estejam devidamente cadastrados no SCNES;
- c) Adotar valores compatíveis com os níveis médios de remuneração praticados no mercado, para o pagamento de salários e de vantagens de qualquer natureza de dirigentes e funcionários da unidade hospitalar, garantindo o funcionamento ininterrupto da unidade;
- d) Utilizar para a contratação de pessoal critérios técnicos e manter em dia o pagamento/recolhimento dos encargos e obrigações sociais, previdenciários e trabalhistas, observando as normas legais vigentes;
- e) Contratar serviços de terceiros para atividades de apoio, sempre que necessário, responsabilizando-se pelos encargos daí decorrentes e obrigando-se a verificar a regularidade fiscal e trabalhista exigindo as certidões de praxe;
- f) Responsabilizar-se, civil e criminalmente perante os usuários e/ou seus familiares, por eventual indenização por danos materiais e/ou compensação por danos estéticos e/ou morais, decorrentes de atos ou omissões imputáveis aos profissionais vinculados a OSC, incluindo eventuais reparações por erros médicos ou decorrentes do desenvolvimento das atividades sob sua responsabilidade;
- g) Manter controle do ponto biométrico de todos os profissionais em serviço na unidade;
- h) Contratar e pagar o pessoal necessário à execução dos serviços inerentes às atividades da unidade hospitalar, ficando esta como a única responsável pelo pagamento dos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, respondendo integral e exclusivamente, em juízo ou fora dele, isentando a Fundação Municipal de Saúde de quaisquer obrigações, presentes ou futuras, considerando que o valor de RH repassado mensalmente já contempla o cálculo de todas as verbas previdenciárias, sociais e trabalhistas e apresentar semestralmente a relação dos profissionais da unidade hospitalar responsáveis pela prestação dos serviços, incluindo sua formação e titulação, identificando as alterações que porventura ocorram;
- i) Mobilizar pessoal de sua equipe devidamente qualificado, especializado em faturamento e corretamente dimensionada para a geração das informações que subsidiarão o preenchimento dos sistemas de informação nacionais do DATASUS, sendo despesa que deverá ser paga com os CUSTOS OPERACIONAIS DA EXECUTORA, devendo ser incluída na prestação de contas específica dessa rubrica;
- j) Observar o cumprimento dos seguintes Planos a serem elaborados pela gestão do Hospital:
 - Programa de Prevenção de Risco Ambiental (PPRA);
 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), incluindo exames médicos admissionais, demissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de função e emissões de ASO;
 - Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP).

7.2.30. QUANTO AO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE E O CENTRO DE ESTUDOS, a OSC parceira deverá:

7.2.30.1. A Educação Permanente em Saúde (EPS) se configura como uma proposta de aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações.



7.2.30.2. A EPS se baseia na aprendizagem significativa e na possibilidade de transformar as práticas profissionais. Dessa forma, a educação permanente em saúde revela-se a principal estratégia para qualificar as práticas de cuidado, gestão e participação popular.

7.2.30.3. A OSC parceira deverá embasar-se num processo pedagógico que parte do cotidiano do trabalho envolvendo práticas que possam ser definidas por múltiplos fatores (conhecimentos, valores, relações de poder, planejamento e organização).

7.2.30.4. Caberá ao Núcleo de Educação Permanente em Saúde se organizar como espaço de saber interinstitucional de formação, capacitação, habilitação e educação permanente dos recursos humanos da Instituição.

7.2.31. CONSIDERANDO OS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, a OSC parceira deverá ainda:

7.2.31.1. Após a assinatura do(s) respectivo(s) "TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS", cujo modelo consta no **Anexo XI**, a OSC parceira deverá:

- a) Administrar, manter e reparar os bens sob instrumento público de requisição ou locação ou aquisição, cujo uso lhe seja permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos termos do Contrato, até sua restituição à Fundação Municipal de Saúde;
- b) Em caso de cessão de equipamentos e instrumentais pela Fundação Municipal de Saúde, mantê-los em perfeitas condições (Manutenção Preventiva e Corretiva), inclusive substituindo-os por outros do mesmo padrão técnico, caso seja necessário.
- c) Disponibilizar permanentemente toda e qualquer documentação ou base de dados para acesso irrestrito e/ou auditoria do Poder Público.
- d) Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, civis, fiscais, tributárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com materiais e delegatários/concessionários de serviços públicos.
- e) Providenciar seguro contra sinistros envolvendo os bens móveis e imóveis cedidos pela Fundação Municipal de Saúde, imediatamente após a assinatura deste Contrato.
- f) Providenciar seguro contra incêndio, responsabilidade civil e patrimonial dos bens móveis cedidos pela Fundação Municipal de Saúde, imediatamente após a assinatura do Termo de Colaboração e que considerem elementos que façam sentido para os atores envolvidos.
- g) A instalação de bens móveis ou imobilizados nos equipamentos objeto da permissão de uso, assim como as benfeitorias realizadas naqueles já existentes serão incorporados ao patrimônio municipal, sem possibilidade de retenção ou retirada sem prévia autorização do Poder Público.
- h) Faltado 60 (sessenta) dias para o término do Termo de Colaboração deverá ser realizada a atualização cadastral dos equipamentos, mobiliário e materiais permanentes, por meio de inventário de todos os equipamentos existentes, informando sua localização, o nome e tipo do equipamento, assim como seu número de patrimônio.

7.2.32. QUANTO À TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO, a OSC parceira deverá:

7.2.32.1. A instituição deverá manter instalados e atualizados todos os Sistemas de Informações utilizados pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) e pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SEMSADC) e pelo Ministério da Saúde, além daqueles previstos em Lei e outros que venham a ser implantados ao longo do Termo de Colaboração.

7.2.32.2. Deverá ainda alimentá-los continuamente com as informações requeridas, sob pena de inviabilizar a apuração da produção e comprovação do alcance das metas contratadas. Os sistemas deverão ter integração com a ferramenta de *Business Intelligence* (BI) utilizada pela FMS e o acesso ao sistema web deverá ser realizado por meio de usuário e senha, com diferentes permissões de acesso.

7.2.33. OUTRAS OBRIGAÇÕES QUE DEVERÃO ESTAR PREVISTAS PARA A OSC PARCEIRA:



7.2.33.1. A OSC parceria deverá ser obrigada a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual nº 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra Administração Pública.

7.2.33.2. A Instituição deverá apresentar Plano de Cargos, Carreiras e Salários de todos os profissionais no ato da assinatura do Termo de Colaboração.

7.2.33.3. A produção assistencial hospitalar contratada será mensurada através da ocupação dos leitos da unidade, utilizando o indicador Taxa de Ocupação Geral de Leitos. O indicador mede o perfil de utilização e gestão eficiente dos leitos operacionais no hospital e deverá estar relacionado ao intervalo de substituição e a média de permanência do paciente internado (ANS, 2012).

7.3. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE E DEFESA CIVIL E DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

- a) Definir as diretrizes e políticas de saúde a serem implantadas nas Unidades;
- b) Criar uma Comissão de Monitoramento e Avaliação, específica para efetuar o acompanhamento da Administração e Operacionalização da unidade, por técnicos habilitados da SEMSADCSG;
- c) Fornecer à instituição executora do Termo de Colaboração, e a seu pessoal o apoio necessário à plena consecução dos objetivos do Termo e do Plano de Trabalho;
- d) Acompanhar, supervisionar e fiscalizar, a execução das atividades desenvolvidas;
- e) Repassar pontualmente os recursos financeiros previstos, de acordo com o cronograma e condições estabelecidas;
- f) Controlar, fiscalizar e avaliar as ações e os serviços contratados contidos no respectivo termo de colaboração, principalmente com relação a qualidade das atividades realizadas, identificando possíveis distorções e sugerindo constantes ajustes;
- g) Possibilitar o uso dos bens móveis e imóveis locados para a execução das atividades previstas no respectivo termo de colaboração, mediante a viabilização dos correspondentes termos de permissão de uso;
- h) Inventariar e avaliar os bens referidos no item acima, anteriormente à formalização dos termos de permissão de uso;
- i) Disponibilizar técnicos pertencentes a SEMSADC, para interagir com a unidade, ajustando o plano estratégico de gestão, caso necessário;
- j) Monitorar e realizar estudos comparativos dos indicadores de resultados e custos das Unidades de Saúde, tendo em vista a Implantação de modelos inovadores.
- k) Realizar, em parceria com a Organização da Sociedade Civil, permanente vistoria quanto à precariedade dos equipamentos ou locação de novos, fornecendo pareceres técnicos quando da solicitação pela OSC.
- l) Pagamento mensal de Água e Luz da Unidade;
- m) Ceder o Sistema de Prontuário Eletrônico e Regulação instalado no Município;
- n) Providenciar o recolhimento e transporte de lixo especial das unidades de saúde.
- o) Atualizar o Plano de Trabalho;
- p) Auxiliar no estabelecimento de mecanismos de organização da oferta e demanda de ações e serviços de saúde;
- q) Nomear, em ato do Secretário Municipal da Saúde, os membros componentes da Comissão de Monitoramento e Avaliação do respectivo termo de colaboração;
- r) Analisar os relatórios elaborados pela OSC parceira, comparando-se as metas dos descritivos, com os resultados alcançados e os recursos financeiros repassados;
- s) Prestar esclarecimentos e informações a OSC parceira que visem orientá-la na correta realização das atividades pactuadas, dirimindo as questões omissas no instrumento assim como lhe dar ciência de qualquer alteração no respectivo termo de colaboração;



- t) Estabelecer, implantar e manter, em adequado funcionamento, os mecanismos reguladores de acesso, assim como os mecanismos controladores dos processos de execução das ações e serviços previstos no plano de trabalho;
- u) Disponibilizar para a OSC parceira o acesso aos componentes de regulação da SEMSADC, inclusive relatórios e sistemas de informações necessários para o acompanhamento dos serviços e metas contratualizada;
- v) Realizar a regulação do acesso dos usuários atendidos nas Unidades de Saúde aos demais componentes da Rede de Atenção à Saúde;
- w) Responsabilizar-se pelos danos aos bens móveis e imóveis próprios e locados para a execução das atividades previstas no respectivo termo de colaboração, quando este for decorrente de causa externa à atividade da equipe;
- x) Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade;
- y) Responsabilizar-se nas Unidades de Saúde pelas instalações, equipamentos, aparelhagem adequadas e à assistência e responsabilidade técnicas;
- z) A aquisição dos medicamentos, insumos e outros serviços não contemplados no Plano de Trabalho ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde e/ou Fundação Municipal de Saúde.
- aa) As demais obrigações constantes no Anexo I do Plano de Trabalho.

8. VOLUME DE PRODUÇÃO PREVISTA PARA O COMPLEXO HOSPITALAR - METAS QUANTITATIVAS:

8.1. O Pronto Socorro Central possui perfil de “hospital geral” e tem como atividade principal o atendimento a emergências com indicação cirúrgica de média e alta complexidade. Já o Hospital Infantil possui perfil de “hospital especializado em pediatria” e é referência para o atendimento demanda espontânea e referenciada para atendimento infantil.

8.2. Por conta de seus perfis e dos dados apurados até o momento, para estes serviços os indicadores quantitativos foram divididos em:

- a) Indicadores em cirurgia de média e alta complexidade;
- b) Indicadores em cirurgia pediátrica;
- c) Indicadores de urgência e emergência;
- d) Indicadores de SADT.

- Indicadores de metas quantitativas:

Metas em procedimentos cirúrgicos a serem atingidas pela OSC descritas por tempo e tipo de indicador.

Indicador (por tipo de atividade)	Meta Mês 1	Meta Mês 2	Meta Mês 3 em diante	PONTOS/MÊS
Cirurgias Adulto	*	54	108	20
Cirurgias Pediátricas	*	17	35	20
Atendimentos De Urgência E Emergência	*	Acima 4000	Acima 8000	10
Laboratório de Análises Clínicas	*	Ativo nas 24h	Ativo nas 24h	10
Tomografia Computadorizada	*	Ativo nas 24h	Ativo nas 24h	10
Radiografia Simples	*	Ativo nas 24h	Ativo nas 24h	10
Ultrassonografia	*	Ativo nas 24h	Ativo nas 24h	10
Arco EM C	*	Ativo nas 24h	Ativo nas 24h	10



8.3. Os indicadores de qualidade poderão ser revisados e/ou repactuados após 3 meses da vigência de execução do projeto, considerando a possibilidade de variação no perfil de atendimento com inegável flutuação da produção.

8.4. A meta definida para a ocupação dos leitos poderá ser parametrizada após 01 mês de operação do Complexo Hospitalar, considerando o perfil das unidades.

8.5. Os registros de internação e saída dos pacientes devem ter como fonte os sistemas de prontuário eletrônico contratado pela instituição. Deve ser garantida ainda a alimentação integral destes dados, para fins de faturamento, através dos sistemas de informação oficiais adotados pelo SUS (SIA e SIH), de acordo com as orientações definidas pela FMS.

8.6. A Comissão de Monitoramento e Avaliação que será designada para fiscalizar a execução da parceria poderá realizar análise técnica caso encontre divergência entre os dados oriundos do prontuário eletrônico e do sistema de informação oficial e poderá apresentar sanção contratual de advertência para a INSTITUIÇÃO contratada, visando à melhoria dos registros de saúde.

9. INDICADORES DE DESEMPENHO QUALITATIVOS

9.1. Como necessário por previsão legal e normativa, faz-se necessário determinar os parâmetros para a fiscalização e avaliação de qualidade na realização das atividades fruto na parceria a ser realizada com uma Organização da Sociedade Civil – OSC.

9.2. A análise dos Indicadores Qualitativos da Unidade será feita mensalmente, utilizando-se como referência os indicadores estabelecidos no subitem 9.2

9.2.1. Os Indicadores Qualitativos serão avaliados mensalmente de forma dicotômica (cumpru a meta/ não cumpru a meta) e pontuados conforme tabela

9.2.2. O número de pontos obtidos no mês indicará o Resultado do percentual de atingimento das Metas Qualitativas.

9.2.3. O percentual obtido pela soma dos pontos irá gerar o Resultado do Indicador Qualitativo, que será aplicado à fórmula definida no item 8.1. para o cálculo do Valor da Transferência Mensal de Recursos.

9.2.4. Para fins de cálculo, qualquer valor entre 0 e 70% será considerado como 70%.

9.2.5. Nos meses em que o resultado das metas qualitativas da Unidade Hospitalar for inferior à 70%, a OSC será notificada para apresentar justificativa técnica. Caso as justificativas apresentadas não sejam aceitas, a OSC poderá sofrer as sanções previstas no Edital.

9.2.6. A critério da SMSSG/RJ, os indicadores e as estabelecidos poderão ser revistos a cada três meses, ou sempre que o interesse público exigir, de forma a melhor refletir o desempenho desejado para a Unidade Hospitalar.

9.2.7. Excepcionalmente, no primeiro mês de vigência do Termo de Colaboração, por se tratar de período de implantação, não será exigido o cumprimento das metas de desempenho assistenciais.

9.2.8. O resultado do Indicador Qualitativo obedecerá ao somatório dos pontos obtidos, divididos por quatro, conforme matriz abaixo:

Meta 01 (Desempenho de Gestão em Saúde)

ITEM	INDICADOR	FÓRMULA	META	PONTOS/MÊS
1	Percentual de Boletim de atendimento (BAE) dentro do padrão de conformidade.	$\frac{\text{total de BAE dentro do padrão de conformidade X}}{100 \text{ nº total de BAE analisados}}$	100%	10



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

2	Taxa de Ocupação Hospitalar institucional	$\frac{\text{nº de pacientes dia} \times 100}{\text{nº de leitos dia}}$	$\geq 85\%$	10
3	Taxa de Ocupação Hospitalar por unidade assistencial	$\frac{\text{nº de pacientes dia} \times 100}{\text{nº de leitos dia}}$	$\geq 85\%$	10
4	Giro de Leito	$\frac{\text{nº de saídas no período} \times 100}{\text{total de leitos dia disponíveis}}$	$\geq 10\%$	5
5	Preenchimento adequado de Fichas SINAN em todos os casos previstos	$\frac{\text{nº de fichas SINAN preenchidas} \times 100}{\text{total de situações com SINAN obrigatório}}$	100%	10
6	Meios de Escuta dos Usuários	Apresentação do relatório mensal das atividades do serviço de atendimento ao usuário	Implantado	10
7	Taxa de Satisfação de pacientes em Observação	$\frac{\text{nº de avaliações de satisfação positivas} \times 100}{\text{Total de pacientes em observação}}$	$\geq 50\%$	10
8	Manutenção das Comissões Hospitalares	Apresentação do ato de nomeação/intitulação de membros e atas de reuniões das comissões hospitalares	Ativo	10
9	Proporção de Profissionais de Saúde cadastrados (acompanhamento do cadastramento e atualização no CNES)	$\frac{\text{nº de profissionais cadastrados no prontuário com correspondência CNES}}{\text{nº de profissionais cadastrados no prontuário} \times 100}$	100%	10
10	Índice de Absenteísmo	$\frac{\text{horas líquidas faltantes} \times 100}{\text{horas líquidas disponíveis}}$	$< 3\%$	10
11	Treinamento Hora/Profissional	$\frac{\text{total de horas de treinamento no mês}}{\text{nº de profissionais ativos no período}}$	180 horas	5
12	Tempo médio para execução do parecer médico	$\frac{\text{Tempo médio entre a solicitação e execução do parecer médico}}{\text{parecer médico}}$	≤ 1	10

Meta 02 (Desempenho de Gestão Financeira)

ITEM	INDICADOR	FÓRMULA	META	PONTOS/MÊS
1	Relação do Gasto Administrativo em Relação ao Total de Gastos	$\frac{\text{valor gasto administrativo no trimestre} \times 100}{\text{valor total gasto no trimestre conforme prestação de contas}}$	Máx. 5%	15
2	Compra de Itens abaixo do Valor Médio do Banco de Preços em Saúde ou SEMSADC	$\frac{\text{total de itens comprados abaixo da média} \times 100}{\text{total de itens adquiridos}}$	95%	15
3	Percentual de Pacientes com Diagnóstico de Sepsis que iniciaram Antibioticoterapia em até 2 horas	$\frac{\text{total de pacientes com antibióticos infundidos em tempo} < 2 \text{ horas na SEPSE} \times 100}{\text{total de pacientes com diagnóstico de SEPSE que receberam antibioticoterapia}}$	100%	15
4	Percentual de Trombólise Realizadas no Tratamento do IAM com Supra de ST	$\frac{\text{total de pacientes IAM com supra de ST trombolizados}}{\text{total de pacientes com diagnóstico de IAM com supra de ST}}$	100%	10
5	Percentual de Tomografias Realizadas	$\frac{\text{total de pacientes que realizaram TC} \times 100}{\text{total de pacientes com solicitação para o exame}}$	100%	15
6	Taxa de Acidente de Trabalho	$\frac{\text{nº de acidente de trabalho} \times 100}{\text{nº de funcionários ativos no cadastro do hospital}}$	$\leq 1\%$	20
7	Taxa de Turnover	$\frac{\text{nº de demissões} + \text{nº de admissões} / 2 \times 100}{\text{nº de funcionários ativos (no último dia do mês anterior)}}$	$< 5\%$	10

Meta 03 (Desempenho Assistencial Qualitativo)

ITEM	INDICADOR	FÓRMULA	META	PONTOS/MÊS
1	Índice de Pneumonia associada à Ventilação Mecânica (PAV)	$\frac{\text{total de pneumonias em pacientes com VM no período}}{\text{total de dias de todos os pacientes que permaneceram em VM no período} \times 1000}$	$< 10/1000$	10
2	Taxa de cirurgia suspensa	$\frac{\text{nº de cirurgias suspensas por fatores extra-pacientes} \times 100}{\text{Nº de cirurgias agendadas}}$	$\leq 1\%$	10
3	Índice de Infecção em Cirurgias Limpas	$\frac{\text{nº de casos de infecção em cirurgias limpas} \times 100}{\text{Nº de cirurgias limpas no período}}$	$\leq 1\%$	10



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

4	Índice de Infecção de Sítio Cirúrgico (ISC)	$\frac{\text{nº de ISC em pacientes submetidos a procedimento} \times 100}{\text{nº de procedimento no período}}$	≤5%	10
5	Incidência de Úlcera por Pressão (UPP)	$\frac{\text{nº de casos novos de pacientes com UPP em determinado período}}{\text{Nº de pessoas expostas ao risco de adquirir UPP no período} \times 100}$	≤10%	10
6	Taxa de Mortalidade Hospitalar	$\frac{\text{nº de Óbitos (todos os usuários que deram entrada)} \times 100}{\text{nº de saídas no período}}$	<10%	10
7	Taxa de Mortalidade Operatória	$\frac{\text{nº de óbitos até sete dias após cirurgia} \times 100}{\text{nº de pacientes submetidos à cirurgia no mesmo período}}$	<5%	15
8	Taxa de mortalidade na unidade de Emergência	$\frac{\text{nº de óbitos em pacientes em observação 24 h} \times 100}{\text{total de saídas de pacientes em observação}}$	15%	15
9	Taxa de satisfação de pacientes internados	$\frac{\text{nº de avaliações de satisfação positiva} \times 100}{\text{total de pacientes internados}}$	≥80%	10

Meta 04 (Desempenho de Gestão em Saúde)

ITEM	INDICADOR	FÓRMULA	META	PONTOS/MÊS
1	Percentual de pacientes atendidos por médico após acolhimento e classificação de risco	$\frac{\text{nº de pacientes atendidos por médico após classificação de risco} \times 100}{\text{Total de pacientes classificados com risco}}$	100%	10
2	Tempo de espera para o atendimento médico (após classificação de risco) segundo protocolo institucional	$\frac{\text{tempo de espera por risco entre a classificação de risco e o atendimento médico}}{\text{total de atendimentos médicos no período}}$	(Risco vermelho) até 5 minutos (Risco amarelo) até 30 minutos (Risco verde) até 60 minutos (Risco azul) até 90 minutos	10
3	Tempo médio de permanência na Emergência (sala vermelha)	$\frac{\text{nº de paciente dia na sala vermelha}}{\text{nº de saídas no mesmo período}}$	≤24h	10
4	Cadastro de usuários atendidos nas unidades com idade igual ou maior de 16 anos portando cartão do SUS	$\frac{\text{nº de usuários cadastrados no PEP com preenchimento do cartão do SUS}}{\text{nº total de usuários cadastradas com 16 anos ou mais}}$	100%	10
5	Cadastro de usuários atendidos na unidade com idade menor de 16 anos apresentando guia de referência pós-alta	$\frac{\text{nº de pessoas cadastradas no PEP com preenchimento da guia de referência em anexo}}{\text{nº total de pessoas cadastradas com 16 anos ou menos}}$	85%	10
6	Índice de apresentação de AIH	$\frac{\text{nº total de AIH apresentadas no mês}}{\text{nº total de internações por mês} \times 100}$	100%	5
7	Taxa de rejeição de AIH	$\frac{\text{nº de AIH rejeitadas}}{\text{nº de AIH apresentadas} \times 100}$	≤5%	5
8	Tempo médio de permanência na Ortopedia	$\frac{\text{nº de paciente dia internados na Ortopedia}}{\text{nº de saídas da Ortopedia}}$	≤07 dias	5
9	Tempo médio de permanência na UTI Adulto	$\frac{\text{nº de paciente dia na UTI Adulto}}{\text{nº de saídas da UTI Adulto}}$	≤05 dias	5
10	Tempo médio de permanência na Clínica Cirúrgica	$\frac{\text{nº de paciente dia}}{\text{nº de saídas da Clínica Cirúrgica}}$	≤07 dias	5
11	Tempo médio de permanência na Clínica Médica	$\frac{\text{nº de paciente dia}}{\text{nº de saídas da Clínica Médica}}$	≤07 dias	5
12	Tempo médio de permanência na Clínica pediátrica	$\frac{\text{nº de paciente dia}}{\text{nº de saídas da Clínica pediátrica}}$	≤07 dias	5
13	Tempo médio de permanência na UTI Pediátrica	$\frac{\text{nº de paciente dia na UTI pediátrica}}{\text{nº de saídas da UTI pediátrica}}$	≤05 dias	15



O valor da Transferência Mensal de Recursos corresponde ao percentual de atingimento aplicado sobre o valor da parcela de custeio mensal, conforme a fórmula:

INDICADOR QUALITATIVO

Indicadores Quantitativos: Peso 6 (60% da meta)

Produtividade x Peso da atividade = Resultado do Bloco

Somatório do Resultado do Bloco (1) + (2) + (3) + (4) = Resultado

INDICADOR QUANTITATIVO

Indicadores Qualitativos: Peso 4 (40% da meta)

Somatório dos pontos Percentual de atingimento = Resultado INDICADOR QUALITATIVO

Nº Pontos	Percentual de atingimento
Entre 91 e 100 pontos	100%
Entre 81 e 90 pontos	90%
Entre 71 e 80 pontos	80%
INDICADOR QUALITATIVO E QUANTITATIVO	xx%

10. RESPONSABILIDADE DA OSC PARCEIRA PELOS ATOS DE SEUS EMPREGADOS E DE TERCEIROS POR ELA CONTRATADOS

10.1. A Instituição parceira será responsável pela imperícia, por falhas técnicas, pela ineficiência na gestão financeira dos recursos repassados pela FMS e por prejuízos causados pelos terceiros por ela contratados para a execução de serviços do Termo de Colaboração.

10.2. Os profissionais contratados pela OSC parceira para a prestação dos serviços clínicos deverão ter comprovada capacidade técnica, com formação adequada ao serviço desempenhado e estar em dia com suas obrigações junto aos conselhos de classe.

10.3. Os profissionais responsáveis pelos serviços médicos deverão ter formação em curso de medicina, em nível superior, por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação, e deverão, ainda, estar registrados no respectivo conselho profissional e possuir título de especialista.

10.4. Os profissionais responsáveis pelos serviços de enfermagem deverão estar registrados no respectivo conselho profissional e, ainda, possuir formação em curso de enfermagem, em nível superior, por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação, ficando vedada a contratação de Técnicos de Enfermagem para a realização das atividades específicas de Enfermeiro(a).

10.5. Os demais profissionais envolvidos diretamente na prestação dos serviços de atenção à saúde deverão estar registrados nos respectivos conselhos profissionais e atender às normas e requisitos próprios, conforme a regulamentação do Ministério da Saúde (MS).

10.6. Os contratos entre a OSC parceira e terceiros, necessários à realização das atividades no Complexo Hospitalar reger-se-ão pelas normas de direito privado, não se estabelecendo relação de qualquer natureza entre os terceiros e o Poder Público.



10.7. A Fundação Municipal de Saúde poderá solicitar, a qualquer tempo, informações sobre a contratação de terceiros para a execução das atividades e serviços objeto do Termo de Colaboração, inclusive para fins de comprovação das condições de capacitação técnica e financeira e da regularidade fiscal.

10.8. A OSC parceira fica obrigada a verificar a regularidade jurídica, a capacidade técnica e a Regularidade fiscal e trabalhista de terceiros contratados para a execução das atividades e serviços objeto do Termo de Colaboração, e será a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Termo de Colaboração, não podendo ser imputada qualquer responsabilidade à FMS.

10.9. O conhecimento da Fundação Municipal de Saúde acerca de eventuais contratos firmados com terceiros não exime a OSC parceira pelo cumprimento, total ou parcial, de suas obrigações decorrentes do Termo de Colaboração.

10.10. A OSC parceira é responsável pela imperícia, imprudência, negligência e por prejuízos causados pelos seus diretores e empregados na execução do Termo de Colaboração.

10.11. Todos os empregados e terceiros contratados pela OSC parceira deverão portar identificação (crachás) e estar devidamente uniformizados, quando estiverem no exercício de funções nas dependências da unidade hospitalar.

10.12. Os profissionais a serem alocados nas funções indicadas no presente Plano de Trabalho deverão possuir qualificação e estar em quantitativo mínimo exigido pelo Ministério da Saúde para habilitação e faturamento do procedimento pela Fundação Municipal de Saúde dos serviços prestados aos beneficiários do SUS na unidade. Para tanto, deverão ser atendidas as exigências da legislação vigente;

10.13. A seleção de pessoal pela OSC parceira deve ser conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, nos termos do regulamento próprio a ser publicado pela OSC parceira.

10.14. As despesas decorrentes do processo de seleção, contratação e demissão de colaboradores deverão ser arcadas com os custos operacionais previstos, sendo tais despesas incluídas na prestação de contas da respectiva rubrica que deverá estar prevista na Planilha de Despesa do Projeto.

10.15. A OSC parceira deverá dispor de mecanismos para pronta substituição de seus profissionais em caso de faltas, de forma a não interromper ou prejudicar os serviços prestados à população.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O conjunto de dados compilados com base na análise dos estudos e pesquisas realizados, extraídos do corpo do processo administrativo e todo exposto, deram origem ao Plano de Trabalho apresentado com o objetivo de nortear a realização de Chamada Pública com a finalidade de seleção de uma Organização da Sociedade Civil que possua interesses recíprocos aos interesses da Administração Pública para a realização de atividades no âmbito do Complexo Hospitalar Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto e Hospital Infantil Darcy Souza Vargas, necessárias ao gerenciamento, à operacionalização e à execução de ações e serviços de saúde, por meio de parceria firmada através de termo de colaboração.

11.2. Como esclarecido nas páginas deste projeto, a medida se faz necessária para se assegurar o atendimento das demandas da Atenção Hospitalar, de Urgência e Emergência e a assistência universal e gratuita à população unicamente através do Sistema Único de Saúde – SUS, em tudo observando as condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas neste Plano de Trabalho e como determinará o respectivo edital.

11.3. As demais disposições para a realização da parceria em questão, com regras para a participação na seleção de Organizações da Sociedade Civil interessada, previsão dos critérios habilitação e avaliação da proposta e do Plano de Trabalho da OSC, verificação de qualificação técnica, qualificação econômica/financeira, bem como critérios de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

determinação de direitos, deveres, obrigações e responsabilidades das partes, com previsão de regime de execução de serviços, valores, condições de reajustamento, prazos, previsão da minuta de Termo de Colaboração e demais condições para atender ao presente Plano de Trabalho constarão no respectivo edital e seus anexos.

Francisco da Silva Gonçalves
Matrícula. nº 345.263

Katia Soares de Oliveira
Matrícula nº 311575

Hilma de Oliveira Marques
Mat: 127.785

Flávia Paiva Gomes
Matrícula nº 343.656

Aprovo o Plano de Trabalho
Francisco Aclecio Martins de Araujo
Subsecretário Municipal de Urgência e Emergência



APÊNDICE I DO ANEXO I - Plano de Trabalho

PLANO DE AÇÕES E ATIVIDADES

Complexo Hospitalar Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto ("PSC") e Hospital Infantil Darcy Souza Vargas ("PSI")

1. Responsabilidades da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil:

- a) Definir as diretrizes e políticas de saúde a serem implantadas nas Unidades;
- b) Criar uma **Comissão de Monitoramento e Avaliação**, específica para efetuar o acompanhamento da Administração e Operacionalização da unidade, por técnicos habilitados da SEMSADCSG;
- c) Fornecer à instituição executora do Termo de Colaboração, e a seu pessoal o apoio necessário à plena consecução dos objetivos do Termo e do Plano de Trabalho;
- d) Acompanhar, supervisionar e fiscalizar, a execução das atividades desenvolvidas;
- e) Repassar pontualmente os recursos financeiros previstos, de acordo com o cronograma e condições estabelecidas;
- f) Controlar a qualidade dos serviços contratados, identificando possíveis distorções e sugerindo constantes ajustes;
- g) Possibilitar o uso dos bens móveis e imóveis locados para a execução das atividades previstas no respectivo termo de colaboração, mediante a viabilização dos correspondentes termos de permissão de uso;
- h) Inventariar e avaliar os bens referidos no item acima, anteriormente à formalização dos termos de permissão de uso;
- i) Disponibilizar técnicos pertencentes a SEMSADC, para interagir com a unidade, ajustando o plano estratégico de gestão, caso necessário;
- j) Monitorar e realizar estudos comparativos dos indicadores de resultados e custos das Unidades de Saúde, tendo em vista a Implantação de modelos inovadores.
- k) Realizar, em parceria com a Organização da Sociedade Civil, permanente vistoria quanto à precariedade dos equipamentos ou locação de novos, fornecendo pareceres técnicos quando da solicitação pela OSC.
- l) Pagamento mensal de Água e Luz da Unidade;
- m) Ceder o Sistema de Prontuário Eletrônico e Regulação instalado no Município;
- n) Providenciar o recolhimento e transporte de lixo especial das unidades de saúde.

2. Responsabilidades da Organização da Sociedade Civil parceira

- a) Aluguel de Material (mobiliário hospitalar e equipamentos);
- b) Fornecer Medicamentos e Material relacionado ao tratamento do paciente, conforme planilha fornecida no Plano de Trabalho da OSC;
- c) Aquisição ou Aluguel de Insumos (material médico cirúrgico, roupa, outros);
- d) Serviços de apoio a diagnose e terapêutica;
- e) Contratação de serviços de apoio (vigilância, alimentação, limpeza, lavanderia, roupa, sistemas de informação, sistema de gestão hospitalar);
- f) Efetivação dos processos de compra de materiais e insumos necessários à operação das Unidades;
- g) Prestar assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva de forma contínua aos equipamentos e instalações hidráulicas, elétricas e de gases em geral e predial, incluindo nas mesmas a reposição de peças;
- h) Administrar e operar o Complexo Hospitalar, dentro das diretrizes definidas pela Secretaria Municipal de Saúde, com atendimento exclusivo aos usuários do SUS, de forma gratuita, no estabelecimento de saúde cujo uso lhe foi permitido, vedado prestação de serviço à entidade de saúde suplementar.



- i) Responsabilizar-se, integralmente, pelos encargos de natureza trabalhista e previdenciária, referente aos recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Plano de Trabalho, decorrendo do ajuizamento de eventuais demandas judiciais, bem como por todos os ônus tributários e extraordinários que incidam sobre o presente instrumento, ressalvados aqueles de natureza compulsória, lançados automaticamente pela rede bancária arrecadadora;
- j) Responsabilizar-se pela indenização de dano decorrente de ação ou omissão voluntária, ou negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem a paciente, ao órgão do SUS e a terceiros a estes vinculados, bem como aos bens públicos móveis e imóveis objetos de permissão de uso, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.
- k) Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe for permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos termos de permissão de uso, até sua restituição ao Poder Público.
- l) Manter um Sistema de Ouvidoria para medir o nível de satisfação do usuário em relação aos serviços contratados;
- m) Gestão de insumos consumíveis e retornáveis, material permanente e estrutura física das unidades, sendo responsável pela reposição ou manutenção no caso de dano por mau uso, perda ou extravio;
- n) Ao final do Termo de Colaboração, a OSC deverá restituir a Secretaria Municipal de Saúde todos os bens móveis e imóveis que lhe foram destinados ou adquiridos pela Secretaria Municipal de Saúde - SEMSADC em virtude do respectivo termo em boas condições de uso, ressalvados os casos de obsolescência e desgaste natural.
- o) Garantir em exercício nas Unidades quadro de recursos humanos qualificados e compatíveis ao porte da Unidade e Serviços previstos, conforme estabelecido nas normas ministeriais atinentes à espécie, tendo definida como parte de sua infraestrutura técnico-administrativa nas 24 (vinte e quatro) horas dia, por plantões.
- p) Dar continuidade e implantar e melhorar continuamente os protocolos clínicos e administrativos em todos os departamentos visando a otimização da gestão orientada pela Organização da Sociedade Civil.
- q) Responsabilizar-se pelo processo de administração direta das Unidades, envolvendo contratação e gestão do pessoal necessário à operação da Unidade;
- r) Utilizar a logomarca da Prefeitura de São Gonçalo/Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil e do SUS, em todos os documentos emitidos pelo Executor contratado.
- s) Não utilizar e nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, exceto se aprovado por Comitê de Ética e Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil;
- t) Manter sempre atualizado prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, pelos prazos previstos em lei;
- u) Assegurar o Sistema Aberto de visitas aos pacientes no Complexo Hospitalar;
- v) Manter o padrão de qualidade de atendimento dentro das exigências contratuais, que serão baseadas nas diretrizes constantes deste Termo de Colaboração e as características de atividade assistenciais, do presente Plano de Trabalho;
- w) Disponibilizar relatórios gerenciais com as informações solicitadas na periodicidade constante nos anexos do presente Plano de Trabalho aos técnicos da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil; utilizando, quando couber, modelos disponibilizados pela Organização da Sociedade Civil.
- x) Se responsabilizar pela implantação e funcionamento de sistema de controle biométrico de frequência;
- y) Submeter à SEMSADC, quaisquer projetos que envolvam alterações no lay out da unidade;
- z) Obedecer a grade de medicamentos e insumos da Secretaria Municipal de Saúde;
- aa) Utilizar uniforme e crachá padronizados pela SEMSADC para todos os funcionários.
- bb) Os bens deverão ser recebidos por um preposto designado pela OSC contratada e serem devidamente inventariados quando da assinatura do Termo de Colaboração, mediante assinatura de Termo de Permissão de Uso, e de forma idêntica deverão ser devolvidos na oportunidade do seu encerramento, por qualquer motivo, inclusive aqueles incorporados posteriormente no transcorrer do Termo de Colaboração.
- cc) Gerenciar de forma responsável, obedecendo as melhores práticas assistenciais e de logística, todos os insumos consumíveis e retornáveis, material permanente e estrutura física da unidade, sendo responsável pela reposição ou manutenção no caso de dano por mau uso, perda ou extravio;

3. Características das Atividades da OSC



3.1. A Organização da Sociedade Civil atenderá com seus recursos humanos e técnicos aos usuários do SUS — Sistema Único de Saúde, oferecendo, segundo o grau de complexidade de sua assistência e sua capacidade operacional, os serviços de saúde que se enquadrem nas modalidades descritas no Plano de Trabalho e no respectivo Termo de Colaboração.

3.2. O Serviço de Admissão da Organização da Sociedade Civil solicitará aos pacientes, ou a seus representantes legais, a documentação de identificação do paciente e a documentação de encaminhamento, se for o caso, especificada no fluxo estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde dentro dos princípios da regulação assistencial no município.

3.3. O acompanhamento e a comprovação das atividades realizadas pela Organização da Sociedade Civil serão efetuados através dos dados registrados no SIH - Sistema de Informações Hospitalares, no SIA - Sistema de Informações Ambulatoriais, bem como através dos formulários e instrumentos para registro de dados de produção definidos pela Secretaria Municipal, além dos indicadores contratuais pactuados.

4. Forma de Apresentação da Produção

4.1. Visando o acompanhamento e avaliação do Plano de Trabalho e o cumprimento das atividades estabelecidas para o Termo de Colaboração a OSC contratada deverá enviar a cada três meses as informações relacionadas aos indicadores e prestação de contas. A OSC deverá manter em dia todas as informações referentes aos registros do SIA - Sistema de Informações Ambulatoriais e do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde — CNES, além de outros registros oficiais que a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil assim determinar.

4.2. A Secretaria Municipal de Saúde procederá à análise mensal dos dados enviados pela Direção das Unidades para que sejam atestados os serviços vinculados aos repasses de recursos.

4.3. Será realizada por parte da Comissão de Monitoramento e Avaliação a avaliação mensal dos indicadores e metas.

4.4. No primeiro relatório de atividade deverão vir especificados os bens permanentes existentes e aqueles recebidos em doação ou outras formas, com as respectivas notas fiscais e o local de uso dos mesmos dentro da unidade.

4.5. As unidades deverão ser dotadas de controle de ponto eletrônico, cujo relatório deve ser apresentado a Secretaria Municipal Saúde sempre que solicitado e deve ser o espelho fiel do que se informa nos relatórios enviados para a Comissão da Secretaria de Saúde.

4.6. As unidades devem funcionar com o sistema de prontuário eletrônico, disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde. A aquisição de computadores e pontos de rede serão de responsabilidade da Contratada.

5. Supervisão

5.1. A Coordenação e supervisão da realização das atividades e serviços são de competência da Subsecretaria de Atenção Especializada.

5.2. A Fiscalização da execução dos serviços caberá à SEMSADC, apoiada pela Organização da Sociedade Civil, visando a qualidade e otimização dos recursos e a correção de possíveis desvios encontrados, bem como articulará e efetivará o processo de acompanhamento e avaliação com base no cumprimento de metas, dos prazos e da análise de indicadores de produção, de cobertura da população e de qualidade e eficiência dos serviços contratados.

5.3. A Organização da Sociedade Civil se submeterá a todas as medidas, processos e procedimentos da fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções pela SEMSADC, não eximem a OSC de suas



obrigações no que se refere ao cumprimento das normas e especificações, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

5.4. A SEMSADC deverá ter acesso ao sistema informatizado utilizado pela contratada. Este acesso poderá ser através de senha para acesso direto ao sistema.

5.5. A SEMSADC procederá à análise mensal dos dados enviados pela Direção das Unidades para que sejam atestados os serviços vinculados aos repasses de recursos.

5.6. Será realizada por parte Comissão de Monitoramento e Avaliação, a avaliação a cada período de três meses (trimestral) dos indicadores e metas do trimestre findo. O envio dos dados deverá ser mensal, para facilitar o acompanhamento, e consolidado e enviado a cada três meses.

5.7. Todos os contratos e respectivos Anexos dos contratos, de serviços firmados pela Organização da Sociedade Civil com prestadores, devem ser enviados assim que os serviços forem iniciados, devidamente datados e assinados por ambas as partes, com a descrição de todos os serviços a serem prestados, metas a serem alcançadas, a forma de como serão medidos, bem como com todas as cláusulas contratuais de acordo com as normas legais vigentes no país.

5.8. Utilização de uniforme e crachá padrão SEMSADC para todos os funcionários.

6. Indicadores e Metas

6.1. A Fundação Municipal de Saúde procederá a avaliação e pontuação dos indicadores conforme definido no Plano de Trabalho.

6.2. Deverá ser implantada a Comissão de Ética Médica de acordo com a legislação do Conselho Federal de Medicina - CFM em vigor.

6.3. Com relação a trombólise no caso de IAM com supra de ST deverá ser encaminhada planilha com iniciais do paciente, idade, tempo entre a chegada a unidade com provável diagnóstico e realização do ECG, os que foram submetidos e aqueles que não foram submetidos a trombólise. No caso de não realização da trombólise a unidade deverá informar e justificar o motivo da não realização. Todos os casos de IAM com supra devem ser informados.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

APÊNDICE II DO ANEXO I- Plano de Trabalho

PLANILHA DE CUSTOS ESTIMADA DE DESEMBOLSO				
Complexo Hospitalar Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto (PSC) e Hospital Infantil Darcy Souza Vargas (PSI)				
Item	Descrição do Item	Valor Proposto	Valor Executado	Percentual Executado
1	Pessoal:			
1.1	Equipe Médica (salários + encargos)	R\$ -	R\$ -	
1.2	Equipe Multiprofissional (salários + encargos)	R\$ -	R\$ -	
1.3	Provisionamento (13º salário + férias)	R\$ -	R\$ -	
1.4	Provisionamento (rescisões)	R\$ -	R\$ -	
1.5	Outras (vale transporte e adicionais, ex.: insalubridade etc.)	R\$ -	R\$ -	
	TOTAL (1)	R\$ -	R\$ -	
2	Materiais e Medicamentos:			
2.1	Medicamentos	R\$ -	R\$ -	
2.2	Materiais de Consumo	R\$ -	R\$ -	
2.3	Dietas Enteral e Parenteral	R\$ -	R\$ -	
2.4	Outras	R\$ -	R\$ -	
2.5	Materiais de Limpeza	R\$ -	R\$ -	
2.6	Materiais de Manutenção	R\$ -	R\$ -	
	TOTAL (2)	R\$ -	R\$ -	
3	Áreas de Apoio:			
3.1	Água e Esgoto	R\$ -	R\$ -	
3.2	Alimentação	R\$ -	R\$ -	
3.3	Coleta de Resíduos Hospitalares	R\$ -	R\$ -	
3.4	Energia Elétrica	R\$ -	R\$ -	
3.5	Exames Laboratoriais e de Imagem	R\$ -	R\$ -	
3.6	Lavanderia e Enxoval Hospitalar	R\$ -	R\$ -	
3.7	Limpeza Hospitalar	R\$ -	R\$ -	
3.8	Seguros	R\$ -	R\$ -	
3.9	Telefonia e Banda Larga	R\$ -	R\$ -	
3.10	Transpote Avançado - Ambulância	R\$ -	R\$ -	
3.11	Uniformes	R\$ -	R\$ -	
3.12	Transportes	R\$ -	R\$ -	
3.13	Esterilização por Óxido de Etileno	R\$ -	R\$ -	
3.14	Gases Medicinais	R\$ -	R\$ -	
3.15	Locação de Equipamentos	R\$ -	R\$ -	
3.16	Manutenção Predial	R\$ -	R\$ -	
3.17	Terapia Renal Substitutiva	R\$ -	R\$ -	
3.18	Apoio Administrativo	R\$ -	R\$ -	
3.19	Segurança Patrimonial e Vigilância	R\$ -	R\$ -	
3.20	Manutenção de Equipamentos Hospitalares	R\$ -	R\$ -	
3.21	Locação de ar-condicionado	R\$ -	R\$ -	
3.22	Apoio à Diagnose e Terapia	R\$ -	R\$ -	
	TOTAL (3)	R\$ -	R\$ -	
4	Gerenciais e Administrativas:			
4.1	Auditorias Contábil, Fiscal e Financeira	R\$ -	R\$ -	
4.2	Contabilidade	R\$ -	R\$ -	
4.3	Educação Continuada	R\$ -	R\$ -	
4.4	Material de Escritório	R\$ -	R\$ -	
4.5	Tecnologia de Informação	R\$ -	R\$ -	
4.6	Ponto Biométrico	R\$ -	R\$ -	
4.7	Aluguel	R\$ -	R\$ -	
4.8	Jurídico	R\$ -	R\$ -	
4.9	Medicina do Trabalho	R\$ -	R\$ -	
4.10	Outros Custos Compartilhados	R\$ -	R\$ -	
4.11	Outras Despesas (água, energia elétrica, combustível, estacionamento, cartório, entre outros)	R\$ -	R\$ -	
4.12	Comunicação	R\$ -	R\$ -	
4.13	Retenção de Impostos	R\$ -	R\$ -	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

TOTAL (4)	R\$ -	R\$ -	
TOTAL DE CUSTOS (1+2+3+4)	R\$ -	R\$ -	

APÊNDICE III DO ANEXO I- Plano de Trabalho

1. INVENTÁRIO DE BENS MÓVEIS

1.1. Inventário de bem móveis de patrimônio da FMS alocados no **PRONTO SOCORRO CENTRAL - PSC:**

1º andar - Sala Psicossocial		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Estante de aço inox com prateleiras	PSC-007/20019
1	Armário mdf-2 portas com prateleiras	Sem patrimônio
1	Quadro decorativo	Sem patrimônio
1	Dispenser de álcool	Sem patrimônio
2	Lixeiras de ferro s/tampa (estilo cesto)	Sem patrimônio
3	Caixas arquivos de plástico preta	Sem patrimônio
1	Caixa box transparente	Sem patrimônio
1	Cafeteira inox-Mondial 24 xícaras	psc-004/2010
2	Cadeira de escritório	Sem patrimônio
1	Cadeira escolar	Sem patrimônio
2	Cadeira acento e encosto preto -inox	Sem patrimônio
1	Ar-condicionado a grato-18btu	P&C-0045
1º Andar - Corredor Adjunto e Psicossocial		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Longarina de plástico -preta-3 lugares	Sem patrimônio
1º Andar - Adjunto		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Mesa escolar do professor -verde	Sem patrimônio
1	Gaveteiro móvel de 4 gavetas rodinhas	Sem patrimônio
2	Escaninho de plástico transparente	Sem patrimônio
1	Mesa de canto de ferro uma gaveta	Sem patrimônio
2	Lustres	Sem patrimônio
1	Câmera de monitoramento	S/alcance
2	Lixeira de inox pequena com pedal	Sem patrimônio
1º- Andar - Saguão de espera		
Unidade	Descrição	Patrimônio
2	Cortinas de ar condicionado	P&C
6	Longarinas de 3 lugares de inox	Sem patrimônio
1	Ar condicionado- Carrier 58 btu	P&C-0003
1	Ar condicionado- Carrier 58 btu	P&C-0004
1	Ar condicionado-ar+purohd-22btu	P&C-0082
1	Lixeira branca com pedal	Sem patrimônio
1	Suporte para papel toalha	Sem patrimônio
1	Suporte sabonete líquido	Sem patrimônio
1	Extintor pgs-10 litros	Sem patrimônio
2	Câmera de monitoramento	S/alcance
1	Lustre pendente	Sem patrimônio
1	Lustre cristal	Sem patrimônio
1	Balcão de mdf branco c/gaveta chave	Sem patrimônio
1	Cadeira de escritório preta	Sem patrimônio
1	Lixeira inox pequena – c/pedal	Sem patrimônio
1	Tv Semp Toshiba	RG-024591
3	Suporte álcool em gel	Sem patrimônio
4	Cadeiras de roda	Sem patrimônio
1º Andar- Recepção		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Suporte papel toalha	Sem patrimônio
2	Cadeira caixa alta preta com apoio p/os pés	Sem patrimônio
2	Lixeiras pequenas inox	Sem patrimônio
1	Mesa escritório industrial	Sem patrimônio



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1	Gaveteiro de 4 gavetas - mdf	Sem patrimônio
3	Escaninho	Sem patrimônio
1	Cadeira para escritório preta	Sem patrimônio
1	Câmera de monitoramento	S/Alcance
1	ar condicionado Springer	P&C-0005
1	Lustre	Sem patrimônio
1º andar – Classificação de Risco		
Consultório - 01		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Suporte de álcool gel	Sem patrimônio
1	Suporte sabonete líquido	Sem patrimônio
1	Suporte papel toalha	Sem patrimônio
1	Mesa branca escritório com gaveta	Sem patrimônio
1	Cadeira branca de escritório	Sem patrimônio
1	Cadeira preta base inox	Sem patrimônio
1	Escaninho	Sem patrimônio
1	Gaveteiro mdf- branco	Sem patrimônio
1	Lixeira branca de pedal	Sem patrimônio
1	Lixeira de inox pequena -pedal	Sem patrimônio
1	Aparelho de pressão manual	Sem patrimônio
1º Andar – Classificação de Risco		
Consultório - 02		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Aparelho de pressão com suporte	Accr
1	Mesa branca de escritório c/gaveta	Sem patrimônio
1	Cadeira de escritório branca	Sem patrimônio
1	Escaninho	Sem patrimônio
1	Cadeira preta – base inox	Sem patrimônio
1	Gaveteiro branco 02 gavetas	Não
1	Lixeira pequena inox pedal	Sem patrimônio
1	Suporte descapark – 7,0 litros	Sem patrimônio
1	Suporte sabonete líquido	Sem patrimônio
1	Suporte papel toalha	Sem patrimônio
1	Suporte de álcool	Sem patrimônio
1º Andar – Classificação de risco		
Consultório - 03		
unidade	descrição	patrimônio
1	Mesa branca escritório c/gavetas	Sem patrimônio
1	Cadeira branca escritório	Sem patrimônio
1	Gaveteiro 2 gavetas	Sem patrimônio
1	Escaninho	Sem patrimônio
1	Suporte álcool	Sem patrimônio
1	Suporte papel toalha	Sem patrimônio
1	Suporte líquido	Sem patrimônio
1	Suporte descapark- 7 litros	Sem patrimônio
1º Andar – Consultório - ECG		
unidade	descrição	patrimônio
1	Maca de rodinhas	Sem patrimônio
1	Colchão de maca	Sem patrimônio
1	Escada hospitalar	Sem patrimônio
1	Gaveteiro de plástico	Sem patrimônio
1	Mesa branca escritório com gaveta	Sem patrimônio
1	Cadeira de escritório branca	Sem patrimônio
1	Cadeira preta base inox	Sem patrimônio
1	Maleta branca com ferramentas do aparelho ECG	Sem patrimônio
1	Conjunto de 10 cabos aparelho ECG	Sem patrimônio
3	Estetoscópio	Sem patrimônio
1	Aparelho cardicare-labtecmaster	833
1	Suporte de álcool	Sem patrimônio
1	Suporte papel toalha	Sem patrimônio
1	Sabonete líquido	Sem patrimônio
1	Lixeira alumínio pedal	Sem patrimônio
1	Suporte de descapark 7 litros	Sem patrimônio
1	Lixeira pedal branca pequena	Sem patrimônio
1º Andar - SAU		
Unidade	Descrição	Patrimônio



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

2	Mesas escritório azul	Sem patrimônio
1	Gaveteiro azul	Sem patrimônio
1	Lixeira plástico janela	Sem patrimônio
2	Cadeira plástico janela	Sem patrimônio
2	Cadeira secretária preta	Sem patrimônio
2	Escaninho	Sem patrimônio
1	Longarina 3 lugares	Sem patrimônio
1	Suporte álcool	Sem patrimônio
1º Andar -Coord. Enfermagem		
1	Mesa escritório cor ipê	Sem patrimônio
1	Mesa escritório em l preta	Sem patrimônio
1	Mesa escolar do professor	Sem patrimônio
1	Escaninho de mesa	Sem patrimônio
1	Cadeira verde escolar	Sem patrimônio
1	Cadeira presidente	Sem patrimônio
2	Cadeira fixa	Sem patrimônio
2	Gaveteiro de plástico	Sem patrimônio
1	Gaveteiro Mdf	Sem patrimônio
1	Gaveteiro de ferro	Sem patrimônio
1	Mesa Auxiliar Hospitalar	Sem patrimônio
1	Armário balcão 2 portas	Sem patrimônio
1	Sanducheira lenox	Sem patrimônio
1	Cafeteira 30 xícaras	Sem patrimônio
1	Filtro galão	Sem patrimônio
1	Escadinha Hospitalar	Sem patrimônio
1	Tv- Philco	Sem patrimônio
1	Ar condicionado	Sem patrimônio
1º andar -Sala Sutura		
Unidade	Descrição	Patrimônio
2	Macas	Sem patrimônio
2	Escada hospitalar	Sem patrimônio
2	Lixeira	Sem patrimônio
2	Mesa de mayo	Sem patrimônio
1	Luminária	135033
1	Ar-condicionado-Springer	P&c-0009
2	Biombo	Sem patrimônio
1	Armário	Sem patrimônio
1	Armário vitrine	Sem patrimônio
1	Armário de madeira	Sem patrimônio
3	Cadeiras escolares	Sem patrimônio
1	Mesa de escritório	Sem patrimônio
1	Mesa de ferro c/gavetas	Sem patrimônio
1	Escaninho	Sem patrimônio
2	Suporte sabonete líquido	Sem patrimônio
2	Suporte papel toalha	Sem patrimônio
1	Dispenser de álcool	Sem patrimônio
1	Ar-Condicionado Springer	P&C-0010
1º Andar – Consultório-01		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Balança	Sem patrimônio
1	Maca	Sem patrimônio
1	Aparelho de aferir pressão arterial	Sem patrimônio
2	Cadeiras de ferro escolar	Sem patrimônio
1	Ar condicionado	P&C-0012
1º Andar – Consultório-02		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Maca	Sem patrimônio
2	Cadeiras Escolares	Sem patrimônio
1	Aparelho de Aferir pressão arterial-manual	Sem patrimônio
1	Mesa de ferro	Sem patrimônio
1º Andar -Consultório -03		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Maca	Sem patrimônio
1	Mesa de ferro	Sem patrimônio



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1	Balança	Sem patrimônio
2	Cadeira Escolar	Sem patrimônio
1	Escaninho	Sem patrimônio
1	Aparelho de pressão manual	Sem patrimônio
1º Andar – Sala ECG		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Balança	Sem patrimônio
1	Cadeira de Ferro	Sem patrimônio
1	Escadinha de Ferro	Sem patrimônio
1	Maca	Sem patrimônio
1	Suporte Soro	Sem patrimônio
1	Aparelho Eletro	Sem patrimônio
1	Lixeira pedal	Sem patrimônio
1	Suporte descapark	Sem patrimônio
1º Andar – Sala Odontologia		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Tv Samsung	Sem patrimônio
1	Cadeira Odontológica Olsen	Fundação 081921
1	Autoclave	Sem patrimônio
1	Compressor – D75	Sem patrimônio
1	Quadro de aviso pequeno	Sem patrimônio
1	Mesa ferro	Sem patrimônio
1	Seladora	Sem patrimônio
2	Mocho odontológico	Sem patrimônio
2	Cadeiras	Sem patrimônio
2	Lixeiras	Sem patrimônio
1	Armário vitrine	Sem patrimônio
1	Ar condicionado - Springer	P&C. 0011
1	Negatoscópio	Sem patrimônio
1º Andar – Saguão de Espera		
Unidade	Descrição	Patrimônio
20	Longarinas de 3 lugares	Sem patrimônio
1	Longarina de 5 lugares	Sem patrimônio
1	Extintor- AP- 10l	nº479785
1	Extintor-CO2-6kg	nº10990
2	Câmera de monitoramento	S/Alcance
Consultório ortopedia emergência		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Ar condicionado	P&C-0014
2	Mesa de ferro	Sem patrimônio
2	Escaninho	Sem patrimônio
2	Cadeira preta estofada	Sem patrimônio
1	Lixeira pequena	Sem patrimônio
2	Cadeiras Escolares	Sem patrimônio
Sala de Gesso emergência		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Colchão de maca	Sem patrimônio
1	Escada hospitalar	Sem patrimônio
1	Lixeira grande	Sem patrimônio
1	Suporte de descapark	Sem patrimônio
1	Ar condicionado	P&C-0015
Star		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Beliche	Sem patrimônio
2	Colchões	Sem patrimônio
Sala de Coleta		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Mesa	Sem patrimônio
1	Cadeira branca	Sem patrimônio
2	Cadeiras escolares	Sem patrimônio
1	Suporte de braço	Sem patrimônio
1	Suporte de descapack	Sem patrimônio
1	Lixeira	Sem patrimônio
1	Armário de Madeira	Sem patrimônio
1	Monitor Positivo	2580
1	Impressora Brother	RG-023075



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1	CPU Sony	INV-192516
1	Mouse	Não
1	Estabilizador	RG-035258
1º Andar – Sala Medicação		
Unidade	Descrição	Patrimônio
11	Poltronas flexíveis	Sem patrimônio
5	Suporte de soro de parede	Sem patrimônio
1	Escaninho	Sem patrimônio
1	Mesa de ferro com gaveta	Sem patrimônio
1	Ar condicionado Carrier	Sem patrimônio
3	Cadeiras escolares	Sem patrimônio
2	Mesa auxiliar	Sem patrimônio
1	Cadeira escritório	Sem patrimônio
1	Aparelho de pressão manual	Sem patrimônio
2	Biombo	Sem patrimônio
1	Quadro de avisos pequeno branco	Sem patrimônio
2	Longarinas de 3lugares	Sem patrimônio
1	Relógio de parede	Sem patrimônio
1	Longarina 5 lugares	Sem patrimônio
1	Bandeja medicação	Sem patrimônio
3	Suporte de descapark	Sem patrimônio
1	Tambor para algodão	Sem patrimônio
1	Caixa térmica pequena	Sem patrimônio
1	Caixa térmica média	Sem patrimônio
4	Lixeiras branca de pedal	Sem patrimônio
4	Suporte para braço	Sem patrimônio
1	Mesa mayo	Sem patrimônio
10	Cuba Rim	Sem patrimônio
1	Suporte papel toalha	Sem patrimônio
1	Suporte sabonete líquido	Sem patrimônio
1	Suporte de álcool em gel	Sem patrimônio
1	Estetoscópio	Sem patrimônio
1º Andar – Saguão de RX		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Longarina de 2 lugares	Sem patrimônio
2	Longarina de 3 Lugares	Sem patrimônio
1	Lixeira	Sem patrimônio
1	Extintor-CO2- 6Kg	84782
1	Extintor –CO2– 6Kg	21947
1º Andar -Sala Amarela		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Mesa Escolar	Sem patrimônio
6	Cadeira Escolar	Sem patrimônio
1	Mesa	Sem patrimônio
1	Armário Vitrine	Sem patrimônio
1	Mesa auxiliar	Sem patrimônio
1	Quadro de avisos pequenos	Sem patrimônio
1	Escaninho	Sem patrimônio
2	Biombos	Sem patrimônio
4	Suporte soro parede	Sem patrimônio
2	Suporte soro pedestal	Sem patrimônio
1	Cuba Rim	Sem patrimônio
1	Suporte Hamper	Sem patrimônio
4	Camas elétricas	Sem patrimônio
1	Ar condicionado Springer	P&C -0016
1	Escada hospitalar	Sem patrimônio
1	Estetoscópio	Sem patrimônio
1º Andar- Anexo Amarelo		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Suporte Descapark	Sem patrimônio
1	Mesa Escolar	Sem patrimônio
2	Biombo	Sem patrimônio
9	Cadeiras Escolares	Sem patrimônio
1	Ar condicionado	P&C-0025
2	Suporte Soro parede	Sem patrimônio
8	Suporte Soro pedestal	Sem patrimônio



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1	Cama elétrica	Sem patrimônio
7	Camas manuais	Sem patrimônio
1	Maca de rodas	Sem patrimônio
2	Suporte de Hamper	Sem patrimônio
1	Armário vitrine	Sem patrimônio
2	Suporte descapark	Sem patrimônio
1	Cuba Rim	Sem patrimônio
1	Bandeja de medicação	Sem patrimônio
1	Tambor para algodão	Sem patrimônio
1	Estetoscópio	Sem patrimônio
1	Aparelho aferir pressão arterial- manual	Sem patrimônio
1	Mesa Mayo	Sem patrimônio
2	Escadas hospitalares	Sem patrimônio
3	Lixeiras branca de pedal	Sem patrimônio
1º Andar – Medicação		
Unidade	Descrição	Patrimônio
2	Monitores de câmera	S/Alcance
1	Armário vitrine sem porta e vidros	Sem patrimônio
1	Mesa Escolar	Sem patrimônio
3	Cadeiras Escolares	Sem patrimônio
1	Extintor Pó Químico	Sem patrimônio
1	Extintor Água Pressurizada	Sem patrimônio
5	Poltronas Reclináveis	Sem patrimônio
2	Suporte de descapark	Sem patrimônio
1	Lixeira grande pedal	Sem patrimônio
1	Lixeira média pedal	Sem patrimônio
2	Lixeira pequena pedal	Sem patrimônio
1	Suporte Soro	Sem patrimônio
1	Ar condicionado Mídia	P&C -0029
1	Ar condicionado janela	P&C - 0030
1	Suporte papel toalha	Sem patrimônio
2	Suporte sabonete liquido	Sem patrimônio
2	Suporte álcool em gel	Sem patrimônio
Isolamento		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Carrinho medicação	Sem patrimônio
1	Cama manual	Sem patrimônio
1	Ar condicionado	Sem patrimônio
1	Suporte de Soro de chão	Sem patrimônio
1	Suporte de Hamper	Sem patrimônio
1	Suporte de descapark	Sem patrimônio
2	Monitores cardíacos	Sem patrimônio
1	Maca de rodas	Sem patrimônio
1	Escada Hospitalar	Sem patrimônio
1	Suporte de braço	Sem patrimônio
2 ° Andar – Centro Cirúrgico		
Sala - 01		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Mesa Auxiliar móvel	Sem patrimônio
1	Carrinho de Anestesia	Sem patrimônio
1	Monitor cardíaco	Sem patrimônio
2	Suporte de Soro	Sem patrimônio
1	Aspirador	Sem patrimônio
1	Foco móvel	Sem patrimônio
1	Mesa Cirúrgica	Sem patrimônio
1	Bisturi	Sem patrimônio
2	Mesa de Mayo	Sem patrimônio
1	Armário	Sem patrimônio
2	Mesas de ferro	Sem patrimônio
1	Suporte de Hamper	Sem patrimônio
1	Par de Perneira	Sem patrimônio
2	Banco cirúrgico	Sem patrimônio
1	Termômetro	Sem patrimônio
1	Foco Permanente	Sem patrimônio
Sala -02		
Unidade	Descrição	Patrimônio



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1	Aparelho Endoscopia	Sem patrimônio
2	Carrinho de Anestesia	Sem patrimônio
1	Bisturi	Sem patrimônio
1	Aspirador	Sem patrimônio
1	Mesa de madeira	Sem patrimônio
2	Cadeira Escritório	Sem patrimônio
1	Armário de medicação	Sem patrimônio
2	Macas	Sem patrimônio
1	Cama Cirúrgica	Sem patrimônio
1	Arco Cirúrgico	Sem patrimônio
1	Protetor Tireoide	Sem patrimônio
4	Coletes de Chumbo	Sem patrimônio
1	Perneira	Sem patrimônio
1	Cilindro de Ar comprimido	Sem patrimônio
Sala - 03		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Cama Cirúrgica	Sem patrimônio
1	Mesa de Ferro	Sem patrimônio
1	Cômoda de Ferro	Sem patrimônio
2	Mesa de Mayo	Sem patrimônio
3	Mesa de Ferro	Sem patrimônio
1	Aspirador Móvel	Sem patrimônio
1	Aspirador de Rede	Sem patrimônio
1	Cilindro de Ar comprimido	Sem patrimônio
1	Bisturi	Sem patrimônio
1	Desfibrilador	Sem patrimônio
1	Hamper	Sem patrimônio
1	Lixeira	Sem patrimônio
1	Suporte Descapark	Sem patrimônio
1	Termômetro	Sem patrimônio
1	Perneiras Hospitalares	Sem patrimônio
1	Apoio de Braço	Sem patrimônio
1	Suporte de Soro Móvel	Sem patrimônio
Sala de Recuperação Anestésica		
Unidade	Descrição	Patrimônio
2	Biombo	Sem patrimônio
3	Camas	Sem patrimônio
1	Armário Vitrine	Sem patrimônio
1	Bomba de Algodão	Sem patrimônio
1	Carrinho de medicação	Sem patrimônio
2	Monitores cardíacos	Sem patrimônio
1	Respirador	Sem patrimônio
1	Carrinho de parada	Sem patrimônio
1	Escada Hospitalar	Sem patrimônio
1	Armário vitrine	Sem patrimônio
2	Lixeira pedal	Sem patrimônio
5	Aparelho de pressão Arterial	Sem patrimônio
1	Suporte Descapark	Sem patrimônio
Saguão Centro Cirúrgico		
1	Maca	Sem patrimônio
1	Armário de prateleiras	Sem patrimônio
1	Cilindro de oxigênio	Sem patrimônio
1	Armário vitrine	Sem patrimônio
2	Lixeiras	Sem patrimônio
1	Mesa de ferro	Sem patrimônio
1	Cadeira de plástico	Sem patrimônio
1	Extintor CO2	Sem patrimônio
Posto de Enfermagem Centro Cirúrgico		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Armário vitrine	Sem patrimônio
1	Mesa	Sem patrimônio
2	Cadeiras	Sem patrimônio
Esterilização		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Seladora	Sem patrimônio
1	Armário de ferro	Sem patrimônio



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1	Armário vitrine	Sem patrimônio
1	Escada hospitalar	Sem patrimônio
2	Cadeiras de plástico	Sem patrimônio
Expurgo- C/C		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Lixeira	Sem patrimônio
2	Suporte de Soro	Sem patrimônio
1	Pistola	Sem patrimônio
Recepção C/C		
1	Armário de ferro	Sem patrimônio
1	Mesa	Sem patrimônio
2	Cadeiras	Sem patrimônio
1	Hamper	Sem patrimônio
Almoxarifado		
Unidade	Descrição	Patrimônio
18	Prateleiras	Sem patrimônio
2	Cadeira de Escritório	Sem patrimônio
1	Mesa de Escritório	Sem patrimônio
1	Ar condicionado Springer	Sem patrimônio
2	Monitores de Câmera	Sem patrimônio
1	Lixeira	Sem patrimônio
Farmácia		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Mesa de madeira	Sem patrimônio
2	Mesas de escritório	Sem patrimônio
2	Cadeiras Escolares	Sem patrimônio
1	Cadeira Plástica	Sem patrimônio
2	Armários	Sem patrimônio
1	Geladeira	Sem patrimônio
2	Monitores de Câmera	Sem patrimônio
1	Ar condicionado Springer	P&C
1	Lixeira branca de pedal	Sem patrimônio
2	Escaninhos de acrílicos	Sem patrimônio
Enfermaria- 01		
Unidade	Descrição	Patrimônio
4	Suporte de soro parede	Sem patrimônio
1	Suporte de soro de chão	Sem patrimônio
5	Cama hospitalar	Sem patrimônio
4	Cômoda hospitalar de ferro	Sem patrimônio
Enfermaria -02		
Unidade	Descrição	Patrimônio
10	Suporte de soro de parede	Sem patrimônio
9	Cama hospitalar	Sem patrimônio
6	Armário de ferro	Sem patrimônio
1	Mesa de ferro	Sem patrimônio
1	Cadeira Escolar	Sem patrimônio
Enfermaria -03		
Unidade	Descrição	Patrimônio
6	Suporte de soro de parede	Sem patrimônio
3	Cadeira Escolar	Sem patrimônio
1	Cômoda hospitalar de ferro	Sem patrimônio
6	Cama de paciente	Sem patrimônio
1	Mesa de ferro	Sem patrimônio
Enfermaria -04		
Unidade	Descrição	Patrimônio
8	Suporte de Soro de parede	Sem patrimônio
3	Cadeira de plástico	Sem patrimônio
4	Cômoda hospitalar de ferro	Sem patrimônio
9	Camas de paciente	Sem patrimônio
1	Mesa de ferro	Sem patrimônio
Enfermaria- 05		
Unidade	Descrição	Patrimônio
2	Suporte de soro de parede	Sem patrimônio
3	Suporte de soro de chão	Sem patrimônio
5	Camas hospitalares	Sem patrimônio
1	Mesa de ferro	Sem patrimônio



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1	Cadeira de plástico	sem patrimônio
Corredor Prescrição médica		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Extintor pó químico	Sem patrimônio
1	Extintor água pressurizada	Sem patrimônio
Posto de Enfermagem		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Mesa de ferro	Sem patrimônio
1	Armário de ferro	Sem patrimônio
3	Cadeira de Escolar	Sem patrimônio
1	Cadeira Azul	Sem patrimônio
1	Armário vitrine	Sem patrimônio
1	Cadeira de Escritório	Sem patrimônio
1	Armário de Parede Medicação	Sem patrimônio
1	Armário de Parede	Sem patrimônio
3	Bandeja	Sem patrimônio
1	Armário de Madeira	Sem patrimônio
1	Cadeira de Rodas de Paciente	Sem patrimônio
1	Cadeira de Escritório	Sem patrimônio
1	Armário de Parede Medicação	Sem patrimônio
1	Armário de Parede	Sem patrimônio
3	Bandeja	Sem patrimônio
1	Armário de Madeira	Sem patrimônio
1	Cadeira de Rodas de Paciente	Sem patrimônio
Corredor do CTI - 02		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Extintor de CO2	Sem patrimônio
Corredor do CC.		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Extintor de Água	Sem patrimônio
1	Extintor de CO2	Sem patrimônio
Consultório de Traumatologia 1		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Mesa	Sem patrimônio
1	Mesa de Madeira	Sem patrimônio
1	Mesa de Ferro	Sem patrimônio
1	Arquivo	Sem patrimônio
8	Cadeiras Escolares	Sem patrimônio
1	Mesa de Ferro	Sem patrimônio
1	Cadeira Preta	Sem patrimônio
1	Cadeira de Madeira	Sem patrimônio
Consultório de traumatologia 2		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Mesa de Escritório	Sem patrimônio
1	Mesa de ferro	Sem patrimônio
1	Arquivo Gaveteiro de ferro	Sem patrimônio
1	Longarina de 2 cadeiras escolares	Sem patrimônio
1	Longarina 3lugares	Sem patrimônio
1	Cadeira Preta estofada	Sem patrimônio
1	Monitor de Câmera	Sem patrimônio
Consultório		
1	Mesa de ferro	Sem patrimônio
1	Cadeira estofada preta	Sem patrimônio
1	Cadeira de madeira	Sem patrimônio
1	Ar condicionado de janela Consul	P&C
Sala de Gesso		
1	Maca de ferro	Sem patrimônio
2	Lixeiras grandes	Sem patrimônio
1	Cadeira de roda de ferro	Sem patrimônio
1	Mesa de ferro	Sem patrimônio
1	Escada hospitalar	Sem patrimônio
1	Suporte de braço	Sem patrimônio
1	Ar condicionado Elgin	P&C -0074
1	Longarina 3 lugares	Sem patrimônio
1	Armário de madeira	Sem patrimônio
1	Suporte de escapark	Sem patrimônio



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

CTI-I		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Tambor de Algodão	Sem patrimônio
10	Camas Elétricas	Sem patrimônio
10	Suportes para Descapark	Sem patrimônio
10	Monitores Cardíacos - Labtec	Sem patrimônio
16	Suporte de Soro	Sem patrimônio
4	Cadeiras Escolares	Sem patrimônio
30	Bombas	Sem patrimônio
1	Armário de Parede para Arquivo	Sem patrimônio
10	Respiradores	Sem patrimônio
1	Mesa de Ferro	Sem patrimônio
2	Prateleiras	Sem patrimônio
2	Carrinho de Parada	Sem patrimônio
1	Geladeira com termômetro	Sem patrimônio
1	Eletro	Sem patrimônio
1	Respirador Móvel	Sem patrimônio
1	Carrinho de Banho	Sem patrimônio
12	Cuba Rim	Sem patrimônio
1	Mesa de Mayo	Sem patrimônio
7	Estetoscópio	Sem patrimônio
3	Biombos	Sem patrimônio
8	Suporte de álcool	Sem patrimônio
3	Suporte sabonete líquido	Sem patrimônio
8	Lixeiras pequena	Sem patrimônio
12	Lixeira média	Sem patrimônio
2	Lixeira grande	Sem patrimônio
1	Maca de rodas	Sem patrimônio
1	Extintor CO2	Sem patrimônio
Consultório Médico-CTI-I		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	mesa	Sem patrimônio
1	Cadeira Estofada	Sem patrimônio
2	Cadeiras plásticas	Sem patrimônio
1	Armário vitrine	Sem patrimônio
Copa- CTI-I		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Geladeira	Sem patrimônio
1	Microondas	Sem patrimônio
1	Cafeteira	Sem patrimônio
1	Sanducheira	Sem patrimônio
Star - Médicos		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Beliche	Sem patrimônio
1	Mesa de plástico	Sem patrimônio
1	TV	Sem patrimônio
1	Ar condicionada	Sem patrimônio
1	Armário vitrine	Sem patrimônio
Star-Enfermagem		
2	Beliches	Sem patrimônio
1	Armário de ferro	Sem patrimônio
1	Ar condicionado	P&C
CTI-02		
Unidade	Descrição	Patrimônio
3	Bandejas para alimentação	Sem patrimônio
1	Cuba Rim	Sem patrimônio
1	Tambor de algodão	Sem patrimônio
1	Carrinho de medicação	Sem patrimônio
1	Carrinho de Parada	Sem patrimônio
1	Carrinho de eletro	Sem patrimônio
1	Suporte de Hamper	Sem patrimônio
2	Poltrona Flexíveis	Sem patrimônio
7	Suporte soro móvel	Sem patrimônio
7	Armário de Higiene	Sem patrimônio
1	Frigobar c/Termômetro	Sem patrimônio
9	PMI	Sem patrimônio



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

4	Cabos de bomba	Sem patrimônio
1	Aparelho de pressão manual	Sem patrimônio
2	Biombos	Sem patrimônio
3	03 Cadeiras Escolares	Sem patrimônio
Corredor da CTI-02		
1	Extintor CO2	10736
Corredor Centro Cirúrgico		
1	Extintor Água	160460
1	Extintor CO2	36685
Hotelaria		
Unidade	Descrição	Patrimônio
3	Mesa de madeira	Sem patrimônio
1	Mesa de Ferro	Sem patrimônio
2	Cadeiras Verdes	Sem patrimônio
1	Cadeira de Escritório	Sem patrimônio
1	Cadeiras Preta	Sem patrimônio
NIR		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Mesa de ferro	Sem patrimônio
1	Quadro de avisos	Sem patrimônio
1	Bancada	Sem patrimônio
1	Telefone fixo	Sem patrimônio
1	Mesa de ferro	Sem patrimônio
1	Springer Elgin	P&C
2	Escaninho	Sem patrimônio
1	Colchão	Sem patrimônio
1	Longarina c/2 cadeiras	Sem patrimônio
2	Cadeiras Escritórios	Sem patrimônio
1	Quadro de avisos	Sem patrimônio
1	Quadro de acrílicos	Sem patrimônio
1	Armário de parede	Sem patrimônio
1	Coletor de lixo	Sem patrimônio
Refeitório/Copa		
Unidade	Descrição	Patrimônio
27	Cadeiras plásticas	Sem patrimônio
12	Mesas plásticas	Sem patrimônio
11	Porta Guardanapos	Sem patrimônio
2	Coletor de lixo	Sem patrimônio
1	Geladeira	Sem patrimônio
1	Rampa Inox	Sem patrimônio
1	Balança	Sem patrimônio
1	Carrinho Inox	Sem patrimônio
4	Cubas	Sem patrimônio
2	Monitor Câmeras	Sem patrimônio
1	Suqueira	Sem patrimônio
1	Ar Samsung	Sem patrimônio
2	Geladeiras	Sem patrimônio
3	Carrinhos de Inox	Sem patrimônio
1	Ar condicionada	Sem patrimônio
1	Fogão Industrial/ 02 bocas	Sem patrimônio
1	Coletor de lixo comum	Sem patrimônio
7	Cubas de Inox	Sem patrimônio
Nutrição		
Unidade	Descrição	Patrimônio
2	Mesas de escritório	Sem patrimônio
1	Mesa de ferro	Sem patrimônio
2	Cadeiras	Sem patrimônio
1	Cadeira Escritório	Sem patrimônio
Estar Enfermagem		
Unidade	Descrição	Patrimônio
6	Beliches	Sem patrimônio
1	Cama madeira	Sem patrimônio
18	Colchões	Sem patrimônio
1	Ar condicionado Springer	P&C
1	Coletor de lixo	Sem patrimônio
1	Armário de ferro	Sem patrimônio



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

Segurança do Trabalho		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Ar condicionado LG	Sem patrimônio
1	Quadro de Avisos	Sem patrimônio
2	Mesas de escritório	Sem patrimônio
1	Mesa de madeira com gaveteiro	Sem patrimônio
1	Cadeira de Escritório preta	Sem patrimônio
1	Cadeira azul estofada	Sem patrimônio
2	Cadeiras escolares	Sem patrimônio
2	Escaninho	Sem patrimônio
1	Lixeira	Sem patrimônio
Centro de Estudos		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Geladeira c/Termômetro	Sem patrimônio
1	Armário de aço 2 portas	Sem patrimônio
1	Colchão	Sem patrimônio
2	Estantes de Aço	Sem patrimônio
1	Ar de janela	Sem patrimônio
3	Mesas	Sem patrimônio
4	Longarinas de 2 lugares	Sem patrimônio
2	Cadeiras Escolares	Sem patrimônio
1	Cadeira Estofada	Sem patrimônio
1	Quadro de avisos	Sem patrimônio
1	TV	Sem patrimônio
1	Suporte de TV torre	Sem patrimônio
2	Escaninho	Sem patrimônio
2	Coletores de lixo Comum	Sem patrimônio
1	Cooler	Sem patrimônio
0	Estante de ferro	Sem patrimônio
1	Maleta de primeiros socorros	Sem patrimônio
1	Aparelho de exame	Sem patrimônio
Departamento Pessoal/Recursos Humanos		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Gaveteiro arquivo de ferro	Sem patrimônio
1	Gaveteiro arquivo de ferro	Saúde-067827
1	Mesa de Escritório	Sem patrimônio
1	Cadeira Estofada	Sem patrimônio
2	Cadeira Escritório	Sem patrimônio
1	Ar condicionado de janela	P&C
1	Monitor de Câmera	Sem patrimônio
1	Cômoda de madeira- 2 prateleiras	Sem patrimônio
1	Banquinho de madeira	Sem patrimônio
1	Quadro de avisos branco	Sem patrimônio
Financeiro /Compras		
Unidade	Descrição	Patrimônio
2	Estantes de ferro	Sem patrimônio
1	Armário branco de portas	Sem patrimônio
1	Mesa Escritório branca	Sem patrimônio
1	Mesa Escritório madeira	Sem patrimônio
1	Mesa Escritório com gaveta	Sem patrimônio
3	Cadeira Escritório	Sem patrimônio
1	Cadeira Estofada	Sem patrimônio
1	Cadeira Escolar	Sem patrimônio
1	Mesa Escolar	Sem patrimônio
1	Cômoda	Sem patrimônio
Faturamento		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Mesa de madeira	Sem patrimônio
1	Escaninho	Sem patrimônio
4	Escaninhos de Aço	Sem patrimônio
1	Mesa de madeira	Sem patrimônio
1	Mesa de Madeira	Sem patrimônio
1	Coletor de resíduo	Sem patrimônio
2	Mesas de Escritório	Sem patrimônio
2	Mesas de Escritório	Sem patrimônio
6	Cadeiras Escolares	Sem patrimônio



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1	Gaveteiro plástico	Sem patrimônio
1	Mesa de ferro	Sem patrimônio
1	Ar condicionado Springer	P&C
Recepção – SCIH /Direção Geral		
1	Longarina -03 lugares	Sem patrimônio
1	Ar Consul	Sem patrimônio
1	Mesa em L de escritório	Sem patrimônio
1	Escaninho	Não
1	Quadro de avisos	Sem patrimônio
1	Cooler	Sem patrimônio
2	Cadeiras Escolares	Sem patrimônio
3	Cadeiras de Escritório	Sem patrimônio
2	Arquivos de Aço	Sem patrimônio
2	Mesa de ferro	Sem patrimônio
1	Mesa de madeira	Sem patrimônio
2	Mesas de Escritório	Sem patrimônio
1	Gaveteiro	Sem patrimônio
1	Mesa de vidro	RG
1	Ar - condicionado	P&C
Sala direção Geral		
1	Mesa de reunião	Sem patrimônio
1	Mesa de escritório	Sem patrimônio
1	Cadeira de escritório	Sem patrimônio
4	Cadeiras de escritório	Sem patrimônio
1	Ar condicionado	Sem patrimônio
2	Suporte TV torre	Sem patrimônio
Setor -RX		
Sala -01		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Mesa de exame	Sem patrimônio
1	Estativa	Sem patrimônio
1	Mesa de Comando	Sem patrimônio
1	Ampola de Rx	Sem patrimônio
1	Ar condicionado	Sem patrimônio
1	Escada hospitalar	Sem patrimônio
1	Avental de chumbo	Sem patrimônio
1	Biombo	Sem patrimônio
1	Porta álcool	Sem patrimônio
1	Hamper	Sem patrimônio
Sala-02		
1	Mesa de exame	Sem patrimônio
1	Estativa	Sem patrimônio
1	Mesa de comando	Sem patrimônio
1	Ampola de RX	Sem patrimônio
1	Ar condicionado	Sem patrimônio
1	Escada hospitalar	Sem patrimônio
1	Avental de chumbo	Sem patrimônio
1	Biombo	Sem patrimônio
1	Suporte de álcool	Sem patrimônio
1	Hamper	Sem patrimônio
Sala do CR		
4	Mesas	Sem patrimônio
1	Ar condicionado	Sem patrimônio
3	Cassetes 35x43	Sem patrimônio
3	Cassetes 18x 24	Sem patrimônio
3	Cassetes 24x30	Sem patrimônio
1	Suporte de álcool	Sem patrimônio
1	Quadro informativo	Sem patrimônio
Sala de exame		
1	Gantry	Sem patrimônio
1	Mesa de exame	Sem patrimônio
1	Transformador	Sem patrimônio
1	Estabilizador	Sem patrimônio
2	Ar condicionados	Sem patrimônio
1	Avental pumlífero	Sem patrimônio
1	Protetor de tireoide	Sem patrimônio



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1	Hamper	Sem patrimônio
1	Lixeira	Sem patrimônio
2	Suportes para crânio	Sem patrimônio
1	Suporte para tórax	Sem patrimônio
1	termômetro	Sem patrimônio
1	Escada	Sem patrimônio
Sala de Comando		
1	Ar condicionado	Sem patrimônio
1	Termômetro	Sem patrimônio
1	Lixeira	Sem patrimônio
2	Cadeiras	Sem patrimônio

1.2. Inventário de bem móveis de patrimônio da FMS alocados no **HOSPITAL INFANTIL DARCY VARGAS**
- PSI:

1º Andar - RECEPÇÃO		
Unidade	Descrição	Patrimônio
18	longarina plastica preta 3 lugares	sem patrimonio
1	longarina plastica azul 3 lugares	sem patrimonio
1	luminária pest line lamapada uva	sem patrimonio
3	camera de video	sem patrimonio
1	extintor de agua AP	sem patrimonio
1	armário branco mdf 2 portas	sem patrimonio
1	TV philco 42 Smart	doação
2	cadeira giratória preta	sem patrimonio
1	longarina plastica preta 3 lugares	87349
1	longarina plastica preta 3 lugares	87350
1	longarina plastica preta 3 lugares	87351
1	longarina plastica preta 3 lugares	87352
1	longarina plastica preta 3 lugares	87353
1	longarina plastica preta 3 lugares	87356
1	longarina plastica preta 3 lugares	87357
1	monitor AOC	sem patrimonio
1º Andar - Corredor Recepção		
5	longarina plastica preta 3 lugares	sem patrimonio
1	longarina plastica azul 3 lugares	sem patrimonio
1	extintor pó quimico	sem patrimonio
1	extintor de água	sem patrimonio
1	monitor AOC parede	doação
1	Bebedouro em inox frisbel	sem patrimonio
1º Andar - Corredor Porta de Vidro		
1	cadeira escolar verde	sem patrimonio
1	longarina plastica preta 3 lugares	sem patrimonio
1	longarina plastica preta 4 lugares	sem patrimonio
1	mesa branca de ferro com 2 gavetas	sem patrimonio
1	bebedouro 100lts inox	sem patrimonio
1º Andar - Adjunto		
1	quadro claviculário	sem patrimônio
1	armário baixo branco	sem patrimônio
1	mesa sem gaveta	sem patrimônio
1	cadeira giratória	sem patrimônio
1	cadeira fixa	sem patrimônio
1º Andar - Antessala Consultório		
1	armário de ferro -1 porta 1 gaveta	sem patrimônio
1	camera de video	sem patrimônio
1	longarina 3 lugares	sem patrimônio
1	cadeira fixa azul	sem patrimônio
1º andar – classificação de risco		
consultório - 01		
1	mesa bege duas gavetas	sem patrimônio
1	mesa de apoio bege	sem patrimônio
1	balança adulta digital lider LD 1050	89125
1	cadeira fixa preta	sem patrimônio
1	cadeira giratória preta sem braço	sem patrimônio



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1	balança baby 30 Welmy 11764 pediátrica	88912
1º Andar – Classificação de Risco		
Consultório - 02		
1	cadeira fixa	sem patrimônio
1	mesa bege sem gaveta	sem patrimônio
1	balança líder LD 1050	89128
1	mesa de apoio inox	sem patrimônio
1	cadeira fixa preta	
1º Andar - Hall de Entrada Multidisciplinar		
1	longarina plastica azul 2 lugares	sem patrimônio
1º Andar - Equipe Multidisciplinar		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	purificador de agua polar	88756
2	cadeira azul fixa	sem patrimônio
1	cadeira verde escolar	sem patrimônio
1	armário marfim duas portas	sem patrimônio
1	armário asteca multiuso branco 2 portas	87701
1	poltrona do papai preta	particular
1	mesa bege grande 2 gavetas	80275
1	mesa bege sem gaveta	sem patrimônio
1	longarina plastica 2 lugares azul	sem patrimônio
1	microondas philco	particular
1	impressora brother H1	87700
1	estabilizador SEMSADC	sem patrimônio
1	armário de ferro 2 portas	sem patrimônio
1º Andar - Sala Vermelha		
1	cama automática/ rodizio e grade	92951
1	cama automática/ rodizio e grade	92952
1	suporte de soro fixo	sem patrimônio
1	suporte de soro rodizio	sem patrimônio
1	suporte de soro rodizio	90115
1	biombo triplo	89911
1	biombo triplo	sem patrimônio
1	ventilador mecânico 1x5 Vyaire Medical	sem patrimônio
1	escada 2 degraus	89680
1	suporte descarpac	sem patrimônio
1	eletrocardiograma cardiocore Bionet	72465
1	desfibrilador automático Hearthsine Pad 350p	72431
1	monitor multiparametro prolife c120	83335
1	monitor multiparametro vita 120 alfamed	70793
1	mesa mayo	sem patrimônio
1	carrinho de inox com rodizio e 1 porta	77721
2	cadeira fixa preta	sem patrimônio
1	mesa mayo inox	93359
1º Andar - Sala de Soro		
5	longarina plástica preta 3 lugares	sem patrimônio
1	suporte de soro com rodizio	90116
1	suporte de soro com rodizio	90113
1	suporte de soro fixo branco	sem patrimônio
1	TV Sansung 32 polegadas	sem patrimônio
1º Andar - Sala de Coleta		
1	longarina plástica preta 3 lugares	sem patrimônio
1	braçadeira	sem patrimônio
1	cadeira de ferro fixa branca	sem patrimônio
1	armário suspenso 3 portas	sem patrimônio
1	suporte descarpac	sem patrimônio
1	maca fixa	sem patrimônio
1	mesa mayo com rodizio	sem patrimônio
1	cadeira giratória azul	doação
1	cadeira fixa preta	sem patrimônio
1	mesa de exame com gaveteiro e armário	91277
1	mocho renascer de ferro branco estofado preto	93624
1	mocho renascer de ferro branco estofado preto	93612
1º Andar - Sala de Exame RX		
1	armário de 2 portas e 1 gaveta	sem patrimônio
1	escada 2 degraus	sem patrimônio



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1º Andar - Recepção RX		
2	longarina plástica preta 3 lugares	sem patrimônio
1	longarina plástica preta 3 lugares	87349
1	longarina plástica preta 3 lugares	87350
1	longarina plástica preta 3 lugares	87351
1	longarina plástica preta 3 lugares	87352
1	longarina plástica preta 3 lugares	87353
1	longarina plástica preta 3 lugares	87356
1	longarina plástica preta 3 lugares	87357
1	Monitor AOC	sem patrimonio
1º Andar - Sala Amarela		
2	suporte de soro de 3 rodas	sem patrimonio
1	suporte de soro de 4 rodas	90111
1	suporte de soro de 4 rodas	90112
1	suporte de soro fixo	sem patrimonio
1	escada 2 degraus	89685
1	escada 2 degraus	89591
1	escada 2 degraus	89590
1	escada 2 degraus	89686
6	poltrona do papai preta	sem patrimonio
1	monitor multiparametros prolife c120	83338
1	monitor multiparametros prolife c120	83341
1	monitor vita 120 multiparametros alfamed	70786
2	monitor vita 500 multiparametros alfamed	sem patrimonio
1	monitor multiparametros porlife c120	83334
2	suporte descarpac	sem patrimonio
1	cama automatica com rodizio e grade	92950
1	cama automatica com rodizio e grade	92349
1	cama automatica com rodizio e grade	92948
1	cama automatica com rodizio e grade	92947
1	cama automatica com rodizio e grade	92946
1	berço fixo com grade	sem patrimonio
1	mesa mayo inox	93357
1	mesa mayo inox	93356
1º Andar - Sala de Punção		
1	escada 2 degraus	sem patrimônio
1	escada 2 degraus	77813
1	maca com rodizio com grade	sem patrimônio
1	carrinho de parada com 3 gavetas	sem patrimônio
1	suporte descarpac	sem patrimônio
1	carrinho de curativo	21209
1	micro aspirador nevon	sem patrimônio
1	mesa mayo inox	93365
1	armário preto alto 2 portas	sem patrimônio
1º andar -Sala de Medicação		
1	longarina plástica 2 lugares azul	sem patrimônio
2	mesa mayo com rodizio	sem patrimônio
1	poltrona do papai	sem patrimônio
1	armario de aço 2 portas	sem patrimônio
1	cadeira fixa azul	sem patrimônio
1	maca fixa	sem patrimônio
1	cadeira giratória azul	sem patrimônio
1	mocho sem encosto azul	sem patrimônio
1	suporte descarpac	sem patrimônio
1	escada 2 degraus	sem patrimônio
1	biombo triplo	sem patrimônio
1	suporte de soro com rodizio	90114
1	balção 2 gavetas	doação
1	mesa mayo inox	93359
2	suporte de soro	sem patrimônio
1	mocho renascer de ferro branco	93623
1	cadeira fixa preta c/ braço	sem patrimônio
1º Andar - Hall dos Consultórios		
1	cadeira fixa preta c/ braço	sem patrimonio
1º Andar – Consultório-01		
1	mesa de exame branca com gaveteiro e armário	93542



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1	escada 2 degraus	sem patrimônio
1	cadeira preta	sem patrimônio
1	foco de luz	80034
1	mesa mdf sem gaveta	sem patrimônio
1	armário vitrine	90611
1º Andar – Consultório-02		
1	mesa de exame branca com gaveteiro e armário	93543
1	negatoscópio	30616
1	escada 2 degraus	sem patrimônio
1	mesa mdf sem gaveta	sem patrimônio
1	cadeira giratória azul	sem patrimônio
1	cadeira fixa preta	sem patrimônio
1	armário vitrine	90612
1º Andar -Consultório -03		
1	mesa de exame com gaveteiro e armário	93545
1	negatoscópio	sem patrimônio
1	escada 2 degraus	sem patrimônio
1	mesa mdf sem gaveta	sem patrimônio
1	cadeira plástica verde	sem patrimônio
1	cadeira plástica verde fixa	sem patrimônio
1	quadro de aviso branco	sem patrimônio
1	armário vitrine	90609
1º Andar – Consultório -04		
1	mesa de exame com gaveteiro e armário	93544
1	negatoscópio	sem patrimônio
2	escada 2 degraus	sem patrimônio
1	mesa mdf sem gaveta	sem patrimônio
1	cadeira fixa preta	sem patrimônio
1	cadeira de ferro fixa branca	sem patrimônio
1	armário vitrine	90608
1º Andar – Consultório -05		
1	mesa de exame com gaveteiro e armário	91276
1	mesa reta	86362
1	escada 2 degraus	sem patrimônio
1	cadeira fixa azul	sem patrimônio
1	quadro de aviso branco	sem patrimônio
1	armário vitrine	90610
1º Andar - Posto de Enfermagem		
1	suporte descarpac	sem patrimônio
1	cadeira fixa azul s/ braço	sem patrimônio
1	cadeira giratória preta	sem patrimônio
1	cadeira fixa preta s/braço	sem patrimônio
1	mesa branca grande mdf	sem patrimônio
1	armário suspenso nicho branco grande	sem patrimônio
2	armário baixo bancada branco 3 gavetas e 3 portas	sem patrimônio
1	longarina plastica preta 3 lugares	sem patrimônio
1	mesa de mayo	sem patrimônio
1	escada 2 degraus	sem patrimônio
1º Andar - Camara Clara		
1	mesa reta	86360
1	mesa reta	86361
1	quadro claviculário	sem patrimônio
1	cadeira fixa preta c/ braço	63372
1	cadeira fixa s/braço	sem patrimônio
1º Andar - Corredor da Farmácia		
1	maca com rodas	sem patrimônio
1	escada 2 degraus	sem patrimônio
1	cadeira de rodas de ferro	sem patrimônio
1	cadeira de rodas preta	77654
1º Andar - Farmácia		
7	estante de aço com 6 prateleiras	sem patrimonio
2	estante de ferro com 5 prateleiras	sem patrimonio
1	mesa bege com 2 gavetas	80242
1	mesa de ferro branca	sem patrimonio
1	mesa bege sem gaveta	sem patrimonio
1	mocho azul com encosto e rodizio	78055



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1º Andar - Refeitório		
1	bebedouro master frio	88756
1	fogão elétrico 2 bocas ag cod 14571	88757
1	frigobar top 12	sem patrimonio
2	mesa branca grande com 2 bancos	sem patrimonio
1	balcão termico com 8 cubas	sem patrimonio
1	microondas Midea	sem patrimonio
1	TV Aoc 32 pol	sem patrimonio
1	forno elétrico Du Chef 451	sem patrimonio
1	Antena	sem patrimonio
1	Suporte de TV	sem patrimonio
1º Andar - Estar RX		
1	armário de aço de ferro 12 portas	sem patrimonio
1	beliche de ferro	sem patrimonio
1	mesa de madeira pequena	particular
1	geladeira consul CRC 28	particular
1	microondas eletrolux	particular
1º Andar - Estar Médico		
1	poltrona do papai azul	sem patrimonio
1	armário com 8 portas de ferro	sem patrimonio
1	geladeira consul	sem patrimonio
1	mesa pequena de vidro	sem patrimonio
1	mesa de plástico branca	sem patrimonio
1	lousa branca media	sem patrimonio
1	bebedouro soft	sem patrimonio
2	cama de ferro com rodízio	sem patrimonio
5	camas de ferro fixa	sem patrimonio
1	cadeira verde escolar	sem patrimonio
1º Andar - Estar Adjunto		
2	beliche de ferro	sem patrimonio
1	freezer eletrolux	sem patrimonio
1	armário de ferro com 16 portas cinza	66513
1	armário de ferro com 16 portas cinza	66514
1º Andar - Estar de Enfermagem		
4	beliche de ferro	sem patrimonio
1	cama de ferro com rodízio	sem patrimonio
1	cama de ferro fixa	sem patrimonio
2	cadeira escolar verde	sem patrimonio
1	cadeira azul fixa sintética	sem patrimonio
1	mesa fixa branca	sem patrimonio
1	microondas eletrolux	particular
1	mesa de madeira	sem patrimonio
1	armário com 6 portas e 1 gaveta	sem patrimonio
1	bebedouro IBBL	particular
1	geladeira consul	particular
1	quadro de cortiça grande	sem patrimonio
1	armário de ferro 16 portas cinza	66510
1	armário de ferro 16 portas cinza	66511
1	armário de ferro 16 portas cinza	66512
1º Andar - Expurgo		
1	suporte descarpac	sem patrimonio
2	carrinho móvel bralimpia funcional	sem patrimonio
3	carrinho móvel pequeno MOP	sem patrimonio
2º Andar - NIR		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	quadro de lousa aviso	sem patrimonio
1	nicho branco madeira suspenso	sem patrimonio
1	quadro cortiça pequeno	sem patrimonio
1	poltrona do papai preta	sem patrimonio
1	cadeira giratória azul s/ braço	63352
1	notebook Lenovo	63336
1	mesa MDF cinza grande	sem patrimonio
1	armário branco baixo cabeceira 1 porta 1 gaveta	sem patrimonio
1	extintor pó químico bc	sem patrimonio
1	roteador tplink	particular
2º Andar - Nutrição		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1	armário suspenso de madeira 2 portas branco	sem patrimonio
1	armário multiuso 5 prateleira	sem patrimonio
1	armário suspenso 3 portas branco	sem patrimonio
1	carrinho de refeição com rodizio	sem patrimonio
1	armário baixo cinza 2 portas	sem patrimonio
1	fogão 2 bocas industrial	sem patrimonio
2	cadeira escolar verde	sem patrimonio
1	cadeira escolar azul	sem patrimonio
1	escada 2 degraus	sem patrimonio
1	geladeira eletrolux RE28	sem patrimonio
1	geladeira eletrolux RE29	sem patrimonio
1	estante de ferro 6 prateleiras	sem patrimonio
1	estante de madeira 5 prateleira	sem patrimonio
1	liquidificador industrial skymen	sem patrimonio
1	liquidificador industrial colombo	81714
1	exprededor de fruta industrial	sem patrimonio
2º Andar - Enfermaria A		
1	biombo triplo	89904
1	mesa de mayo inox	77928
2	mesa de mayo	sem patrimônio
7	poltrona do papai	sem patrimônio
1	suporte de soro branco fixo	sem patrimônio
1	suporte de soro de ferro branco com 4 rodas	sem patrimônio
2	suporte de soro ferro fixo	sem patrimônio
1	suporte de soro ferro branco fixo	sem patrimônio
2	berço de ferro fixo com grade	sem patrimônio
1	berço de ferro com rodizio e grade	sem patrimônio
1	cama automática com rodizio e grade	92934
1	cama automática com rodizio e grade	92956
1	cama automática com rodizio e grade	92933
1	cama com grade e rodizio	sem patrimônio
1	berço com grade e rodizio	sem patrimônio
1	berço com grade fixo	sem patrimônio
3	escada 2 degraus	sem patrimônio
1	escada 2 degraus	89688
1	armário inox com rodizio	sem patrimônio
1	monitor cardioco prolife c120	83336
1	monitor cardioco prolife c120	83354
1	monitor cardioco prolife c120	83333
1	monitor cardioco prolife c120	83355
1	TV multilaser 32 pol	sem patrimônio
1	biombo triplo	91184
2º Andar - Enfermaria B		
1	mesa branca grande de cabiceira sem porta e sem gaveta	sem patrimonio
1	mesa mayo	sem patrimonio
3	poltrona do papai azul	sem patrimonio
3	poltrona do papai preta	sem patrimonio
1	cama automatica com rodizio e grade	92936
1	cama automatica com rodizio e grade	92932
1	berço fixo com grade	sem patrimonio
2	berço com rodizio e grade	sem patrimonio
1	biombo triplo	91185
2	suporte de soro de ferro fixo	sem patrimonio
3	suporte de soro fixo branco	sem patrimonio
1	suporte de soro com rodizio branco	sem patrimonio
1	escada 2 degraus	89679
1	monitor cardioco alfamed vita c 120	sem patrimonio
1	monitor cardioco prolife c120	83339
2	monitor cardioco prolife c120	sem patrimonio
1	TV multilaser 32 pol	sem patrimonio
2º Andar - Enfermaria C		
7	poltrona do papai azul	sem patrimônio
2	berço de ferro com grade e rodizio	sem patrimônio
2	TV philco 32 pol	sem patrimônio
1	carrinho com puxador 1 porta e rodizio	77727
1	mesa mayo	sem patrimônio



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

2	armário de cabeceira 1 porta e 1 gaveta	sem patrimônio
1	suporte de ferro branco fixo	sem patrimônio
5	suporte de soro fixo	sem patrimônio
2	suporte de soro com rodizio	sem patrimônio
1	monitor cardioco alfamed vita 500	70869
1	monitor cardioco alfamed vita 120	sem patrimônio
1	monitor alfamed vita 120	sem patrimônio
1	cama automática com rodizio e grade	92938
1	cama automática com rodizio e grade	92942
1	cama automática com rodizio e grade	92941
1	cama automática com rodizio e grade	92939
1	cama automática com rodizio e grade	92937
1	cama automática com rodizio e grade	92954
1	mesa mayo inox	93361
1	biombo triplo	91186
2º Andar - Enfermeria D		
1	armário cabiceira 1 porta 1 gaveta	sem patrimonio
1	escada 2 degraus	89569
1	escada 2 degraus	89592
2	poltrona do papai preta	sem patrimonio
4	poltrona do papai azul	sem patrimonio
1	cama automatica com rodizio e grade	92935
1	cama automatica com rodizio e grade	92945
1	cama automatica com rodizio e grade	92943
2	berço com grade e rodizio	sem patrimonio
1	TV Philco 32 pol	sem patrimonio
4	suporte de soro com rodizio	sem patrimonio
1	suporte de soro fixo	sem patrimonio
1	biombo triplo	89915
2º Andar - Posto de Enfermagem		
1	longarina plastica preta 3 lugares	65613
1	frigobar eletrolux	sem patrimonio
1	armário de madeira 3 portas cinza	sem patrimonio
1	armário de parede branco com 3 portas	sem patrimonio
1	porta prontuario madeira nicho	sem patrimonio
1	suporte descartpack	sem patrimonio
1	cadeira escolar verde	sem patrimonio
1	cadeira fixa preta	sem patrimonio
1	cadeira plastica branca	sem patrimonio
1	mocho renascer de ferro branco	sem patrimonio
1	escada 2 degraus	89684
1	quadro de aviso pequeno branco	sem patrimonio
1	armário branco grande 2 portas	sem patrimonio
2º Andar - Corredor Enfermaria		
1	bebedouro inox	sem patrimonio
1	suporte de mesa mayo com rodizio	sem patrimonio
1	cadeira de rodas infantil	77653
1	carrinho de parada 4 gavetas 1 suporte de bandeja	sem patrimonio
1	mesa bege com 2 gavetas	53252
1	mesa de mayo inox	sem patrimonio
1	mesa branca de ferro	sem patrimonio
1	negatoscopio de parede	sem patrimonio
1	balança ampometrica asulta digital	89129
1	extintor de parede po quimico bc	sem patrimonio
1	extintor de parede dióxido de carbono CO2	sem patrimonio
2	camara de video	sem patrimonio
2	quadro de avios branco	sem patrimonio
1	bebedouro 100 lts inox	sem patrimonio
2º Andar - Corredor CTI		
1	maca com rodizio	sem patrimonio
2º Andar - CTI		
1	armário baixo 2 portas cinza	64305
1	armário inox 1 porta com rodizio	77733
1	armário inox 1 porta com rodizio	77720
1	armario suspenso de madeira branca 2 portas	sem patrimonio
1	armário baixo de madeira branca 2 portas	sem patrimonio



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1	armário de ferro pequeno 2 gavetas cinza	sem patrimonio
1	biombo triplo	89916
1	foco de luz com 4 rodas fisiomedica	79977
1	foco fixo	sem patrimonio
1	foco de luz com 4 rodas fisiomedica	79961
1	TV multilaser 32P	79677
1	maca de socorrista	sem patrimonio
2	gaveteiro 3 gavetas preto plastico	sem patrimonio
1	biombo triplo	91183
1	balança digital antopometrica adulto	89127
1	balança welmy infantil	sem patrimonio
2	cadeira giratória azul couvin sem braço	sem patrimonio
1	cadeira fixa preta courvin	sem patrimonio
1	nicho de madeira branca	sem patrimonio
1	mesa mayo inox bege	sem patrimonio
1	mesa de pc sem gaveta branca pequena	sem patrimonio
1	mesa branca grande de madeira	sem patrimonio
1	mesa de cabeceira cinza 4 gavetas com rodizio ferro	67081
1	macho azul courvin sem encosto	sem patrimonio
1	frigobar philco 471	sem patrimonio
3	luz de emergencia	sem patrimonio
1	quadro lousa pequena	sem patrimonio
1	escada 2 graus	sem patrimonio
1	escada 2 graus	89571
3	suporte descarpack	sem patrimonio
1	mesa de apoio de material inox	sem patrimonio
1	mesa de cabeceira de ferro 1 porta e 1 gaveta fixa	sem patrimonio
1	mesa de apoio de material de ferro grande com rodizio	sem patrimonio
5	mesa de cabeceira 1 porta e 1 gaveta ferro fixa	sem patrimonio
1	suporte de soro com rodizio 4 rodas	sem patrimonio
1	suporte de soro 4 rodas	sem patrimonio
1	suporte de soro 4 rodas	90097
1	suporte de soro 4 rodas	90110
1	suporte de soro 4 rodas	90120
1	suporte de soro 4 rodas	90098
1	suporte de soro 4 rodas	90109
1	suporte de soro 4 rodas	90119
1	suporte de soro 4 rodas	90118
1	aspirador portatil nevoni	sem patrimonio
1	respirador portatil oximag	sem patrimonio
1	ventilador mecanico lx5 Vyaire	83357
1	ventilador mecanico lx5 Vyaire	sem patrimonio
1	cama automatica com rodizio e grade	92955
1	cama automatica com rodizio e grade	92928
1	cama automatica com rodizio e grade	92929
1	cama automatica com rodizio e grade	92940
1	cama automatica com rodizio e grade	92953
1	berço de ferro com rodizio e grade	sem patrimonio
6	poltrona do papai preta em courvin	sem patrimonio
1	negatoscopio	108232
1	carrinho de parada azul 3 gavetas	sem patrimonio
1	eletrocardiograma bionet cardiocare modelo 2000	sem patrimonio
1	mocho azul sem encosto	sem patrimonio
1	monitor cardioco multiparametro alfamed vita 120	sem patrimonio
1	monitor cardioco multiparametro prolife c120	83337
7	fluxometro de ar comprimido	sem patrimonio
1	mesa de mayo	93363
2º Andar - Isolamento CTI		
1	armário inox 1 porta fixo	sem patrimonio
1	cama automatica com rodizio e grade	92931
1	mocho sem encosto	sem patrimonio
1	monitor cardioco prolife c120	83329
1	escada 2 degraus	89682
1	escada 2 degraus	89570
1	escada 2 degraus	sem patrimonio
1	suporte descarpack	sem patrimonio



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1	mesa mayo inox	93363
1	mesa mayo inox	93364
2º Andar - Copa CTI		
1	armario de ferro 3 portas itaiaia	particular
1	cadeira verde escolar	doação
1	microondas eletrolux	particular
1	geladeira eletrolux	particular
1	mesa de madeira 4 lugares	sem patrimonio
1	filtro soft	particular
2º Andar - Corredor Direção Geral		
1	quadro grande de aviso	sem patrimonio
1	extintor dióxido de carbono CO2	sem patrimonio
1	extintor de agua	sem patrimonio
1	camera de vídeo	sem patrimonio
1	longarina de ferro 3 lugares preta	sem patrimonio
1	longarina de ferro 3 lugares preta	sem patrimonio
1	arquivo de ferro 4 gavetas	64779
1	arquivo de ferro 4 gavetas	64778
1	maca com rodizio e com grade	sem patrimonio
1	fechadura eletrônica intelbras	sem patrimonio
1	interfone intelbras	sem patrimonio
2º Andar - Direção Geral		
1	impressora Epson 4160	sem patrimonio
1	concentrador O2 gaslive 8F5AW	sem patrimonio
1	tela de projeção	76787
1	projektor tomate super cinema MPR2003	sem patrimonio
1	balança antropométrica adulta	89126
1	balança antropométrica neonatal	88913
1	mocho renascer de ferro branco	93610
1	mocho renascer de ferro branco	93629
1	mocho renascer de ferro branco	93628
1	mocho renascer de ferro branco	93625
1	mocho renascer de ferro branco	93626
1	balança digital Gtech Glass	sem patrimonio
1	telefone sem fio elgin detec	77094
1	esfigmomanometro aneroide com estetoscopia	71387
1	esfigmomanometro aneroide com estetoscopia	71389
1	esfigmomanometro aneroide com estetoscopia	71405
1	esfigmomanometro aneroide com estetoscopia	71390
1	esfigmomanometro aneroide com estetoscopia	71408
1	esfigmomanometro aneroide com estetoscopia	71639
1	esfigmomanometro aneroide com estetoscopia	71740
1	esfigmomanometro aneroide com estetoscopia	71739
1	esfigmomanometro aneroide com estetoscopia	71745
1	esfigmomanometro aneroide sem estetoscopia	sem patrimonio
3	otoscopia MD OMNi 3000	sem patrimonio
4	lanterna Clinica Ponlight radiante 2	sem patrimonio
1	lamina aco inox md convencional laringoscopia miller 2	sem patrimonio
2	lamina aco inox md convencional laringoscopia macintosh 1	sem patrimonio
1	longarina preta de ferro	sem patrimonio
2	cadeira fixa preta	sem patrimonio
1	cadeira azul courvin fixa	sem patrimonio
1	cadeira giratória preta courvin	sem patrimonio
1	quadro de aviso cortiça grande	sem patrimonio
1	quadro branco de lousa grande	sem patrimonio
1	quadro pequeno de cortiça	sem patrimonio
2	mesa marfim grande sem gaveta	sem patrimonio
1	mesa bege 2 gavetas	sem patrimonio
1	mocho azul giratorio com encosto	78071
1	armario baixo branco de cabiceira 1 porta e gaveta	sem patrimonio
2	armario de madeira 4 portas	sem patrimonio
1	monitor sem marca	sem patrimonio
1	arquivo 4 gavetas em aço	sem patrimonio
1	eletroencefalograma bionet cardiocare	72463
1	esfigmomanometro adulto premium	71391



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1	fechadura eletrica protection	sem patrimonio
1	telefone sem fio elgin decto	77110
1	telefone sem fio elgin decto	77105
1	aparelho de glicemia accu-chek	sem patrimonio
1	oximetro G tech led	69719
1	oximetro G tech led	69818
1	desfibrilador digital portatil modelo samaritan Pad 350p	sem patrimonio
1	telefone sem fio elgin decto	77090
1	telefone sem fio elgin decto	77091
1	telefone sem fio elgin decto	77085
1	telefone sem fio elgin decto	77089
1	lamina aço md laringoscopia miller 2	sem patrimonio
21	esfigmomanometro premium infantil	sem patrimonio
2º Andar - Expurgo Corredor		
3	mop carro de limpeza	sem patrimonio
1	roteador tp link	sem patrimonio
1	carro funcional	sem patrimonio
1	enceradeira bralimpia Br 351A	sem patrimonio
2º Andar - Expurgo CTI		
1	mop amarelo	sem patrimonio
2º Andar - Patrimonio / TI / Nutrição / Direção Enfermagem		
1	monitor lenovo	81795
1	cpu lenovo	81850
2	armário branco baixo cabiceira 1 gav e porta	sem patrimonio
1	cadeira preta com braço	sem patrimonio
2	cadeira preta sem braço fixa	sem patrimonio
1	mocho giratorio azul sem braço com encosto courvin	78071
1	mocho giratorio azul sem braço com encosto courvin	78058
1	cadeira giratória preta courvin	sem patrimonio
1	impressora Samsung	sem patrimonio
2º Andar - Unidade Intermediaria		
1	cama automatica com rodizio e grade	92944
1	cama automatica com rodizio e grade	92930
1	cama automatica com rodizio e grade	92957
3	berço de ferro fixo com grade	sem patrimonio
1	ventilador mecanico IX5 Vyaire Medical	sem patrimonio
1	ventilador mecanico IX5 Vyaire Medical	81694
1	ventilador mecanico IX5 Vyaire Medical	83356
1	ventilador mecanico IX5 Vyaire Medical	81669
1	ventilador mecanico IX5 Vyaire Medical	sem patrimonio
2º Andar - Estar Multiprofissional		
3	beliche de ferro	sem patrimonio
1	escada 2 graus	sem patrimonio
1	cadeira giratória azul courvin sem braço	sem patrimonio
2º Andar - RH / Faturamento		
4	armario branco baixo cabiceira 1 porta 1 gaveta	sem patrimonio
1	cpu samsung	sem patrimonio
4	cadeira giratória preta courvin sem braço	sem patrimonio
1	cadeira fixa preta sem braço	sem patrimonio
1	notebook samsung	63338
2º Andar - Almoxarifado serviços gerais		
1	estante de ferro	sem patrimonio
1	ventilador de teto ventsol	sem patrimonio
1	cadeira de ferro branca	sem patrimonio

2. INVENTÁRIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DAS UNIDADES

2.1. Inventário de equipamentos de informática do PRONTO SOCORRO CENTRAL – PSC:

1º andar - Sala Psicossocial		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Monitor AOC	RG-023616
1	Teclado Maxprime	RG-023579
1	CPU Think Centre	RG-023367
1	Mouse sem fio preto Multilaser	Não Têm



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1	Estabilizador Lacerda	RG-029139
1	Impressora brother	RG-024411
1	Monitor AOC	Inv-197585
1	Teclado Lenovo	RG-029292
1	CPU	Inv-139305
1	Estabilizador Lacerda	RG-033704
1	Mouse usb	Inv-00884303
1	Roteador Mercusys	RG-034279
1º Andar - Adjunto		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Impressora marca brother	RG-029597
1	Monitor Dell	RG-030687
1	CPU	RG-024645
1	Teclado Max	RG-023818
1	Mouse 5+	69-00010010a
1	CPU	Inv-125463
1	Teclado 5+	6900001959a
1º Andar - Saguão de espera		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Monitor AOC	Inv-00696124
1	Teclado- Cb plus	Inv 185908
1	Mouse	Inv - 00795710
1	CPU – Megaware	Inv -73082
1	Estabilizador - Lacerda	RG-029055
1º Andar- Recepção		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Monitor Lg	RG - 00585296
1	Monitor AOC	RG - 0238847
1	Teclado	Inv-00723724
1	Monitor HP	RG-027578
1	Mouse usb	Sem patrimônio
1	Mouse usb	Sem patrimônio
1	CPU Lenovo	RG -023746
1	CPU Thinkcentre	RG-023751
1	CPU Thinkcentre	RG - 023751
1	Mouse Multilaser s/fio	Não Têm
2	impressora etiqueta	RG-036471
1	impressora brother	RG-031700
1	estabilizador Lacerda	RG-34860
1º andar – classificação de risco		
consultório - 01		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	CPU	RG-020207
1	Estabilizador	RG-015109
1	Impressora Canon	RG-036330
1	Monitor AOC	RG-014527
1	Mouse	6900001960a
1º Andar – Classificação de Risco		
Consultório - 02		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Monitor AOC	12965
1	Teclado 5+	6900001953a
1	Impressora Canon	RG-036332
1	CPU positivo	RG - 012705
1º Andar – classificação DE risco		
Consultório - 03		
1	Monitor Samsung	RG-027518
1	Impressora HP	RG-017088
1	CPU	RG-013067
1	Estabilizador	RG -015110
1º Andar – Consultório - ECG		
unidade	descrição	patrimônio
1	Impressora brother	25494
1	Teclado	6900001960a
1	Mouse 5+	6900001954a
1	Monitor AOC	RG-022851



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1	CPU	3671
1º Andar - SAU		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Monitor AOC	RG -024251
1	Teclado Multilaser	Não
1	Teclado Ceplus	inv-192852
1	CPU Lenovo	RG-023728
1	Impressora brother	RG-031861
1	Monitor LG	Inv-00713352
1	Teclado Ceplus	Sem patrimônio
1	Mouse	Inv-00771083
1	Estabilizador	RG-024646
1	CPU	Inv-192503
1º Andar -Coord. Enfermagem		
1	Roteador	RG-034313
1	Tela a AOC	RG -023865
1	Teclado	Inv-00863258
1	CPU	Inv-093389
1	CPU Megaware	Inv-175069
1	Estabilizador -ups	RG-035598
2	Mouse sem fio multilaser	Sem patrimônio
1	Impressora brother	RG -033081
1	Estabilizador lacerda	RG -024609
1	Monitor AOC	RG -023616
1	Roteador mercusys	RG -034313
1º andar -Sala Sutura		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Monitor Acer	RG-033012
1	Mouse	100829
1	Teclado positivo	937010
1	Impressora Canon	RG
1	CPU- Megawere	RG
1	Estabilizador	RG
1	Monitor - LG	RG
1	Mouse	RG
1	teclado	RG
1	estabilizador	RG
1	CPU	RG
1º Andar – Consultório-01		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Monitor AOC	RG-024862
1	teclado	RG
1	CPU	RG
1	Mouse	RG
1	Impressora Canon	RG
1º Andar – Consultório-02		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Monitor LG	Inv-00851194
1	Impressora Brother	RG
1	Estabilizador	RG-0222208
1	CPU-Intel	RG
1º Andar -Consultório -03		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Impressora Canon	RG.033595
1	Monitor AOC	RG.026726
1	Estabilizador	RG.024924
1	Teclado – Inv.	RG.00849613
1º Andar – Sala Odontologia		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Monitor AOC	RG.
1	CPU	RG. 033171
1	Estabilizador	RG.024911
1	Teclado	RG.024058
Consultório ortopedia emergência		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Monitor AOC	RG-024847



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1	Monitor AOC	RG-024849
1	CPU	RG-0236559
1	Teclado	Sem patrimônio
1	Mouse	Sem patrimônio
1	Impressora Brother	Sem patrimônio
1	CPU	Sem patrimônio
1	Impressora Canon	Sem patrimônio
1	Teclado	Sem patrimônio
1	Mouse	Sem patrimônio
Sala de Coleta		
1	Mesa	Sem patrimônio
1	Monitor Tctop	Sem patrimônio
1	Teclado Bansontech	Sem patrimônio
1	CPU	Sem patrimônio
1	Mouse	Sem patrimônio
1	Estabilizador	Sem patrimônio
1º Andar -Sala Amarela		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Monitor Positivo	2580
1	Impressora Brother	RG-023075
1	CPU Sony	INV-192516
1	Mouse	Não
1	Estabilizador	RG-035258
1º Andar - Trauma		
Unidade	Descrição	Patrimônio
8	Monitores cardíacos	Sem patrimônio
1	Impressora Canon	RG-053580
1	Mouse	6900001959A
1	Aparelho Telefônico	Sem patrimônio
1	Teclado	6900001959
1	Roteador	RG-035291
Almoxarifado		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Monitor AOC	Sem patrimônio
1	Torre Dell	RG-029481
1	Impressora Brother	RG
1	Estabilizador	RG-025830
2	Monitores de Câmera	Sem patrimônio
Farmácia		
Unidade	Descrição	Patrimônio
2	Monitores de Câmera	Sem patrimônio
1	Torre Lenovo	RG-23731
2	Estabilizadores	RG
1	Torre Megaware	RG
1	Monitor-LG	RG
1	Monitor- AOC	RG
2	Teclados	RG
2	Mouses	RG
1	Estabilizador	Sem patrimônio
1	Estabilizador	Sem patrimônio
Consultório de Traumatologia		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Impressora	RG-023135
1	Monitor	RG-023611
1	Estabilizador	RG-023831
1	Mouse	RG-022816
1	Teclado	RG-00958447
Consultório de traumatologia		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Monitor AOC	RG-023611
1	Estabilizador	RG-023831
1	Mouse	Sem patrimônio
1	Teclado	RG
1	CPU	RG
1	Impressora	RG-023135
1	Impressora de senhas	RG-12584



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1	Monitor de Câmera	Sem patrimônio
CTI-I		
Unidade	Descrição	Patrimônio
10	Monitores Cardíacos - Labtec	Sem patrimônio
1	Monitor AOC	RG-023618
1	CPU- Intel	RG-023772
1	Estabilizador	RG-035063
1	Roteador	RG-035723
Consultório Médico-CTI-I		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Impressora brother	35657
1	Monitor AOC	RG-023628
1	CPU	RG- 023362
1	Teclado	RG -023810
1	Estabilizador	Sem patrimônio
CTI-02		
Unidade	Descrição	Patrimônio
7	Monitores cardíacos	Sem patrimônio
Hotelaria		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Teclado	RG-00874271
1	Monitor	RG-023848
1	Mouse	RG-00959236
1	CPU	RG-023653
1	Monitor	RG-0060136
1	Estabilizador	RG-029362
1	Estabilizador	RG
1	CPU	RG
1	Teclado	RG
1	Mouse	RG
1	Roteador	RG-030809
1	Impressora	Sem patrimônio
NIR		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Impressora	RG-028702
1	Teclado	INV.196975
1	Monitor - Samsung	RG-023607
1	CPU Positivo	RG-023370
1	Estabilizador	RG-035457
1	Mouse	RG-00613313
1	CPU Positivo	RG-013259
1	Monitor AOC	RG-024288
1	Teclado	RG-00831490
1	Mouse	RG -00899955
1	Roteador	Sem patrimônio
1	Estabilizador	RG - 028730
1	Estabilizador	RG-024912
1	CPU Lenovo	RG- 023370
1	Teclado	RG-00916000
1	Teclado HP	RG
1	Monitor AOC	RG
3	Mouse	Sem patrimônio
Nutrição		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Impressora	RG-036373
1	Monitor	RG-023852
1	Estabilizador	RG-023800
1	CPU	RG
1	Mouse	Sem patrimônio
1	Teclado	INV.189940
1	Impressora	RG-034151
Segurança do Trabalho		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Monitor AOC	RG
1	Teclado Megawere	RG-00754479



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1	CPU - Dell	RG
1	Estabilizador	RG
1	Roteador	RG-034627
1	Monitor AOC	RG
1	Teclado	RG
1	Monitor AOC	RG
1	Estabilizador	RG
1	CPU	RG
Centro de Estudos		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Notebook-Lenovo	Sem patrimônio
1	CPU	Sem patrimônio
1	Monitor	Sem patrimônio
1	Impressora Canon	RG-035529
1	Estabilizador	RG-023792
1	Notebook-Lenovo	Sem patrimônio
1	Mouse	Sem patrimônio
Departamento Pessoal/Recursos Humanos		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Monitor de Câmera	Sem patrimônio
1	Impressora Xerox	Sem patrimônio
1	Monitor AOC	RG-033131
1	CPU	INV.136538
1	Teclado	922971
1	Monitor AOC	RG-023608
1	Teclado Positivo	RG-013731
1	CPU	RG
1	Estabilizador	RG-00253230
1	Estabilizador	RG
Financeiro /Compras		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Monitor AOC	RG-024845
1	CPU-Dell	RG-032539
1	Teclado	RG-024884
1	Mouse	RG
1	Teclado	RG-026221
1	Monitor	MO273
1	Fonte	RG-026525
1	CPU	RG-021253
1	CPU	RG
1	Estabilizador	RG
1	Mouse	Sem patrimônio
1	Monitor AOC	RG-023617
1	Teclado Max	RG-023762
1	CPU-Positivo	RG
Faturamento		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	Teclado-Max	RG-023811
1	Mouse	789101
1	CPU- Megawere	RG
1	Estabilizador	RG-023798
1	Monitor AOC	RG-023627
1	Impressora brother	RG
1	Monitor - AOC	RG-23623
1	Teclado	973723
1	Mouse	INV.00198687
1	CPU	RG -02379
1	Estabilizador	RG
1	Monitor-LG	RG
1	Teclado-Max	23812
1	Mouse Multilaser	RG
1	CPU - Megawere	RG
1	Estabilizador	Pref.103977
1	Monitor positivo	Sem patrimônio
1	Teclado	21779
1	Mouse	RG-29338



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

1	CPU ThinkCentre	RG
1	Estabilizador	RG-035250
Recepção – SCIH /Direção Geral		
1	Monitor de Câmera	Sem patrimônio
1	CPU-Lenovo	RG-023752
1	Teclado	Sem patrimônio
1	Monitor AOC	Sem patrimônio
1	Mouse	Sem patrimônio
1	Estabilizador	RG-023828
1	Teclado	RG
1	Monitor	RG
1	Mouse	Sem patrimônio
1	CPU	RG-033173
1	Estabilizador	RG-034855
1	Impressora -Samsung	Sem patrimônio
1	Estabilizador	RG-023805
1	CPU	Rg-023369
1	Teclado	Sem patrimônio
1	Monitor	AOC
1	Monitor	RG
1	Teclado	RG
1	Mouse	RG
1	CPU- Positivo	RG
1	Impressora HP- Intertenk	
1	Estabilizador	RG
1	Monitor	RG
1	Teclado	RG
1	Mouse	RG
1	CPU-Positivo	RG
Sala direção Geral		
1	CPU	RG
1	Monitor	RG
1	Mouse	RG
1	Teclado	RG
2	TV	Sem patrimônio
1	Impressora	Sem patrimônio
Sala do CR		
2	Impressoras	Sem patrimônio
1	Roteador	Sem patrimônio
Sala de Comando		
1	Monitor	Sem patrimônio
2	CPUS	Sem patrimônio
1	Teclado	Sem patrimônio

2.2. Inventário de equipamentos de informática do **HOSPITAL INFANTIL DARCY VARGAS – PSI:**

1º andar - RECEPÇÃO		
Unidade	Descrição	Patrimônio
2	computadores completos	sem patrimônio
1º Andar - Adjunto		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	computador completo	sem patrimônio
1º andar – classificação de risco consultório - 01		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	computador completo	sem patrimônio
1º Andar – Classificação de Risco Consultório - 02		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	computador completo	sem patrimônio
1º Andar - Equipe Multi		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	computador completo	sem patrimônio
1º Andar -Medicação		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

2	computador completo	sem patrimônio
1º andar -Sala Amarela		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	computador completo	sem patrimônio
1º Andar – Consultório-01		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	computador completo	sem patrimônio
1º Andar – Consultório-02		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	computador completo	sem patrimônio
1º Andar -Consultório -03		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	computador completo	sem patrimônio
1º Andar – Consultório -04		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	computador completo	sem patrimônio
1º Andar – Consultório -05		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	computador completo	sem patrimônio
Raio X		
1	computador completo	sem patrimônio
Farmácia		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	computador completo	sem patrimônio
2º Andar - NIR		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	computador completo	sem patrimônio
2º Andar - Administrativo		
Unidade	Descrição	Patrimônio
8	computadores completos	sem patrimônio
2º Andar - Faturamento		
Unidade	Descrição	Patrimônio
8	computadores completos	sem patrimônio
2º Andar - RH		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	computador completo	sem patrimônio
2º Andar - Direção		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	computador completo	sem patrimônio
2º Andar - Nutrição		
Unidade	Descrição	Patrimônio
1	computador completo	sem patrimônio
2º Andar - CTI		
Unidade	Descrição	Patrimônio
2	computadores completos	sem patrimônio
2º Andar - Enfermaria		
Unidade	Descrição	Patrimônio
3	computadores completos	Sem patrimônio



ANEXO II
MODELO DE CREDENCIAMENTO/PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento, a empresa _____, CNPJ _____, com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, credencia o(a) Sr(a) _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, expedida pelo _____, outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública da CHAMADA PÚBLICA FMS N°: 001/2025, em especial para formular lances verbais e para interpor recursos ou deles desistir.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal, com FIRMA RECONHECIDA)

“modelo referencial”

“papel timbrado da empresa”



ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E
IDONEIDADE

Declaramos sob as penas da Lei, a inexistência de fato impeditivo de nossa participação e que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa, concordamos sem restrição com as condições constantes no Edital e que cumprimos com os requisitos de habilitação e idoneidade.

DADOS DA EMPRESA

Razão Social: _____ CNPJ: _____

Endereço: _____ Cidade: _____

CEP: _____ UF _____ Telefone: () _____ E-mail: _____.

Banco: _____ Agência: _____ C/C: _____

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome: _____ RG: _____

C.P.F. _____

Telefone: () _____ E-mail: _____

(Local e data)

(Carimbo e assinatura do responsável)

“modelo referencial”

“papel timbrado da empresa”



ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO À VISITA TÉCNICA
(OBRIGATÓRIA AO REALIZAR A VISITA)

Eu, <Representante Legal da empresa> da empresa <nome da empresa>, DECLARO, sob as penas da Lei, que **visitei as Unidades do Complexo Hospitalar Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto e Hospital Infantil Darcy Souza Vargas, VERIFICANDO QUE TUDO ESTÁ CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO PLANO DE TRABALHO** da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, assumindo assim que CONCORDO com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, e que ainda, assumo toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de situações eventuais em virtude da verificação das condições do local de execução do objeto do certame. Desta forma, declaro que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do edital e seus anexos, e assim, dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório **CHAMADA PÚBLICA FMS N°: 001/2025**, sem quaisquer direitos a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto.

DECLARO, também, estar ciente de que os quantitativos no orçamento apresentado utilizados na elaboração da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo qualquer tipo de reclamação posterior por parte da empresa quanto a estes valores.

<Local>, <data: dia - Mês e Ano>.

<Assinatura do representante legal da empresa >
<NOME REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA>
<CARGO/FUNÇÃO QUE OCUPA NA EMPRESA>
CPF nº: RG nº:



ANEXO V
DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

(CASO NÃO REALIZE A VISITA)

<**NOME DA EMPRESA e nº de CNPJ**>, através de seu representante legal <**RESPONSÁVEL DEVIDAMENTE QUALIFICADO**> DECLARA para os devidos fins que **NÃO REALIZOU visita as Unidades do Complexo Hospitalar Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto e Hospital Infantil Darcy Souza Vargas**, por opção própria, bem com que **conhece as condições locais das unidades de saúde do objeto**, assumindo assim que **CONCORDA** com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, e que, ainda, assume toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude da omissão na verificação das condições do local de execução do objeto do certame. Desta forma, declara estar ciente de que todo o plano de trabalho e valores propostos pela empresa estão de acordo com as exigências do edital e seus anexos, e assim, dentro desta proposta, fica assumido o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório da **CHAMADA PÚBLICA FMS Nº: 001/2025**, sem quaisquer direitos a reclamações futuras sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto. **DECLARA**, também, estar ciente de que os quantitativos no orçamento apresentado utilizados na elaboração da proposta são de sua inteira responsabilidade, não cabendo qualquer tipo de reclamação posterior por parte da entidade quanto a estes valores.

<local>. <data dia - Mês e Ano>

<Assinatura do responsável da empresa >
<NOME DO RESPONSÁVEL>

CPF nº:

RG nº:

Obs: A Declaração de Não Realização de Visita deverá ser apresentada no papel próprio da empresa ou pessoa física, não sendo necessária a transcrição do cabeçalho da Prefeitura Municipal de São Gonçalo.



ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS

Ref.: CHAMADA PÚBLICA FMS Nº: 001/2025

<razão social da empresa>, com sede na <endereço da empresa>, inscrita no CNPJ nº<CNPJ da empresa>, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) <nome do representante>, portador(a) da Carteira de Identidade nº <nº do RG e órgão expedidor> e do CPF nº <nº do CPF>, DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que não possui no quadro funcional, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º Escalões da Administração Pública Municipal de São Gonçalo.

<local e data>
<representante legal>

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO INCIDE EM NENHUMA DAS HIPÓTESES DE IMPEDIMENTO

Ref.: CHAMADA PÚBLICA FMS N°: 001/2025

<razão social da empresa>, com sede na <endereço da empresa>, inscrita no CNPJ nº<CNPJ da empresa>, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) <nome do representante>, portador(a) da Carteira de Identidade nº <nº do RG e órgão expedidor> e do CPF nº <nº do CPF>, DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que não incide em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no item 7.3 do presente Edital

<local e data>
<representante legal>

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INC. XXXIII DO ART.7º DA CF DE 1988

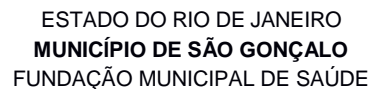
_____(nome da empresa), inscrito no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Ressalva:

() Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

<local e data>
<representante legal>

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO IX CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Itens	VALOR MENSAL											
	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Pessoal												
Equipe Médica (salários + encargos)												
Equipe Multiprofissional (salários + encargos)												
Provisionamento (13º salário + férias)												
Provisionamento (rescisões)												
Outras (vale transporte e adicionais, ex.: insalubridade etc.)												
TOTAL												
Materiais e Medicamentos												
Medicamentos												
Materiais de Consumo												
Dietas Enteral e Parenteral												
Outras												
Materiais de Limpeza												
Materiais de Manutenção												
TOTAL												
Áreas de Apoio												

[illegible]

[illegible]



ANEXO X

MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº_____/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, POR INTERMÉDIO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES E SERVIÇOS NAS UNIDADES DO COMPLEXO HOSPITALAR PRONTO SOCORRO CENTRAL DR. ARMANDO GOMES DE SÁ COUTO E HOSPITAL INFANTIL DARCY SOUZA VARGAS, NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO.

Pelo presente instrumento particular Termo de Colaboração, de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CPNPJ/MF sob o n.º 28.636.579/0001-00, por intermédio da **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO**, órgão da Administração Pública Direta do Poder Executivo Municipal, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o n.º representado pelo (a) Presidente da Fundação Municipal de Saúde, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), subscritor (a) da cédula de identidade n.º _____ - expedida pelo nº_____, domiciliada à _____, doravante denominado simplesmente **FUNDAÇÃO**, e, de outro lado, a _____, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, situada à _____, neste ato representado por ____ (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), subscritor (a) da cédula de identidade n.º _____ - expedida pelo nº_____, domiciliada à _____, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, ou simplesmente **“OSC”**, em conjunto denominados **PARCEIROS**, realizada por meio do Processo Administrativo n.º: 989/2025, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 166/2019, e demais legislações vigentes aplicáveis, assinam o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, mediante as seguintes CLÁUSULAS e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1. O presente TERMO reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie, e ainda pelas disposições que a completarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes deste, em especial pelas normas gerais da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, do Decreto Municipal nº 166, de 05 de agosto de 2019, e da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“LGPD”), bem como pelas demais normas citadas no Edital de Chamamento Público FMS n.º: 001/2025 e seus Anexos, as quais a Organização da Sociedade Civil declara conhecer e se obriga a respeitar, ainda que não transcritas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2. O presente Termo de Colaboração tem como objeto a execução de atividades de comum interesse



em regime de mútua cooperação no âmbito do Complexo Hospitalar Pronto Socorro Central Dr. Armando Gomes de Sá Couto e Hospital Infantil Darcy Souza Vargas, no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, necessárias ao gerenciamento, à operacionalização e à execução de ações e serviços de saúde de forma a assegurar o atendimento das demandas da atenção especializada de média e alta complexidade e a assistência universal e gratuita à população, unicamente para o Sistema Único de Saúde — SUS, observando as condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas neste Termo, no respectivo Edital e seus anexos, especialmente no Plano de Trabalho, os quais passam a ser parte integrante deste instrumento.

2.1. A execução do presente Termo dar-se-á pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, observadas todas as condições propostas pela instituição na Proposta Técnica e Econômica e no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3. OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

3.1. As obrigações da Organização da Sociedade Civil, bem como dos instrumentos de controle relativos a esta parceria, estão descritas no Edital da Chamada Pública nº 001/2025, bem como no Plano de Trabalho e seus anexos.

3.2. Para o cumprimento do objeto e bem executar as atividades em estrita observância às exigências contidas no Edital de Chamamento Público nº 001/2025 e ao respectivo Plano de Trabalho, serão de responsabilidade exclusiva da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** as seguintes obrigações:

- a) Aluguel de Material (mobiliário hospitalar e equipamentos);
- b) Aquisição ou Aluguel de Insumos (material médico cirúrgico, roupa, outros);
- c) Serviços de apoio a diagnose e terapêutica;
- d) Contratação de serviços de apoio (vigilância, alimentação, limpeza, recolhimento de lixo especial, lavanderia, roupa, sistemas de informação);
- e) Efetivação dos processos de compra de materiais e insumos necessários à operação das Unidades;
- f) Prestar assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva de forma contínua aos equipamentos e instalações hidráulicas, elétricas e de gases em geral e predial, incluindo nas mesmas a reposição de peças;
- g) Realizar atividades necessárias à administração e operação do Complexo Hospitalar, dentro das diretrizes definidas pela Secretaria Municipal de Saúde, com atendimento exclusivo aos usuários do SUS, de forma gratuita, no estabelecimento de saúde cujo uso lhe foi permitido, vedado prestação de serviço à entidade de saúde suplementar.
- h) Responsabilizar-se, integralmente, pelos encargos de natureza trabalhista e previdenciária, referente aos recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Plano de Trabalho, decorrendo do ajuizamento de eventuais demandas judiciais, bem como por todos os ônus tributários e extraordinários que incidam sobre o presente instrumento, ressalvados aqueles de natureza compulsória, lançados automaticamente pela rede bancária arrecadadora;
- i) Responsabilizar-se pela indenização de dano decorrente de ação ou omissão voluntária, ou negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem a paciente, ao órgão do SUS e a terceiros a estes vinculados, bem como aos bens públicos móveis e imóveis objetos de cessão de uso, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.
- j) Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe for cedido, em conformidade com o disposto nos respectivos termos de cessão de uso, até sua restituição ao Poder Público.
- k) Manter um Sistema de Ouvidoria para medir o nível de satisfação do usuário em relação aos serviços



contratados;

- l) Gestão de insumos consumíveis e retornáveis, material permanente e estrutura física das unidades, sendo responsável pela reposição ou manutenção no caso de dano por mau uso, perda ou extravio;
- m) Ao final do Termo de Colaboração, a OSC deverá restituir a Secretaria Municipal de Saúde todos os bens móveis e imóveis que lhe foram destinados ou adquiridos pela Secretaria Municipal de Saúde - SEMSADC em virtude do respectivo termo em boas condições de uso, ressalvados os casos de obsolescência e desgaste natural.
- n) Garantir em exercício nas Unidades quadro de recursos humanos qualificados e compatíveis ao porte da Unidade e Serviços previstos, conforme estabelecido nas normas ministeriais atinentes à espécie, tendo definida como parte de sua infraestrutura técnico-administrativa nas 24 (vinte e quatro) horas dia, por plantões.
- o) Dar continuidade e implantar e melhorar continuamente os protocolos clínicos e administrativos em todos os departamentos visando a otimização da gestão orientada pela Organização da Sociedade Civil.
- p) Responsabilizar-se pelo processo de administração direta das Unidades, envolvendo contratação e gestão do pessoal necessário à operação da Unidade;
- q) Utilizar a logomarca da Prefeitura de São Gonçalo/Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil e do SUS, em todos os documentos emitidos pelo Executor contratado.
- r) Não utilizar e nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, exceto se aprovado por Comitê de Ética e Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil;
- s) Manter sempre atualizado prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, pelos prazos previstos em lei;
- t) Assegurar o Sistema Aberto de visitas aos pacientes no Complexo Hospitalar;
- u) Manter o padrão de qualidade de atendimento dentro das exigências contratuais, que serão baseadas nas diretrizes constantes deste Termo de Colaboração e as características de atividade assistenciais, do presente Plano de Trabalho;
- v) Disponibilizar relatórios gerenciais com as informações solicitadas na periodicidade constante nos anexos do presente Plano de Trabalho aos técnicos da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil; utilizando, quando couber, modelos disponibilizados pela Organização da Sociedade Civil.
- w) Se responsabilizar pela implantação e funcionamento de sistema de controle biométrico de frequência;
- x) Submeter à SEMSADC, quaisquer projetos que envolvam alterações no lay out da unidade;
- y) Obedecer a grade de medicamentos e insumos da Secretaria Municipal de Saúde;
- z) Utilizar uniforme e crachá padronizados pela SEMSADC para todos os funcionários.
- aa) Os bens deverão ser recebidos por um preposto designado pela OSC contratada e serem devidamente inventariados quando da assinatura do Termo de Colaboração, mediante assinatura de Termo de Cessão de Uso, e de forma idêntica deverão ser devolvidos na oportunidade do seu encerramento, por qualquer motivo, inclusive aqueles incorporados posteriormente no transcorrer do Termo de Colaboração.
- bb) Gerenciar de forma responsável, obedecendo as melhores práticas assistenciais e de logística, todos os insumos consumíveis e retornáveis, material permanente e estrutura física da unidade, sendo responsável pela reposição ou manutenção no caso de dano por mau uso, perda ou extravio;

3.3. DOS PROCEDIMENTOS REFERENTES AOS RECURSOS HUMANOS

3.3.1. Proceder a contratação do pessoal mediante seleção pautada na impessoalidade, objetividade e moralidade, conforme regulamento próprio, concedendo-se ao procedimento ampla publicidade, além da observância aos princípios que regem a Administração Pública nos termos do Art. 37, Caput da Constituição Federal;



3.3.2. Garantir o suprimento e substituição de recursos humanos necessário, sem que haja prejuízo na prestação de serviços à população nas Unidades Hospitalares em questão e conforme diretrizes mínimas de recursos humanos presentes no Edital e seus anexos, especialmente no Plano de Trabalho, ressalvadas férias e licenças médicas que não puderem ser substituídas tempestivamente;

3.3.3. No caso de vacância, a reposição deverá observar o prazo máximo de 45 dias. A não reposição de profissional ocasionará desconto proporcional a quantidade de vacâncias.

3.3.4. Obedecer a carga horária profissional mínima prevista no Plano de Trabalho, conforme diretrizes do Ministério da Saúde, para composição das equipes.

3.3.5. Manter o mínimo de carga horária das equipes de saúde constantes no CNES e no Termo de Colaboração.

3.3.6. Nomear os Responsáveis Técnicos das operações em todas as áreas onde serão realizadas as atividades do presente Termo de Colaboração;

3.3.7. Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

3.3.8. DAS NORMAS ESPECÍFICAS

3.3.8.1. Disponibilizar os serviços necessários para a realização das ações, serviços e procedimentos previstos, dentre outros que se fizerem necessários para a realização das atividades, conforme estabelecido no Edital e respectivo Plano de Trabalho;

3.3.8.2. Responsabilizar-se exclusivamente por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução, bem como responder pela solidez e segurança das atividades;

3.3.8.3. Responsabilizar-se civil e criminalmente por todos os atos de seus funcionários que, por imprudência, dolo ou má fé venham a causar dano ou prejuízo à FUNDAÇÃO ou a terceiros;

3.3.8.4. Responsabilizar-se pelos danos aos bens móveis e imóveis próprios e locados para a execução das atividades previstas no Termo de Colaboração;

3.3.8.5. Providenciar, na execução do objeto da parceria, a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização do Município;

3.3.8.6. Garantir as condições técnicas e operacionais para a manutenção das licenças e alvarás nas repartições competentes, necessárias à execução dos serviços objeto do presente Termo de Colaboração;

3.3.8.7. Apresentar, sempre que solicitado, relatórios que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o cumprimento das diretrizes previstas no Plano de Trabalho em anexo, bem como os Relatórios de Prestação de Conta;



3.3.8.8. Executar os recursos do presente termo exclusivamente através das contas específicas para este fim, sendo expressamente vedada a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;

3.3.8.9. Obriga-se a comunicar imediatamente à SEMSADC de qualquer mudança de responsável técnico;

3.3.8.10. A OSC se obriga a comunicar imediatamente a FUNDAÇÃO quando da ocorrência de qualquer incidente envolvendo os serviços contratados, execução do Termo de Colaboração e os dados e/ou informações disponibilizados pela FUNDAÇÃO (e/ou suas próprias informações), tomando de imediato todas as medidas que possam minimizar eventuais perdas e danos causados em razão do incidente, além de adotar todas as medidas técnicas necessárias cessar e solucionar o incidente com a maior brevidade possível;

3.3.8.11. Obriga-se a não transferir a outrem as obrigações assumidas neste Termo de Colaboração, sem prévia autorização da FUNDAÇÃO;

3.3.8.12. A Fundação Municipal de Saúde possui amplos poderes para fiscalizar e supervisionar o cumprimento das obrigações de que trata esta cláusula, inclusive *in loco*, na sede da OSC, desde que, neste caso, avise com antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas), e pode, ainda, a qualquer tempo, exigir os elementos comprobatórios correspondentes;

3.3.8.12. A responsabilidade de que trata esta Cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à execução das atividades, nos estritos termos do art. 14 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

3.4. OBRIGAÇÕES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

- a) Definir as diretrizes e políticas de saúde a serem implantadas nas Unidades;
- b) Criar uma Comissão de Monitoramento e Avaliação, específica para efetuar o acompanhamento da Administração e Operacionalização da unidade, por técnicos habilitados da SEMSADCSG;
- c) Fornecer à instituição executora do Termo de Colaboração, e a seu pessoal o apoio necessário à plena consecução dos objetivos do Termo e do Plano de Trabalho;
- d) Acompanhar, supervisionar e fiscalizar, a execução das atividades desenvolvidas;
- e) Repassar pontualmente os recursos financeiros previstos, de acordo com o cronograma e condições estabelecidas;
- f) Controlar, fiscalizar e avaliar as ações e os serviços contratados contidos no respectivo termo de colaboração, principalmente com relação a qualidade das atividades realizadas, identificando possíveis distorções e sugerindo constantes ajustes;
- g) Possibilitar o uso dos bens móveis e imóveis locados para a execução das atividades previstas no respectivo termo de colaboração, mediante a viabilização dos correspondentes termos de permissão de uso;
- h) Inventariar e avaliar os bens referidos no item acima, anteriormente à formalização dos termos de permissão de uso;
- i) Disponibilizar técnicos pertencentes a SEMSADC, para interagir com a unidade, ajustando o plano estratégico de gestão, caso necessário;
- j) Monitorar e realizar estudos comparativos dos indicadores de resultados e custos das Unidades de Saúde, tendo em vista a Implantação de modelos inovadores.
- k) Realizar, em parceria com a Organização da Sociedade Civil, permanente vistoria quanto à



precariedade dos equipamentos ou locação de novos, fornecendo pareceres técnicos quando da solicitação pela OSC.

- l) Pagamento mensal de Água e Luz da Unidade;
- m) Ceder o Sistema de Prontuário Eletrônico e Regulação instalado no Município;
- n) Providenciar o recolhimento e transporte de lixo especial das unidades de saúde.
- o) Atualizar o Plano de Trabalho;
- p) Auxiliar no estabelecimento de mecanismos de organização da oferta e demanda de ações e serviços de saúde;
- q) Nomear, em ato do Secretário Municipal da Saúde, os membros componentes da Comissão de Monitoramento e Avaliação deste termo de colaboração;
- r) Analisar os relatórios elaborados pela OSC parceira, comparando-se as metas dos descritivos, com os resultados alcançados e os recursos financeiros repassados;
- s) Prestar esclarecimentos e informações a OSC parceira que visem orientá-la na correta realização das atividades pactuadas, dirimindo as questões omissas neste instrumento assim como lhe dar ciência de qualquer alteração neste termo de colaboração;
- t) Estabelecer, implantar e manter, em adequado funcionamento, os mecanismos reguladores de acesso, assim como os mecanismos controladores dos processos de execução das ações e serviços previstos no plano de trabalho;
- u) Disponibilizar para a OSC parceira o acesso aos componentes de regulação da SEMSADC, inclusive relatórios e sistemas de informações necessários para o acompanhamento dos serviços e metas contratualizada;
- v) Realizar a regulação do acesso dos usuários atendidos nas Unidades de Saúde aos demais componentes da Rede de Atenção à Saúde;
- w) Responsabilizar-se pelos danos aos bens móveis e imóveis próprios e locados para a execução das atividades previstas neste termo de colaboração, quando este for decorrente de causa externa à atividade da equipe;
- x) Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade;
- y) Responsabilizar-se nas Unidades de Saúde pelas instalações, equipamentos, aparelhagem adequadas e à assistência e responsabilidade técnicas;
- z) A aquisição dos medicamentos, insumos e outros serviços não contemplados no Plano de Trabalho ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde e/ou Fundação Municipal de Saúde.
- aa) As demais obrigações constantes no Anexo I do Plano de Trabalho.

3.5. DA FISCALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO

3.5.1. Em observância à legislação vigente caberá à OSC parceira:

- a) Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações os dados da parceria celebrada com a administração pública, nos termos do artigo 11 da Lei 13.019/2014;
- b) Dar ampla transparência, inclusive em site na internet, dos valores pagos, de maneira individualizada, a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do objeto e com recursos da parceria, juntamente com a divulgação dos cargos e valores;
- c) Permitir, a qualquer tempo, o livre acesso dos agentes da administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto com a finalidade de



acompanhar, fiscalizar e auditar a execução da parceria;

d) Facilitar a realização de auditorias contábeis nos registros, documentos, instalações, atividades e serviços desta, referentes à aplicação dos recursos oriundos do presente Termo de Colaboração;

e) Submeter-se ao controle do Sistema Nacional de Auditoria (SNA), no âmbito do SUS, apresentando toda documentação necessária, sempre que solicitado;

f) Fornecer a esta SEMSADC, sempre que solicitado, informações necessárias à avaliação das atividades contidas no Termo de Colaboração;

g) A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste Termo de Colaboração pelos órgãos competentes da FUNDAÇÃO não exclui, nem reduz, a responsabilidade da OSC parceira, nos termos da legislação vigente.

3.6. DAS LEGISLAÇÕES PERTINENTES

3.6.1. Em observância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), caberá à OSC parceira:

a) Tratar e usar os dados a que tem acesso, nos termos legalmente permitidos, em especial recolhendo-os, registrando-os, organizando-os, conservando-os, consultando-os ou transmitindo-os somente nos casos em que houver consentimento inequívoco da FUNDAÇÃO;

b) Tratar os dados de modo compatível com as finalidades definidas pela FUNDAÇÃO;

c) Conservar os dados apenas durante o período necessário à execução das finalidades, garantindo a sua confidencialidade;

d) Implementar as medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de seu tratamento ilícito;

e) Assegurar que os seus empregados e os prestadores de serviços externos contratados, que venham a ter acesso aos dados pessoais no contexto deste contrato, cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, não cedendo nem divulgando tais dados a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pela FUNDAÇÃO, devendo a OSC exigir que tais indivíduos assinem o Termo de Confidencialidade.

3.6.2. A OSC manterá os Dados Pessoais e Informações Confidenciais sob programas de segurança, incluindo a adoção e a aplicação de políticas e procedimentos internos, elaborados para: (a) identificar riscos prováveis e razoáveis para segurança e acessos não autorizados à sua rede; e (b) minimizar riscos de segurança, incluindo avaliação de riscos e testes regulares;

3.6.3. A OSC se obriga a comunicar imediatamente a FUNDAÇÃO quando da ocorrência de qualquer incidente envolvendo as atividades objeto da presente parceria, a execução do Termo de Colaboração e os dados e/ou informações disponibilizados pela FUNDAÇÃO (e/ou suas próprias informações), tomando de imediato todas as medidas que possam minimizar eventuais perdas e danos causados em razão do incidente, além de adotar todas as medidas técnicas necessárias cessar e solucionar o incidente com a



maior brevidade possível;

3.6.4. A OSC se compromete a responder todos os questionamentos feitos pela FUNDAÇÃO que envolvam dados pessoais repassados e a LGPD, no prazo de 5 dias úteis, sem prejuízos dos demais deveres ajustados neste instrumento;

3.6.5. A OSC parceira, na qualidade de Operadora dos Dados Pessoais, deverá tratá-los única e exclusivamente para as finalidades estabelecidas neste instrumento, ou conforme orientação por escrito fornecida pela FUNDAÇÃO;

3.6.6. A FUNDAÇÃO, na qualidade de controladora dos Dados Pessoais, observará a legislação aplicável à matéria nas decisões relativas ao tratamento dos Dados Pessoais, sendo totalmente responsável pelo eventual descumprimento das normas legais, quando previamente alertado pela OSC parceira;

3.6.7. Em caso de descumprimento da LGPD, em decorrência deste Termo de Colaboração ou das orientações fornecidas pela FUNDAÇÃO, a OSC será solidariamente responsável por eventuais prejuízos sofridos pela FUNDAÇÃO;

3.6.8. A FUNDAÇÃO possui amplos poderes para fiscalizar e supervisionar o cumprimento das obrigações de que trata esta cláusula, inclusive in loco, na sede da OSC, desde que, neste caso, avise com antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas), e pode, ainda, a qualquer tempo, exigir os elementos comprobatórios correspondentes;

3.6.9. Entende-se por "Dados Pessoais", todos e quaisquer dados ou informações que, individualmente ou em conjunto com outros dados ou nomes, identifiquem ou permitam que um determinado usuário seja identificado, nos termos da Lei 13.709/2018 ("LGPD").

CLÁUSULA QUARTA - DAS METAS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS

4.1. A Organização da Sociedade Civil deve realizar mensalmente as atividades e procedimentos nas quantidades estimadas, bem como deverá atender às metas de qualidade na realização da presente parceria, **tudo conforme determinado no Edital e no Plano de Trabalho e seus anexos**, ambos em anexo ao presente instrumento;

4.2. As metas de quantidade e de qualidade serão analisadas pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, a qual, realizando a fiscalização, sempre que necessário, deverá sugerir a aplicação de glosa;

4.3. DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

4.3.1. A transferência mensal de recursos será liberada em estrita conformidade com as previsões do Termo de Colaboração e o cálculo do valor a ser transferido equivalerá a 1/12 (um doze avos) do valor global do Termo de Colaboração, conforme previsto no Plano de Trabalho constante no Anexo I ao Edital.

4.3.1.1. O valor definido no subitem acima está vinculado ao atingimento das metas quantitativas e qualitativas, previstas no item 7 do Plano de Trabalho constante no Anexo I ao Edital.

4.3.1.2. O percentual de atingimento será obtido pela soma do resultado da Qualidade com os indicadores Quantitativos.



4.3.1.3. Indicadores Quantitativos e Qualitativos representam PESOS diferentes, sendo os Quantitativos = peso 6 e os Qualitativos = peso 4.

4.3.1.4. O valor da Transferência Mensal de Recursos corresponde ao percentual de atingimento aplicado sobre o valor da parcela de custeio mensal, conforme a fórmula:

INDICADOR QUALITATIVO

Indicadores Quantitativos: Peso 6 (60% da meta)

Produtividade x Peso da atividade = Resultado do Bloco

Somatório do Resultado do Bloco (1) + (2) + (3) + (4) = Resultado

INDICADOR QUANTITATIVO

Indicadores Qualitativos: Peso 4 (40% da meta)

Somatório dos pontos Percentual de atingimento = Resultado INDICADOR QUALITATIVO

Nº Pontos	Percentual de atingimento
Entre 91 e 100 pontos	100%
Entre 81 e 90 pontos	90%
Entre 71 e 80 pontos	80%
INDICADOR QUALITATIVO E QUANTITATIVO	xx%

4.3.1.5. Caso o Resultado de atingimento do Indicador Quantitativo seja inferior a 70% (setenta por cento) do volume contratado para o mês, a transferência será limitada a 70% (setenta por cento) do valor da planilha de despesas apresentada no Programa de Trabalho da Organização da Sociedade Civil.

4.3.1.6. A comprovação da utilização dos recursos transferidos deverá ser apresentada mensalmente até o 10º (décimo) dia do mês subsequente. Trimestralmente, deverá apresentar até o dia 20 do mês subsequente ao trimestre Relatório de Prestação de Contas Trimestral.

4.3.1.7. O primeiro mês de parceria será destinado à fase de implantação, cabendo à OSC elaborar planilha que contemple as despesas correspondentes.

4.3.1.8. Todas as despesas realizadas no primeiro mês de parceria (implantação) deverão ser comprovadas no relatório de Prestação de Contas mensal. Em função da não cobrança de metas Quantitativas e Qualitativas neste período, os valores não utilizados OU as despesas que não forem devidamente comprovadas serão glosadas na Prestação de contas TRIMESTRAL e descontados no mês subsequente.

4.3.1.9. As despesas previstas e não realizadas no mês de referência deverão ser objeto de ajustes nos demonstrativos do mês subsequente. Todas as despesas que forem eventualmente glosadas serão descontadas no repasse subsequente.

4.3.1.10. A avaliação dos Indicadores Quantitativos e Qualitativos será realizada trimestralmente de forma independente, de forma que um indicador não impactará na análise da outra, pela média aritmética **(MA)**



dos percentuais alcançados no período de três meses (**meses A, B e C**), seguindo a seguinte metodologia:

$$MA = (\% \text{ mês A} + \% \text{ mês B} + \% \text{ mês C}) / 3$$

4.3.1.11. Ao final de cada trimestre serão analisados os indicadores apontados nos relatórios da Comissão de Avaliação e Monitoramento, a fim de verificar eventual necessidade de ajustes financeiros decorrentes de possíveis desvios a menor. A constatação de redução significativa no quantitativo de procedimentos realizados considerando as previsões do Termo de Colaboração ensejará a análise de possível alteração do referido Termo, mediante aditivo, para readequar as previsões de quantitativos e, conseqüentemente, valores previstos.

4.3.1.12. Juntamente com a entrega dos Relatórios de Prestação de contas MENSAL deverão ser entregues as certidões negativas de INSS e FGTS dos funcionários contratados em regime CLT para execução do Plano de Trabalho que irá compor o Termo de Colaboração. A não entrega de qualquer documento inviabiliza o pagamento da parcela.

4.3.1.13. A Organização Social Civil deverá manter em perfeita ordem todos os documentos fiscais e contábeis, especialmente os respectivos livros e os comprovantes de todas as despesas contraídas, devendo apresentá-los sempre que requerido pelos órgãos fiscalizadores competentes. As informações fiscais e contábeis deverão ser encaminhadas através do Relatório de Prestação de Contas assinado pelo responsável da OSC e também por via magnética. Todos os comprovantes fiscais deverão ser emitidos em nome da OSC e seus originais ficarão sob sua guarda e à disposição dos órgãos fiscalizadores. As notas fiscais devem estar devidamente quitadas, contendo a posição de carimbo identificador da OSC, bem como a data e a assinatura de seu preposto.

4.3.1.14. A 1ª parcela dos recursos financeiros deverá ser repassada no primeiro dia útil após a publicação do extrato do Termo de Colaboração no Diário Oficial do Município de São Gonçalo. As demais serão realizadas no mesmo dia do mês subsequente ao pagamento anterior, mediante a apresentação do Relatório de Prestação de Contas Mensal.

4.3.2. A transferência mensal de recursos será realizada mediante transferência eletrônica, através de crédito em conta bancária no Banco a ser indicado pela Administração Municipal, de titularidade da Organização da Sociedade Civil.

4.3.2.1. Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, o Termo de Colaboração poderá admitir a realização de pagamentos em espécie, após saque à conta bancária específica da parceria, na hipótese de impossibilidade de pagamento mediante transferência eletrônica, devidamente justificada pela Organização da Sociedade Civil no Plano de Trabalho, que poderá estar relacionada, dentre outros motivos, com:

- a) O objeto da parceria;
- b) A região onde se desenvolverão as ações da parceria; ou
- c) A natureza dos serviços a serem prestados na execução da parceria.

4.3.2.1.1. Ato do Secretário Municipal ou do dirigente máximo da entidade da Administração Pública Municipal disporá sobre os critérios e limites para a autorização do pagamento em espécie.

4.3.3. Os pagamentos realizados na forma do item anterior não dispensam o registro do beneficiário final da despesa por ocasião da prestação de contas.



4.3.4. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

4.3.5. A prestação de contas deverá ser acompanhada dos seguintes relatórios:

4.3.5.1. Relatório de Execução do Objeto, que conterá:

- a) A demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
- b) A descrição das atividades e ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- c) Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como lista de presença, fotos, vídeos, entre outros; e
- d) Os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver.

4.3.5.1.1. O relatório de que trata o subitem anterior deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:

- a) dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- b) do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e
- c) da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

4.3.5.1.2. As informações de que trata o subitem 19.5.1.1. serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no Plano de Trabalho.

4.3.5.1.3. O órgão ou a entidade da Administração Pública poderá dispensar a observância do subitem 19.5.1.1. quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, mediante justificativa prévia.

4.3.5.1.4. A Organização da Sociedade Civil deverá apresentar justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas.

4.3.5.2. Relatório de Execução Financeira, que contemplará:

- I) o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho; e
- II) a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

4.4. A prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias a partir do término da vigência da parceria, inclusive com a comprovação de recolhimento ao Tesouro Municipal de eventuais saldos financeiros.

4.5. Junto à prestação de contas trimestral deverá ser entregue pelo prestador a memória de cálculo da provisão para o pagamento de encargos trabalhistas, que deverá incluir valores necessários



para a cobertura de férias, décimo-terceiro, encargos trabalhistas diversos, bem como as verbas rescisórias e o aviso prévio-indenizado a serem pagos ao final da parceria:

4.6. A memória de cálculo do provisionamento de pessoal deverá ser assinada por contador responsável e por dirigente da entidade parceira.

4.7. A proposta financeira apresentada deverá contemplar o valor suficiente para a execução do objeto da parceria, conforme Plano de Aplicação de Recursos apresentado pela entidade parceira. Qualquer excedente financeiro necessário para a execução da operação e cumprimento do objeto da parceria em tela deverá ser assumido exclusivamente pela OSC, na forma de contrapartida financeira.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. Os recursos necessários à contratação correrão a conta do(s) Programa(s) de Trabalho(s), Natureza de Despesa(s) e Fonte(s) de recurso(s) abaixo descritas:

Programa de Trabalho (PT): 23.051.10.302.2045.2124

Natureza de Despesa (ND): 33.90.39.00

Fonte de Recurso (FR): 1.500.1002.0000, 1.500.1002.0046, 1.600.0000.0035, 2.600.0000.0035, 1.621.0000.0040 e 2.621.0000.0040

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

6.1. PREÇO:

6.1.1. O preço total a ser pago pela Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo pelo objeto deste Termo de Colaboração para o prazo contratual de 01 (um) ano é de R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

6.2. DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO:

a) **Observado o atendimento das condições descritas nos itens 4.1 a 4.7 acima**, a entrega da produção mensal deverá ser apresentada de forma digital até o décimo dia do mês subsequente, de acordo com os ditames do Plano de Trabalho, através do Instrumento de Medição do Serviço (IMS) — o qual deverá receber o aceite da Comissão de Monitoramento e Avaliação para, somente após, a empresa apresentar a respectiva solicitação de pagamento;

b) A solicitação de pagamento deverá ser entregue até o décimo quinto dia útil de cada mês, e o pagamento será efetuado através de conta bancária, que será informada pela empresa vencedora, observada a ordem cronológica de chegada de títulos.

c) Juntamente com a solicitação de pagamento, a Organização da Sociedade Civil deverá apresentar os documentos que comprovem a situação de regularidade comprovadas na habilitação, previstas nos itens 13.1.8, 13.1.9, 13.1.13 e 13.1.14 do Edital em anexo.

d) A solicitação de pagamento deverá chegar para a Secretaria Municipal de Saúde, devidamente atestada pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, responsável por fiscalizar a execução do Termo de Colaboração, devendo constar o carimbo e a assinatura do servidor responsável, bem como a data do



efetivo recebimento, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos e entrelinhas.

e) Após a atestação da solicitação de pagamento, a Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo terá prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua verificação, observada a ordem cronológica de chegada de títulos, prazo este contado quando da entrada da referida nota no Setor competente.

f) O pagamento será realizado com o integral cumprimento da realização das atividades constantes da nota de empenho emitida pelo Fundo Municipal de Saúde.

g) O pagamento será suspenso se observado algum descumprimento das obrigações assumidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL no Termo de Colaboração, no que se refere à habilitação e qualificação exigidas no chamamento público.

h) Qualquer pagamento somente será efetuado à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL após as conferências da Administração do Fundo Municipal de Saúde, e ainda, se a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL não tiver nenhuma pendência de débito junto à FUNDAÇÃO, inclusive multa.

i) Fica vedado à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a cessão de créditos às instituições financeiras ou quaisquer outras, sob pena de rescisão contratual e demais sanções.

j) Os pagamentos serão efetuados após a análise da conformidade da realização das atividades com o discriminado na respectiva solicitação de pagamento, mediante o aceite pelo Secretário solicitante, e de acordo com a programação financeira da Administração Municipal.

k) O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto e da respectiva solicitação de pagamento da licitação pela FUNDAÇÃO.

l) As solicitações de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidas à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias úteis após a data de sua reapresentação válida.

m) O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente do fornecedor, por ordem bancária em prazo não superior a 30 (trinta) dias da emissão da solicitação de pagamento. Sob nenhuma hipótese será acatada cobrança através de Boleto Bancário.

n) O pagamento será efetuado pela Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, exclusivamente mediante crédito em conta corrente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

o) Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, o valor devido será acrescido de 1% (um por cento) a título de multa, incidindo uma única vez, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

p) O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Presidente da Fundação, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL dirigido ao Presidente da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo.



q) Caso a da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo efetue o pagamento devido à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida o correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

r) Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendências de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou inadimplência de cláusulas do Termo de Colaboração, inclusive.

s) As solicitações de pagamento devem ser emitidas em nome e endereço da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo.

t) Havendo identificação na solicitação de pagamento de cobrança indevida, o fato será informado à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e, a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da solicitação de pagamento devidamente corrigida, sendo atestada pelo responsável designado.

u) A identificação de cobrança indevida na solicitação de pagamento, por parte da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, deverá ocorrer em no máximo 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do seu recebimento pelo órgão requisitante.

v) O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de solicitação de pagamento pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, que deverá conter o detalhamento das atividades executadas, conforme disposto na legislação vigente, observados ainda os seguintes procedimentos:

a) A solicitação de pagamento deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

a.1) Do pagamento da remuneração das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última solicitação de pagamento vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do §2º e do §4º do art. 31 da Lei nº 9.032, de 1995, quando se tratar de mão de obra diretamente envolvida na execução de serviços, na contratação de serviços continuados;

a.2) Da regularidade fiscal, constatada de consulta *online* aos sítios eletrônicos oficiais competentes; e

a.3) Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última solicitação de pagamento que tenha sido paga pela administração.

w) Visando a viabilidade e implantação do serviço público, a Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo irá antecipar o pagamento da primeira parcela referente ao Termo de Colaboração à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL. Esta será descontada após a comprovação da execução do serviço contratado (Quantidade e Qualidade).

Parágrafo Primeiro: o descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Parágrafo Segundo: na hipótese de pagamento dos juros de mora e demais encargos por atraso, os autos



devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente que adotará as providências para verificar se é ou não o caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

Parágrafo Terceiro: a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades previstas no Termo de Colaboração, assim como no Edital e seus Anexos; ou
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

CLÁUSULA SÉTIMA – CESSÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS E DIREITOS

7.1. Ficam desde já cedidos à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira, em caráter eminentemente precário, a título de cessão de uso e pelo prazo de vigência deste Termo de Colaboração, os bens móveis e equipamentos utilizados nas instalações das Unidades do Complexo Hospitalar Pronto Socorro Central e Pronto Socorro Infantil, identificados, inventariados, avaliados e descritos quanto ao seu estado de conservação, bem como o direito à utilização das instalações do Complexo Hospitalar, conforme este Termo.

7.2. É vedado o uso e a destinação dos bens e direitos cedidos para finalidades não vinculadas ao alcance das metas e dos objetivos previstos neste instrumento.

7.3. Obriga-se a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira em relação aos bens imóveis cujos direitos ora lhes são cedidos:

- a) Conservá-los, mantendo-os limpos e em bom estado, incumbindo-lhe também devolvê-lo, ao final deste Termo de Colaboração em perfeitas condições de uso e conservação, sob pena de, a critério desta municipalidade, pagar os prejuízos, ou consertar os danos.
- b) Assegurar o acesso dos servidores públicos encarregados da fiscalização do Termo de Colaboração e do bem cedido.
- c) Pagar todas as despesas que direta ou indiretamente decorram do uso do bem cedido, inclusive tributos, tarifas e preços públicos.
- d) Retirar às suas expensas, caso solicitado por esta municipalidade, eventuais bens adquiridos com recursos próprios, que se encontrem no bem cedido, ainda que a ele provisoriamente agregados.
- e) Providenciar o seguro contra incêndio às suas expensas, apresentando a esta municipalidade a respectiva apólice devidamente quitada, a qual deverá ser renovada na data em que expirar o prazo de seu vencimento.
- f) Os bens móveis cedidos na forma desta cláusula poderão, mediante prévia avaliação e expressa autorização do Prefeito, ser alienados e substituídos por outros de igual ou maior valor, que serão automaticamente incorporados ao patrimônio da Fundação Municipal de Saúde.



CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

8.1. É lícita a subcontratação, em qualquer caso, dos serviços acessórios ao presente Termo de Colaboração, tais como: Serviços Médicos, Odontológicos e Educação Continuada;

8.2. As subcontratações terão que ser encaminhadas para o conhecimento da Fundação Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO

9.1. O prazo do presente Termo de Colaboração é de 01 (um) ano, a contar da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município.

9.2. O prazo descrito no caput poderá ser prorrogado, limitado à vigência máxima decenal, desde que seja atestado pela autoridade competente que as condições e preços permanecem vantajosos para a Administração Pública (na forma do Decreto 166/2019) e cumpridas as metas e indicadores estabelecidos.

9.3. A vigência da parceria poderá ser alterada, mediante solicitação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada junto à FUNDAÇÃO em, no mínimo, 90 (noventa) dias antes do término de sua vigência, ou por solicitação da FUNDAÇÃO dentro do período de sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

10.1. A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração do Termo de Colaboração ou do Plano de Trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

(i) por termo aditivo à parceria para:

- a) ampliação do valor global, no limite máximo de até 25% (vinte e cinco por cento);
- b) redução do valor global, sem limitação de montante;
- c) prorrogação da vigência, limitados à duração máxima de 120 (cento e vinte) meses;
- d) alteração da destinação dos bens remanescentes; ou

(ii) por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:

- a) utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução da parceria.

10.2. A Administração Pública Municipal poderá autorizar, após solicitação fundamentada da organização da sociedade civil, por meio de deliberação do Gestor ou Comissão Gestora da parceria e ratificação da Comissão de Monitoramento e Avaliação, desde que não haja alteração do objeto e acréscimo do valor global da parceria:

- a) a utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução da parceria.

10.3. Sem prejuízo das alterações acima previstas, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para:



- (i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado; e
- (ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE

11.1. O reajuste de preços, se cabível, somente será devido, por ocasião da prorrogação da vigência deste Termo de Colaboração, desde que mantida a vantajosidade para a Administração e observados os seguintes fatores:

- (i) no caso das despesas e custos atrelados à mão de obra principal utilizada no objeto da parceria, deverá ser demonstrada de forma analítica a variação dos custos conforme acordo ou convenção coletiva de regência da categoria;
- (ii) em relação aos demais custos e despesas previstos neste Termo de Colaboração, será observado o reajuste medido pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado-Especial (IPCA-E) do IBGE, a cada período de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato do Termo.

11.2. Fica vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial da parceria, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva, ou, por ocorrência de evento superveniente de cunho extraordinário que afete a manutenção da execução do objeto da parceria, mediante justificativa da Administração Municipal.

11.3. O pleito de reajuste deverá ser apresentado através de planilha analítica, sendo submetida à análise da Secretaria Municipal de Saúde.

11.4. Os eventuais reajustes serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação do Termo de Parceria ou com o encerramento da vigência da parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FORMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

12.1. A FUNDAÇÃO deverá realizar procedimentos de fiscalização das parcerias celebradas antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas *in loco*, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto, na forma da Lei n.º 13.019/2014 e o Decreto Municipal nº 166/2019.

12.2. Para a implementação do disposto no *caput*, o órgão poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

12.3. Nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, a FUNDAÇÃO realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

12.4. Para a implementação do disposto no § 2º, a FUNDAÇÃO poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.



12.5. A FUNDAÇÃO emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante termo de colaboração e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

12.6. O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- I. descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- II. análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- III. valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- IV. análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Colaboração;
- V. análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

12.7. Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria poderá ser acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, em cada esfera de governo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste TERMO, do Plano de Trabalho, bem como por execução da parceria em desacordo com a Lei Federal nº 13.019/2015, e suas alterações, a FUNDAÇÃO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as seguintes sanções:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

13.1.3. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso (ii).

13.4. As sanções estabelecidas nos itens: 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 são de competência exclusiva do Presidente da Fundação Municipal de Saúde, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE

14.1. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL assume, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da contratação de pessoal necessária à boa e perfeita execução do presente TERMO, e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados à FUNDAÇÃO ou a terceiros.



14.2. Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos à FUNDAÇÃO no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da notificação à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de aplicação de penalidades na forma da CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA.

14.3. A FUNDAÇÃO não é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da FUNDAÇÃO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

14.4. A FUNDAÇÃO não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TERMO, bem como por seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA

15.1. O presente instrumento pode ser denunciado antes do término do prazo inicialmente pactuado, após manifestação expressa, por ofício ou carta remetida à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. Nesta hipótese, as partes definirão através de Termo de Encerramento as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades em relação à conclusão ou extinção do trabalho em andamento.

15.2. Se for o caso, por ocasião da denúncia, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Fundação Municipal de Saúde, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral da Fundação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

16.1. No caso de detecção de quaisquer irregularidades cometidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, o MUNICÍPIO poderá rescindir o presente TERMO, sem necessidade de antecedência de comunicação.

16.2. Na ocorrência de rescisão, a FUNDAÇÃO suspenderá imediatamente todo e qualquer pagamento a ser realizado à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando esta obrigada a prestar contas das importâncias recebidas e a devolver os saldos financeiros remanescentes, se for o caso, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral da Fundação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RETOMADA DOS BENS E ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE

17.1. No caso de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, somente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, a FUNDAÇÃO poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:



- I. retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
- II. assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o momento em que a FUNDAÇÃO assumir essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

18.1. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter as condições de habilitação previstas no Edital durante o curso do presente TERMO.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FORÇA MAIOR

19.1. Os motivos de força maior que possam impedir a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL de cumprir as metas pactuadas, deverão ser comunicados a FUNDAÇÃO, na primeira oportunidade e por escrito, sob pena de não serem aceitas pela Fiscalização.

19.2. Os motivos de força maior poderão justificar a suspensão da execução do TERMO e a alteração do Programa de Trabalho, desde que pôr termo aditivo

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA RESILIÇÃO UNILATERAL PELA FUNDAÇÃO

20.1. Em caso de resilição unilateral por parte da FUNDAÇÃO, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL fará jus exclusivamente ao ressarcimento de eventuais danos materiais comprovadamente demonstrados, desde que tenha atendido às determinações do Edital, de seus anexos e do presente Termo na realização dos atos que fundamentam tal direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

21.1. Até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, deverá ser providenciada a publicação do presente instrumento, em extrato, no Diário Oficial do Município, à conta da FUNDAÇÃO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

22.1. A FUNDAÇÃO providenciará a remessa de cópias do presente TERMO ao órgão de controle interno, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação de seu extrato, respectivamente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o foro Central da Comarca de São Gonçalo no Estado do Rio de Janeiro, renunciando, desde já, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a qualquer outro que porventura venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente TERMO em 03 (três) vias de igual teor e validade, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

São Gonçalo, ____ de ____ de 2025.

Presidente da Fundação Municipal de Saúde

Organização da Sociedade Civil

Testemunhas:

Nome (legível e por extenso):
CPF:

Nome (legível e por extenso):
CPF:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL

ANEXO XI

**MINUTA DE
TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS**

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO DO IMÓVEL
SITUADO À RUA ALAMEDA PIO XII, 62, ZÉ
GAROTO, SÃO GONÇALO, RJ, CEP: 24.440-400,
NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, NESTE
ESTADO, E DE BENS MÓVEIS, QUE ENTRE SI
CELEBRAM: 1) MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO -
RJ, COMO PERMITENTE, E 2) _____,
COMO PERMISSIONÁRIO, NA FORMA ABAIXO:**

Aos _____ dias do mês de _____ de 2025, na FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, situada à Avenida São Gonçalo G2 – Boa Vista - São Gonçalo/RJ, CEP 24466- 970, perante as testemunhas abaixo assinadas, presentes, de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 28.636.579/0001-00, por intermédio da **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 39.260.120/0001-63, órgão da Administração Pública Indireta do Poder Executivo Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 28.636.579/0009-50, representado pelo(a) Presidente da Fundação Municipal de Saúde, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, _____, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, domiciliada à _____ (endereço completo), doravante designado simplesmente **PERMISSIONÁRIO**, neste ato representado por (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), subscritor(a) da cédula de id n.º XX, expedida pelo (órgão)/(UF), devidamente inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º _____, domiciliado(a) _____ (endereço completo), é assinado o presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS** a título precário, na forma do constante no Processo Administrativo n.º 989/2025 e que se regerá pela Lei Orgânica do Município de São Gonçalo, promulgada em 04 de abril de 1990, no que couber, e na forma do instrumento convocatório, aplicando-se a este Termo, irrestrita e incondicionalmente, suas disposições, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta permissão de uso o imóvel de propriedade do MUNICÍPIO, situado na Rua Alameda Pio XII, 62 - Ze Garoto, São Gonçalo - RJ, 24440-400, no Município de São Gonçalo/RJ, e os bens móveis que guardam o mesmo, conforme relação em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESTINAÇÃO DOS BENS

2.1. Os bens que terão o uso permitido através do presente instrumento destinar-se-ão, exclusivamente, à prestação de assistência à saúde de usuários do SUS, vedada a sua destinação para finalidades diversas, sob pena de rescisão de pleno direito do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. A presente permissão de uso se rege pelo disposto na Lei nº 13.019/14, de 31 de julho de 2014, e no Decreto Municipal nº 166, de 05 de agosto de 2019, no que couber, bem como pelas demais normas legais



em vigor ou que venham a ser posteriormente editadas sobre a utilização de imóveis do patrimônio municipal.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4.1. A presente permissão de uso será válida apenas enquanto estiver em vigor o Termo de Colaboração do qual é parte integrante.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONSERVAÇÃO DOS BENS

5.1. Obriga-se o PERMISSIONÁRIO a conservar os bens que tiverem o uso permitido, mantendo-os permanentemente limpo e em bom estado de conservação, incumbindo-lhe, ainda, nas mesmas condições, a sua guarda, até a efetiva devolução.

CLÁUSULA SEXTA – DAS MONTAGENS, CONSTRUÇÕES, BENFEITORIAS

6.1. É vedado ao PERMISSIONÁRIO realizar construções ou benfeitorias, sejam estas de que natureza forem, sem prévia e expressa autorização da Fundação Municipal de Saúde, devendo-se subordinar eventual montagem de equipamentos ou a realização de construções também às autorizações e aos licenciamentos específicos das autoridades estaduais e municipais competentes.

Parágrafo Único - Finda a permissão de uso, reverterão automaticamente ao patrimônio do PERMITENTE, sem direito à indenização ou à retenção em favor do PERMISSIONÁRIO, todas as construções, benfeitorias, equipamentos e /ou instalações existentes no imóvel, assegurado ao PERMITENTE, contudo, o direito de exigir a sua reposição à situação anterior e a indenização das perdas e danos que lhes venham a ser causadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. Obriga-se o PERMISSIONÁRIO a assegurar o acesso aos bens que tenham uso permitido aos servidores da Fundação Municipal de Saúde, ou de quaisquer outras repartições municipais, incumbidos de tarefas de fiscalização geral, ou em particular, da verificação do cumprimento das disposições do presente termo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES PARA COM TERCEIROS

8.1. O MUNICÍPIO não será responsável por quaisquer compromissos ou obrigações assumidas pelo PERMISSIONÁRIO com terceiros, ainda que vinculados ou decorrentes do uso dos bens objeto deste termo. Da mesma forma, o MUNICÍPIO não será responsável, seja a que título for por quaisquer danos ou indenizações a terceiros, em decorrência de atos do PERMISSIONÁRIO ou de seus empregados, visitantes, subordinados, prepostos ou contratantes.

CLÁUSULA NONA – DOS OUTROS ENCARGOS

9.1. PERMISSIONÁRIO fica obrigado a pagar toda e qualquer despesa, tributos, tarifas, custas, emolumentos ou contribuições federais, estaduais ou municipais, que decorram direta ou indiretamente deste termo ou da utilização dos bens e da atividade para a qual a presente permissão é outorgada, inclusive encargos previdenciários, trabalhistas e securitários, cabendo ao PERMISSIONÁRIO providenciar, especialmente, os alvarás e seguros obrigatórios e legalmente exigíveis.



Parágrafo Único - O PERMISSIONÁRIO não terá direito a qualquer indenização por parte do MUNICÍPIO, no caso de denegação de licenciamento total ou parcial da atividade que se propõe a realizar no imóvel objeto deste termo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OUTRAS RESTRIÇÕES NO EXERCÍCIO DOS DIREITOS DESTA PERMISSÃO

10.1. O PERMISSIONÁRIO reconhece o caráter precário da presente permissão e obrigam-se, por si, seus herdeiros e sucessores:

- a) a restituir os imóveis e os bens móveis ao MUNICÍPIO, nas condições previstas no parágrafo único da cláusula décima terceira, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento do aviso que lhe for dirigido, sem que haja necessidade do envio de qualquer interpelação ou notificação judicial, sob pena de desocupação compulsória por via administrativa;
- b) a não usar os bens senão na finalidade prevista na cláusula segunda deste Termo;
- c) a não ceder, transferir, arrendar ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, inclusive a seus eventuais sucessores, os bens objeto desta permissão ou os direitos e obrigações dela decorrentes, salvo com expressa e prévia decisão autorizativa do PERMITENTE e assinatura de termo aditivo para tal finalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE DEVOLUÇÃO

11.1. Finda a qualquer tempo a permissão de uso deverá o PERMISSIONÁRIO restituir os bens em perfeitas condições de uso, conservação e habitabilidade.

Parágrafo Único - Qualquer dano porventura causado aos bens que tiverem uso permitido será indenizado pelo PERMISSIONÁRIO, podendo o MUNICÍPIO exigir reposição das partes danificadas ao estado anterior ou o pagamento do valor correspondente ao prejuízo em dinheiro, como entender melhor atenda ao interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DEVOLUÇÃO DOS BENS

12.1. O PERMISSIONÁRIO ficará sujeito à multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do TERMO DE COLABORAÇÃO, se findada por qualquer das formas aqui previstas a permissão de uso e o PERMISSIONÁRIO não restituir os bens na data do seu termo ou sem a observância das condições em que o recebeu.

Parágrafo Único - A multa incidirá até o dia em que os bens forem efetivamente restituídos ou retornem àquelas condições originais, seja por providências do PERMISSIONÁRIO, seja pela adoção de medidas por parte do MUNICÍPIO. Nesta última hipótese, ficará o PERMISSIONÁRIO também responsável pelo pagamento de todas as despesas realizadas para tal finalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA REMOÇÃO DE BENS

13.1. Terminada a permissão de uso ou verificado o abandono do imóvel pelo PERMISSIONÁRIO, poderá o MUNICÍPIO promover a imediata remoção compulsória de quaisquer bens não incorporados ao seu patrimônio, que não tenham sido espontaneamente retirados do imóvel, sejam eles do PERMISSIONÁRIO ou de seus empregados, subordinados, prepostos, contratantes ou de terceiros.



§ 1º. Os bens anteriormente mencionados poderão ser removidos pelo MUNICÍPIO para local de sua escolha, não ficando este responsável por qualquer dano que aos mesmos venham a ser causados, antes, durante ou depois da remoção compulsória, nem tampouco pela sua guarda, cujas despesas ficam a cargo do PERMISSIONÁRIO.

§ 2º. Se esses bens não forem retirados pelos respectivos proprietários, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias após a data de sua remoção, poderá o MUNICÍPIO, mediante decisão e a exclusivo critério do Presidente da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo - RJ:

I) doá-los, em nome do PERMISSIONÁRIO, a qualquer instituição de beneficência ou, quando de valor inexpressivo, deles dispor livremente;

II) vendê-los, ainda em nome do PERMISSIONÁRIO, devendo, nessa hipótese, empregar a quantia recebida para o ressarcimento de qualquer débito do PERMISSIONÁRIO para com o MUNICÍPIO ou de despesas incorridas, depositando eventual saldo positivo, em nome do PERMISSIONÁRIO, junto a Fundação Municipal de Saúde. Para a prática dos atos supramencionados, concede o PERMISSIONÁRIO, neste ato, ao MUNICÍPIO, poderes bastantes, com expressa dispensa da obrigação de prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO DE PLENO DIREITO

14.1. A presente permissão de uso estará rescindida de pleno direito com o término da vigência do Termo de Colaboração.

§ 1º. Além do término do Termo de Colaboração, o descumprimento, pelo PERMISSIONÁRIO, de qualquer das obrigações assumidas dará ao MUNICÍPIO o direito de considerar rescindida de pleno direito a presente permissão, mediante aviso com antecedência de 30 (trinta) dias.

§ 2º. Rescindida a permissão, o MUNICÍPIO, de pleno direito, se reintegrará na posse dos imóveis e de todos os bens móveis afetados à permissão, oponível inclusive a eventuais cessionários e ocupantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES

15.1. O PERMISSIONÁRIO será notificado das decisões ou dos despachos proferidos ou que lhe formulem exigências através de qualquer uma das seguintes formas:

I) Publicação em jornal local de grande circulação ou no Diário Oficial do Município se vier a ser criado, com a indicação do número do processo e nome do PERMISSIONÁRIO;

II) por via postal, mediante comunicação registrada e endereçada ao PERMISSIONÁRIO, com aviso de recebimento (A.R.);

III) pela ciência que do ato venha a ter o PERMISSIONÁRIO:

a) no MUNICÍPIO, em razão de comparecimento espontâneo ou a chamado de repartição do MUNICÍPIO;

b) através do recebimento de auto de infração ou documento análogo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO RITO PROCESSUAL

16.1. A cobrança de quaisquer quantias devidas ao MUNICÍPIO e decorrentes do presente Termo, inclusive multas, far-se-á pelo processo de execução, mediante inscrição em Dívida Ativa, na forma da lei.

Parágrafo Único - Por essa via o MUNICÍPIO poderá cobrar não apenas o principal devido, mas ainda juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, atualização monetária, multa contratual, fixada em 10% (dez por cento) do valor do débito, e honorários de advogado, pré-fixados estes em 20% (vinte por cento) do valor em cobrança, além das custas e despesas do processo



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES JURÍDICO-PESSOAIS

17.1. O PERMISSIONÁRIO apresenta, neste ato, toda a documentação legal comprovando o atendimento das condições jurídico-pessoais indispensáveis à lavratura deste Termo, que, lido e achado conforme, é rubricado e assinado pelas partes interessadas, pelas testemunhas e por mim que o lavrei.

São Gonçalo, ____ de _____ de 2025.

Presidente da Fundação Municipal de Saúde

Organização Sociedade Civil

Testemunhas:

Nome (legível e por extenso):
CPF:

Nome (legível e por extenso):
CPF:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

São Gonçalo, 19 de maio de 2025.

Comissão de Elaboração de Edital da Chamada Pública nº 001/2025

Flávia Paiva Gomes

Matrícula n.º: 343.656

Joyce Allane da Silva Pereira

Matrícula n.º: 352.828

Cléa Moraes Freitas de Souza

Matrícula n.º: 17.502

Keimilly Karolinne Ruel Alvares

Matrícula n.º: 341.606

Aprovado por:

RAFAELA APOLINÁRIO

Presidente da Fundação Municipal de Saúde

Matrícula n.º 40.833